



ANTROPOLOGIA, HISTÓRIA & LITERATURA: práticas, discursos e performances em Iberoamérica

Adelaide Gonçalves
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Kênia Sousa Rios
Paula Godinho
[organizadores]

coleção **história social**



vontei neste gosto, de especular sobre. O diabo existe e não existe
Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê ; existe ca-
choeira ; e pois ? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo
retombando por êle; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco
sobra cachoeira alguma ? Viver é [redacted] ^{negocio} muito perigoso...

Explico ao senhor : o diabo vive dentro do homem, os crespos
do homem — ou é o homem arruinado, ou o homem dos arêssos. Sôlto, por
si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum : — é o que digo.

Antropologia, História e Literatura:
práticas, discursos e performances em Iberoamérica

Coleção História Social

01. FUTURO DO PRETÉRITO: ESCRITA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DO MUSEU

Manuel Luiz Salgado Guimarães e Francisco Régis Lopes Ramos (Organizadores)

02. FORTALEZA SOB OUTROS OLHARES – GÊNERO

Mário Martins Viana Júnior, Carlos Henrique Moura Barbosa e Raquel da Silva Alves (Organizadores)

03. FORTALEZA SOB OUTROS OLHARES – TRABALHO & POLÍTICA

Mário Martins Viana Júnior, Carlos Henrique Moura Barbosa e Raquel da Silva Alves (Organizadores)

04. FORTALEZA SOB OUTROS OLHARES – CULTURA & CIDADE

Mário Martins Viana Júnior, Carlos Henrique Moura Barbosa e Raquel da Silva Alves (Organizadores)

05. POR LINHAS TORTAS: GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE – I

Mário Martins Viana Júnior, Viviane Teixeira Silveira, Cláudia Regina Nichnig e Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa (Organizadores)

06. POR LINHAS TORTAS: GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE – II

Mário Martins Viana Júnior, Viviane Teixeira Silveira, Cláudia Regina Nichnig e Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa (Organizadores)

07. CEARÁ: ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE – SÉCULOS XVIII E XIX

Mário Martins Viana Júnior, Rafael Ricarte da Silva e Gabriel Parente Nogueira (Organizadores)

08. CULTURA E MEMÓRIA: OS USOS DO PASSADO NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Francisco Régis Lopes Ramos e Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (Organizadores)

09. IMAGINÁRIO E CULTURA

Aline da Silva Medeiros, Kênia Sousa Rios e Meize Regina de Lucena Lucas (Organizadoras)

10. NATUREZA E CULTURA: CAPÍTULOS DE HISTÓRIA SOCIAL

Euripedes Funes, Kênia Sousa Rios, Ana Isabel Cortez e Emy Falcão Maia Neto (Organizadores)

11. HISTÓRIAS, ARQUIVOS & MÍDIAS DIGITAIS

Marilda da Silva e Ana Célia Rodrigues (Organizadoras)

12. O MASSACRE DO CALDEIRÃO: HISTÓRIA ORAL DO 11 DE SETEMBRO DE 1936

Francisco Régis Lopes Ramos

13. TEMPO, CULTURA E MEMÓRIA

Kênia Sousa Rios e Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (Organizadores)

14. EM TORNO DA NARRATIVA

Daniel Alencar de Carvalho, Gilberto Gilvan Souza Oliveira, José Dércio Braúna e José Maria Almeida Neto (Organizadores)

15. ANTROPOLOGIA, HISTÓRIA E LITERATURA: PRÁTICAS, DISCURSOS E PERFORMANCES EM IBEROAMÉRICA.

Adelaide Gonçalves, Gilberto Gilvan Souza Oliveira, Kênia Sousa Rios e Paula Godinho (Organizadoras)

Adelaide Gonçalves
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Kênia Sousa Rios
Paula Godinho
[Organizadoras]

Antropologia, História e Literatura:
práticas, discursos e performances em Iberoamérica

Sobral-CE
2020



Antropologia, História e Literatura: práticas, discursos e performances em Iberoamérica

© 2020 copyright by Adelaide Gonçalves, Gilberto Gilvan Souza Oliveira, Kênia Sousa Rios, Paula Godinho (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

Coleção História Social

COORDENAÇÃO: Kênia Sousa Rios (UFC)

Conselho Editorial

Paulo Knauss (UFF)

Tânia Regina de Luca (UNESP)

Aline Montenegro (Museu Histórico Nacional)

Edilberto Cavalcante Reis (UECE)

Júnia Sales Pereira (UFMG)

Maria Auxiliadora Schmidt (UFPR)

Rafael Zamorano Bezerra (Museu Histórico Nacional)

Maraliz de Castro Vieira Christo (UFJF)

Lúcia Rodrigues Alencar (Instituto Frei Tito de Alencar)

Kênia Sousa Rios (UFC)

José Neves Bitencourt (IPHAN)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Daniel Carvalho

Capa

Décio Braúna

Imagem capa superior:

Fotografia de Jorge Silva (Reuters), Santiago, Chile, novembro de 2019.

[imagem disponível em: <https://epoca.globo.com/protestos-que-sacudiram-america-latina-da-direita-esquerda-devem-continuar-em-2020-24155440>]

Imagem capa inferior:

Reprodução a partir do original de Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa.

[imagem disponível em: <http://grupoteiadearanha.blogspot.com/2020/10/manuscrito-de-grande-sertao-veredas.html>]

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
em
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A636 Antropologia, história e literatura: práticas, discursos e performances em Iberoamérica./ Adelaide Gonçalves, Gilberto Gilvan Souza Oliveira, Kênia Sousa Rios, Paula Godinho. (Orgs.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

274p. (Coleção História Social)

ISBN: 978-65-87429-74-8 - papel

ISBN: 978-65-87429-75-5 - e-book - pdf

Doi: 10.35260/87429755-2020

1. Antropologia. 2. Pesquisa histórica. 3. História social. 4. História. 5. Literatura. I. Gonçalves, Adelaide. II. Oliveira, Gilberto Gilvan Souza. III. Rios, Kênia Sousa. IV. Godinho, Paula. V. Título.

CDD 301

Adelaide Gonçalves
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Kênia Sousa Rios
Paula Godinho
[Organizadoras]



Adelaide Gonçalves
Ana Amélia M. C. de Melo
Cláudia Freitas de Oliveira
Débora Dias
Eduardo Roberto Jordão Knack
Francisco Regis Lopes Ramos
João Luís Lisboa
José Lindomar Coelho Albuquerque
Kênia Sousa Rios
Marilda A. Menezes
Paula Godinho
Tyrone Apollo Cândido
[Autores]

Sumário

Apresentação	9
<i>Os Organizadores</i>	

VOZES

Mulheres em quatro tempos: dos campos ao fim do trabalho no sul da Galiza	11
--	----

Paula Godinho

Modos de leitura camponesa construindo os meios que “a experiência indica e a imaginação sugere”	59
---	----

Adelaide Gonçalves

José, Cassiano, e Muriçoca: a metamorfose narrativa	83
--	----

Kênia Sousa Rios

Memórias de migrantes: narrativas do trabalho, família e pertencimento	95
---	----

Marilda A. Menezes

LETRAS E LIVROS

Livros e políticas do espírito entre Brasil e Portugal no século XX: o caso da Livros do Brasil	121
--	-----

João Luís Lisboa

Débora Dias

Intelectuais e antifascismo no Chile (1937-1942)	139
---	-----

Ana Amélia M. C. de Melo

Fronteiras culturais e criação literária: a invenção do Portunhol Selvagem	159
---	-----

José Lindomar Coelho Albuquerque

A formação da cabroeira em Memorial de Maria Moura, romance de Rachel de Queiroz	181
---	-----

Tyrone Apollo Cândido

À margem da História do Brasil. O caso do “Novo Caldeirão” e divulgação de segredos na escrita de Gustavo Barroso.....	203
<i>Francisco Régis Lopes Ramos</i>	
Comemorações municipais: relações entre história, literatura e memória	223
<i>Eduardo Roberto Jordão Knack</i>	
A Reforma Psiquiátrica e a Atuação dos Parlamentares Cearenses: uma introdução ao tema.....	245
<i>Cláudia Freitas de Oliveira</i>	
Sobre os autores e Organizadores.....	269



Apresentação

Os textos aqui reunidos são oriundos da **III Conferência Internacional Memória, Cultura e Devir - História, Antropologia e Literatura: práticas, discursos e performances em Iberoamérica**, realizada na Universidade Federal do Ceará, no período de 2 a 5 de abril de 2019, sendo o resultado do reconhecimento da confluência de saberes de vários investigadores, que, ao longo dos últimos anos, têm trabalhado a área de fronteira entre a história, a antropologia e a literatura, bem como das confluências teóricas e metodológicas sobre as potencialidades, a criatividade e os riscos das zonas de limiar entre disciplinas das ciências sociais e humanas.

A **Conferência Internacional Memória, Cultura e Devir** é organizada pelo *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará*, pela *Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória*, e pela linha de investigação «Usos do Passado, Memória e Patrimônio Cultural» do *Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa*, reunindo investigadores de várias universidades e países, que apresentam, debatem e procuram cruzar caminhos.

Em 2017 foi realizada sua primeira edição, o *Colóquio Internacional "Outros Tempos Hão-de-Vir"*, entre os dias 18 e 20 de outubro, na Universidade Federal do Ceará. A segunda edição,

Conferência Internacional Memória, Cultura e Devir – Estudos aprofundados em Ciências Sociais, ocorreu na Universidade Nova de Lisboa, no período de 10 a 12 de maio de 2018.

A publicação deste livro se insere, também, nos eventos comemorativos dos 20 anos do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará*. Desejamos uma boa leitura!

Os Organizadores.



Mulheres em quatro tempos: dos campos ao fim do trabalho no sul da Galiza¹

Paula Godinho

A venda dessa mercadoria que é a força de trabalho será no séc. XXI tão promissora como foi no séc. XX a venda de diligências. Porém, nesta sociedade, quem não consegue vender a sua força de trabalho torna-se supérfluo e é atirado para a lixeira social².

Manifesto contra o trabalho, 1999, p. 14.

1 Um parente já afastado desta pesquisa começou por emergir num projeto coletivo do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da FCSH/UNL, denominado “Cobrir o Corpo”. Esta investigação beneficiou, em nível material e teórico, da integração no âmbito do projeto “Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa”, coordenado por Heriberto Cairo Carou (Universidade Complutense de Madrid, 2013-2016, Plan Nacional de I+D+i, Ministerio de Educación y Ciencia de España), bem como dos proyectos “Formas de ganarse la vida. La reproducción social en el Granero de Hidalgo, la Huerta de Yucatán y la Faja de Oro en Veracruz”, coordenado por Ana Bella Pérez Castro (No. IN302117, Instituto de Investigaciones Antropológicas, UNAM-México, 2017-2019) e “Futuros en disputa: las narrativas sobre el porvenir a partir de la coyuntura política del 2018 en México”, coordenado por Guadalupe Valencia García (UNAM, México, 2019-2021, PAPIIT). Uma primeira versão desta etnografia integrou as “práticas possíveis” sobre as quais me debrucei num outro momento (Godinho, 2017), e uma outra, mais curta e com pressupostos teóricos distintos, assentes na espacialidade, foi apresentada nos *Encontros Ibéricos de Antropologia*, e publicada: “Presas por um fio: costureiras de Verín, modalidades da produção têxtil local e trânsitos mundiais” in Pedro Tomé, ed. 2018, *Reflexiones Rayanas*, Ávila, Asociación de Antropología de Castilla y León Michael Kenny, 1º vol:103-126. Mais recentemente, mereceu o apoio do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como do projeto “FAILURE: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries”, H2020-Marie Skłodowska-Curie Actions, RISE, European Commission (2019-2023). Uma versão muito alongada deste texto aguarda publicação, numa obra coordenada por Ana Bella Pérez Castro, Raúl H. Contreras Román, Jessica Contreras Vargas, *Antropología económica de los modos diversos de ganarse la vida. Enfoques antropológicos sobre la reproducción social contemporánea*, que será publicada em espanhol pelo Instituto de Investigaciones Antropológicas, na Universidad Nacional Autónoma de México.

1. O tempo e as práticas: *fazer pela vida*, na fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza²

Em Agosto de 2017, quando apresentava em Verín, no sul da Galiza, uma obra que reflecte acerca das alterações locais do trabalho, um sindicalista pediu a palavra. Perguntava-me (-se) o que poderia ser feito, quando o trabalho desaparecia. O que podia ser *feito*? O que preocupava este homem era como responder ao desvanecimento do trabalho, quando o futuro parece pouco animador. A questão poderia ser posta de outro modo: como viver, num tempo em que os Estados respondem à crise do trabalho com a invenção de tarefas para ocupar os que ficam fora do universo do emprego, numa simulação que não resolve a angústia de quem deixa de ter do que viver e sustentar-se? Podia também ser desdobrada, pois o acréscimo de trabalho e cansaço, que retira o gosto à vida, é também deste tempo: como construir um modo mais harmónico de viver, neste tempo de tardo-capitalismo duramente vivido por tanta gente? Se uma parte crescente da população nos países de capitalismo velho vai sendo convertida em lixo social, ao ser excluída do mundo do emprego, outra encara sobrecargas laborais que conduzem à exaustão, sobretudo nas designadas “economias emergentes” pelo sobretrabalho desenfreado a que é submetida.

As discussões sobre o desaparecimento de determinadas funções e papéis operacionais sugerem a imersão no tempo longo dos processos capitalistas. Por outro lado, requerem uma reflexão sobre as lutas defensivas, bem como sobre os modos – próximos e distantes – de resistência, num tempo de articulação hegemónica do capitalismo. Quando determinado posto de trabalho estava em causa, a resistência

2 Além de Verín, realizei trabalho de terreno noutras localidades galegas, como Lalín e Silleda, aí com Marta Negro. No início de 2012, comecei esta nova fase do meu trabalho de terreno na Galiza, inspirada no trabalho de Inês Fonseca entre mulheres da Baixa da Banheira, na margem sul do Tejo (FONSECA, 2012), que deparou com o “trabalho silenciado”, de mulheres como Maria Antónia, que pronunciava frases tão intrigantes como “...nunca tive emprego, mas tenho trabalhado sempre” (FONSECA, 2012, p. 135).

por parte de sindicatos e associações centrou-se longamente na exigência da reposição de um estado de coisas anterior, pois é difícil encontrar modos de vida que se distanciem do que se inscreveu no processo de socialização de cada um, que foi perpassado pelo trabalho³. Lembra-nos Raymond Williams (1958) que a cultura dos trabalhadores merece ser interrogada, pois não é produzida só para eles, nem por eles, e é, sobretudo, um modo de vida.

O objectivo deste texto é interrogar o lugar do porvir, a partir de uma abordagem processual do trabalho de mulheres costureiras, num *concello* galego na fronteira entre o norte de Portugal e o estado espanhol. Assenta num estudo de terreno longo, iniciado nos anos 1980, e que se prolonga até à actualidade. Numa articulação entre escalas variadas, entre o local e micro, e os trânsitos globais, num nível macro, bem como numa temporalidade longa, que reporta à memória do trabalho nos últimos setenta anos, pretende-se contribuir para a reflexão em curso sobre as dimensões de “ganhar a vida” e as construções em torno do futuro, nomeadamente acerca de uma sociedade em que o fim do trabalho se torna no novo fantasma que paira sobre a Europa. Através dos conceitos de *fluidéz e fixidez*, e de uma semântica dos tempos históricos devedora da relação entre a *experiência* - o nível do vivido e inscrito - e a *expectativa*, que edifica o futuro, pelas ideias e pela matéria, na vida social e no que se deseja, o meu argumento assenta numa compreensão da temporalidade em quatro períodos, legíveis no trabalho feminino, abrindo também a

3 Numa visita recente ao Museu do Trabalho, em Setúbal, uma cidade do litoral sul de Portugal, associada, ao longo do séc. XX, à pesca e à indústria conserveira, um dos painéis centrava-se nas lutas dos soldados das latas de conservas. Nessa cidade, a indústria conserveira teve um papel significativo, até ter sido completamente desarticulada, e ter partido para outras paragens de mão-de-obra mais barata. Pelo saber técnico que mobilizava, a profissão de soldador era bem paga, comparativamente às outras tarefas desempenhadas dentro das fábricas, sobretudo por mulheres. Porém, devido aos materiais com que lidavam, nomeadamente o chumbo, a esperança de vida dos soldados era encurtada, e as associações profissionais desempenhavam um papel significativo na proteção das viúvas e dos descendentes, bem como no pagamento das despesas do funeral. Com pouco mais de trinta anos, um soldador estava destroçado. Parece, então, paradoxal a luta desenvolvida pelos soldados, quando uma máquina veio substituir o seu trabalho, conduzindo ao desemprego este grupo profissional de desgaste rápido, mas dando mais anos de vida aos que o desenvolviam.

possibilidade de um quinto momento a perscrutar: o do fantasma do fim do trabalho, que coexiste com

o trabalho obrigatório imposto pelo Estado, os subsídios ao trabalho e o chamado ‘trabalho cívico’ [que] reduzem cada vez mais os custos com a mão de obra. Fomenta-se assim em grande escala todo o próspero sector que vive dos baixos salários e do trabalho de miséria (GRUPO KRISIS, 1999, p. 25).

Reinhart Koselleck (1979) recorda-nos que os tempos históricos são pautados por acelerações, demoras, reiteraões de percursos, bem como por prognósticos, cálculos, desejos e esperanças, que edificam formas distintas de diagnóstico histórico e de acção política. O par *experiência-expectativa* entrecruza-se e a concatenação direta entre o antigo e o futuro compõe a história, a partir de uma relação entre a esperança e a recordação (KOSELLECK, 1979, p. 336): a determinação da diferença entre o passado e o futuro será o “tempo histórico”.

A etnografia é um meio de entender *percursos*, em que as pessoas são agentes, e *processos*, que inserem as mulheres e os homens *na* história e *numa* história, num mundo complexo, que raramente parece coeso, e que passou a transpirar a palavra “crise”. Esses percursos incorporam a experiência, com um passado que está presente, que pode ser incorporado e recordado. Essa experiência é transmitida por gerações ou instituições variadas, com reflexos na experiência de cada um. Num momento em que os seres humanos vão sendo considerados descartáveis como cidadãos, por irem deixando de ser consumidores, através do que provém de um salário, é imperativo entender em processo os mercados de trabalho como construções políticas e económicas, com implicações sociais e culturais localizadas.

Na antropologia construímos o saber assente em relações que criamos. Iniciei um trabalho de terreno do lado português da

fronteira, em 1987, com o concelho de Verín em frente. Fica no sul da província galega de Ourense, no estado espanhol, e estava perpassado por algum frenesim produtivo, entre formatos de uma agricultura camponesa, de outra que aproveitava a veiga fértil para cultivos de maior escala, de uma construção civil pujante, de mulheres que trabalhavam nos *talleres* de costura sob várias modalidades. Mais, toda esta zona de fronteira entre a Galiza e o norte de Portugal enquadrava um contrabando que entrava nos fluxos globais de mercadorias que passavam ilegalmente. Permaneci nove meses por ali, enquadrados nos dois anos e meio em que vivi na fronteira entre o norte de Portugal e o Estado espanhol, em trabalho de campo. Voltei sucessivamente, em estadias entre três dias e alguns meses. No Verão de 2012, em 2015, e de novo no verão de 2017, dediquei-me sobretudo a procurar acompanhar algumas costureiras na zona de Verín, embora falar das condições de emprego no sector da confecção significasse abordar um tema em que o segredo desempenha um papel importante. Surpreendentemente, mais do que o próprio contrabando, feito clandestinamente. Trabalhar na costura, nas manufacturas ou em casa, é um assunto silencioso, que precisa da invisibilidade, o que conduz a uma grande desconfiança. “*No se fala, porque se precisa*”, dizia uma das mulheres. Não desvelar os mecanismos de exploração, muitos dos quais fora da legislação ainda em vigor, apesar de todos os atropelos mais recentes, parece ser uma das formas de continuar a ter emprego. Falei também com vários sindicalistas e um cineasta, que reiteram a relação local com a produção de confecção. Na genealogia das entrevistadas, na rede social de vizinhos e amigos, o trabalho de costura é sempre evidenciado, tal como o é a ligação às aldeias, numa zona em que o campo está presente no modo de vida urbano desta vila da fronteira com o norte de Portugal. Além dos meus núcleos de relações locais, que

são diversificados, devido às estadias e às visitas assíduas que faço a este terreno, procurei informação em fontes variadas, nomeadamente relatórios e planos oficiais acerca da comarca de Verín ou da província de Ourense, produzidos por entidades governamentais, autárquicas e sindicais, bem como nos sites da Internet respeitantes a um conjunto de organismos e empresas⁴.

Neste concelho, o emprego masculino na construção civil complementou, ou substituiu, o trabalho agrícola, quando este se desarticulou, dando continuidade a uma mudança que teve momentos diversos. A produção de confecção em modo industrial é um formato novo e intensivo, mas a Galiza teve uma poderosa produção doméstica de linho a partir do séc. XVIII, exportado para Portugal e Castela (MURADO, 2013, p. 134), a que se juntava a da Real Fábrica de Manteleria, na Corunha. Na Galiza, a produção doméstica do linho terá continuidade, num contexto em que a hereditariedade do trabalho agrícola fazia de um dos filhos o herdeiro privilegiado, e deixava os outros a terem de fazer pela vida. Ao longo do séc. XX, viria a ser habitual que as costureiras circulassem com a máquina de costura à cabeça, pelas casas das famílias, cosendo à mão e à máquina o que fosse preciso. Desde o pós-guerra, em ateliers de modistas ou em alfaiates, as mulheres locais ganharam destreza com as linhas e as agulhas. Quando cresceram os custos de mão-de-obra na Catalunha e em Valência, as descidas das taxas de lucro dificilmente eram compensadas com inovação técnica. A produção de roupa foi deslocalizada para outros pontos do Estado espanhol, com mão-de-obra mais dócil e barata, entre as quais a Galiza⁵. Num e noutra, há localidades em que a produção têxtil foi fulcral, frequentemente vilas pequenas com um entorno rural que alimenta dentro

4 Viria a dilatar o trabalho, com um conjunto de entrevistas realizadas em Lalín e Silleda, com Marta Negro, do Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela.

5 Na Galiza ou no Norte de Portugal não surgiram casos como o de Roubaix, em França – uma cidade têxtil de grande centripetia, que atraía famílias inteiras da província (MOCH; TILLY, 1985) e do estrangeiro.

de uma mesma rede social a mão-de-obra da costura. Conjugavam-se com frequência, num mesmo lugar, fábricas, pequenas manufaturas e o trabalho ao domicílio, com continuidades evidentes em relação ao envolvimento rural. Em meios pequenos, as relações familiares e laborais entreteciam-se, fosse no local de trabalho, fosse fora dele, com o paternalismo como constante, num tempo longo⁶.

Nos últimos anos, os números relativos à concentração de capital desatualizam a uma velocidade alucinante. Em 29 de agosto de 2017, Amancio Ortega, dono da Inditex, estava na peugada de Bill Gates para detentor da maior fortuna, e já há vários anos que era a maior fortuna da Europa, segundo a agência *Bloomberg* (WITZIG, 2017). Segundo a mesma agência, a flutuação da permanência nestes lugares de topo das fortunas mundiais pode ser de horas, numa virtualidade que não desmente a concentração desmesurada do capital nos tempos recentes. Se, em 18 de Setembro de 2015, uma notícia entusiástica de *La Voz de Galicia*, “*Ortega, más cerca de pillar a Gates como el hombre más rico del planeta*”, dava conta de que a sua fortuna ascendera a 62.400 milhões de euros – e os lucros da *Inditex* subiram 37% no primeiro semestre do mesmo ano -, no dia 26 de Junho de 2018 ascendia a 75.400 milhões de dólares, ou seja, mais de 64.000 milhões de euros⁷. Com altos e baixos, a fortuna do dono da Inditex tem logrado manter-se e crescer, conquanto comparativamente menos que as restantes grandes fortunas, num processo que tem de ser visto em simultâneo com o da descida dos salários e o crescendo de seres humanos atirados para uma situação de lixo social, por ficarem desligados do emprego (ORTEGA, 2009;

6 Desde finais dos anos 1960, foi crescendo o papel ocupado pela indústria de confecção no contexto galego, sobretudo no emprego feminino. Hoje, chama-se-lhe “indústria da moda”. Além de marcas mais populares, produzidas pela Inditex (Zara, Massimo Dutti, Bershka e Pull & Bear), algumas das mais importantes marcas na atualidade são originárias de território galego: Florentino, Adolfo Domínguez, Roberto Verino ou Pili Carrera.

7 Ver: BLOOMBERG billionaires index: Amancio Ortega. **Bloomberg**, s/d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/amancio-ortega-gaona/>.

JIMÉNEZ, 2015).⁸ Em suma, o capital e as grandes fortunas não cessam de crescer, em ritmos diferentes e, em alguns casos, estonteantes, numa conjuntura em que são concomitantes as descidas do poder de compra de uma parte significativa das populações do globo, com uma descida dos salários, um crescendo de precarização e a deslocação de empresas dos países em que os trabalhadores haviam conquistado melhores condições, dirigindo-se para as designadas economias emergentes.

Quando as condições de vida se deterioram de maneira generalizada, o horizonte da expectativa, estreitamente dependente da experiência, remete para *lutas imediatas* (FOUCAULT *apud* NAROTZKY; SMITH, 2006), em que se encaram as instâncias do poder que são mais próximas, o inimigo imediato, sem buscar o “chefe adversário” ou uma solução no futuro: as revoluções, libertações ou a luta de classes estão fora do horizonte. Susana Narotzky e Gavin Smith publicaram em 2006 *Immediate struggles – People, Power and Place in Rural Spain*, uma obra decisiva na compreensão deste tema, com base numa etnografia longa na província espanhola de Alicante, numa região marcada longamente pela pluriactividade rural, em que convivem a grande propriedade e a pequena agricultura, o sequeiro e o regadio, a manufactura e o cultivo. Assentam num complexo de relações sociais, com uma rede interpessoal densa, uma longa história, uma paisagem de pequenas manufacturas familiares, agricultura comercial e indústria, famílias agrícolas pluriactivas e empresas efémeras. Este estudo de caso, conquanto num outro contexto do Estado espanhol, tem similitudes com Verín, no sul da província galega de Ourense, devido às condições que advieram de conjunturas recentes: numa e noutra, depois do final do franquismo, houve uma longa permanência da direita no poder,

8 Ver o gráfico: *BLOOMBERG billionaires index: Amancio Ortega*. **Bloombleg**, s/d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/amancio-ortega-gaona/>.

pautada por caciquismo e debilidade cívica, a que não foi alheio o processo de paz incivil que se seguiu à ofensiva golpista de 1936-39.

Algumas fortunas importantes da região reflectem o esbulho que a guerra tornou possível aos que a venceram, bem como a violência da repressão sobre os que houvessem nutrido simpatias pelo regime referendado, anterior ao golpe. Em 1936, o concelho teria bastantes militantes da CNT e da UGT, e era governado por uma coligação entre a Izquierda Republicana e o PSOE (DASAIRAS, 2007, p. 8). As famílias dos que foram perseguidos, presos e mortos também eram vexadas e ultrajadas. Instalou-se um temor disseminado, intersticial e continuado, que dividiu as pessoas e as casas, com redução ou corte das relações em comum e das formas de organização, de modo duradouro: entre 1936 e 1975, a que se seguiu uma *Transición* para a democracia, muito pactuada.

O termo “cultura” é usado para justificar atitudes e predisposições (GODINHO, 2010): sob um formato local e regional (Verín ou a província de Ourense), ou nacional (a Galiza), a cultura é usada como explicação da apatia, do caciquismo e da prevalência de uma mão-de-obra aparentemente disciplinada e aquiescente. A reificação de imagens e a atribuição de características pessoais aos povos e às comunidades, alimenta uma psicologia étnica, que subvaloriza o tempo longo e a hegemonia, indispensáveis para compreender a realidade num dado momento. Obnubila-se que a Frente Popular venceu as eleições de fevereiro de 1936 em três das quatro províncias galegas, que o Estatuto Autonómico tinha sido aprovado, que os sindicatos anarquistas e o sindicalismo agrário comunista desfrutavam de alguma importância, que os socialistas e a Izquierda Republicana, que integravam a Frente Popular, eram as duas forças maioritárias em Verín, desde fevereiro de 1936. Perceber as práticas atuais no que toca ao trabalho e à percepção do futuro significa compreender

como essas práticas, que não são todas similares, nem unívocas, contribuem para a configuração de uma ambiência cultural que torna possível a exploração.

Para este trabalho, entrevistei e contactei pessoas que produzem coisas (ou que pararam de produzir) e ideias, que pensam no que produzem, no que acontece e no que pode ocorrer, enquanto delineiam o futuro a partir das experiências inerentes às respectivas vidas. Sempre foi delas que partiu o saber aconchegado da antropologia.

2. Olhar a partir de um local: Verín e a produção têxtil

Verín é uma zona agrícola de terras planas e férteis, na veiga do rio Tâmega, em que se cultiva milho, batata, hortícolas e fruta em menor grau, e onde cresceu o cultivo da vinha nos últimos anos: o vinho possui uma Denominação de Origem (D.O. Monterrei). Destaca-se também a riqueza em águas com propriedades terapêuticas, engarrafadas e vendidas no mercado espanhol. Até aos grandes fluxos migratórios para a Europa, iniciados no final dos anos 1950, o modo de produção local reportava-se a um ecótipo camponês, com grupos sociais com diferenças de riqueza associadas à posse de terra, laborada sobretudo no âmbito da casa. Algumas famílias recrutavam mão de obra, outras possuíam menos terra do que a necessária, e vendiam força de trabalho, num âmbito local, a que se juntava a porosidade de uma fronteira, perpassada por uma veiga de fácil circulação.

A partir dos anos 1980, a construção civil, e o trabalho subcontratado em obras públicas foram uma fonte de emprego importante, em micro ou pequenas empresas, embora sem formação profissional

específica. Vários entrevistados diziam que, ao longo dos últimos trinta e cinco anos, uma família “média” de Verín teria o homem na construção e a mulher na indústria têxtil. O município de Verín terciarizou-se e, embora não deixasse de ser rural, tornou-se menos agrícola⁹. Contrasta com os outros da mancomunidade, mais ligados à agricultura, à indústria e à construção (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 40). Quase 70% dos habitantes de Verín trabalham nos serviços, e, na comarca, são 61% (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 73)¹⁰. O comércio, que aproveitava o carácter fronteiriço, viu-se afectado pela construção de novas vias de comunicação, que desviaram o trânsito do centro, sendo possível circular para Vigo, Ourense, Madrid e Portugal sem cruzar a vila. As grandes superfícies comerciais, em Ourense ou Vigo, com muita publicidade e políticas de preços devastadoras para o pequeno comércio local, inviabilizaram a manutenção de algumas lojas. Nos últimos tempos, nem o IVA mais favorável conseguiu atrair suficientemente o público português, devido a uma pior situação económica desse lado da fronteira. Todavia, as trocas legais foram favorecidas com a eliminação das barreiras alfandegárias (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 73).

Ao paralisarem algumas grandes obras públicas e a construção civil, em virtude da conjuntura económica, depois de concluída a ligação de autoestrada entre Verín e Portugal, decaiu o emprego

9 Segundo a classificação da OCDE, Verín seria uma *Região Predominantemente Rural*, cujos habitantes vivem em municípios com menos de 150 habitantes/km². Na vila viviam 9796 habitantes em 2005, enquanto a maioria da população da comarca residia em núcleos de menos de 500 habitantes. Segundo dados do Instituto Galego de Estatística referentes ao movimento migratório em 2006, o saldo era positivo, com 126 pessoas a abandonarem o território para o estrangeiro e 455 estrangeiros a fixarem-se ali, sobretudo portugueses, atendendo à proximidade (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 23).

10 A consideração de que a população mundial se concentra em grandes metrópoles – replicada no Estado espanhol, e na Galiza em particular, com a população e o dinamismo económico sobretudo no litoral, em Vigo, Pontevedra, Santiago, Corunha e Ferrol – conduz a que outras zonas pareçam estar em perda demográfica, reflectida igualmente no que toca às actividades produtivas tradicionais. Segundo números do Instituto Nacional de Estadística respeitantes a 2005, a percentagem da população galega que se encontrava nos 3.307 km² das zonas urbanas era de 65.13%, enquanto, nas zonas rurais (26.067 km²), residiam 34,87% da população (INE *apud* CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 8). Na comarca de Verín, essas perdas têm sido assinaláveis, o que corrobora o processo vivido na província de Ourense. Desde 1991, salvo o concello de Verín, todos os da comarca vêm perdendo gente, embora se verifique alguma transferência para a sede da Mancomunidade.

neste sector. Com a quebra na construção civil, as indústrias associadas – os vidros, os móveis, a canalização, o ladrilho etc. – sofreram igualmente. No caso da comarca de Verín, as madeiras destinadas a móveis, aqui alvo de uma primeira transformação, também entraram em queda. Segundo dados do Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales, e da Tesorería General de Seguridad Social, a percentagem de desempregados no concello de Verín, em 31/03/2008, era de 14,7%¹¹. A taxa de desemprego absoluta era o dobro da média de Espanha, antes da subida exponencial que o desemprego conheceu em todo o Estado espanhol a partir de 2011¹².

Entre as 1678 empresas registadas em 2007, 1031 não tinham qualquer empregado (61,4%). Também não havia empresas com mais de 250 trabalhadores e só 5 tinham mais de 50 pessoas ao serviço, num panorama marcado por microempresas, sem trabalhadores ou com menos de 10 trabalhadores (97% do total), como os dados de terreno e as entrevistas também comprovam. Embora os números respeitantes a 2006 indiquem só 18 estabelecimentos da indústria têxtil e de confecção, estes poderão ser pouco exactos, pelo carácter intersticial e domesticável desta actividade, e pela economia subterrânea que convoca.

O sector têxtil enfraqueceu, depois de um momento culminante no final dos anos 1980 e na década de 1990, como nota o relatório concelhio, que refere uma perda de empregos, em resultado da deslocalização de uma grande empresa. No *Plan de Trabajo*,

11 Note-se que o desemprego na comarca atingia 14,6% da população, 9,6% na província de Ourense e 8,6% na Galiza. Na totalidade do Estado espanhol era de 7,4%. Ou seja, localmente registavam-se índices de desemprego francamente superiores. Em setembro de 2013 o desemprego na Galiza atingira os 21,6%. A descida para 17,7% no primeiro trimestre de 2016, com uma percentagem de 43,7% no desemprego de jovens com menos de 25 anos, deve ser matizada com os números da emigração, que aumentou. Fonte: <http://www.datosmacro.com/paro-epa/espana-comunidades-autonomas/galicia>.

12 A transferência de emprego e de actividade a partir do sector primário não se fez para os outros sectores, mas para a inactividade. Ou seja, os que deixaram de trabalhar na agricultura fizeram-no por terem envelhecido e/ou por se terem reformado. Por outro lado, trata-se de uma zona com pluriactividade, em que a agricultura pode complementar outras actividades e manter-se depois da reforma, e aligeira na atualidade uma circunstância difícil.

é mesmo o sector com maior decréscimo de contratos (UPD LIMIA-VERÍN, 2011, p. 10). Apesar de haver um ciclo escolar de *Formação Profissional de Moda e Design*, tem pouca saída na actualidade (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 71), num momento em que restam poucas pequenas manufaturas (*talleres textiles*), quase como o único testemunho do que foi esta actividade. Segundo algumas entrevistas, nos últimos cinco anos, terá havido um novo crescendo de trabalho clandestino.

Através dos dados da Segurança Social quanto ao trabalho em Verín, verifica-se que a sede da Mancomunidade é também o grande centro do emprego da zona, para o qual se deslocam pessoas vindas dos *concellos* em redor (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 35). As baixas taxas de emprego femininas na comarca (30,2%, com o concello de Castelo do Val a registar só 20.2% de emprego feminino, e no pólo oposto, Verín, com 38.5%) não significam que as mulheres não trabalhem, efectivamente, mas tão só que não estão registadas, podendo desenvolver as suas tarefas produtivas ilegalmente, ou em casa¹³. O relatório referido olha para estes baixos índices do emprego feminino como uma perda de potencial laboral. Os dados reportam-se a um tempo recente, em que se tornou mais inconsistente o emprego feminino – e o emprego, em geral - devido à deslocalização da produção têxtil. As empresas que subcontratavam as manufaturas locais partiram em busca de uma mão-de-obra ainda mais barata e dócil, com menos impostos, menos protegida pelos Estados e pelos sindicatos. Sobrou, por aqui, o trabalho à peça, domesticado, a desindustrialização e o desemprego¹⁴.

13 Uma idêntica situação é referida por Inês Fonseca para as mulheres da Baixa da Banheira, nos arredores de Lisboa (FONSECA, 2012, p. 133-143).

14 Uma das costureiras entrevistadas pela produtora Illa Bufarda para *Fios fora* (2015) designa o tempo actual como *uma tristura*, devido às *máquinas mudas*, porque as mulheres gostavam de coser.

Há uma estrutura atomizada de autoemprego e microempresas com alguma volatilidade, evidenciada pelo seu aparecimento e desaparecimento rápido¹⁵. Em 2011, entre as empresas de todos os tipos registadas na comarca, 51% tinham sido criadas nos últimos quinze anos, havendo registo da desarticulação de grande parte das que se dedicavam aos têxteis e à confecção no mesmo período. Parecem efémeras, cumprindo um ciclo e, quando atingem um limite, mantêm-se pouco tempo, declinando durante um período de crise. Esta volubilidade coíbe as possibilidades de ação colectiva, sem assinalável desenvolvimento das contradições.

A comarca fica distanciada da rede ferroviária, o que impede a ligação directa com Madrid. O traçado do comboio de alta velocidade, que ligou a Galiza com a Meseta, distancia a comarca desse elo. *Menos mal que nos queda Portugal*, cantavam os *Siniestro Total*: no mesmo relatório, salienta-se o carácter transfronteiriço da comarca, com influências mútuas fortes entre o norte de Portugal e esta zona da Galiza. Tal como havia registado no caso português (GODINHO, 2011; GODINHO, 2012), através de uma região transfronteiriça, supera-se a periferia com Madrid e Lisboa, com liames políticos que transcendem a relação com os Estados centrais e conquista ela própria centralidade, através de programas europeus comuns, como a constituição da *Eurocidade* de Chaves/Verín, em 2012.

A desarticulação da indústria em nível local é concomitante à insistência no sector do turismo, com o levantamento de recursos susceptíveis de atrair visitantes: a paisagem, com destaque para a bacia do Tâmega e os bosques de montanha; as águas com valor terapêutico, conquanto os balneários estejam inativos; o património histórico, que integra o castelo de Monterrei, várias igrejas, um castro; o património cultural, nomeadamente através de várias sendas

15 Os números reportam-se igualmente à zona da Limia, pois o documento de que se dispõe é conjunto. Cf. UPD LIMIA VERÍN, 2011a; 2011b.

dos caminhos de Santiago, de diversas manifestações de interesse turístico, como os *Entroidos* de Verín e Laza, da feira do Vinho de Verín e de várias festas locais.

3. Tempos e práticas económicas: ganhar a vida

*Al principio iban de casa en casa com la máquina en la cabeza, bajo un molido hecho con trapos enrollados. Les pagaban los arreglos y les daban de cenar. Como lo hacían bien, enseguida montaron el taller. Dos máquinas, dos mesas com sus sillas, un retrato del Generalísimo y dos mulleres” (Cristina Sánchez Andrade, *Las Inviernas*, 2014, p. 42).*

Durante um tempo longo, o centro da actividade nesta zona foi a agricultura, centrada na casa como unidade de produção e de reprodução. Esses núcleos basilares da produção e reprodução estavam associados a um nome, às terras, aos edifícios, às alfaias e aos seres humanos, num mundo rural de proprietários, lavradores e jornaleiros, com formatos diversos de acesso à terra, que deixavam numa posição marginal os jornaleiros pobres, muitos pastores, caseiros, criados de lavoura. Nesse tempo longo, em diálogo com outras etnografias acerca da área, identifiquei cinco estratégias de perpetuação das casas: (1) um sistema de herança pautado pela unigenitura, que marginalizava uma parte dos herdeiros em relação à transmissão da propriedade, responsável pelos elevados índices migratórios para a América do Sul; (2) uma gestão do celibato do conjunto de irmãos que não acedia à *mellora*, e que permanecia em casa, associada à produção de filhos bastardos entre as mulheres jornaleiras; (3) a manutenção de formatos de família complexa nos grupos de proprietários e lavradores abastados, com forte centripetia da casa, que respondia adequadamente à manutenção de um lugar na estrutura social; (4) a residência predominantemente patrilocal, e

também natolocal, após o casamento; (5) a utilização de formatos de trocas de trabalho inter-casas, com carácter qualitativo, com circulação gratuita de mão-de-obra, porque a reprodução social requeria a complementaridade entre as casas, nos momentos em que era necessária mais mão-de-obra. As restantes tarefas eram enquadradas no âmbito da casa, na qual poderia caber às mulheres fazer a costura, no âmbito dos cuidados com os seus. Em famílias de mais posses, esse trabalho poderia ser contratado a mulheres que se haviam especializado, e que poderiam ser itinerantes.

Embora com emigração para a América do Sul, a continuidade desse formato económico ter-se-á mantido até ao ciclo migratório europeu dos anos de 1960-70, década em que se verifica um fluxo de gente com destino a vários países. Quando se iniciou a desarticulação deste modo de produção camponês, que foi marcante em ambos os lados da fronteira, nesta região de pequena e média propriedade, abriu-se caminho a uma segunda forma, que adequou uma aptidão adquirida pelas mulheres. O trabalho da costura, que fora realizado de modo itinerante, ou dentro de casa e para um círculo estreito, começa a associar-se a uma nova modalidade, no âmbito da produção capitalista: a confecção de pronto-a-vestir, com várias possibilidades de organização local. Os baixos salários pagos contavam frequentemente com um suplemento, provindo do trabalho extra em terrenos familiares, numa transição entre a agricultura e a produção têxtil com interstícios aproveitáveis, que permitiam viver melhor.

Verin é berço de modistas, como diziam várias pessoas ao longo das entrevistas, uma expressão que emblematiza a relação das mulheres locais com as actividades ligadas à costura; gente que lida com os fios, os tecidos, as linhas. *Linea*, do latim, remete para o fio de linho, e *texere* para a tecelagem, de que derivam os termos têxtil ou tecido, com uma miríade de fios entrelaçados (INGOLD, 2011, p. 84).

As relações de produção capitalistas penetraram devagar, por vezes eivadas por modos de patrocínio, recobertos por paternalismo, pela ênfase no local e num modo corporativo de o conceber, embora os ritmos de trabalho se intensificassem. Os fios entrelaçavam-se, a costura des-domesticava-se e o controlo da produção escapava agora ao domínio da casa. As novas condições de produção capitalista do pronto-a-vestir poderiam voltar a usar a casa, como se verá, através de uma re-domesticação de tarefas de confecção, num dos formatos de organização do trabalho, aprimorados ao longo das décadas de '80 e '90, que permitiram edificar um localismo corporativo, ao responderem a situações diferenciadas quanto às dimensões e organização das empresas desse sector.

Em primeiro lugar, tem-se a *grande empresa*, que pertence a um estilista local reputado, onde as condições de trabalho tiveram melhorias progressivas, sobretudo devido a uma severa inspeção do trabalho, em resultado de uma denúncia. Com uma mão-de-obra especializada, numa zona em que o saber técnico das mulheres é significativo, o costureiro afamado produz em Verín a sua coleção destinada às *passerelles*, e mantém no local a administração e as tarefas de criação, realizadas por pessoal especializado, com formação técnica e artística. As mulheres que ali trabalham sentem que integram uma elite local de trabalhadoras, que se destacam pela sua reconhecida habilidade prática, não sendo despidendo o conhecimento da moda do ano seguinte, por antecipação, que constitui um ganho simbólico significativo.

Em segundo lugar, depara-se com manufacturas que integram cadeias de produção externalizadas. Uma cadeia é uma prisão a um ritmo de trabalho, a um lugar no processo de produção, e a tarefas em sucessão, como lembramos com Charles Chaplin, em “Tempos Modernos”. A separação entre os sectores de concepção das peças,

com os desenhadores de moda e os organizadores da produção numa sede, a que se segue a sua distribuição e execução noutro local, mantém o desligamento dos vários setores, como se notava em etnografias clássicas do mundo operário¹⁶. Aqui, o corte da roupa ocorre à distância e as peças são distribuídas já talhadas, a partir da empresa contratadora, através de intermediação. Nas manufacturas, pode haver três modalidades. A que congrega mais gente, abrange várias cadeias de produção em simultâneo, que trabalham para várias marcas reputadas da moda (e para o estilista local), ou para outras de consumo popular. Todas essas marcas externalizam uma parte ou a totalidade da produção, e descarregam-se dos custos das máquinas, do recurso ao crédito, da contratação das costureiras e engomadeiras, dos descontos para a segurança social, ou dos seguros de trabalho. De modo irónico, vários sindicalistas referem o “milagre” do crescimento das fortunas, assente nestes custos que foram descartados, remetidos para uma dimensão local. As empresas que dão marca às peças são acusadas de irem reduzindo o preço por peça confeccionada. Enquanto se engrandeciam, sem recorrer ao crédito, os proprietários das manufacturas tinham de endividar-se para modernizarem o equipamento e comprarem novas máquinas, devido à baixa tendencial da taxa de lucro.

Para os empresários que se lançaram na manufactura e montaram oficinas, ao longo dos anos 1980 e 1990, o negócio dependeu da sua resposta ao ritmo de produção imposto pelas empresas que externalizavam trabalho, capacidade de se mecanizarem, e da iniciativa. A confeção, ao contrário de outras produções, é fácil de transferir para paragens de mão de obra mais barata e com menos direitos, pois os produtos não são perecíveis, não quebram, nem se deterioram no

16 Sónia Ferreira, referindo-se às operárias de diversos setores em Almada, nos anos 1940 e nas décadas seguintes, registava essa diferença entre dois mundos, de qualquer modo, mais perto entre si: os dos trabalhadores administrativos e os da execução (FERREIRA, 2010).

transporte. A regra é confeccionar onde a mão de obra é mais barata e vender os produtos onde existe maior poder de compra – ou seja, uma camisa pode dar a volta ao mundo.

Ainda que aparentemente as condições locais – baixos salários, incentivos variados, desregulamentação do trabalho – permitissem grandes lucros, as empresas do *logo* (KLEIN, 1999) transferiram a produção para locais com custos mais baixos de mão de obra, e para o trabalho doméstico. A pressão da deslocalização fez descer ainda mais os custos de produção local, devido ao recurso a dois níveis de distribuição do trabalho: (1) às trabalhadoras domésticas, sem mobilidade devido à dependência das suas casas em relação aos salários dos seus membros, que estão associados a uma dada localização; (2) à utilização de manufacturas, algumas das quais ilegais, filadas através do crédito, da semilegalidade e da localização. Ou seja, a deslocalização e posterior realocação da deriva da produção pelas empresas que dão marca dos produtos costurados, reproduzindo em moldes idênticos ou agravados as modalidades de exploração localmente experimentadas, não pode ser acompanhada de uma idêntica circulação das unidades de produção que se encontram abaixo, assentes na localização e, no nível mínimo, centradas na própria casa da família. Como salientam Boltanski e Chiapello, citando C. Lyon-Caen, ao externalizar a produção, os empregadores mantêm as mãos livres através de um conjunto de procedimentos: (1) limitam as suas obrigações, não tendo de pagar indemnizações por despedimento; (2) os salários intermitentes permitem o trabalho ocasional e dificultam a distinção entre o trabalhador independente e o assalariado; (3) aproveitam a vantagem das novas situações jurídicas, como os estágios, os contratos emprego-formação, em que se tornam ao mesmo tempo empregadores e formadores; (4) podem recorrer a empresas de trabalho temporário, que lhes fornecem uma

mão-de-obra móvel, barata, sem direitos sociais, convencionais ou estatutários, reduzindo o número de funcionários contratados; (5) recorrem à “filialização”, à “prestação de serviços”, ou constroem as suas próprias empresas de trabalho temporário (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 303-304). Ao mesmo tempo que distanciam de um lugar, descontextualizam e afastam as pressões sociais e morais.

No caso estudado, só o estilista local mantém em Verín uma unidade de produção maior, cumprindo inevitavelmente as leis, honrando os compromissos com os sindicatos, e recorrendo a formas paternalistas. Numa teia de proximidade, com as costureiras inseridas no seu contexto de referência, criam-se mais condições para uma *economia moral* (THOMPSON, 1971), com os empregadores a terem de observar as suas obrigações cívicas e legais. Porém, como demonstra Jane L. Collins (2002, *cit.* EDELMAN; HAUGERUD, 2005), cada vez mais o capital e o trabalho estão fisicamente distanciados. No seu estudo acerca de uma empresa têxtil de malhas, com uma fábrica que permaneceu na Virgínia durante 57 anos e se deslocou depois para o México, Collins recorda-nos que quando os patrões se encontravam frente a frente com os trabalhadores, tinham de acordar com estes uma distribuição mais ajustada das recompensas e dos esforços pedidos, atendo-se a padrões de justiça. Numa espécie de economia moral, para a qual contribuiu a organização dos trabalhadores e o sindicato, essa vertente da decência que edificava as relações deixou meros resíduos quiméricos na passagem para o México. Os patrões alegaram pressões competitivas para a abertura da nova fábrica e para o encerramento da anterior. No México, os trabalhadores passaram a ser empregados por uma empresa sem ligação à sua comunidade, que subcontratava e diluía a ligação. Ao realizarem um investimento mínimo nos sítios onde vai decorrer a produção, pela sucessiva externalização do trabalho, os empresários deixam

pegadas ténues. A autora alega que é a mobilidade das empresas e a construção que estas fazem de processos de produção desenraizados que se torna decisiva no corte entre empregados e empregadores dentro dos espaços em que ocorre a reprodução.

Nas décadas de 1980 e 1990, o ritmo era acelerado nas manufaturas de Verín, e admitiam-se quase todas as mulheres que se apresentassem. Dificilmente estas trabalhadoras se mantinham, porque as condições eram muito duras e não se cumpria o que constava dos contratos. Havia também mulheres imigrantes, sobretudo sul-americanas¹⁷. Na viragem do milénio, alguns agentes locais tentaram erguer uma “Plataforma para o desenvolvimento da comarca de Monterrei”, que implicava outras regras. A grande companhia mundializada desativou então a contratação em nível local, e partiu para paragens de mão-de-obra mais barata, com menos direitos, onde a deriva da produção tivesse custos mais reduzidos, e frequentemente desprezando as condições de segurança laboral, como sucederia em tantas situações.

Estas manufaturas podem ser de capacidade variada, desdobradas em pequenas cadeias de produção, dirigidas frequentemente por uma mulher, que comprou as máquinas, ou que administra o *taller* de alguém que as comprou, com fundos próprios ou recorrendo ao crédito bancário. Como primeira entre iguais, essa mulher cose, distribui e organiza o trabalho de oito a doze costureiras. Como notam Boltanski e Chiapello, nas indústrias de vestuário houve um incremento da taylorização, que recuou noutros domínios do setor secundário (1999, p. 293). Estas cadeias de produção únicas recebem da empresa contratadora as peças já cortadas, encarregam-se de as coser, montar e transformar em produto final, verificado quando

17 Sobre o trabalho dos imigrantes, o *Plano de Empleo* delinea um conjunto de medidas que proteja os trabalhadores nessas condições, mais fragilizados que aqueles que dispõem de uma rede social local (*PLAN DE EMPREGO*, 2011, p. 47).

é entregue. Foi este nível de pequenas empresas que mais sofreu com a desarticulação da produção local, afogadas pelo crédito, pois não puderam seguir o formato de “*fábrica andorinha*”, que segue atrás das vantagens dos incentivos fiscais e da mão de obra mais barata (KLEIN, 1999, p. 248), podendo ser um desdobramento de subcontratação pelas manufacturas maiores. Quando a produção de confecção se deslocou para Portugal, Marrocos, Macedónia, Bulgária, Turquia, China, Bangladesh, ou outros países, tiveram de arcar com as dívidas¹⁸.

Uma terceira possibilidade de organização da produção, num nível abaixo, foi muito característica nas décadas de 1980 e 1990: um conjunto de mulheres criava uma “cooperativa” e comprava as máquinas, com o apoio de subsídios e com empréstimo bancário. Este formato alimentava a ideia de que cada mulher podia montar a sua própria empresa com baixos custos, conquanto não empregassem mais ninguém, pois não haveria máquinas disponíveis, ou só o faziam em momentos de grande intensidade de trabalho e/ou quando alguma delas ficava impossibilitada – por parto ou doença. Em princípio, embora o termo “cooperativa” sugerisse formas de trabalho em equipa, o esforço de constituição destes grupos passava por uma avaliação das cooperantes, de modo a que a capacidade, o conhecimento, a experiência, a energia e a persistência fossem maximizados. Frequentemente, cada mulher contribuía só com a sua própria máquina. Neste nível, a quantidade e a qualidade de trabalho são alvo de comparação entre companheiras, e a redistribuição equitativa do rendimento entre todas gera tensões internas, com uma grande atenção em relação ao que cada uma faz, já que o pagamento pelo trabalho realizado é idêntico.

18 Parece cumprir-se o que Marx demonstrava, com a substituição do trabalho especializado por não-especializado (embora longínquo, é mais barato e submisso), de trabalhadores maduros por imaturos, de homens por mulheres. Com *retranca*, o formato comum do humor atribuído aos galegos, uma mulher sugere que a Xunta de Galícia também poderia ser enviada para a China, porque provavelmente também seriam menos onerosos nos custos de administração.

No documentário *Fíos Fora* (ILLA BUFARDA, 2015), um empresário salienta também a “tradição” galega da confecção, realçando que, nos anos de 1980, era fácil montar uma empresa no setor, pois havia saberes disponíveis para tal. Nessas empresas, que pululavam, as mulheres ainda podiam levar trabalho para fazer em casa. Dentro das manufaturas, havia quem cumprir metas. Em casa, o trabalho era pago à peça e algumas vezes, quando os patrões mantinham salários em atraso, eram ressarcidas “em géneros”, ou seja, através das roupas confeccionadas e que não tinham sido escoadas. Esta quarta modalidade, em que o trabalho é realizado em casa, passa pela distribuição a costureiras isoladas das peças a executar, conseguindo descer ainda mais os custos de produção. Neste nível, uma só trabalhadora executa em sua casa as peças, que são distribuídas por alguém ligado às grandes cadeias têxteis, potencialmente em situação de a-legalidade e sem quaisquer direitos. Estas mulheres são suscetíveis de serem utilizadas só em momentos críticos, e descartadas após a execução de uma dada tarefa. São contratadas para realizar trabalhos morosos, que podem requerer um elevado nível técnico, como os bordados, as roupas de festa, os vestidos de casamento ou baptizado, ou que exijam tarefas feitas à mão, como os forros, a aplicação de rendas e lantejoulas, ou o ajur. Se essas tarefas fossem realizadas numa manufactura, encareceriam o custo da mão de obra. Nesta última modalidade, que responde ao repto do empreendedorismo, a re-domesticação do trabalho não se confunde com a do modo de produção camponês, que se identificou em primeiro lugar. Tal como lembram Susana Narotzky e Gavin Smith (2006), há que distinguir *trabalho de casa* e *trabalho em casa*, o primeiro correspondendo às tarefas domésticas, o segundo à realização de tarefas de manufatura nas suas residências. Embora decorra em casa, o controlo da unidade familiar sobre esta forma de

produção é escasso. As mulheres seriam alegadamente beneficiárias, sentir-se-iam mais livres trabalharem por conta própria, em casa, e mais disponíveis para flexibilizar os seus horários, de acordo com os ritmos da sua família. Aparentemente, favoreceriam vários corpos da sociedade: a família, a empresa, a economia nacional. Porém, porque cada uma receia ficar excluída da redistribuição do trabalho, por incapacidade técnica ou por condições inerentes à sua vida e à sua família, sob grande pressão e vulnerabilidade. Os elementos do agregado podem ser integrados no próprio processo pelo membro da família que recebe trabalho para fazer em casa. Como notam Susana Narotzky e Gavin Smith (2006), torna-se evidente para os que estão envolvidos no processo que os membros mais frágeis da família - as crianças, os velhos, os deficientes ou os doentes - são um obstáculo que dificulta alcançar as metas. Pagas à peça, trabalham até muito tarde, num ritmo autoimposto. Se, ao longo do dia, as mulheres não conseguem levar a cabo as tarefas que lhes são consignadas, levantam-se de noite: há que cumprir as metas de produção para continuar na lista da distribuição de trabalho.

As empresas que entregam as peças a coser asseguram a intensidade do trabalho sem ter de o vigiar, e concentram a inspeção na qualidade do produto final, um momento de tensão para a costureira. Este contrato por peça pode igualmente existir nos níveis anteriores na empresa do estilista local e nos *talleres*, diluindo-se sucessivamente à produção, pois cada mulher encarrega-se de arranjar outras e de as remunerar, a partir do que ela própria recebe, numa cadeia em que cada uma tenta pagar cada vez menos. O salário à peça, a partir do trabalho realizado em casa, é recoberto com uma ideologia assente na liberdade, no empreendedorismo, na independência e autonomia das costureiras, na possibilidade de concatenar a esfera reprodutiva e os cuidados com o trabalho

produtivo. Serve para aumentar o horário e o ritmo de trabalho autoimpostos, com as mulheres a serem descartadas nos momentos em que a produção escasseie, e sobre-exploradas quando a apresentação de roupa de uma dada estação seja premente.

Se estivessem num *taller* ou na manufactura do grande costureiro local, estas costureiras teriam pausas de refeição e um momento, mesmo que adiado, de finalização do trabalho, a partir do qual começava o descanso e o ócio. São elas que prolongam a jornada de trabalho, embora o preço por cada peça permaneça constante. Por outro lado, as tensões, as contradições e os conflitos inerentes à produção decorrem no nível circunscrito da casa. Pelas características da distribuição do trabalho e da execução à peça, que assume a forma de encomenda, as entidades responsáveis pela distribuição, frequentemente empreiteiros introduzidos entre as costureiras e a empresa ligada a uma marca, transitam entre uma relação de patrões e clientes.

Estes quatro formatos produtivos (manufactura com várias cadeias de produção, só com uma fidelizada a uma empresa contratadora, cooperativa”, trabalhadora isolada) desencarregam a entidade que encomenda um dado produto quer da compra de maquinaria, quer de todas as despesas com a segurança social, os seguros contra acidentes de trabalho, as despesas de saúde etc.

A organização da produção de pronto-a-vestir em Verín desvaneceu-se e deu origem a uma nova fase, detectada a partir do final da década de 1990, e, de modo acentuado, desde o início do novo século, quando abrandou a contratação de mão de obra feminina local, devido à transferência da produção para outros pontos do globo, com recursos a trabalho ainda mais barato, menos vigiado, sem seguros nem descontos para a segurança social, na China, nas Filipinas, no Bangladesh, em Marrocos, na Tailândia, no Brasil. Em

Verín, seguiu-se um doloroso período de desemprego no sector, reflectindo localmente a crise mundial capitalista, a que se juntou uma bolha imobiliária, que também debilitou a mão-de-obra masculina, na construção civil.

Acompanhando um movimento mais recente de saída de gente, que deixou puída, envelhecida e sem esperança a sociedade local, vem-se assistindo ao retorno de formatos de contratação, mais gravosos e com mais baixos salários, como se o período de carência de emprego tivesse servido para disciplinar a mão de obra. Ainda que a produção local tivesse abrandado no decurso da primeira década do séc. XXI, recentemente vem sendo retomada. Em agosto de 2012 foi-me referido que uma destas empresas estaria a contratar, e que uma outra teria mais carros estacionados à porta do que nunca, sinal de que aumentara a procura desta mão-de-obra, num momento de crise tremenda de emprego. As mulheres deslocam-se de automóvel para estes talleres mais periféricos, partilhando a despesa. Por vezes, residem na periferia de Verín, em aldeias ou nas sedes dos concellos vizinhos, e fazem o movimento pendular inverso.

Demonstra Silvia Federici (2013, p. 109) que

la globalización del mundo económico ha causado una enorme crisis dentro de la reproducción social de las poblaciones de África, Asia y Latinoamérica, y que sobre estas bases se ha asentado una nueva división internacional del trabajo que se aprovecha del trabajo de las mujeres de estas regiones en beneficio de la reproducción de la mano de obra «metropolitana».

A autora refere a existência de uma Nova Divisão Social do Trabalho, a que se procedeu desde finais dos anos 1970, e que implicou a deslocação para países “em vias de desenvolvimento” de formatos de produção que precisavam de trabalho intensivo, como

o têxtil e a electrónica. Concomitantemente, através da canalização de fundos estatais, mantêm-se subsídios que continuam a centrar-se no trabalho, cursos diversos, artifícios variados, numa ilusão da manutenção do emprego do passado.

4. Uma Nova Divisão Social do Trabalho: mulheres, reprodução e resistências

Numa tarde de Verão, fiquei num café de Verín, à espera de uma mulher que ia entrevistar. A entrevista fora combinada, mas a costureira avisaria que não conseguia chegar a tempo: tivera uma encomenda de várias dezenas de vestidos de noiva por parte de uma marca e, por ser verão, estava com dificuldade em conseguir “ajuda”. Ou seja, ela própria recrutaria familiares, amigas, vizinhas, a quem pagaria uma parte do que lhe seria atribuído, e cada uma executaria as tarefas em casa, replicando o que sucedia com a contratadora informal. Como se tratava de um trabalho altamente especializado – como sucede igualmente com os vestidos de festa e de baptizado –, era difícil conseguir outras mulheres que lhe dessem confiança técnica. Embora se salientasse o elevado nível técnico desta costureira, para poder cumprir as encomendas o trabalho, era desdobrado por outras. Estas situações de contratação por campanha são particularmente inseguras: no final pode não existir outro contrato, numa situação periclitante. Num caso limite de “flexibilidade”, a trabalhadora só é contratada enquanto faz falta para uma dada tarefa. A seguir, o contratador de mão-de-obra desembaraça-se dela, sem mais encargos.

Nos trabalhos de confecção, na zona de Verín, as mulheres são a mão-de-obra quase exclusiva¹⁹. São da primeira ou da segunda geração que procurou emprego fora da agricultura, mas que mantêm

19 Na fábrica do grande costureiro local, embora não houvesse nenhum homem a coser, eles trabalhavam na secção de corte, ou seja, no trabalho mais especializado, criativo e bem remunerado.

ligações quase constantes com ela. Socializaram-se na vila, num modo de vida urbano, em que sair à rua, dirigir-se ao local de trabalho e encontrar-se com as companheiras implicam um uso do espaço público distinto do modo de vida rural. Todas têm relação com as aldeias, e é frequente que, ao fim de semana, recorram à casa dos pais, dos sogros ou dos avós, para trazer produtos da horta, fruta, ovos. Grande parte delas são filhas de emigrantes, que saíram desta zona rural entre o final da década de 1950 e os anos 1970, podem ter passado algum tempo com os seus pais no estrangeiro, mas voltaram frequentemente antes da escolaridade, que decorreu perto dos seus avós. Envolvidas numa teia social, com múltiplos fios que se entrecetem – o parentesco, a amizade, a vizinhança, o compadrio –, a maioria conseguia agenciar melhores condições, através da circulação por manufaturas ou cooperativas. Com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos, estas mulheres põem em jogo as possibilidades abertas por uma memória genealógica, local, de ofício, e fazem uso de um conjunto de dispositivos sociais e de modalidades variadas, entre as regras ou as leis – do trabalho, por exemplo –, e as estratégias.

Numa situação de abundância de trabalho, a circulação de mulheres entre empresas ou no trabalho doméstico dependia de três fatores: (1) o adestramento técnico e a rapidez na execução do trabalho, que facilitava a contratação; (2) as condições de trabalho, que tornavam a mão-de-obra estável ou instável; (3) o entendimento subjetivo de uma situação de vantagem, num momento determinado da vida pessoal. Nas entrevistas, emerge constantemente a referência a um horário de trabalho com hora fixa de entrada, mas com uma hora de saída difícil de determinar, com uma “flexibilização” banalizada do horário de trabalho: de horário suplementar, passível de pagamento extra, este tempo extraordinário constituía um horário complementar, não pago, num prolongamento do dia que faz baixar

o preço do trabalho. Mais frágeis estão as imigrantes, sobretudo sul-americanas, que foram referidas nas entrevistas, e a quem não acedi diretamente, alegadamente dispostas a aceitar condições draconianas, com horários de trabalho legais que não se cumprem. O direito à licença por maternidade não era necessariamente cumprido. No caso de duas das entrevistadas, por razões precisas, puderam aceder ao direito à licença de parto e aleitação. Uma delas era trabalhadora descontínua e as suas gravidezes e partos coincidiram com o período em que não trabalhava.

No passado, a aprendizagem do trabalho têxtil e de confecção envolvia aprender as regras do ofício e não uma formação escolar. A partir dos anos 1980, as instituições nacionais e autonómicas criaram um conjunto de cursos técnico-profissionais, que apresta e avalia o conhecimento de competências técnicas, legitimadas por diploma.

O estudo de caso com estas costureiras permite entender também o modo de reprodução: as tarefas de cuidados com os mais frágeis e as que se destinam à manutenção de um agregado escapam à contabilidade. Se é frequente falar da dupla jornada feminina, salientando que o trabalho das mulheres não termina quando saem do local de trabalho, no caso das mulheres que executam em casa o trabalho, a situação tem outra complexidade. Algumas salientam que foi desse modo que puderam criar os filhos e obter um rendimento para si: a reprodução é garantida pela manutenção das mulheres em casa, adaptando-se aos horários e às necessidades dos filhos, apoiando os doentes e os idosos. A segunda jornada é, neste caso, praticamente simultânea, ou pode conduzir as mulheres a erguerem-se de noite para terminar uma encomenda. O apoio à família, marcado pelo cuidado, não tem valor reconhecido, e empurra o trabalho que dá rendimento para outros momentos do dia e da noite, num esforço inusitado e desgastante. Por outro lado, se é frequente olhar para a

situação das mulheres operárias, dentro de casa, como “subalternas dos subalternos”, pela dominação de género, também se depara aqui com nuances: o desdobramento do trabalho pode usar vários elementos da família, quer do próprio grupo doméstico, quer de um nível extenso, mobilizando os mais novos e os mais velhos²⁰. Os amigos, os vizinhos e os parentes são fundamentais quer nos contactos que permitem aceder ao trabalho, quer no desdobramento das tarefas, através da activação de redes horizontais. São também importantes os laços com as chefas (donas ou responsáveis pelos *talleres*), bem como com os distribuidores de roupa para coser, que garantem a contratação.

O trabalho, domesticado e assimilado a uma tarefa caseira, não pode ser inspecionado. É a própria mulher a impor-se o ritmo e o horário, tendo que se inscrever ela própria como trabalhadora independente – ou empresária em nome individual, o que explica os altos números locais desta categoria – na segurança social, pagar o seu próprio seguro, ou optar por não o fazer, subtraindo no presente esses custos de antecipação do futuro. Em situação de crise, as vidas só podem manter-se ou melhorar através de longas horas de trabalho, com recurso ao movimento, à adaptação, à partilha de recursos e ao auxílio mútuo, havendo que articular um forte sentido de responsabilidade intrafamiliar. Embora a casa seja a unidade de produção – como sucedia na *casa* camponesa – subverte-se o núcleo doméstico, num processo que não controla, em que lhe escapa muita capacidade decisória.

A informalização, a *flexibilidade*, ou a dispersão da produção, fundem, com fronteiras pouco nítidas, as empresas e as casas, os empresários e trabalhadores, os mercados e redes de troca. Através

20 Cristina Borderias demonstra que o Estado espanhol tentou regular o trabalho das mulheres, contra os patrões e contra elas próprias. Acabou por reconhecer-lhes o direito ao trabalho, subordinado a uma economia familiar (BORDERIAS, 2007). Uma idêntica situação foi detetada por Inês Fonseca para as mulheres que cosiam ou faziam tricôt à máquina ao domicílio, numa freguesia a sul de Lisboa (FONSECA, 2012).

da derivação da produção, os contratadores do trabalho das costureiras podem dissimular-se como empregados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 303)²¹. Nos diversos níveis, salvo no de visibilidade total associado ao nome da empresa – quando a marca também se apresenta na própria fábrica –, os ritmos de trabalho podem ser desenfreados, com as características próprias do respectivo patamar de produção.

Num documentário de 2015, *Fios fora*, de Illa Bufarda, vários empresários têxteis galegos salientam que, para que o setor seja dinâmico, tem de ser flexível. Por outro lado, são enfáticos quanto aos benefícios que o sector trouxe às mulheres galegas, considerados mais importantes do que aquilo que consideram como pequenas infrações. O termo usado é “ajuda” àquelas que não poderiam trabalhar de outro modo, o que subvaloriza o lado da economia submersa. Assim, quando “davam” trabalho – e mesmo tirar alinhavos em casa já era uma “ajuda” -, complementavam o rendimento doméstico. O que resultava do trabalho das mulheres era, então, uma dádiva e uma ajuda, em que o aumento da produtividade conduzia a que todos fossem ganhadores. Também, no caso de várias das costureiras entrevistadas, é salientado que se ganhava pouco, mas que era um dinheiro que permitia fazer face, com outra largueza, aos custos da vida no âmbito de um agregado doméstico. Por outro lado, os empresários salientam que foi sempre fácil entenderem-se com o poder político, porque o setor era fulcral para a Galiza, prevalecendo uma visão corporativa, que responderia ao repto da internacionalização.

As vidas das pessoas, embora suscetíveis às alterações, enquadram reflexos de um *habitus*, através do qual delineiam estratégias, com base nas possibilidades. As rotinas podem ser pegajosas, sustendo seres humanos desarticulados entre si, sem esperança e sem descortinarem

21 Como refere João Carlos Louçã, num trabalho acerca dos operadores de *call center*, há uma transmutação, que pode ir até à própria designação: o empregador passa de patrão a cliente (LOUÇÃ, 2014).

a capacidade de mudança das sociedades, presos a estratégias de curto prazo e de navegação à vista. Os dispositivos postos em ação recorreram à reserva de conhecimentos localizada, seja em termos técnicos, seja na rede social. As transformações sociais não decorrem de projetos a construir na história, mas, como apontava E. P. Thompson, são definidas pelas pessoas enquanto vivem a sua própria história (cit. BAPTISTA, 2013, p. 43). Como sugerem Susana Narotzky e Gavin Smith para o caso da zona da província de Alicante que estudaram, a construção das condições sociais que originam uma economia regional “flexível”, “sensível”, “adaptável” resulta de experiências históricas específicas e nem sempre agradáveis (NAROTZKY; SMITH, 2006, p. 177). Entender a relação entre os quotidianos que permitem resistir em tempos difíceis e a passagem a momentos acesos de luta, quando os seres humanos são empurrados além dos seus limites, do “trato humano”, da “economia moral” e da “*common decency*”, exige que se suba o rio da história. Num presente que parece um beco sem saída, vazio de futuro,

O reacerto entre a sociedade e a economia anunciado pela evocação da economia moral parece assim comprometido, tanto pelo objectivo e o âmbito das referidas normas, como pelo modo como estas podem surgir e ser concretizadas. Não é, assim, possível uma economia moral imposta pela sociedade. Tudo parece passar, afinal, pelo futuro que pode decorrer da luta persistente e continuada pela cidadania e pelo direito a viver com dignidade (BAPTISTA, 2013, p. 46)²².

22 As noções de *respeito* e *dignidade* emergiram várias vezes nas entrevistas. Eric Hobsbawm encara-as de forma dupla: por um lado, expressam a penetração dos valores *standard* e de classe média, enquanto, por outro, indicam igualmente uma atitude, sem a qual a classe trabalhadora teria dificuldade em organizar-se e os movimentos colectivos seriam impossíveis de construir (HOBBSAWM *apud* NAROTZKY; SMITH, 1996). Como lembram os autores, aceitar a exploração significa admitir trabalho árduo, por longas horas, com salário baixo e com a deterioração da saúde, mas não pode implicar falta de respeito por quem o leva a cabo. Há situações diferenciadas no que concerne ao que uma das entrevistadas denomina “trato humano”, que determina o nível de dignidade exigido pelas trabalhadoras, equiparável à noção de *common decency* de Orwell, que assenta numa sociedade que seja, em simultâneo, livre, igualitária e convivial (MICHÉA, 2013, p. 76). Na impossibilidade de finalizar de imediato com uma relação que é lesiva da dignidade, recorre-se ao *hidden transcript* (SCOTT, 1990), que é essencial em qualquer visão dinâmica das relações de poder. Pro-

Algumas soluções já testadas voltam a ser utilizadas. Tal como detetara ao longo do ano de 2012, numa revisitação a várias povoações do lado português da fronteira, no município de Chaves, também aqui as condições actuais converteram a agricultura numa possibilidade de garantir a sobrevivência em situações limite, ou de minorar as perdas, nos salários, nos subsídios e nas pensões.

Embora um *Estudo Socioeconómico* encomendado pelo município fizesse ênfase numa área específica dedicada à prestação de serviços aos idosos, destinada a melhorar a sua qualidade de vida e a ajudá-los no domicílio, através de teleassistência ou em centros de dia para a terceira idade (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 129-130), as entrevistadas frisam quase com ironia, que, com o agravamento da crise, os idosos que se encontravam nos asilos foram retirados para casa, passando as famílias a reorganizar-se, no limite, com as suas pensões. Na linha do que fora comum nas unidades domésticas do passado, nesta zona, a *casa* voltou/continuou a ser uma unidade de produção e de reprodução, adequando-se à informalidade económica neoliberal. Uma mulher refere que os divórcios terão diminuído, não porque o entendimento entre os casais tenha crescido, mas porque a casa seria devastada economicamente por uma separação. A família assemelha-se a uma empresa rentabilizada, seja como unidade produtiva, seja para aceder a um conjunto de bens ou às prestações sociais em momentos de crise.

O medo disseminado corrói as modalidades de resistência expressa. Os vizinhos de Verín e, nomeadamente, estas mulheres trabalhadoras têxteis que vivem o desemprego, ou aceitam draconianas condições de trabalho, não parecem estar motivados para manifestações de rua, convocadas por entidades sindicais ou partidárias, ou para os restantes repertórios de luta conhecidos. Reatam

cura-se com ele um processo de satisfação psicológica mais ou menos seguro, eventualmente arrasador da reputação dos empregadores, embora de escassos efeitos práticos.

o reconhecimento do presente e anteveem o futuro à luz do que ouviram relatar, com recurso à *mètis*, o conhecimento prático.

Além da coerção a partir *de cima*, também a concorrência entre as mulheres dificulta a sua organização. Assim sucede para conseguirem o posto de trabalho e, depois, para o manterem, com ritmos de produção muito elevados. Só em situações por demais gravosas recorrem ao sindicato ou à queixa junto das entidades que regulam o trabalho. Frequentemente, não o fazem nem nessas condições, pois receiam não voltar a ser contratadas por outras empresas, pela sua reputação de rebeldes. À repetição dos gestos no trabalho em cadeia, que exige um ritmo acelerado, junta-se à dos quotidianos, das vidas, num tempo que parece eternamente igual, naquilo a que Robert Linhart denomina a *morna atmosfera de prisão* (LINHART, 1978, p. 25), com as condições do trabalho em cadeia a assemelharem-se a um universo semipenitenciário (LINHART, 1978). Com frio no Inverno e a transpirar no Verão, o trabalho nas oficinas podem arrasar a saúde. Relatam o caso de uma mulher com cerca de 30 anos, com varizes, que engoma em pé durante um dia inteiro. As idas à casa de banho são também controladas, repreendendo-se a empregada que se demore ou com as use com frequência.

Embora uma das modalidades de condicionamento da mão-de-obra local passe pela sua desorganização e isolamento, que permitem que a pressão – ou mesmo a chantagem – pelos empregadores sejam factores de coerção, algumas condições particulares e/ou determinadas conjunturas podem ser surpreendentes. Duas das mulheres apontam percalços imprevistos que as encaminharam para a sindicalização, devido ao incumprimento da lei pelos empregadores. Amas trabalhavam então para o grande costureiro local. Neste contexto, quem passa a formas ofensivas, pode pagar com o desemprego e a retaliação essa ousadia.

5. Como poderemos ganhar o futuro, quando o *capital viv[e] em plena orgia*²³? O trabalho é um cadáver em busca de inumação

Os fracassos têm o seu papel nas vitórias, embora estas não devessem vir empapadas em sangue. A Comuna de Paris, em 1871, foi derrotada, mas o horário dos trabalhadores franceses reduziu-se. Numa parte da Europa, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os “três oitos” foram igualmente conquistados, com oito horas para dormir, oito para trabalhar e outras oito para fruir. Reduzir a duração do dia de laboração foi o resultado de uma luta acirrada, que se travou contra a assimilação do trabalho extra, que os proprietários dos meios de produção tentavam impor, frequentemente com o auxílio dos poderes públicos, por vezes além do próprio dia “natural” de 12 horas. Revisitar *O Capital* é perceber que as condições descritas para a Inglaterra da segunda metade do século XIX são hoje reencontradas noutros pontos do globo, abreviando as vidas ou interrompendo-as precocemente. Em 1866, as organizações de trabalhadores propunham as 8 horas como o limite do dia de trabalho²⁴. Porém, além de a aplicação desta limitação ter sido diferenciada por setor de produção e por local do globo, cento e cinquenta anos depois, assiste-se a um recrudescimento dos horários de trabalho no mundo capitalista de centro, e a uma criminosa aplicação de horários excessivos nos países de periferia e semiperiferia (WALLERSTEIN, 1974). Classificados como “emergentes”, numa ótica que confere ao capitalismo um carácter perene, assumem uma forma cuja rapina é globalmente concertada. Como nota Silvia Federici

23 Ver: Karl Marx, 1867, secção 3, cap. X, p. 172.

24 Em 16 de agosto de 1866, no caso dos Estados Unidos da América, no Congresso Geral dos Operários em Baltimore e, no início de setembro, no Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Genebra.

A finales de la década de los ochenta, solo el 14 % de las actividades manufactureras se llevaban a cabo en los «países en desarrollo», y el boom industrial se había concentrado en unas pocas áreas: Corea del Sur, Hong Kong, Taiwán y México (FEDERICI, 2013, p. 111-112).

Por outro lado, significou sobretudo uma espoliação dos recursos laborais desses mesmos países, num extractivismo humano que chega a matar por exaustão ou pelas condições de trabalho.

Assim sucedeu em 23 de Abril de 2013, quando ruiu um edifício de oito pisos, nos arredores de Dacca, no Bangladesh, matando 1050 pessoas e ferindo mais de 2400, segundo o *El País*, de 11 de Maio de 2013. Era uma tragédia anunciada: na véspera do desabamento, vários empregados alertaram os chefes e gerentes para a existência de fendas, que, tal como as forças de segurança, ignoraram os avisos. Nos dias que se seguiram à queda do edifício Rana Plaza, alguns dos 3,6 milhões de trabalhadores da indústria têxtil, sobretudo mulheres, cujo salário rondava os 32 euros por mês, vieram para a rua, manifestar-se raivosamente.

Estas fábricas do Bangladesh produzem roupa para algumas marcas ocidentais – Corte Inglés, Mango, Benneton, Primark, Loblaw, grupo PWT –, que se descartaram de responsabilidades. A fábrica que abateu tinha passado numa auditoria destinada a melhorar as condições laborais (*El País*, 27/04/2013). 70% das exportações e 17% do PIB do Bangladesh dependem da indústria têxtil, tendo sido este o terceiro acidente grave desde o Outono de 2012, segundo o *El País*. Depois de um incêndio em que morreram cerca de 100 trabalhadores, em Novembro de 2012, marcas como Tommy Hilfiger e Calvin Klein teriam assinado um compromisso para permitir auditorias independentes e a organização dos trabalhadores, segundo a mesma fonte. Eva Kreisler, da filial espanhola da

rede internacional *Roupa Limpia*, realçava que, quando os administradores de uma fábrica constatavam que não conseguia cumprir o prazo previsto, subcontratavam outra, tornando a indústria “*muito opaca*” a essas auditorias (*El País*, 27/04/2013). Numa fábrica que ardeu, em Janeiro de 2013, foram encontradas etiquetas da Inditex (ARRESTADOS..., 2013).

Segundo um estudo da OIT de 2002, o número de trabalhadores mortos por ano no exercício da sua função ultrapassa os 2 milhões. Além disso, a cada dia, morrem 5000 trabalhadores em acidentes de trabalho (RAMONET, 2009). Para *ganhar a vida*, antecipam a morte. Um dos sindicalistas entrevistados falava em *retorno ao paleolítico*, no tempo actual, em que se tornou aceitável gastar os recursos humanos e naturais até ao limite em cada local, partindo depois para outros locais e desencarregando-se de responsabilidades relativamente ao que deixam para trás. Em termos humanos, lembra a *fome canina de sobretrabalho*, na expressão de Karl Marx: o capital parece viver em plena orgia, conquanto “*até agora nem sequer a multinacional mais imponderável conseguiu libertar-se completamente do fardo dos empregados*” (KLEIN, 1999, p. 258). O desgaste rápido de mão-de-obra visa extrair máximas quantidades de mais-valia, transferindo-se eventualmente para outros locais. No passado, manifestava-se na dilatação do horário, na retirada dos momentos de descanso e de refeição, na utilização do trabalho das crianças, que tinham como desfecho a velhice e a morte prematuras, bem como a infelicidade das famílias. Nada que tenha mudado muito, em parte do globo, na actualidade.

O direito ao trabalho, que materializou tantas das lutas ao longo do século XX, é também o direito a ser explorado, prevenia Karl Marx. Como salientam Boltanski e Chiapello, a “crítica liberal” vê no “direito do trabalho o principal obstáculo ao respeito do direito

ao trabalho” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 306). Embora o capitalismo especulativo tenha sido uma prática condenável pela *economia moral* (THOMSPON, 1971) e mesmo pela ética protestante, bastou uma geração para que essa situação se alterasse. Para o “espírito do capitalismo” referido por Max Weber, havia uma asserção moral com cunho utilitário: devia ser-se honesto, porque essa era a forma de obter mais crédito, e o mesmo se passava com a pontualidade, a aplicação ao trabalho ou a frugalidade, consideradas virtudes (WEBER, 1974, p. 35). Na fase atual, as fantasias da abundância sem esforço e de derrotar o capitalismo com as regras do seu jogo salientam a capacidade “natural” de gerar lucro, sem esforço humano investido (HARDT, 1995, p. 39), atribuindo ao trabalho um papel lábil, numa equação ilusória entre a produção e o consumo (COMAROFF; COMAROFF, 2001). Segundo os autores, a ordem económica do tempo atual conseguiu concretizar o projeto intrínseco ao capital: a evolução da formação social, sem que o trabalho seja considerado a sua dinâmica principal.

A economia informal foi adquirindo proeminência nas sociedades ocidentais, com sectores da economia que antes operavam através de instituições relativamente estáveis, hierárquicas e burocráticas, a serem substituídos por alternativas menos visíveis, menos permanentes e menos estáveis (PORTES; CASTELLS, 1989). Essas modalidades estão a ganhar terreno na Europa e, sob distintos graus e formas, passaram a integrar a vida das pessoas, mesmo ao nível das economias nacionais, no que parece ser uma forma ainda mais rapace do capitalismo (NAROTZKY; SMITH, 2006). O crescimento da riqueza, aparentemente a partir do nada, resultaria do *capitalismo de casino* (COMAROFF; COMAROFF, 2001). Nas sociedades ocidentais agravaram-se as condições de vida, nesta *modernidade líquida*, em que os seres humanos se veem a correr sobre gelo que

quebra (BAUMAN, 2000). A lógica das marcas – o *logo*, segundo Naomi Klein (1999, p. 220), implica que as empresas não gastem os seus recursos em fábricas, máquinas e trabalhadores, mas antes “*nos patrocínios, na embalagem, na expansão e na publicidade*”, o que pode conduzir a uma margem de lucro de 400%. Mais, as marcas “mais fortes” são as que geram piores empregos (KLEIN, 1999, p. 303).

Devido ao formato de ave de arribação das unidades produtivas, o entendimento da dimensão de ganhar a vida requer uma abordagem global. Como nota Naomi Klein, a lógica das marcas conduz a que

Em vez de fazerem elas mesmas os produtos, nas suas próprias fábricas, «extraem-nos», de maneira muito semelhante às indústrias de recursos naturais que extraem urânio, cobre ou madeira. Fecham as fábricas existentes e mudam para o fabrico por empreitada, na sua maioria em zonas francas (offshore). E à medida que os antigos empregos mudam para o exterior, há algo mais que voa com eles: a ideia antiquada de que um fabricante é responsável pela sua força de trabalho (KLEIN, 1999, p. 221-222).

A necessidade de responder diariamente a condições de mudança, de oportunidade, de corte acelerado e, por vezes, radical, com situações anteriormente conhecidas, convoca um conjunto de práticas culturais e institucionais. A volatilidade da produção das marcas, assente no carácter das fábricas-andorinha, baseia-se numa característica que está na base do sistema atual: o capital circula rapidamente, a mão-de-obra é localizada. Os capitais fraudulentos circulam com facilidade e em total liberdade. O mesmo sucede com empresas em que o investimento fixo é mínimo, devido ao recurso do *outsourcing*. As pessoas concretas são muito menos móveis, e é o capital que vence o trabalho. De forma camaleónica, para maximizar os lucros,

produzirão onde a mão-de-obra for mais barata e venderão onde o nível de vida é mais elevado. É fácil montar circuitos de distribuição do trabalho que envolvam manufaturas ou trabalhadores isolados, noutros pontos do globo, com mão-de-obra ainda mais flexível, com menos direitos e menor salário.

Como o trabalho é a forma de ganhar a vida, a escolha é entre ficar ou partir. O movimento ou a fixidez constituíram escolhas, que as pessoas fazem, mas que também fazem pessoas. Assim sucede, num tempo de fronteiras que são muros, que vedam a circulação aos que procuram trabalho com dignidade, mas não aos capitais fraudulentos, e que premeiam com *golden visa* a lavagem de dinheiro. Os mundos criados por essas escolhas – a de partir ou a de ficar –, são o resultado de um conjunto de processos, a que a história não é alheia.

Numa obra recente, Michel Agier (2013) alerta-nos para este momento longo de incerteza que se instalou no mundo, com vidas que permanecem precárias durante cada vez mais tempo, numa rotinização da precariedade que lhe retira a estranheza, no qual as materialidades provisórias penetraram áreas variadas. Se a etnografia deste texto se reporta a uma localização de fronteira, as vidas parecem paradoxalmente instaladas na *liminaridade*, no sentido que Arnold van Gennep e Victor Turner deram ao termo. Os interstícios urbanos, as economias informais ou as margens do Estado são realidades desta grande avançada da fragilização mundial, num tempo em que os contornos de um proletariado global são fantasmáticos. As pessoas entrevistadas vão organizando as suas vidas, marcadas pela incerteza do momento e pela remissão para o imediato (AGIER, 2013).

Cumpre-se a proposta deste texto, ao encarar o trabalho local num tempo longo, em quatro momentos: (1) o modo de produção camponês, com reflexos até aos anos 1960-70; (2) a desarticulação

pelos processos migratórios e a penetração local da confecção; (3) os formatos capitalistas que usaram diferentes estratégias e modos de produzir, até a trabalhadora isolada; (4) a desarticulação da produção local e sua retirada, com o desvanecimento do emprego, detectando-se formas de retorno da contratação ainda mais gravosas, depois de disciplinar a mão-de-obra com tempos duros de carência. A dúvida dolorosa do sindicalista que perguntava, no verão de 2017, pelo fim do trabalho, abre caminho a novas questões, ainda sem resposta. Norbert Trenkle, no prefácio à edição portuguesa do *Manifesto contra o trabalho*, instava-nos a pensar que

Com o colapso do trabalho entra também em colapso o fundamento da sociedade capitalista, dando origem a um fundamentalismo do trabalho, de cunho marcadamente religioso, que pretende salvar o que já não pode ser salvo, nem que seja pela força (GRUPO CRISIS, 1999, p. 9).

Como viver nesse mundo que se delinea e do qual ainda só temos traços ténues? Ganhar a vida significou, longamente, uma condenação ao trabalho. A experiência parece, assim, remeter-nos para um horizonte de expectativa que pressuporia continuidades, através das *práticas possíveis* (GODINHO, 2017). Talvez precisemos atingir o céu com uma escada, como apontava um camponês andaluz ao antropólogo Jerome Mintz. Ou seja, o desafio pode ser pensar também o impossível.

Referências

AGIER, Michel. **La condition cosmopolite**: l'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire. Paris: La Découverte, 2013.

ARRESTADOS los dueños de la fábrica incendiada en Bangladesh donde se fabricaba ropa de Inditex. **Público**, 30 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.publico.es/internacional/449827/arrestados-los-duenos-de-la-fabrica-incendiada-en-bangladesh-donde-se-fabricaba-ropa-de-inditex>.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **O destino camponês**. Castro Verde: 100Luz, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity, 2000.

BLOOMBERG billionaires index: Amancio Ortega. **Bloombleg**, s/d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/amancio-ortega-gaona/>.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris : Gallimard, 1999.

BORDERIAS, Cristina. **Genero y Políticas del Trabajo en la España Contemporanea (1836-1936)**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007.

BUFARDA, Illa. **Fíos fora, documentário em galego/castelhana**, 90', produção Amarante Setem, 2015.

BURAWOY, Michael (1979) **Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism**. Chicago, University of Chicago Press.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Millennial capitalism and the culture of neoliberalism**. Durham: Duke University Press, 2001.

CONCELLO DE VERÍN. **Estudo Socioeconómico – Plan de Actuación Verín 2009-2014**. S/l; s/ed., 2009.

DASAIRAS VALSA, Xerardo. **Verín Baixo o Franquismo**: a represión do 36, a resisténcia e a guerrilha. S/I: Edicións A nosssa Terra: 2007.

EDELMAN, Marc; HAUGERUD, Angeliqne (Eds). **The Anthropology of development and globalization**. Oxford: Blackwell, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

FONSECA, I. O mistério da Estrada Nacional 11-1– ou de como as memórias têm classe e também têm género. *In*: GODINHO, Paula (coord.). **Usos da memória e práticas do património**. Lisboa: Colibri, 2012, p. 133-144.

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através Editora, 2017a.

GODINHO, Paula. Travail, migrations et frontière au nord du Portugal/Galice: de la coopération agricole aux changements actuels. **Cahiers de L'URMIS** [En ligne], n, 17, juillet 2017, mis en ligne le 06 juillet 2017b, consulté le 08 septembre 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/urmis/1511>.

GODINHO, Paula. Presas por um fio: costureiras de Verín, modalidades da produção têxtil local e trânsitos mundiais. *In*: TOMÉ, Pedro. **Reflexiones Rayanas**. Ávila, Asociación de Antropología de Castilla y León Michael Kenny, v. 1, p. 103-126, 2017c.

GODINHO, Paula. *Lo que nos enseñan quienes plantan castaños: experiencias, expectativas y futuros posibles*. *In*: VICENTE, Teresa. **Antropologías en transformación**: sentidos, compromisos, utopias. Valencia: Institutió Alfons el Magnanim, 2017d, p. 105-134.

GODINHO, Paula. E quando não se movem? Lides de rotina, entre experiência e expectativa. **Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal**, Lisboa, IHC-FCSH, v. 2, p. 162-178, 2016.

GODINHO, Paula. Atingir o céu com uma escada”: apontamentos sobre as ideias, a cultura, o lazer e a invenção dos trabalhadores. *In*: MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias. **De pé sobre a terra**: estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 525-540. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/11192>. Acesso em: 24 jul. 2018.

GODINHO, Paula. «Oír o galo cantar dúas veces» -**Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia**, Ourense, Imprenta da Deputación, 2011.

GRUPO CRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Lisboa: Antígona, 1999. Disponível em: <http://www.onthepulse.es/gossip/who-are-ten-richest-people-spain-141106>. Acesso em: 19 set. 2015.

<http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2015/06/03/amancio-ortega-segunda-persona-rica-mundo/00031433340124507225265.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.

http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2015/09/18/ortega-cerca-pillar-gates-hombre-rico-planeta/0003_201509G18P35994.htm. Acesso em: 19 set. 2015.

http://economia.elpais.com/economia/2015/09/15/actualidad/1442298632_575629.html. Acesso em: 19 set. 2015.

http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2015/10/09/amancio-ortega-camino-hombre-rico-mundo/0003_201510G9P34993.htm. Acesso em: 19 out. 2015.

<http://www.publico.es/internacional/454466/un-espanol-entre-los-presuntos-responsables-de-la-catastrofe-de-bangladesh>. Acesso em: 29 abr. 2013.

HARDT, Michael. The withering of civil society. *Social Text*, n. 45, p. 27–44, 1995.

JIMÉNEZ, Miguel. **El beneficio de Inditex se dispara el 26% en el primer semestre**. *El País*, 16 de setembro de 2015. Disponível em: http://economia.elpais.com/economia/2015/09/15/actualidad/1442298632_575629.html.

KLEIN, Naomi [1999]. **No logo**: o poder das marcas. Lisboa: Relógio de Água, 2006.

KOSELLECK, Reinhart [1979]. **Futuro passado**: para una semantica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1983.

LINHART, Robert. **L'Etabli**. Paris: Le Seuil, 1978.

LOUÇÁ, João Carlos. **Call centers**: trabalho, domesticação, resistências. Porto: Deriva Editores, 2014.

MARX, Karl. [1867-1894] **O Capital**. S/l: Delfos, s/d.

MICHÉA, Jean-Claude. **Les mystères de la gauche**: de l'idéal des Lumières au triomphe du capitalisme absolu. Paris : Climats, 2013.

MOCH, Leslie P.; TILLY, Louise A. Joining the urban world: occupation, family and migration in three french cities. *Comparative Studies in Society and History*, p. 27-1; 33-56, 1985.

MURADO, Miguel-Anxo. **Otra idea de Galicia**. Barcelona: Debate, 2013.

NAROTZKY, Susana; SMITH, Gavin. **Immediate struggles**: People, Power and Place in Rural Spain. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2006.

ORTEGA, más cerca de pillar a Gates como el hombre más rico del planeta. **La voz de Galicia**, 18 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.lavozdegalicia.es/noticia/economia/2015/09/18/ortega-cerca-pillar-gates-hombre-rico-planeta/0003_201509G18P35994.htm.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (Eds). **The informal economy**: studies in advanced and less developed countries. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

RAMONET, Ignacio. **Le Krach parfait**. Crise du siècle et refondation de l'avenir. Paris, Galilée, 2009.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**. London: Yale University Press, 1990.

THOMPSON, E. P. [1971]. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

UPD LIMIA VERÍN. **Plan de emprego**, s/l, Emprego Limia Verín/UPD/Xunta de Galicia/UE, documento policopiado, 102 p. 2011a.

UPD LIMIA VERÍN. **Plan de Traballo**, s/l, Emprego Limia Verín/UPD/Xunta de Galicia/UE, documento policopiado, 204 pp. 2011b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. v. I e II. Porto: Afrontamento, 1974.

WEBER, M. **The protestant ethic and the spirit of capitalism** [A ética protestante e o espírito do capitalismo]. Lisboa: Presença, 1974.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and society**. London: The Hogarth Press, 1958.

WITZIG, Jack. Ortega está se aproximando das portas para se tornar o mais rico do mundo. **Bloomberg**, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-08-29/ortega-is-latest-to-close-in-on-gates-s-title-as-world-s-richest>.



Modos de leitura camponesa construindo os meios que “a experiência indica e a imaginação sugere”

Adelaide Gonçalves

“Acho que uma das coisas mais sinistras da história da civilização ocidental é o famoso dito atribuído a Benjamim Franklin, ‘tempo é dinheiro’. Isso é uma monstruosidade. Tempo não é dinheiro. (...) E justamente a luta pela instrução do trabalhador é a luta pela conquista do tempo como universo de realização própria. A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo: ‘eu quero aproveitar o meu tempo de forma que eu me humanize’. As bibliotecas, os livros, são uma grande necessidade de nossa vida humanizada”.

Antonio Cândido.

Apoiada nos estudos de Raymond Williams, E. P. Thompson, Christopher Hill, Roseli Caldart, Paula Godinho e Antonio Cândido, entre outros, o artigo examina diversos modos de leitura na experiência da luta camponesa no Brasil, abordando tais práticas nas Ligas Camponesas, nas Comunidades Eclesiais de Base e no MST. Os escritos de Francisco Julião, sobre as Ligas Camponesas, refletem

sobre a interdição da palavra aos camponeses e a leitura desponta em seus modos de aglutinar, unir, despertar para a ação, organizar a luta por meio dos cantos, narrativas, histórias e poética da cultura camponesa. Nesta recolha, em Julião, sobre os modos de leitura recitada, leitura cantada, leitura escutada, indicamos também o significado das editoras de folhetos de cordel, ao trabalho artesanal das pequenas tipografias, quando o verso do cantador, do folhetaalista ajuda a «vencer o silêncio», ou como em Muniz Sodré, exercitando a possibilidade de uma *poiesis* analfabeta. Na experiência das Comunidades Eclesiais de Base examinamos os modos de leitura dialogada nas Celebrações da Palavra, quando a Leitura em Mutirão reclama uma interpretação comunitária e seus praticantes são interpelados pelo argumento da esperança. A leitura escutada dos camponeses exige uma metodologia narrativa e observa sua forma celebrativa, onde prevalecem o símbolo, a poesia, a parábola, a metáfora, o teatro, a música, o gesto, orientando a presença e o “gênero literário” do diálogo com os camponeses, como na experiência da Comissão Pastoral da Terra. Os Cantos, ou a palavra cantada, adquirem lugar de destaque. De fato, a sedução da Utopia entrou, principalmente, nos Cantos, como assinala Clodovis Boff, quando a inspiração dos poetas populares denuncia profeticamente o que impede o sonho. Sobre os modos de leitura na dimensão pedagógica da luta no MST observamos, com Roseli Caldart, como a leitura compartilhada se transforma em Vivências Geradoras num território e num tempo histórico. Aqui a dimensão da cultura em comum é acentuada no cotidiano da resistência nas canções, no cultivo dos valores, na festa, no convívio comunitário, no direito à cultura, à história e à memória. Nesta tópica, o estudo examina a experiência em curso nas Brigadas de Alfabetização do MST no Nordeste do Brasil, a partir do material de estudo produzido pelos Círculos de Leitura, alcançando mais de

20 mil participantes em 2017 e 2018, compreendendo o esforço por alfabetizar para ler o mundo, como uma luta por direito ao conhecimento, como se observa na organização dos Círculos de Leitura, ativando o amor aos livros.

1. “É que o latifundiário está contra a História. E o camponês, no lombo dela”

Francisco Julião, um leitor imparável, é o que se pode inferir dos seus escritos e dos relatos dos contemporâneos. Em *Até quarta, Isabela*, novela escrita na prisão, encontramos várias notas de suas leituras. Rememorando a hora em que os meganhas chegaram diria: “remexeram tudo. Escancararam as estantes. Abriam gavetas, viraram colchões e, depois de horas e horas de buscas só encontraram duas provas de minha subversão à ordem: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre e *Jesus Cristo é um Mito*, de J. Balmes. Este, um livro sem mérito. O outro, não. Tu deves lê-lo, Isabela, como deverás ler *Os Serões*, de Euclides e a *Minha Formação*, de Nabuco”. Sobre o confisco de seus livros, diria em lamento “Nunca me devolveram meu *Casa Grande e Senzala*, em sua primeira edição, que eu lera e relera, anotando a margem das folhas”.

Desse tempo da prisão relembra as leituras em comum com Eurico Costa, um amigo de juventude, verzejador e leitor “desembaraçado” d’*A Sagrada Família*, *O Estado e a Revolução*, *A miséria da filosofia*, *Que fazer?*. Lia Marx, Engels, Lenine, Rosa Luxemburgo, Kautsky. Em suma, Eurico Costa, dado por Julião como um “devorador de livros dos filósofos gregos, enciclopedistas franceses e economistas ingleses”, teria sido o responsável por sua leitura de o *Anti-Düring*, lido, relido e recomendado à Isabela, na novela em apreço (JULIÃO, 1975, p. 136-137). Prescrição de “leitura árida”, segundo ele, compensada com a recomendação de uma leitura de

“devoção do neto para com o avô”: Ler todo o Lobato, sem nunca esquecer do “inigualável Lobato em *Urupês* ou em *Cidades Mortas* e menos ainda nas histórias que ele escreveu para as crianças. Tu irás adorá-las” (JULIÃO, 1975 p. 138-139). Como ainda lembrando do poema lido na mocidade: o *Juca Mulato*, de Menotti del Pichia (JULIÃO, 1975).

Na prisão, Julião solicitaria aos oficiais de dia “qualquer desses três livros ou os três: *Os Sertões*, *Os Lusíadas* ou a *Bíblia*”. Sem acolhida ao pedido, lastima a falta de livros, ou “mesmo um dicionário para consultas”. “Sem nada para mitigar meu único vício” [a leitura] dribla a inquietação com a escrita. Consegue, a custo, tiras de papel e lápis, (JULIÃO, 1975, p. 163) e escreve até quando conseguisse enxergar, “quando a luz fugia, ali pelas quatro da tarde, com seus pés de prata, como diria Oscar Wilde”. Lendo em condições as mais precárias, falta de papel e lápis para escrever, se socorre da lembrança da leitura de Alexandre Dumas, para suportar o confinamento na minúscula cela: “E passei a crer na história do Conde de Monte Cristo que, de tanto viver na escuridão, acabou vendo de noite como um gato. Escrevo sem óculos e não me dói a vista. Escrevo sentado no chão, sobre as pernas. De costas para a grade. Quando quero descansar, me levanto. Na minha cela é assim: o preso para descansar fica em pé.” (JULIÃO, 1975, p. 164). Sua prisão é a senha e a sanha da ditadura militar de 1964: caçar e destruir a luta camponesa no Brasil.

Francisco Julião, em seus escritos sobre a formação das Ligas Camponesas, seguidas vezes reflete sobre a interdição da palavra aos camponeses, homens e mulheres: “a miséria não só os atinge na economia, [...]. O latifundiário impede que eles falem. Proíbe que pensem”. Entretanto, a tal ‘confisco da palavra’ o universo camponês responde com “notável riqueza e admiráveis criações poéticas” (JULIÃO, 1975, p. 19). Em chave original, Julião intenta

demonstrar os vários mecanismos de que se valeram os organizadores das Ligas realizando pioneiro cultivo dos camponeses à palavra escrita, impressa e à sua decifração, a partir dos signos da cultura camponesa, dos modos de vida, no Nordeste do Brasil, nos idos das décadas de 1950 e 1960.

Em Julião, uma lição assinalável diz respeito aos modos de Ler a Bíblia. Para Julião, ser cristão, é ser radical. Esta anotação sobre a leitura da Bíblia atualiza sua reflexão sobre a experiência das Ligas Camponesas, quando observa em muitas evidencias a “superação do preconceito religioso” por parte dos camponeses, capazes de perceber os argumentos reacionários de fundo religioso, avivados de modo conveniente pelos latifundiários querendo justificar a pobreza como fatalidade e desígnio. É o que se lê de sua narrativa, quando, numa concentração de camponeses, em Santa Rita, na Paraíba, ao discorrer sobre o imperativo da luta organizada contra o latifúndio, recorreu à contradição interna ao conhecido argumento: “aquele que mais sofre aqui na terra mais glórias terá no céu”; ao que um camponês aparteia: “Doutor, eu que não quero ir para esse céu de barriga vazia” (JULIÃO, 1975, p. 19). E como o “latifúndio vale-se do nome de Deus”? Ao que aponta Julião: O latifúndio diz assim - “Deus castiga aquele que se rebela contra Ele. Se um é rico e o outro é pobre, se um tem terra e o outro não tem, se um deve botar a enxada nas costas para dar o ‘cambão’ e o outro se mantém ou enriquece com o fruto desse cambão, se um mora no palacete e outro no mocambo é porque Deus quer. Quem se rebelar contra isso está contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há-de ser sempre assim. É Deus quem quer. Assim fala o latifundiário, camponês. Usa o nome de Deus para te fazer medo. [...] Mas esse deus do latifundiário não é o teu deus. O

teu deus chama-se Jesus Cristo. Viveu entre os pobres. Cercou-se de pescadores, camponeses, operários e mendigos...queria a libertação de todos eles dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E que o fruto era comum”.

Tal exemplo é avivado da memória de Francisco Julião para destacar também os seguidos modos de leitura do mundo como experimentados nas Ligas Camponesas. Desde logo, Julião observa: “tudo que a experiência indica e a imaginação sugere” deve ser a orientação dos caminhos a trilhar na luta por Reforma Agrária. Os lugares de decifração coletiva das injustiças marcadas a ferro e fogo nos corpos camponeses são variados: “a conversa embaixo do ‘pé de pau’, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana”. Os meios de vária inspiração e correspondentes à experiência camponesa, aviltada também em seu direito às letras. Para tal, Julião assinala dos escritos do período - o Boletim das Ligas, o Guia, as Cartilhas, o ABC da Luta, o Recado Sobre os Direitos, a Carta de Alforria - o uso da “linguagem singela” e o “tom evangélico”, como ainda ressalta os folhetos em cordel tão apreciados no mundo camponês, o parentesco na forma ao “cantochoão ou a melodia dos salmos” (JULIÃO, 1975, p. 34).

Na Carta de Alforria, Julião escreve: “E para ti, oiteiro, trabalhador braçal, assalariado agrícola, a situação é mais dura. Não te pagam o salário mínimo. A moeda que te dão é vale-de-barracão. O remédio que tu conheces é o chá de fedegoso, ou a garrafada feita de canhaça e raiz de pau. Quando és acidentado e botas sangue pela boca o teu remédio é um pinto pisado vivo com as penas e as tripas. Exploram-te o medo, o atraso, a ignorância, a miséria, a fome. Nunca ouviste falar em férias. A legislação trabalhista é para ti uma história de trancoso. Não existe. O que existe é o trabalho de sol a

sol. De semana a semana. É o furto da vara. É o engano-de-lápis, é a sardinha podre. É a farinha azeda. É o figo de alemão. É o capanga na porta. São os troços na cabeça. É o pau-de-arara. É a cuia na mão. É o facão de soldado. É o chão do hospital. É o cemitério – a tua aposentadoria. O teu descanso. Tantas vezes perdido. Tantas vezes encontrado. Com o copo de cachaça. Com a dor-de-veado. Com o cipó no pescoço” (JULIÃO, 1975, p. 84-85). A exortação aos camponeses recorre aos sentidos do mutirão, do adjutório, práticas correntes em seu mundo, para afirmar os conteúdos do apoio mútuo: “Separado, serás um pingo d’água, mas unido, serás uma cachoeira”, pois nos começos das Ligas “onde não havia caminho. Tivemos que abrir uma picada”.

A escrita de Julião se vale de uma linguagem direta partilhada pelos camponeses em seu cotidiano atravessado pela miséria, a tirania e a injustiça. Assim fala sobre o Cambão e outras muitas persistentes sobras do cativo: a meia, a terça, a vara, o vale, o barracão, o capanga, o engano-do-lápis, a sardinha podre, a miséria, o pau-de-arara, o travessão. O recurso à força da natureza como inspiração à união e a organização em coletivos de lutas é o mote da escrita nas cartilhas e volantes lidas em voz alta no local de trabalho (quando dava) ou na moradia: “Separado, serás um pingo d’água, mas unido, serás uma cachoeira”; ou para falar dos começos das Ligas e de seu fortalecimento: “No começo da viagem não havia caminho. Tivemos que abrir uma picada. Agora o caminho se alarga. Era uma candeia. Hoje é uma estrela. Era uma gota d’água. Hoje é um rio. Era uma árvore. Hoje é uma floresta” (JULIÃO, 1963, p. 68).

Para ele, a leitura em seus modos de aglutinar, unir, despertar para a ação, organizar a luta deve atentar em primeiro plano à pergunta: “Como justificar que uma comunidade de analfabetos tenha podido conservar durante séculos seu folclore, seus cantos,

narrativas, histórias, sua poética e epopéias?” Sobre o significado na cultura camponesa do lugar e da função do violeiro, do cantador, do folhetinista, Julião assinala: O violeiro é “poeta e músico”; com “sua poesia instantânea, improvisada, espontânea” e “Na comunidade camponesa figura como intelectual”. E isso também para louvar os João Martins de Athayde, Severino Pinto, Inácio da Catingueira, o cego Aderaldo, os irmãos Baptista, de São José do Egípto, Zé da Luz, Rogaciano Leite, entre outros.¹ O trabalho de formação das Ligas Camponesas conta de modo efetivo com a palavra e os sons de violeiros, cantadores e folhetinistas, alcançando uma vasta audiência, burlando inclusive a interdição dos fazendeiros e seus vigias pois possibilitava

a penetração da notícia sobre as Ligas nas fazendas onde o agitador político não podia entrar, dada a vigilância do latifundiário. Com a ajuda desses profissionais, saímos do grande cerco da imprensa, vencemos o silêncio, quebramos o isolamento. É que o latifundiário está contra a História. E o camponês, no lombo dela (JULIÃO, 1975, p. 69).

Nesta recolha sobre os modos de *leitura recitada*, *leitura cantada*, *leitura escutada* nas fazendas, nos sítios, nas concentrações, nas feiras ou nas festas populares do interior do Nordeste, o violeiro, o cantador, o folhetinista têm lugar de destaque. A anotação de Francisco Julião se estende também ao significado das editoras de folhetos, do trabalho artesanal “das pequenas tipografias que se dedicam, algumas em caráter exclusivo, a publicar opúsculos de poesia popular”, na Bahia, em Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, no Ceará. Julião inclusive anota em sua labuta de pesquisador: “É curioso observar que a indústria de livros no Brasil só chega até Salvador,

¹ A este rol recolhido no escrito de Julião, vários outros nomes da poesia popular têm a matéria de seus folhetos divulgada na imprensa dedicada às lutas camponesas entre os anos de 1940 a 1960, como é o caso de nosso Patativa do Assaré, presença certa no jornal *Terra Livre*.

onde existe a Editora Progresso. Daí por diante, conforme já assinalamos, o livro cede o passo ao folheto” (JULIÃO, 1975, p. 36-37). Além da forma e conteúdo dos versos, o folheto, de oito a quarenta páginas, em geral, é de mais fácil aquisição e supera no mundo camponês a presença do livro, da revista, do jornal. Sua anotação inclui também sugestivas informações acerca do “movimento editorial” dessas pequenas tipografias, das tiragens e seguidas reedições na casa dos milheiros e espraiando estes modos de escrita e leitura para outras regiões do Brasil, pois os folhetos acompanham a par e passo o longo e tortuoso episódio da migração - são cantados, lidos e escutados no Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro, no Norte do Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, como em outros lugares.

É neste entendimento que se vai conformando nas Ligas Camponesas um singular repertório recolhido da poesia popular na difusão das ideias de justiça e direitos denegados. Segundo Julião, as pelepas mais cantadas nas feiras e entre o campesinato repercutem os temas da “luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário” como no folheto “A Luta de Manoelão no Paraná com o Seringueiro do Norte” e nos “heróis mais decantados: António Silva, Corisco e Lampião”. Para ele, o que cala fundo na alma camponesa é a tradição inscrita nestas figuras gradas: “tomar do rico para dar ao pobre”. António Silva teria “boa fama entre os humildes” porque “nunca tomava nada do pobre”. Lampião, por sua vez, é acolhido no imaginário do povo como um benfeitor, segundo Julião: “quando conquistava uma cidade, prendia o Delegado, o Prefeito, o Coletor de Impostos, libertava os presos, abolia as dívidas, dividia com os miseráveis o dinheiro da Coletoria e da Prefeitura e dava esmolas às instituições de caridade”: Certa vez chegando com seu bando em um povoado, Lampião entrou em uma bodega e fincou um punhal sobre o balcão. O bodegueiro que

estava de costas, arrumando a prateleira, se voltou assombrado e, refazendo-se do susto, exclamou: “Credo em cruz, Capitão! Pensei que fosse o cobrador de imposto!” (JULIÃO, 1975, p. 39-40).

Tal é o que se cantava pelas feiras na “Chegada de Lampião no Inferno”, folheto de grande tiragem, cujo Inferno da poesia camponesa “tem vigia, depósito de algodão, casa de ‘ferragens’, vidraça, oitão, cerca e portão”. Ou seja, “Não é outra coisa senão a fazenda do latifundiário. Lampião, no fundo, representa o próprio camponês que deseja conquistar tudo aquilo. O vigia barra-lhe a entrada e comunica a Satanás, a quem chama de Vossa Senhoria, como faz com o latifundiário, à chegada do intruso”. E “Lampião finda vitorioso”:

“Houve grande prejuízo
No inferno, nesse dia;
Queimou-se todo o dinheiro
Que Satanás possuía.
Queimou-se o ‘livro de ponto’
E mais de seiscentos contos
Somente em mercadoria”.

Como ainda no folheto “A Eleição de Lúcifer e a Posse de Lampião”, quando a cantoria traz “a revolta dos camponeses contra as eleições”, pois os “poucos que vão às urnas, são coagidos ou enganados” pelo poder do latifúndio, “que tira todo proveito”. Pois um dia, conta o romance em cordel, “Lampião discorda do resultado da eleição no Inferno e, usando da violência, mata muitos ‘cães’ (diabos), toma posse do governo e,

*Avisa ao povo pernambucano
ainda que não haja inverno
que vai melhorar o inferno
daqui para o fim do ano”.*

Nessa sua reflexão quanto à representação do Inferno no imaginário camponês – o Diabo é o Latifundiário -, Julião rememora sugestivo ‘diálogo’, no Rio de Janeiro, entre um jornalista e Elizabete Teixeira, semanas após o assassinato de seu marido, João Pedro Teixeira. o líder camponês de Sapé, na Paraíba:

- A Senhora acredita em Deus?
- Sim, respondeu Elisabete.
- E no Diabo?
- O Diabo é o latifundiário,
foi a pronta resposta da camponesa

2. Modos de leitura dialogada, em Mutirão

Na experiência das Comunidades Eclesiais de Base, CEB's, uma Utopia mobilizadora, um apelo para ser encarnado, experimentado, ensaiado, como nas palavras de Dom Fragoso, bispo de Crateús, no Ceará, que rememora os idos das décadas de 1960 e 1970: “[...] quanto esforço de convivência na simplicidade que nunca serão registrados nos livros de tombos, nem nas crônicas da memória dessa Igreja!”. Naquela experiência das CEB's, onde florescem novos modos de leitura camponesa e popular, como anota Pe. Maurizio Cremaschi sobre o que fazer coletivo do jornal O Roceiro (GONÇALVES, 2020). Ou o florescimento das leituras fruto da opinião dialogada nas reuniões e encontros, ou de como diria Padre Josimo Tavares, então coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins : “Nestes momentos, sinto que nem sempre precisamos de fazer lindas explicações ou longos discursos, basta a presença, o abraço, o sorriso, a conversa amiga, *a opinião dialogada, a escuta*. É nossa missão não deixar o povo perder a memória da própria história e o rumo das próprias decisões. É um

momento de ação no sentido de fortalecer no interior da organização dos trabalhadores, a união, a *informação* e a articulação, para que não se percam as forças de transformação da realidade. [...] nossa missão de padres no meio do povo torturado e oprimido, deve se preocupar muito com a memória e a prática histórica dos pobres na luta por liberdade, [...] Penso que nunca nos libertaremos sem por em prática o que *estas memórias* nos apontam”. Na senda da Teologia da Libertação, é de relevo o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, assim apreciado por João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: “Os padres, agentes de pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Pelo contrário, passou a dizer: Tu precisas te organizar paa lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra” (STEDILE, 1999, p. 19-21).

Essa perspectiva pastoral constrói uma metodologia de trabalho de base onde os modos de leitura da realidade têm lugar de destaque. O historiador inglês Christopher Hill, em seu conhecido estudo sobre *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*, sugere analogias interessantes entre a teologia da libertação do século XX na América Latina e a religião radical que eclodiu na Inglaterra do século XVII. Para ele, a “teologia da libertação é “principalmente um produto da laicidade” e enfatiza uma leitura bíblica leiga. Como os radicais do século XVII, “Gustavo Gutiérrez, líder da teologia da libertação, presta uma atenção especial ao sofrimento e necessidades dos pobres, apoiando-se nos mesmos textos bíblicos” (HILL, 2003, p. 215). E sublinha em Gutierrez: “A nossa leitura da bíblia será uma leitura *militante*...Aqueles capazes de mudar o curso da história são, em geral, aqueles que estabelecem um novo conjunto de questões

muito mais do que os que oferecem soluções...A história deve ser inteiramente transformada, começando pela base e não pelo alto” (HILL, 2003, p. 615). “O Deus da Bíblia”, escrevia Gutiérrez, “é um Deus que não apenas governa a história, mas a orienta na direção do estabelecimento da Justiça e do Direito. Ele [...] fica ao lado dos pobres e os liberta da escravidão e da opressão”. A memória histórica dos pobres lhes será restaurada através da leitura da Bíblia e de sua interpretação a partir dos seus pontos de vista (HILL, 2003, p. 616).

Neste caminho de compreensão sobre os modos de leitura da Bíblia, como um livro da resistência dos lavradores, em seus sentidos de uma leitura para resistir e avançar se evidencia a reflexão do pastor luterano Milton Schwantes sobre o quão imperativo no contexto da América Latina é relacionar leitura bíblica e vida, no sentido de sobrevivência. No Brasil, a seu juízo, o povo trabalhador aprende o que é vida, na resistência contra a opressão, na luta pela libertação, no *contexto de luta pela vida* que renasce. Assim, uma compreensão da Bíblia na América Latina, equivale a vincular a leitura bíblica com os processos de libertação, na chave de denúncia da opressão e anúncio da esperança, para que “nossos olhos vejam melhor o que está escrito”. Pensando um modo de leitura para resistir e avançar, descortina singular reflexão no campo das práticas de leitura comunitária reclamada pelos camponeses. Para Milton Schwantes, a Bíblia reclama por uma *leitura em mutirão*, reclama uma interpretação comunitária, distinta, pois das leituras individuais na experiência religiosa corrente. Para ele a leitura em mutirão é o modo da comunidade, dos leigos, da gente do povo simples se achegarem ao texto bíblico. E conclui: “E tão é nosso caso que, em tantas e tantas oportunidades, a leitura comunitária da Bíblia se transforma numa tribuna popular, num espaço da voz do povo”. Para ele o encontro do povo nas CEB’s com o texto bíblico se explica: “ao falar dos

personagens, das figuras e das coisas bíblicas, o povo também vai falando de si” (CADERNOS PASTORAIS, 1984, p. 8-10). Como é o caso, por exemplo, de Seu Moisés Bezerra, posseiro, em depoimento durante um curso bíblico em Crateús, no Ceará, nos idos de 1980: “[...] Mas, o senhor veja seu moço, a desumanidade do mundo. Dizem que a gente lutar pela terra para trabalhar e criar nossos filhos não está na lei. O que, então, está na lei? Esta terra toda deixada com capim prá engordar gado e o povo morrendo de fome? De quem é esta lei desordeira? De Deus ou do Diabo? Nós só queremos o que for justo, mas pela justiça verdadeira” (CESE-CONIC, 1996, p. 62).

Também Pe. Eliésio dos Santos, da Diocese de Crateús, ativa nossa memória sobre a leitura como celebração da palavra e sua implicação no desvelamento das injustiças sociais: “Nessa época tudo acontecia nas Comunidades, uma instituição muito simples, ou seja, a Reunião. Era como o Mutirão, a Horta Comunitária, a organização sindical, a catequese, os Círculos Bíblicos, as celebrações do Dia do Senhor que posteriormente passam a se chamar Celebrações da Palavra. Era na Reunião que se tomava consciência da realidade e se fazia a iluminação da mesma com o Evangelho”.² Ou como afirmaria Ageu Siqueira, trabalhador rural, sindicalista em Parambu, no Ceará sobre a ‘descoberta’ da palavra nas reuniões organizativas da luta sindical e comunitária: “[...] Foi um dos passos que levou muitos dos trabalhadores a clarear, a saber enfrentar as autoridades, porque até ali falava quem sabia ler, quem era doutor. O trabalhador não tinha voz, não tinha vez e nem participava de nada[...]”³ O teólogo Carlos Mesters em escuta ao canto “Fomos salvos pela Esperança”, observa que na caminhada da Igreja dos Pobres “a esperança não se coloca mais num ‘Além’ que não exige interferência no presente, mas incide profundamente sobre a situação concreta e terrena dos

2 Fazendo a nossa História. 25 Anos de Caminhada. Nº 1. Diocese de Crateús. Maio de 1989.

3 Fazendo a nossa história. Caderno 4. Partilhando a Experiência. Diocese de Crateús. Maio de 1989.

homens, procurando transformá-la. Recusa-se uma esperança do ‘Céu’, quanto esta aliena o homem da luta”.⁴

Os Cantos, ou a palavra cantada, adquirem lugar de destaque nos vários momentos de Celebração da palavra na caminhada nas CEBs. Respondem cantando às investidas da repressão. Cantando a poesia da natureza e de seu cotidiano fazem o elogio da amizade, da união, do espírito de fraternidade, da utopia concreta, como em Zé Vicente, Pe. Paco Almenar, Pe. Machado, entre outros. Cantam ainda a consciência dos direitos denegados como no *bendito dos romeiros da terra*, um jeito também de proclamar a marcha da esperança em mutirão. Entoam o canto da esperança e não se escoram na espera resignada; interpelam aprendendo a ler cantando.

3. A conquista da palavra: o povo Sem Terra em Movimento

O MST fixa suas raízes na cultura sociorreligiosa do “Cristianismo da Libertação”, como analisa Michael Lowy em reconhecido estudo sobre as origens do MST, evocando, em particular, o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para ele, “uma formidável escola de agentes camponeses”(LOWI, 2016). Ao longo de sua história, o MST, na luta ampliada por Reforma Agrária e Justiça Social, é cada vez mais evidente a construção coletiva de mecanismos de luta pelo direito à Educação, à Leitura, à Literatura. São incontáveis as memórias e os registros que afirmam “uma estreita relação com a escrita e uma densa e vasta produção cultural escrita”: escrevendo canções e poemas de luta, formando cantadores e poetas da terra, produzindo e lendo o jornal Sem Terra, recuperando a memória da luta social, nomeando as brigadas, os assentamentos, os

4 Fazendo a Nossa História. Testemunho de Amigos. No. 2. Diocese de Crateús. Maio de 1989 Ver também MESTERS. Carlos. Bíblia. Livro feito em Mutirão, São Paulo: Paulus, 2015 [1a.edição, 1993]; MESTERS, Carlos. “Sete Conselhos de como ler a Bíblia”, *In*: Bíblia, Livro da Aliança, São Paulo: Paulus, 2017.

acampamentos, as escolas..... A luta tem nos possibilitado o acesso a toda essa cultura de leitura e escrita. Somos produtores de leitura e escrita, para nós Sem Terra e para a sociedade. Somos conhecidos por aquilo que fazemos, lutamos; e a escolarização também tem sido uma das nossas grandes lutas” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1994, p. 58).

O Jornal Sem Terra chegou ao Assentamento. Seu Joaquim vai folheando com carinho. Olha as fotos e as letras. De repente se reconhece em uma foto: lá está ele, de foice na mão, na porta do INCRA. Vasculhada a ‘idéia’ se lembra que foi na última Jornada Nacional de luta. Questão de mês e pouco. Pergunta pra mulher o que está escrito embaixo da foto, com letras mais grossas. Pergunta pra mulher porque ela tem as vistas mais fortes. Será? O problema de seu Joaquim não é prá ‘oculista’. Ele não sabe ler. As letras... até já conhece algumas de tanto ficar quietinho escutando e espiando a mulher soletrar. Ela lê com dificuldade, mas lê. A dificuldade não é conhecer as letras, é juntar as letras; é ‘acolherar’ (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1994, p. 6).

Logo se vê a intencionalidade pedagógica do relato de experiência de Seu Joaquim. Embora se acanhe por não saber juntar as letras, por não saber “acolherar”, Seu Joaquim leu e se reconheceu na imagem que atesta sua parte na luta: de foice na mão, na porta do INCRA, naquela Ocupação em que se somou às centenas na Jornada de Lutas do Abril Vermelho. A lição compartilhada: “Como, desde cedo, aprendemos a nos defender, não existe ninguém totalmente analfabeto. Seu Joaquim não domina as letras, mas domina alguns símbolos. Dá gosto vê-lo explicando para a meninada o significado das cores da bandeira do MST” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1994, p. 7). Estes passos em torno de um projeto de Educação desde que se instaura o Acampamento são construídos nos coletivos que

se debruçam sobre a leitura e o estudo da obra de Paulo Freire e de outros pensadores que se vão repertoriando no esforço de elaboração conceitual da Pedagogia da Terra. De Paulo Freire anotam o compromisso dialógico em “escuta dos sem terra e sem voz” e com ele exclamam: “ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos em comunhão”. Compreendem sua crítica radical à educação domesticadora: “era uma máquina de entortar pessoas” (CECHIN, 1989, p. 9) e internalizam de seu método, construído em meio aos pobres, os princípios de uma educação libertadora. No processo de construção da identidade *Sem Terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. Uma *Pedagogia da luta social*, uma *Pedagogia da organização coletiva* como *pedagogia da cooperação*. Uma *Pedagogia da terra*, uma *Pedagogia do trabalho e da produção*; uma *Pedagogia da cultura*, cuja forte dimensão é a *pedagogia do gesto*, a *pedagogia do símbolo*. Uma *Pedagogia da escolha*, movida por *valores* e uma *Pedagogia da história*, aquela, que brota do cultivo da memória social (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2004). Neste sentido, a reflexão se encaminha ao ‘cotidiano das vivências’, e nestas descobrir que o sujeito em luta se depara com “vivências tão fortes que se transformam em Vivências Geradoras”. A ‘terra’ será uma vivência geradora se há nela, num território e num tempo histórico, “a força de levar as pessoas a se repensar como sujeitos”, gerando “num sem-terra, obediente e serviçal ao latifúndio, o Sem Terra capaz de cortar a cerca, ocupar a terra e fazer dela brotar o pão”. A Vivência Geradora, aqui entendida como o que brota da forja da realidade pelas mãos dos que se fazem sujeitos de história e, “trabalhada pedagogicamente, é geradora de novas vivências: novas lutas, novas posturas, novas ações” (CADERNO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 45).

A dimensão da cultura em comum é acentuada como cimento no cotidiano da resistência nas Escolas, nos Cursos de Formação, espaços de vivência da cultura, entendida também como força material das idéias. A conquista da palavra, lida, escrita, cantada é sublinhada em “Canções e poemas da luta”, apontando que no processo da luta sobre a terra, o MST “formou cantadores e poetas da terra. Estes conquistaram sua palavra, que se faz poesia e música para animar quem ainda vem” (STEDILLE, 2004, p. 66). A força da palavra cantada e a sensibilidade poética de Adão Preto, poeta-militante do MST, é rememorada por João Pedro Stédile:

Conheci nosso querido Adão Preto há mais de trinta anos. Foi numa atividade de pastoral da diocese de Frederico Westphalen. [...] Naqueles tempos de ditadura militar, era muito difícil encontrar pessoas corajosas e que se dispusessem a defender os interesses da comunidade. [...] Nos Encontros, [Adão Preto] costumava colocar em versos singelos as ideias que matutava [...] na Romaria da Terra que realizamos em 1981, na Encruzilhada Natalino, em nosso primeiro grande Acampamento, Adão Preto declamou, com um filho pequeno, uma trova gauchesca denunciando as formas capitalistas de exploração dos pequenos agricultores e a necessidade da luta. Impactou todos os mais de vinte e cinco mil participantes (STEDILLE, 2012, p. 269).

Jovens do MST, assentados e acampados da Reforma Agrária de todo o país, formaram em 2017 a Brigada Nacional de Alfabetização Nise da Silveira. No Maranhão, desde 2016, um projeto de alfabetização, adaptado do método cubano *Sim, eu Posso!* chega a milhares de camponeses Sem Terra, indígenas, quilombolas, trabalhadores urbanos, homens e mulheres, a quem foi negado o direito ao saber ler e escrever. “Quem não sabe [ler] vive no mundo só prá dizer que está vivendo, mas não sabe de nada. É como se estivesse no escuro,

entendeu? A gente vê as coisas, mas não sabe o que é”, nos conta Doralice, a Dona Dora, uma das mais de nove mil participantes alfabetizadas do Curso. Eu vivia na escuridão”, nos diz Dona Dora, aos 53 anos, ao reconhecer o mundo das letras. Formada na turma de 2016, diz à reportagem do jornal Brasil de Fato que a “timidez, o receio, que quase a impedem de começar a frequentar a sala de aula, ficaram para trás, na retaguarda da vida, para onde Dora não pretende voltar”.⁵ Raimundo Neves todo dia, quando cai a noite, está na sala de aula. Trabalhando no campo há 48 anos, estudou apenas uma vez na vida, quando aprendeu as primeiras letras com uma professora particular. Depois era só o peso da enxada, o trabalho de sol a sol e só agora, aos 62 anos, entrou numa sala de aula por primeira vez. Seu Raimundo conta muito animado que ao concluir o curso de alfabetização, deseja escrever um livro sobre a história de Itaipava do Grajaú, lugar onde nasceu e se criou. “Ainda está bem longe, mas *a vontade é a metade da viagem*, aí eu vou lutar pelo resto”. Escrever um livro é também o desejo de Dona Francisca, trabalhadora da roça em Delmiro Gouveia, em Alagoas, onde assiste as aulas todas as noites na periferia da cidade⁶: “Quero aprender bem muito para escrever um livro contando minha história. Tudo que passei, do meu sofrimento junto com meus irmãos e contar para as pessoas como aprendi a ler”⁷. É grande também a animação de Miguel da Conceição, 84 anos, e Geni Rodrigues, 77 anos, os educandos mais idosos no Curso realizado no Maranhão e também por primeira vez pisando numa sala de aula. Todos os dias Seu Miguel e Dona Geni saem de casa com a roupa bem passada e mochila nas costas para as aulas. Dona Geni, que não pôde estudar na mocidade porque

5 “SIM, EU POSSO” - A REVOLUÇÃO QUE VEM DASETRAS <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/07/sim-eu-possa-a-revolucao-que-vem-das-letras/> **Com base em um método cubano, projeto de alfabetização alcança mais de 27 mil maranhenses;**

6 No sertão de Alagoas, além de Delmiro Gouveia, as turmas de alfabetização se fazem na localidade de Piranhas e na cidade de Olho D'Água.

7 Por Gustavo Marinho Da Página do MST.

precisava ajudar a mãe a tirar o sustento de casa e Seu Miguel, tendo que trabalhar duro desde muito cedo, não esperava mais conseguir estudar. Hoje, os dois, comemoram: já sabem ler um bocadinho, escrevem o próprio nome e outras palavras.

No MST, o caminho palmilhado no esforço de alfabetizar para ler o mundo é narrado em muitos documentos e, compreendido, como uma luta por direito ao conhecimento; é o que se observa no esforço permanente em organizar círculos de leitura, em ativar o amor aos livros, desde a infância Sem Terrinha (RAVENA, 2020). Nas Escolas dos Assentamentos a juventude Sem Terra vai tomando gosto pela leitura e escrita animada pela conquista da palavra *do povo em movimento*. Os versos que brotam nas Marchas e Ocupações, nos Encontros e Congressos Nacionais são subversivos na escrita e no horizonte de expectativa.

A história da construção da Escola Nacional, em Guararema, São Paulo, é muito bonita: brigadas de militantes chegavam de seus Acampamentos e Assentamentos e enquanto erguiam a Escola, compartilhavam as lições de primeiras letras, se alfabetizavam. Uma história de solidariedade, a que se juntaram em apoio José Saramago, Chico Buarque e Sebastião Salgado. Do livro Terra saltaram as fotografias de Salgado interpelando “seja como for, os deserdados da terra alimentam a esperança de melhores dias”; a escrita de Saramago lavrava em terra fértil: “Milhões de famílias de trabalhadores rurais que precisam de terra e não a tem, terra que para eles é condição de vida, vida que já não poderá esperar mais” e a palavra de Guimarães Rosa na canção por Chico Buarque. E na Escola Nacional, pontifica a Biblioteca Antonio Cândido, uma homenagem ao mestre, que ali plantou uma árvore e disse uma de suas mais belas lições: “Isso é uma coisa muito bonita do MST. [...] Acho bonito isso que o MST faz: formar em curso superior quem trabalha na enxada.

Essa preocupação cultural do MST já é um avanço extraordinário no caminho do socialismo. É preciso cultura. Não é só o livro, é conhecimento, informação”⁸. A fome neste mundo é do alimento, é de justiça, mas também é do livro. A atenção dada a formação de Bibliotecas e Escolas, à leitura e à construção do conhecimento, faz parte da edificação de uma cultura da liberdade no MST e com Milton Santos aprendeu que “o sonho obriga o homem a pensar”. A construção da Escola Nacional e, nela sua Biblioteca Antonio Candido afirmam inclusive a perspectiva internacionalista. Batizada com o nome de Florestan Fernandes a Escola Nacional, expressa a força material das ideias, do trabalho coletivo, da persistência e da solidariedade internacional para a construção da Escola. Os lemas **“Do tijolo à caneta”** e **“Construção da escola é uma escola”** mobilizaram centenas de Sem Terra das várias regiões do país durante a construção formando as brigadas e aprendendo os serviços de pedreiro, eletricista e outros mais e estudando, alguns as primeiras letras. Foi bonito, contam! Manoel Bernardo, de 48 anos, conhecido como Carçoço, acampado no Ceará, chegou à Escola em 2004 para contribuir como ajudante de pedreiro e nos diz: “ao levantar os tijolos da ENFF, conseguiu levantar também os seus próprios alicerces”. Hoje, passados 15 anos, por ali passaram milhares de militantes de movimentos populares do campo e da cidade, de todos os continentes. A atenção dada a formação de Bibliotecas e Escolas do Campo, à leitura e à construção do conhecimento, faz parte da edificação de uma cultura da liberdade no MST⁹.

E encerramos esta prosa, ativando a memória do leitor, sobre um fato terrível em que o coração esteve aos saltos frente à brutalidade com que se houve o ímpeto assassino do governador de Minas Gerais, botando a polícia para quebrar e arrasar a gente Sem

8 Trecho da entrevista com Antonio Candido, publicado originalmente na edição 435 do Brasil de Fato, São Paulo.

9 MST 30 Anos. Agenda 2016.

Terra, boa e trabalhadora, do Acampamento Quilombo Campo Grande, em agosto de 2020. Tratores, gritaria, poeira, bombas de gás, fumaça, caveirões, escudos e cassetetes batendo ritmados a marcha da violência fascista. Qual o primeiro Sinal de Vida naquela Comunidade avistado pela truculência policial? A Escola. A Escola Popular Eduardo Galeano foi destruída. Um corre-corre aflito das famílias, crianças à frente, para salvar os livros. Assim foi. Assim não ficará! A Escola será reconstruída tijolo a tijolo. E brotará dela uma linda Biblioteca. O quadro de giz, a bandeira, os cartazes, a placa de Eduardo Galeano voltarão ao seu lugar de desígnio. Na frente da Escola, será cultivado um lindo jardim com as plantas e as flores do lugar, e muitas árvores bonitas darão sombra e frutos generosos no Bosque da Memória, em reverência às vidas ceifadas pela pandemia global e pelo vírus da fome e desolação espalhado pelo fascismo à brasileira. E as crianças Sem Terrinha continuarão pintando cartazes alegres ou zangados e aprendendo a ensinar: “ó subalimentados do sonho! a poesia é para comer”, como no belo poema de Natália Correia, alimentando nossa luta antifascista no Brasil.

Referências

CADERNOS PASTORAIS. **Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus**. nº 35 (6). CNBB: Fortaleza, 1984.

Caderno de Educação Nº 3, MST, 1994.

Caderno de Educação Nº 9. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. 4ª Edição. Porto Alegre, 2004.

CALDART, Roseli. **Sem Terra com poesia**: arte de recriar a História. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CECHIN, Antonio. “Educação da Fé no interior de uma prática libertadora. Série A Palavra na Vida”. **CEBI**, n. 19, 1989.

CESE-CONIC. **Os Pequenos Possuirão a Terra**. Salvador, 1996.

GONÇALVES, Adalaide; ASSIS, Lucas; RAVENA, Monyse; BASTOS, Romário. **Dom Frágoso e Padre Alfredinho entre nós**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020.

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 615

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Seguido de Até quarta, Isabela! Lisboa: DiAbril Editora, 1975.

JULIAO, Francisco. **Cartas a los Campesinos**. Buenos Aires: Cia. Argentina de Editores, 1963.

LOWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação**. Religião e Política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

PRETTO, Adão. **Queremos Reforma Agrária**, Petropolis: Vozes, 1984.

CALDART, Roseli. **Sem Terra com Poesia: Arte de Recriar a História**. 2. edição, São Paulo: Expressão Popular, 2017

RAVENNA, Monyse. **Os Sem Terrinha**. Uma História da Luta Social no Brasil. São Paulo Expressão Popular/Plebeu Gabinete de Leitura, 2020

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro *In*: STÉDILE, Miguel; MAZIN, Angelo Diogo; STROZAKE, Janaína (Orgs.). **Calendário Histórico dos Trabalhadores e Trabalhadoras**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.



José, Cassiano e Muriçoca: a metamorfose narrativa

Kênia Sousa Rios

Já nas primeiras entrevistas, era possível perceber algumas vaidades de Seu Muriçoca. A maior delas era justamente a sua conexão com o Teatro. Como ele mesmo diz, foi lá que aprendeu a “ser gente de verdade” e, no mesmo período, transformou-se em Muriçoca. Era como se tivesse nascido um outro homem: não era mais Cassiano, o homem do roçado, da fome, no sertão e na cidade, dos trabalhos subalternos. Das diversas relações com o Teatro, surgiu o Seu Muriçoca, homem que conhecia as figuras mais ilustres da cidade, entre artistas de fama nacional. Além disso, o teatro deu a Muriçoca a possibilidade de transformar o “quasímodo” num “Hércules”.

O Theatro José de Alencar foi o primeiro lugar onde pisou quando veio ter em Fortaleza. Naquele mesmo dia, realizou o sonho de ser soldado. Além disso, contemplou outro desejo, o de conhecer a capital. Chegou em Fortaleza, dirigindo-se mais precisamente para o Teatro, que serviu de alojamento aos soldados a serem transferidos para São Paulo, por ocasião da Revolução

Constitucionalista de 32¹. Em primeira página, o jornal O Povo do dia 27 de agosto de 1932 anunciava: “Para o novo batalhão provisório já se acham alistados 201 voluntários e existem cerca de cem por alistar nesta capital”.

Houve uma intensa campanha, por todo o sertão nordestino, arregimentando soldados para combater os constitucionalistas, em São Paulo. Uma das levas trouxe Cassiano a Fortaleza, para os alojamentos do Theatro José de Alencar. Cassiano entusiasmava-se com a possibilidade de conhecer São Paulo, de combater, mesmo sem saber direito o que, quem e por quê. Muriçoca teria outra opinião sobre a situação, mas Cassiano ainda não o conhecia.

Alguns dias depois da chegada à capital, tendo enfrentado mais uma “pecaminosa” refeição, Cassiano tentou, em vão, dormir. O peso da comida ruminava em seu estômago e aliava-se a barulhentos fogos de artifício, como que indicando o desenlace da guerra. Pela manhã, o sargento reuniu todos e anunciou com entusiasmo o final vitorioso da tal revolução.

Cassiano não conseguiu partilhar daquela satisfação. Retornaria para casa sem ter combatido, voltaria para a fome sem ter conhecido São Paulo. Foi obrigado a regressar para o Crato sem essas histórias. Mas pôde realizar peripécias com a farda que herdou do exército. Desde então, a vestimenta passou a ter um significado especial na vida dele. Recorreu à farda em vários momentos da sua vida. Percebeu cedo que o lugar do poder passa também pela indumentária e que as coisas, como uniformes e panelas, não são meros objetos, fazem parte do movimento da vida.

1 A insatisfação dos paulistas com a chamada Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas assumiu o Governo Central, deu origem a um confronto armado que exigia, entre outras coisas, a restauração da “ordem constitucional” e a autonomia de São Paulo. O Governo provisório recrutou pessoal de vários lugares, inclusive do Ceará, para atuar nas frentes varguistas contra os paulistas.

José e Cassiano são, antes de tudo, personagens de Seu Muriçoca. Embora sejam seus outros eus, Muriçoca os apresenta algumas vezes na terceira pessoa. José, a infância e a fome, Cassiano, a descoberta da farda, objeto que lhe possibilitou o rito de transição. Com o uso da roupa trouxe uns tostões para casa e, nesse dia, deixou de ser José para ser aquele que desemborca a panela, o que traz a comida, Cassiano.

Mas fiquei sabendo dessas histórias por Seu Muriçoca, que já tinha um lugar certo para a farda nas narrativas sobre a vida de Cassiano. Muriçoca soubera transformar Cassiano em personagem astucioso, capaz de transformar o José em Muriçoca. Cassiano era a passagem, a transição.... o devir Muriçoca ou ainda, como sugere Gilles Deleuze (*apud* ZOURABICHVILI, 2016), ele concentra a potência do meio, como o acontecimento que, afinal, transforma José em Muriçoca.

Em 1932, desempregado, Cassiano e mais dois amigos foram para casa. “Voltaram da guerra”, para a alegria da mãe que teve o filho são e salvo. E, ao contrário da curta e farta vida de soldado que experimentou, em casa não havia nada para comer. Quando chegou, a mãe chorava de alegria,

Porque eu tinha chegado, e chorando mais porque não tinha nada pra comer. Aí ficaram olhando.

Meu pai sentado no banco à moda Jeca Tatu:

— Meu filho, num tem nada pra comer.

Tava só a panela de barro emborcada em riba do jirau. Eu disse:

— Mãe, num precisa não, que eu tenho dinheiro aqui. Eu passei na bodega, tem muita coisa lá.

Dei cinco miréis a papai, ele foi depressa comprar arroz, feijão, comprar umas tripa de gado, de porco.

A lembrança da fome durante a seca é arrematada por uma narrativa cheia de detalhes, imagética. A panela de barro emborcada no jirau é o anúncio da total ausência de comida. Nem mesmo foi preciso que sua mãe dissesse da fome. A panela estava de ponta-cabeça e seu pai, sentado na posição de um Jeca Tatu. A posição do objeto anunciava a fome e a do pai, a impossibilidade física de lutar contra ela.

O sentido das coisas não é anunciado somente por palavras. O corpo do pai envergonhado se compunha com o objeto de barro emborcado no jirau. O pai era o mais desrespeitado com a situação. Ele era o Jeca Tatu, o franzino e fraco que se rendera às dificuldades da vida no Nordeste. A mãe chorava, mas o pai tinha seu corpo enroscado tal qual a panela no jirau.

A seca diminuía a culpa do pai, mas ali, naquele momento, Cassiano não lhe concedeu plena absolvição, pois, ao contrário do pai, ele não se resignou. Lutou com o que dispunha, recriou o sentido das coisas. Fez-se outro, elaborou-se num jogo de combinações que ora era fim, ora era meio, ora era começo. Sua narrativa joga com idas e vindas e o texto que daí resulta se torna passagem. Ou, como sugere Zourabichvilli (2016, p. 126), a partir de sua leitura de Deleuze, cria o acontecimento como um corpo sem contornos definidos, “só existe enquanto afeta e é afetado, enquanto é sentido e sente”. Aqui, a narrativa de Muriçoca apresenta Cassiano como sua experiência de transição, num lugar definido, numa dada situação que, por ser singular, define-se como momento de deslocamento, de produção de um novo corpo: José, o menino que era cuidado pelo pai, transforma-se em Cassiano, provedor da casa. Muriçoca observa tudo de longe, num momento já fora do meio. Ele encarna

o sujeito capaz de sínteses, de alongamentos e encolhimentos a seu dispor. Muriçoca é o narrador.

Sem esperar pela reação do Jeca Tatu (seu pai), Cassiano chegou e logo providenciou a refeição daquele dia. Sem descanso, começou a articular o enfrentamento das dificuldades vindouras. Mesmo sem ter combatido em São Paulo, entendia que, em certo sentido, continuava na guerra. A mãe sem demora preparou-lhe a armadura:

[...] minha mãe pegou a farda que tava num saco. Passou no ferro. Eu vesti e fui pra casa dos meus amigo Zé Ferreira e Chiquim. Fumo passear na rua. O pessoal tudo admirado, nós com aquela farda bonita. Todo mundo pensava que a gente era soldado ainda. Os soldado da cidade passava pela gente, fazia continência e a gente também. Ninguém perguntava nada.

Muriçoca admirava-se com o prestígio da farda, como se a potência da roupa militar fosse crescendo dentro das suas memórias. Repetia que era tudo incrível, e que era verdade. Quando narra, recria a surpresa diante do poder que a farda lhe deu. Refaz a importância da roupa, mas, antes de tudo, gostou do modo como me contou os acontecimentos daqueles dias. E continua:

De noite nós fumo no cinema, na praça Siqueira Campos. O gerente do cinema, nós quis comprar, ele disse: “Não, vocês pode entrar”. A gente gostava de assistir aqueles filme de caubói, nós assistimo cinema de graça. Todo mundo admirado.

A roupa moldava o corpo de Cassiano e as memórias de Muriçoca. Configurava novas relações com o mundo antes e agora, no momento mesmo de contar o que se passou. A subjetividade de Muriçoca se constitui no momento em que se torna um sujeito empírico, ou seja, “o que se constitui sob o efeito dos princípios que o

afetam”². A fome, o pai, a mãe, a farda, a panela emborcada, o cinema são os elementos que definem o corpo afetado e metamorfoseado a cada situação. Por isso, segundo a leitura de Deleuze (2012) sobre Hume, a subjetividade não é uma condição acabada, como parte de uma essência, mas empírica como parte de uma experiência.

As memórias de Seu Muriçoca buscam lembranças detalhadas de uma época em que ainda era Cassiano, mas que, no entanto, já começava a entender os desmantelos do mundo. Entre eles, destaca o privilégio de uns, diante da miséria esrachada de outros. Seu Muriçoca fazia e faz parte do segundo grupo e cedo teve que aprender alguns “macetes” da luta pela sobrevivência; entre esses recursos, estava o uso estratégico da indumentária.

A cidade lhe batia continência. Para incrementar a história, Seu Muriçoca relata como ludibriou de maneira cômica um fardado do alto escalão, como fardas e fardas se reconhecem e se enganam.

Na feira do Crato os matuto tudo admirado. Nós tudo abotoado e engomado. Nove horas do dia chegava um trem da Paraíba, o Paraibano. Ia pra feira do Crato. A gente lá, aquele horror de gente.

O Ferreira disse:

— Olha quem vem acolá, é o Tenente Alfredo Dias, comandante da companhia em Juazeiro.

— Vixe Maria, e agora?

Nós tudo fardado. Com o fardamento completo.

De longe se aproximou, veio direto na nossa direção. Ficamos duro, mas fizemos a continência. Nos cumprimentou. Ficamos com medo dele perguntar qual era a missão nossa.

2 Conforme estudo de Deleuze sobre a definição de subjetividade a partir do pensamento de Hume (DELEUZE, 2012, p. 19).

Agora vamo se disviar desse desgraçado. Onde ele estiver, não vamo chegar nem perto. Ele veio atrapalhar nossa marcha.

A gente doido pra se amostrar na feira. A gente não era nada e queria ser mais do que os outro. Demo graças a Deus quando o trem das quatro foi embora. Aí nós ficamo solto na feira mas já tava no final, num tinha mais nem graça.

Cassiano era o filho mais velho de uma família de cinco irmãos, conta Muriçoca. Seus pais se conheceram ainda crianças. José, que é um antes de Cassiano, veio ao mundo no dia 03 de setembro de 1914. “Havia soldados por todos os lados”, ressalta.

Quando foi em 14, no dia 03 de setembro de 1914, eu vim ao mundo. Eu nasci no dia 03 de setembro de 1914. Na época da Primeira Guerra Mundial. Naquela época existia outra guerra em Juazeiro, a revolução do Juazeiro do Padre Cícero, do Doutor Floro. Houve aquelas questões lá no Juazeiro. Ainda hoje, muitas vezes encontra parte das trincheiras.

(Kênia) — O senhor lembra o que o povo comentava dessa guerra?

— Não. Eu nasci nesse ano. Venho trazendo essa história porque meu pai me contou e eu venho colhendo outros conhecimentos.

Essa foi a primeira referência de Seu Muriçoca sobre os acontecimentos que rodeavam o ano em que José nasceu. Embora se tratasse do nascimento, a conexão com a guerra só era possível à Muriçoca, sujeito que narrou o sentido da farda com Cassiano, mas que se tornou Muriçoca porque vem “colhendo outros conhecimentos”. José, nesse sentido, é antes de Cassiano, mas um depois de Muriçoca.

Com a ajuda de Cassiano, Muriçoca entendeu que os fardados faziam parte da composição do mundo pequeno (a cidade do Crato)

e do mundo grande. As notícias da Guerra chegavam pelos jornais e circulavam “no boca a boca”. Na primeira oportunidade que teve, entregou-se aos trajes oficiais. Daquele dia em diante, jamais deixou de vestir-se convenientemente.

Em 1932, Cassiano e seus amigos foram aceitos para vigiar o Campo de Concentração do Buriti, na cidade do Crato³.

Na terça fomos para o Buriti [nome do Campo de Concentração do Crato]. Chegamos na estação do Buriti, tinha uns conhecido nosso que veio o Campo de Concentração. Era fazendeiro mas perdeu tudo e foi pro Campo. Mas teve a cobertura do comandante do Campo.

Aí nos apresentamos a ele.

— Deixe o capitão chegar. Ele chegou no carro.

Fizemos continência e acompanhamos ele.

O Zé Soares disse:

— Seu capitão, esses rapazes chegaram e tão querendo ficar no serviço.

Ele disse imediatamente:

— Nós precisamos desses homes. Você mostra o armamento a esses rapazes que eles estão aptos para o trabalho.

Os exames para testar as habilidades dos novos guardas foram dispensados. A farda se encarregava de tudo. Seu Muriçoca observava que os outros não tinham os mesmos privilégios, pois suas fardas eram feitas de um material rústico e precário. Destaca Seu Muriçoca: “*Que moral poderia ter este tipo de fardamento?*”

3 Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos isolada (ou parcialmente isolada) da miséria concretizou-se na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados, de frentes de trabalho e em políticas de emigração forçada para outros estados. Nessa seca, o poder público confinou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encerramento de um maior número de retirantes. Um deles era o CC do Buriti, no Crato.

Porque no Campo já tinha um horror de guarda, mas a roupa era de saco de farinha. Pintavam de vermelho ou azul e isso era a farda dos guarda.

Nós vimos aquele horror de mocinha no chão, umas do lado das outras. Nós era só pegando o fuzil e mostrando que sabia. Sem saber fazer coisa nenhuma. A turma toda olhando parecia que era Deus do Céu que tava ali. Nós mesmo ficava admirado como o povo era besta.

Entendia que, se estivesse despojado de sua roupa imponente, seria “uma coisa qualquer”. Voltaria à condição de José, que jamais conhecera o poder da farda. Mas Cassiano tornou-se farda, e a partir daí fazia parte de uma semântica que lhe atribuía poderes. A nudez solitária de José não passou pelas memórias de Muriçoca, que deu lugar especial para o homem-farda, muito mais como efeito das combinações de suas memórias do que como causa de sua saída da fome extrema, pois as associações combinadas para gerar o homem-farda são o que produz o efeito homem-farda. Nunca é individual. Foi o que Cassiano descobriu com o uso da indumentária. Foi o que Muriçoca narrou sobre o entendimento de Cassiano.

Naqueles dias, Cassiano era homem importante. Muriçoca sabia que, fora da roupa, a vida de Cassiano assemelhava-se à dos outros, daqueles que, chegando no Campo, eram travestidos em saco de farinha. Para alguns, vermelho, para outros azul, e para os mortos, saco de farinha sem cor, lembrava Muriçoca.

Nesse texto, o objeto que gera a subjetividade empírica (DELEUZE, 2012) narrada por Muriçoca é a roupa. Não por acaso, os concentrados eram despojados de suas vestes cotidianas para vestir sacos uniformes. Isso lembra as palavras de Stallybrass, estudioso da cultura material. Diz ele: *“o que fizemos com as coisas para devotar-lhes um tal desprezo? E quem pode se permitir ter esse desprezo? Por que os*

prisioneiros são despojados de suas roupas a não ser para que se despojem de si mesmos?” (STALYBRAS, 2000, p. 18).

Para Muriçoca, a farda de Cassiano foi o que lhe garantiu o sustento da família pois, além do salário, recebia sacas de comida, que ele nem precisava levar para casa, pois havia encarregados só para isso. Era de se espantar tamanho privilégio. O traje apropriado (a composição entre o corpo e a roupa) constrói possibilidades de inserção legitimada dentro de uma sociedade que valoriza roupas. O alcance dessa estima é experimentado de variadas formas.

Em meio a essa infinidade de ligações culturais entre indivíduos e roupas, é difícil dimensionar a intensidade de todas as conexões que se tecem em face da vestimenta. Não por acaso, Muriçoca ainda apresentava admiração em face das reações dos seus conterrâneos diante do objeto. Tais cruzamentos são constituídos historicamente, edificam-se no tempo e no espaço. Não há fixidez de valores relacionados aos objetos. Eles ganham significância na dinâmica dos sentidos.

Nosso astucioso “soldado” entende esse período como um marco. Julga ser o momento em que começou a perder a inocência e a entender as tramoias do mundo. Ao mesmo tempo, participava intensamente dessas tramas, embora de um outro lugar. Seu Muriçoca soube manipular e criar possibilidades diante do uso da farda. Não foi à toa que ele se fardou para arranjar o emprego.

Nesse lugar da narrativa e do acontecimento narrado, Muriçoca evoca o princípio de uma perda da inocência, quando experimenta a passagem de um início abstrato (infância) para um meio com contornos mais nítidos. Como ele diz, é aí que “começa a entender as coisas como era”. Cassiano é o movimento, a aventura, a chegada da comida, a saída da terra natal, o deslocamento que possibilitou o nascimento do narrador Muriçoca.

Naquele tempo eu comecei a entender as coisas como era. Eu comecei a tomar conhecimento. Uns zé-ninguém que chegaram ali. Se num tivesse ali, a gente ia era pro Campo de Concentração também. Participar daquela mesma migalha.

Ai mandou o rapaz pegar os três sacos. Tudo coisa boa, arroz, feijão, açúcar, tudo bom e muito. Pedaco de carne grande com aquelas ossadas boa. Esse aqui é o seu Zé Ferreira, Cassiano e Xavier.

A gente foi pegar os saco, ele disse:

— Não! Deixa que os menino leva. Aqueles rapazes pegaram o nosso saco. Outras pessoas foram levando cada um o seu, inclusive uma senhora. Mas o nosso, não. Ele chamou outras pessoas pra carregar.

A gente olhava um pro outro assim:

— Olha, nós tamo é luxando aqui.

Naquele espaço, não assumia o encargo da súplica, mas daquele que concede benefícios. Durante toda sua vida, assumiu o papel de afilhado e, pela primeira vez, podia ser o padrinho. No caso de Seu Muriçoca, não houve tempo para troca de favores e obrigações, logo estaria na condição de pedinte novamente. Suas lembranças do Campo de Concentração não eram ruins. Ao contrário, constroem uma memória satisfeita com o poder que ele exercitou naquele espaço. Os famintos que ali se amontoavam eram importantes na configuração do cenário medonho em que Muriçoca atuava como um dos poderosos. A farda propiciou-lhe momentos jamais vividos, e ele usufruiu todas as vantagens que apareceram, inclusive a de narrá-las para mim.

José desaparece da narrativa no dia em que chega em casa com a primeira saca de farinha para alimentar a família. A passagem é apresentada pelas combinações possíveis com o estômago faminto. Depois, é Cassiano que toma a dianteira da ação, e, de novo, o estômago se combina com uma farda para gerar os efeitos de uma narrativa que produz sujeitos e objetos, sem definir o que vem primeiro ou depois, o que é natural ou artificial. Muriçoca vai se apresentando como o narrador, ao mesmo tempo que dá movimento e existência aos seus outros, como José (o faminto) ou Cassiano (aquele que alimenta). Muriçoca, o alimentado, o narrador, o fim.

Referências

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: editora 34, 2012.

STALYBRAS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. 2. Edição. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

ZOURABICHVILI, François. **Deleuze**: uma filosofia do acontecimento. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: editora 34, 2016.



Memórias de migrantes: narrativas do trabalho, família e pertencimento¹

Marilda A. Menezes

Os migrantes internos constituíram uma força de trabalho importante na formação da classe trabalhadora industrial e urbana (LOPES, 1971; DURHAN, 1978; FONTES, 2008; MENEZES, 1985, 2009). Suas trajetórias laborais e migratórias não são lineares, nem homogêneas; há uma diversidade de situações. Muitos se fixaram nas cidades e tiveram uma trajetória como operários industriais ou outras atividades. Outros alternaram a experiência no trabalho urbano com retornos periódicos às áreas rurais, e outros, ainda, retornaram a seus municípios de origem após a aposentadoria. Neste artigo privilegiamos duas trajetórias de agricultores que migraram do Sertão do Estado da Paraíba para a região do ABC Paulista na década de 1970 e retornaram em momentos diferenciados de suas trajetórias de trabalho e vida. A proposta é analisar, a partir de suas memórias, as intersecções entre as experiências de trabalho, família e sentimentos de pertencimento.

¹ Texto apresentado na **Mesa redonda: Quando o tempo acelera: história, etnografia e movimentos sociais**. Conferência Internacional *História, antropologia e literatura: práticas, discursos e performances em Iberoamérica* - UFC. Programa de Pós-Graduação em História, 3 a 5 de abril de 2019.

A primeira trajetória é do Sr. Lindomar, que migrou em 1977 para São Bernardo do Campo- SP. Trabalhou na Volkswagen e retornou, no ano de 1984, para o município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba, onde residia até 2014, último ano em que o entrevistamos. A segunda trajetória é do Sr. Adelino, que migrou em 1973, aos 21 anos de idade, para São Caetano do Sul – SP. Trabalhou em diversas indústrias e, após a aposentadoria, retornou com a esposa para morar em São José de Piranhas-PB em 2012.

1. Experiências no trabalho, família e pertencimento

Sr. Lindomar Cavalcanti nasceu em 1955 no município de São José de Piranhas e realizou sua primeira migração em 1977 para o município de São Bernardo do Campo. Em 1984 retorna para seu município de nascimento, local onde residia até a última entrevista em 2014. Tem três filhos, nascidos em 1981, 1986 e 1989. De 1984 a 1989, a família estava residindo em São José de Piranhas, Paraíba, mas Sr. Lindomar viajou com regularidade para a região do ABC Paulista. Tornou-se comerciante, levando gêneros alimentícios produzidos no Sertão da Paraíba, tais como queijo, carne, mel e buchada, para territórios de migrantes nordestinos na região do ABC Paulista. Nessa atividade, apenas Sr. Lindomar realizava viagens entre Paraíba e São Paulo, ficando duas ou três semanas em cada estado, ou o tempo requerido pela atividade econômica.

Realizamos entrevista com Lindomar em 08 de Julho de 1984, em sua residência em São Bernardo do Campo², quando era operário da Volkswagen do Brasil. Também entrevistamos o seu pai, um pequeno proprietário, em 1984, no sítio Damião em São José de

2 Essa entrevista foi realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa “Migração de camponeses do Alto Sertão Paraibano para a região do ABC, SP, 1981 a 1984”, que resultou na dissertação de Mestrado: Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução a força de trabalho. Campina Grande, UFPB, março de 1985.

Piranhas - PB. Reencontramos Sr. Lindomar em 2008 quando retornarmos aos municípios do Sertão de Cajazeiras para reencontrar os migrantes que havíamos entrevistado no período de 1981 a 1984. Entre 2008 e 2013, encontramos-nos algumas vezes e tivemos diálogos informais. Realizamos novas entrevistas em Junho de 2013 e março de 2014³. Neste texto, utilizaremos fragmentos das 3 entrevistas realizadas nos anos de 1984, 2013 e 2014.

Sr. Lindomar, assim como os que chegaram à região industrial do ABC Paulista, na década de 1970, sonhava com emprego nas indústrias automobilísticas. Verificamos que o emprego na indústria era o grande sonho trazido ao migrar, pois estava associado às possibilidades de um salário maior e de acesso aos benefícios sociais e previdenciários (MENEZES, 1985)⁴. Porém, a construção civil era, em geral, a primeira atividade, que, por sua vez, era considerada uma atividade temporária, até que um amigo ou parente conseguisse uma colocação em uma indústria. O trabalho na indústria representava para o migrante nordestino a possibilidade de adquirir uma “profissão”⁵. Esta expectativa era espelhada em exemplos de amigos e parentes que conseguiram adquirir “profissão”. Ao conseguir o emprego na Volkswagen do Brasil, Sr. Lindomar alcançou o sonho de toda uma geração de migrantes oriundos das áreas rurais da região Nordeste do Brasil.

3 Essas entrevistas foram realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa “Memórias de Trabalhadores Migrantes nordestinos a região do ABC Paulista: 1950-1970” como parte das atividades da Bolsa CAPES/PVNS, Professora Visitante Sênior na UFABC, no período de outubro de 2012 a outubro de 2016. A entrevista de 2013 foi realizada em parceria com o Prof. Thiago Romeu, UFCG, Depto. De Geografia e Profa. Verena S. Nogueira, e a entrevista de 2014 com o Prof. Thiago Romeu.

4 Negro (2004, p. 411), no seu estudo sobre os migrantes nas fábricas automobilísticas do ABC na década de 1950, também observa o desejo de entrar numa fábrica, especialmente a automobilística: “Um novo mundo se descortinava após o ingresso numa automobilística, e, de fato, o fenômeno da incorporação do migrante à indústria revestia-se de novos significados. No exercício fiscal anterior, entre os 582 empregados daquela “fervilhante colmeia de trabalho”, era comum deparar-se com o operário de construção que acabara de encerrar o serviço da edificação dos galpões industriais”.

5 A noção de “profissão” tem sempre uma conotação de profissões qualificadas, como, por exemplo, os mecânicos, eletricitistas, serralheiros. Ter “profissão” se contrapõe a não ter “profissão”, que representam as profissões não qualificadas – que podem ser desempenhadas sem um treinamento anterior – como ajudante, servente de pedreiro (MENEZES, 1985).

A sua narrativa sobre o trabalho na fábrica é perpassada pelas visões da vida na área rural. Na entrevista realizada em 1984, ao perguntarmos sobre “por que vieram para São Paulo”, Sr. Lindomar constrói uma narrativa comparando as condições do trabalho na Volkswagen com o trabalho e a vida no meio rural do Sertão Paraibano.

“Marilda: por que vieram aqui em São Paulo?”

Lindomar: Essa vida, que nem eu expliquei pra você há um ano atrás (havia feito um primeiro contato com ele em 1983), essa vida que nós levamos aqui não é uma vida igual àquelas que eles levam lá [refere-se à área rural do Sertão Paraibano]. O pouco que eles tem, mas eles levam uma vida melhor do que nós.

M: Por que melhor?

L: Eles vive melhor porque a vida que eles leva lá, vamos supor: se ele cria um garotinho, uma vaquinha que ela dê o leite prá comer, ele está vivendo uma vida, uma vida sem ser ... *sem ser mando por seu ninguém. Aliás, nós somos empregados...* É nós somos... Bem vamos supor que você é uma chefe de uma fábrica. Quando ele chegar, vai gritar, porque grita mesmo. **Se você quer seu emprego, você tem que aceitar tudo aquilo, você tem que ser malandro, ganhar aquela turma mais no papo do que na ignorância.** “Porque o trabalho não adianta nada aqui (referindo-se a região do ABC), se você é uma pessoa esforçada, trabalha e na hora que os homem (homem simboliza os chefes) chegar lá prá você, se você estourar com eles, você vai gritar mais alto do que ele” (08 de julho de 1984, grifos nossos).

Sr. Lindomar contrasta a autonomia que os agricultores têm no Sertão Paraibano: “sem ser mando por seu ninguém” e a posição de

subordinação na fábrica: “nós somos empregados”. Sendo trabalhadores provenientes de áreas camponesas, cuja tradição era o trabalho familiar, as regras do trabalho industrial e de outras atividades urbanas exigiam uma nova socialização para o trabalho.

O migrante era orientado pelos parentes e/ou conterrâneos quanto às regras do trabalho (MENEZES, 1985). A aceitação das regras não necessariamente significa submissão, passividade, mas, pode ser uma estratégia para garantir o emprego. Podemos ler dois aspectos nas entrelinhas da narrativa⁶. O primeiro é sobre o controle autoritário dos chefes⁷. O segundo, sobre uma expressão de resistência que poderia ser caracterizada como “discurso oculto” nos termos propostos por James Scott (1985, 1990), ou seja, trata-se de uma atitude de aparente aceitação ou de atitude dissimulada expressa na frase: “Se você quer seu emprego, você tem que aceitar tudo aquilo, você tem que ser malandro, ganhar aquela turma mais no papo do que mais na ignorância”.

As regras de dominação do trabalho assalariado são representadas como “uma vida sem independência”, como uma “vida humilhada”, pois o trabalhador tem que obedecer à autoridade do chefe e/ou patrão.

Na fábrica não se tem autonomia, tudo o que você faz é pensando se tá certo, se não tá certo, se continua ou não.
Todo mundo se sente bem trabalhando independente. Não

6 Jaime Santos Junior (Prof. UFPR) em sua leitura desse artigo observou: “podemos ler um terceiro aspecto que é a concepção nativa sobre o que é o trabalho. Curiosamente, aquele ideal sobre um trabalho que seria “melhor”, e que o motivou a migrar, é desfeito nessa passagem quando ele compara com o trabalho na Paraíba. Para tal, note que ele elege não a segurança ocupacional ou a renda advinda do trabalho na indústria, mas a segurança que se expressa pela noção de “autonomia”. Cito: *se ele cria um garotinho, uma vaquinha que ela dê o leite prá comer, ele está vivendo uma vida, uma vida sem ser ... sem ser mando por seu ninguém*. Ora, lembro dos conceitos de “risco” e “segurança” mobilizados por James Scott (1976).

7 Na literatura sobre os operários da década de 1970, a resistência contra a forma autoritária do controle do trabalho aparece nas pautas de reivindicações como informa Silva (2010): “No Brasil, a resistência operária à organização do processo de trabalho capitalista na época do “milagre” (1968-1975) expressou-se por meio de reivindicações muito próximas àquela “pauta”. São elas: 1) queixas contra as hierarquias ou chefias que exercem um papel repressivo ou autoritário; 2) contra os ritmos de produção; 3) contra os procedimentos de gestão dos “recursos humanos”, por meio – como em alguns casos concretos – de regulamentos internos muito rígidos (poder disciplinador); 4) contra o arrocho salarial.

tem coisa melhor do que ser dono de si próprio. O nordestino até ele se acostumá com esta rotina é difícil, tem muitos que não se acostuma (encarregado, filho de rendeiro).

Em várias narrativas de outros migrantes entrevistados no período de 1980 a 1984, a perda da autonomia era representada como “*humilhação*”. A “*humilhação*” aparece mais forte quando o salário é baixo: “*o salário é michado e ainda aguenta toda amolação*”. O trabalhador além de não ganhar o suficiente para suprir suas necessidades sociais básicas, perde sua autonomia, na medida em que está sujeito à vontade de outros.

A noção de “*humilhação*” tem uma certa similitude com a de “*cativeiro*” presente na relação de morador (MENEZES, 1985). Ambos expressam uma crítica às formas de dominação e exploração do trabalho. Os migrantes, que foram moradores, consideram que “*o morador é também mais livre, porque trabalha a hora que quer, do jeito que quer*”. Na fábrica, o uso da força de trabalho é baseado em cálculos de produtividade dimensionado durante uma jornada de trabalho pré-fixada. A condição de morador, embora seja representada como “*cativeiro*”, pois estão na dependência direta de um dono de terra para trabalhar e morar (PALMEIRA, 2009), há uma autonomia relativa quanto à gestão do processo de trabalho.

Para enfrentar a insegurança e instabilidade do mercado de trabalho urbano, o migrante trava uma luta permanente para adquirir “*anos de casa*”. Muitas vezes, aceitam as condições de exploração e dominação do trabalho, representada na sujeição ao horário de trabalho, cumprimento das atividades segundo os critérios da hierarquia da empresa, obediência aos mandos e desmandos dos chefes.

A atitude de “*aceitação*” às regras de controle do trabalho para conquistar mobilidade e melhora das condições de vida, também, é verificada no estudo de Negro (2004, p. 411):

De todo modo, o recrutamento automático do “peão” dos andaimes e canteiros para a linha de montagem redefiniu uma relação simbólica de poder em cujos contornos é possível enxergar a expectativa de sua deferência, o medo de sua rebeldia e o preconceito da sua impossibilidade de fazer história. Para garanti-la, era preciso incutir gratidão no operário; este devia sentir-se em débito com a linha de montagem. Consumado o sentimento da dívida (que também era uma grande sorte), uns acharam que ela era instrumentada pelos trabalhadores como meio de ascender socialmente. Mais confiantes, outros pensaram que era um reconhecimento deslumbrado.

Concordamos com Negro (2004, p. 411) de que há diversas interpretações para o sentimento da dívida dos trabalhadores para com os patrões; ao mesmo tempo que se expressava uma atitude de submissão, era, também, instrumentada pelos trabalhadores como meio de ascender socialmente⁸.

A aceitação das normas de controle do trabalho e a esperança de adquirir “*anos de casa*” se justificam, de um lado, como forma de garantir a sobrevivência em São Paulo, tanto em termos imediatos, quanto como forma de criar condições de fixação, o que, em geral, é dado pela aquisição da casa própria. Entendo como aceitação e não submissão, pois trata-se de estratégias que o trabalhador migrante utiliza para garantir o emprego e, eventualmente, melhorar o salário ou seu cargo. De outro lado, representa, também, uma forma de juntar recursos para poder retornar ao sertão Paraibano.

Sobre as perspectivas de ficar na região do ABC Paulista ou retornar para o Sertão Paraibano, perguntamos, na entrevista de 1984, ao Sr. Lindomar se pretendia pedir a conta e retornar à sua

8 Essa perspectiva analítica está fundamentada nas noções de classe, experiência e economia moral do historiador social E. P. Thompson (1978, 1987, 1998, 1998^a, 1998^b) e a noção de prática cotidiana de resistência, economia moral de James Scott (1985, 1990, 2002). Para uma revisão de James Scott, ver: Monsma (2000) e Menezes (2002a).

terra. Ele respondeu:

L: “Não. Esse ano não, há dois, três anos venho recebendo uma promoção melhor... E aí eu deixei passar tudo isso aí, porque eu não sou aquele cara assim... pelo tempo que eu tenho lá, eu acho que tô novo ainda. Pelo tempo que tem, eu ainda tenho dinheiro suficiente pra... (*não completou a frase*)”

M: Se eles te mandarem embora imediatamente você vai embora prá Paraíba, não pretende mais voltar? (1984)

L: “isso que a gente espera todos nós e... vamos supor, que quer ir embora, mas se der zebra, tem que ficar. Então, eu já me acostumei, pelo tempo que eu tô aqui, eu tô me habituando, tô acostumado. São Paulo... a gente dá pra se vestir melhor”.

Na entrevista realizada em junho de 2013, após 30 anos da finalização do contrato com a Volkswagen e após 29 anos de retorno à São José de Piranhas, ele afirma que “estava lá amarrado”:

L: “eu tava lá (região ABC) um pouco menos de 11 anos, mas na verdade eu tava lá amarrado, nunca gostei não. Trabalhei em firma boa como a Volks, ganhei razoavelmente bem, aí depois consegui ter um bar-lanchonete. Trabalhava à noite na firma, aí comprei uma lanchonete, também não me dei muito bem [...].

Em 1984, com 7 anos de trabalho na indústria automobilística, dizia “estar se acostumando”, ou seja, já havia se adaptado às regras do trabalho industrial e à vida na cidade e conclui a frase dizendo “aqui dá prá se vestir melhor”. A narrativa sobre o trabalho se mescla à valorização da melhora de vida simbolizada na possibilidade de se “vestir melhor”. Já em 2014, após 29 anos ter retornado à sua localidade de origem e ter se distanciado do trabalho industrial,

dedicando-se às atividades de comércio combinadas com pecuária, elabora uma visão diferenciada “eu tava lá amarrado; nunca gostei não”. Talvez essa percepção do trabalho e da vida na cidade já estava no seu imaginário, no entanto, se tornava indizível e invisível.

Tratava-se de um momento no ciclo de vida em que havia um investimento para se manter e progredir na condição de operário metalúrgico e, assim, também melhorar de vida. Passados 29 anos, na fase de vida em que já estava aposentado e com filhos já independentes, o desejo de retorno expresso no sentimento de “estar lá amarrado” torna-se dizível.

Quando retornaram, a família foi morar na casa da mãe de dona Fabiana e passaram por situação financeira difícil. As possibilidades de trabalho e renda eram limitadas e a saída foi novamente recorrer ao deslocamento para a região do ABC Paulista. Nessa época, a família permanecia residindo na Paraíba, enquanto Sr. Lindomar realizava viagens entre os territórios do Sertão da Paraíba e do ABC Paulista durante cerca de 6 anos. Dedicou-se a comercializar alimentos típicos da região do Sertão Paraibano, tais como carne de sol, queijo, mel de abelha, buchada, os quais eram muito valorizados pelos migrantes.

Na atividade de comercializar alimentos de sua região para os migrantes no ABC Paulista, não apenas ganhou o pão, como vivenciou a liberdade de circular entre territórios e redes de amigos e parentes. Vários autores já assinalaram a importância das redes sociais nas várias etapas do processo migratório e na obtenção do emprego (DURHAN, 1978; MENEZES, 1985; FONTES, 2008). As redes de família, vizinhos e amigos constituem um importante recurso temporal em todas as etapas do processo migratório, no acesso ao trabalho, à moradia e em momentos de necessidade de ajuda mútua, como nascimento, doença, morte.

As redes sociais conectam pessoas, mercadorias e territórios, tornando próximo o que está distante - as pessoas, os lugares, os alimentos, as notícias, os acontecimentos. Se o sentimento de ausência é constituinte da condição do migrante, é através das redes sociais que os elos de pertencimento são permanentemente afirmados, construídos e renovados.

Entrevistamos a esposa de Sr. Lindomar, Dona Fabiana, em 2014, e perguntamos sobre a decisão de retornar ao município de origem:

Marilda: Seu Lindomar, eu queria só um pouquinho só pra gente concluir eu queria que o senhor e a dona Fabiana falasse um pouquinho como e por que vocês começaram a pensar em voltar ne. Voltar mesmo para ficar aqui.

Fabiana: eu nunca chamei ele para agente vir embora foi ideia dele, ele falava assim: mas vamos embora daqui porque eu não quero porque eu não quero criar o meu filho aqui, ele dizia isso né pronto aí nós viemos embora

Marilda: a senhora é também ficou contente e queria voltar

Fátima: assim eu não queria voltar por que eu pensava ele vai se eu ficar chamando ele para ir embora aí quando as coisas ficarem bem pretinhas para ele aí ele vai dizer a culpa é sua, foi você que queria vir embora, então eu nunca chamei ele

Porque eu sabia que um dia ia se acabar como aconteceu, aí ele ficou sem nada e como eu disse tinha só o arroz e o feijão.

O desejo de Dona Fátima era retornar, pois seus pais, avôs e algumas irmãs ficaram na localidade de origem, mas ela temia tomar a decisão de partir e correr o risco de não conseguirem um meio de vida. O motivo do retorno relatado por Dona Fabiana é que Sr. Lindomar não queria criar o filho na região do ABC Paulista.

Compreendemos, no entanto, que o desejo de retorno está presente nas entrelinhas de sua narrativa, nos silêncios, nas percepções do trabalho industrial e da vida na cidade. Aos 62 de idade, Sr. Lindomar está aposentado, se dedica a cuidar de algumas cabeças de gado e de compartilhar a vida com suas redes de convívio. Sua casa é um local de vivência intensa de amigos. Em todos os momentos que fomos à sua casa, fomos recebidos por ele, esposa, filhos e demais familiares com generosidade, nos tratando como parte de sua rede de amigos, nos brindando com atenção, comida, carinho.

2. O retorno: “O nordeste ele é muito bom, ele é muito humilde, muito carinhoso, caprichoso...”

O segundo personagem é Sr. Adelino, que nasceu em 30 de janeiro de 1952, em São José de Piranhas, Estado da Paraíba. Sua família era agricultora, mas não tinha terra; trabalhavam como meeiros. Seguindo a trajetória da maioria dos jovens da sua região, migrou em 1973 para o município de São Caetano do Sul, região do ABC Paulista, e retornou em 2010, após a aposentadoria. Tem 4 irmãos, que, junto com os pais, migraram para a região do ABC nas décadas de 1970 e 1980. Residem no município de Mauá. A esposa de Sr. Adelino, dona Fabiana, é do município de Aguiar, Paraíba, e migrou solteira em 1973, quando foi morar com os irmãos que já residiam na região do ABC.

Entrevistamos Sr. Adelino em março de 2014, em São José de Piranhas, onde estava residindo naquele momento. A entrevista iniciou com o relato de Sr. Adelino sobre a decisão de migrar. Selecionamos a seguir alguns fragmentos:

M: Sr. Adelino, por que o senhor saiu daqui? Saiu em que ano? O que o motivou a deixar aqui?

Sr. Adelino: Naquela época, a vida de 1973, era um trabalho na agricultura de meia, e essa meia - metade para o patrão, metade para a gente - isso explica porque muita gente daqui foi embora, saindo daqui para o Aguiar (um sítio no município de São José de Piranhas). Fui embora para São Paulo. Entrei numa empresa, trabalhei oito anos antes de conhecer minha esposa. Mais vinte e três anos em outra empresa (refere-se a Volkswagen do Brasil). Me aposentei. Trabalhei com transporte escolar e meu destino era vir para a Paraíba, né? Eu sonhava com o Nordeste! Eu fui daqui com muito sofrimento naquela época. Numa 4^o série daquela mais ruim que existia, né? Pouco estudo, eles também não exigia estudo naquela época. As empresas não exigia estudo, e a gente conseguia trabalhar. Era tudo... As fábricas tinha gente trabalhando como eu trabalhei lá na Adria, era tudo na mão, tudo manual!

É interessante observar que esse fragmento foi narrado por Sr. Adelino logo no início da entrevista, é um texto-síntese de sua trajetória de vida. Ele conecta temporalidades diversas na composição de seu relato de vida, o tempo como meeiro na agricultura e o tempo nas empresas em São Paulo. A vida no município de São José de Piranhas é narrada com “sofrimento”, contrastando com o sucesso na trajetória de trabalho no ABC Paulista. A narrativa é de uma trajetória de mobilidade ascendente, culminando na fase da aposentadoria, momento em que decide ao local do “sofrimento”: “Trabalhei com transporte escolar e meu destino era vir para a Paraíba, né? Eu sonhava com o Nordeste”. Agora o local de origem não é mais narrado pela concretude das condições de trabalho e da *sujeição*, mas através de expressões simbólicas, como “destino”, “sonhar com o Nordeste”.

Sr. Adelino atribui ao “trabalho na agricultura de meia” o motivo pelo qual “muita gente foi embora”. Para detalhar os significados da decisão de migrar, continuamos com perguntas:

M: Então o senhor contou que trabalhou de meia, né? Como era a vida da família que morava na propriedade de outra pessoa, conte o período de infância, e de juventude aqui em São José de Piranhas?

Sr. Adelino: Esse período de renda, de meia, essa renda é o seguinte: ela é assim, trabalha de meia não tem direito a uma roupa, não tem direito a um calçado, não tem direito a uma festa. Os pais (meus pais) não deixava estudar. Pra ele, filho não era pra estudar, era pra trabalhar. Era o que ele decidia, era isso. A gente tirava dez arroba de algodão, cinco era do patrão e cinco era da gente. O dinheiro que eles emprestava a juro queria cobrar pra ele ganhar bastante e a gente ficava sem nada, chegava o final de ano não tinha dinheiro pra ir a uma festa, essa era a vida. Eu sai daqui em 73, que nem eu já falei, meus irmãos, minha mãe era uma vida difícil, não tinha esse negócio de estar vestindo um vestidinho bonitinho, uma calcinha bonitinha não, não tinha isso, a gente trabalhava o ano inteiro, chegava dezembro, não tinha direito de ir a festa do Natal na cidade. Porque [...] naquela época, não tinha uma roupa, melhor, não tinha uma sandália velha [...] de algodão do mato, comendo feijão com arroz, feijão com cuscuz. Nunca vê um pão e a farinha e o arroz era pro final de semana, o arroz era comida de rico. Aquela época, de primeiro o cara tinha uma bodega, tinha uma rapadura, vendia só o preço que ele queria, porque só quem comprava era os morador dele. Isso aconteceu muito. Não falando mal e nem falando bem, mas era época que o povo era sujeito aquilo, era obrigado aquilo...

A lembrança do tempo de infância e juventude, no período em que a família trabalhava na agricultura no sistema de meação, é marcada pela condição de sujeição – “era a época que o povo era sujeito” -, devido à carência alimentar e à falta de renda para consumo de alimentos, como pão e arroz, de vestuário e de festa. A narrativa de Sr. Adelino sobre o sistema de meação é recorrente entre os agricultores que entrevistamos no início da década de 1980 na região do Sertão de Cajazeiras, os quais falavam com indignação sobre as condições de expropriação do sistema de meia (MENEZES, 1985).

Migra aos 21 anos e, como jovem, dedica a fase produtiva da vida trabalhando com disciplina em longas e intensas jornadas de trabalho na região do ABC Paulista, de modo a conquistar o projeto de “melhorar de vida” (DURHAN, 1978; MACIEL, 2013) e a aposentadoria. É o “tempo de descanso”. O tempo em São Paulo é exaltado como de trabalho árduo, de dificuldades como moradia, mas recompensado pela conquista dos direitos que culminam na aposentadoria e na aquisição da casa própria.

Quando chegou à região do ABC Paulista em 1973, conseguiu emprego na Adria através de indicações de amigos, prática recorrente entre os migrantes que chegavam à região:

Com poucos dias eu arrumei emprego por que tinha conhecimento já com parentes, me colocaram dentro da empresa e a trajetória era essa. Trabalhar na empresa, ficar em casa. Fazia comida, por que naquela época não tinha como passear, por que não tinha muito parente não. Trabalhava de manhã, trabalhava de noite, trabalhava de tarde, trabalhava toda hora [...] Eu trabalhei três anos e um mês e não folguei nem um dia.

Semelhante à trajetória da maioria dos migrantes que vieram de áreas rurais da região Nordeste para São Paulo, Sr. Adelino inicia

sua trajetória laboral na região do ABC como ajudante e, posteriormente, passa a operador de máquina. Trabalha sete anos na Adria e é contratado na Volkswagen em 1980 como faxineiro. Com dois meses, passou a operador de máquina. Trabalhou 23 anos, até se aposentar.

A esposa de Sr. Adelino também migrou sozinha em 1973, indo residir com irmãos que já estavam na região do ABC. De 1973 a 1976 trabalhou em diversas fábricas e em 1976 foi contratada na Adria, momento em que conheceu Sr. Adelino. Casaram-se em 1978 e ela parou de trabalhar fora de casa:

Marilda: A senhora já tinha ai 27 anos, 28, né? 27 anos né?
Fabiana: É! Ai nós casamos. Ai ele... eu saí da fábrica né? Porque eu tinha que cuidar dele, cuidar da minha casa, cuidar de mais três- um irmão dele e dois meu, aí eu peguei e saí. Fiquei sem trabalhar. Mas nunca fiquei assim totalmente sem fazer nada, né? Eu costurava, trabalhava, fazia uma coisinha aqui, uma coisinha ali...

Com o casamento, interrompe sua trajetória de operária e passa a desempenhar seu papel de esposa – cuidadora do esposo e do lar - e a ser também cuidadora de dois irmãos de Sr. Adelino e de três dela. As mulheres foram personagens centrais nos arranjos da família no contexto dos deslocamentos migratórios de trabalhadores rurais para regiões industriais, como já analisado em inúmeros estudos (DURHAM, 1978; MENEZES, 1985; THIBES, MENEZES e SANTOS, 2017).

A casa de D. Fabiana e Sr. Adelino se constituiu como um território de referências das redes familiares, tanto abrigando os que chegavam para trabalhar, quanto os que vinham da Paraíba para visitar a família. O pai e mãe de D. Fabiana vinham com frequência visitá-los.

Em 1980, Sr. Adelino foi contratado pela Volkswagen:

Adelino: e da Adria passei para a Volks também era manual, lá chegou a 48 mil funcionários, fazia do fusca do passado, e a dificuldade era grande para quem ia e não tinha moradia, não tinha parente. São Paulo, a pessoa chegava lá para conseguir um para morar era 4, 5 queimando a lata, (como diz o ditado), era quem fazia comida era quem... tinha umas mulher lá que lavava e tinha gente que se virava, fazia comida, trabalhava, na época era difícil, na época da meningite em São Paulo matava mais de que não sei o quê! Naquele tempo não tinha esse negócio de separar a agulha da injeção, aplicava um negócio assim em um, saía de um aplicava no outro e Deus que nos acuda! Naquela época, era época de doído! E fui trabalhar graças à Deus me aposentei, estou contente, voltei para o nordeste, tenho dois filhos adotivos, meus filhos moram lá, minha filha esteve aqui esses dias, e hoje eu digo para você: sou um homem feliz, 62 anos de idade. ***Uma que eu consegui foi aqui na Paraíba até os 21 anos de idade. Sai daqui com uma roupa e voltei com duas. Muito forte dizer isso para vocês: Eu amo a Paraíba e amo São Paulo e amo a Adrian e amo a Volkswagen que foi quando eu consegui fazer alguma coisa na minha vida!***

Atribui a ascensão profissional e os anos de casa nas duas empresas ao fato de ser um nordestino, condição valorizada pelos empresários, por ser bom trabalhador, ter força física e ser obediente às regras de controle e produtividade do trabalho. Essa visão é recorrente nas narrativas de outros trabalhadores que entrevistamos ao longo das décadas de 1980 a 2015 e, também, objeto de análise de vários autores (NEGRO, 2008; FONTES, 2004).

O desejo de retornar acompanhou a trajetória de Sr. Adelino desde o momento que partiu até o momento que retornou após aposentadoria para São José de Piranhas. Observamos na narrativa

que o sentimento de ausência está expresso na frequência e intensidade em que a palavra *saudade* é utilizada; no fragmento, ela aparece quatro vezes.

No momento em que relatou a sua migração para São Paulo, ele elabora imagens sobre o nordeste:

O nordeste ele é muito bom, ele é muito humilde, muito carinhoso, caprichoso [...] quando eu fui, já fui com o pensamento de arrumar alguma coisa e voltar [...] Não! A ideia de ir pra lá, era trabalhar pra viver uma vida melhor, foi essa a minha ideia e quando eu construí uma casa lá, eu me aposentei, ai eu falei: agora eu volto para minha terra! Meu salário já dá para mim comer aqui e em qualquer lugar, certo? Essa era a vontade, saudade eu fiquei 24 anos sem vir aqui. 24 anos mais a saudade tinha todo dia! Todo dia chegava um parente sentia saudade, via um parente sentia saudade, mais quando eu pensei... quando eu me aposentei [...] já pensei eu digo: Agora eu volto pro nordeste, ai minha esposa teve que fazer uma cirurgia não pode vir, ai fui trabalhar em transporte escolar, meus filhos estava estudando, quando terminaram em 2008 eu falei: Agora eu vou! Não deu certo! Quando foi em 2009 ai deu certo! Agora estou indo vocês ficam ai, vão viver a vida de vocês que eu vou viver a minha no nordeste.

A saudade é uma palavra da língua portuguesa incorporada à linguagem brasileira, que define um estado d'alma e um sentimento de dor, de angústia, de nostalgia, provocado pela distância, pela ausência, pelo desejo de estar num outro tempo e lugar⁹. Embora o desejo de retornar a seu local de origem tenha acompanhado toda a trajetória de trabalho e vida de Sr. Adelino, as condições objetivas

9 Roberto da Matta (1992, p. 228-9), em resenha sobre o Documentário "Saudade (Nostalgia)". vídeo de Bela Feldman Bianco, 1991, 57 minutos", comenta: "É assim que a saudade, como conceito sócio-cultural, acaba sendo a categoria que permite a integração do tempo e do espaço, da biografia e da história social, dos processos impessoais vividos em espaços institucionalizados, e as duras transformações pessoais, marcadas pela presença da morte e dos limites físicos de cada indivíduo como pessoa humana insubstituível e sempre ligada a uma família e a uma casa".

que possibilitaram o retorno foram a garantia de uma renda com a aposentadoria, após os filhos se tornarem independentes.

Enquanto Sr. Adelino teve uma vida de intenso trabalho como operário, Dona Fabiana teve uma vida de intenso trabalho como trabalhadora no lar, cuidadora dos filhos, do marido e dos irmãos. Com a intensidade do trabalho, Dona Fabiana foi se desgastando e adquirindo doenças na coluna e fibromialgia. A recomendação médica foi que ela se mudasse para um local quente. Assim, há uma confluência de fatores: a aposentadoria que garantia a renda mensal; a doença de D. Fabiana; os filhos já criados; e a necessidade de cuidar dos pais de D. Fabiana, que já estavam velhos e doentes na Paraíba.

Sua mãe faleceu em dezembro de 2013, ficando o pai já idoso e bem doente, com dificuldades de locomoção. Dona Fabiana assume o cuidado pelo pai, que mora em sua casa. Ela fala com emoção que seu retorno foi na hora certa:

D. Fabiana: Eles (os pais) precisaram muito de mim, viu, eu fui muito útil para eles. Eu e eles aqui nós, pra isso ai graças à Deus, minha família, a família... toda vez que precisa ele dá uma ajuda, mãe já várias vezes, três vezes ela veio (se refere às viagens da mãe para visita-la no ABC Paulista) quando eu digo – agora não volta mais – mais aturou esses quatro anos eu curtir ela!

Após 37 anos em São Paulo, ele construiu uma casa na área urbana de São José de Piranhas, local onde nasceu e para onde retornou com sua esposa. Quando perguntamos como ele se sentia após cinco anos morando em São José de Piranhas, ele construiu uma imagem idealizada desse lugar contrastando com São Paulo.

Eu, pra mim, já me sinto mais não tão seguro, mais já me sinto tranquilo, um pouco já me sinto mais tranquilo, eu hoje se eu disser à você eu vou pra São Paulo ficar 15 dias, 20

dias, um mês, chegar já começo me estressar. Já muda! Só em descer do aeroporto, ou ir de carro, quando entra São Paulo demora 3, 4 horas pra andar como daqui em Souza você já começa a se estorcer (rsrs). Isso ai existe, você vê o cara batendo no seu lado, vê o cara assaltar na frente, então, aqui eu me sinto mais seguro! Eu estou me sentindo mais seguro, graças à Deus, estou começando a dizer que aqui é melhor do que lá, assim, pra quem já tenha condição de chegar aqui e ter um pão pra comer. Porque se vier no plano de ganhar alguma coisa não tem não! Aqui não existe emprego! Aqui existe bom amizade, bom companheirismo é... bom papo, mais salário, não! Não conte com salário que aqui não existe. Aqui nós não temos salário! Aqui nós temos tudo, menos salário! Aqui não tem emprego pra jovem.

Ao narrar sobre o “aqui”, referenciando-se ao seu lugar de moradia atual, enfatiza que é o lugar da “boa amizade e companheirismo”, reafirmando uma narrativa idealizada de um lugar onde reina a harmonia social e elos sociais de proximidade entre parentes, vizinhos e amigos. Sintetiza a idealização com a frase: “Aqui nós temos tudo, menos salário”. A invisibilização das dificuldades, carências do lugar ou dos conflitos, decepções e expectativas frustradas no relacionamento com as pessoas de suas redes pode ser compreendida como uma estratégia narrativa para legitimar não apenas a decisão de retornar, mas justificar a permanência nesse lugar.

Se o retorno de Sr. Adelino é definitivo é difícil de prever, mas a ambiguidade de ser migrante permanece. A narrativa, enquanto um texto de construção para si mesmo e para o outro, expressa a construção simbólica do sentimento de presença a esse “aqui”. Ao tecer essa representação, está reafirmando o sentimento de presença e tentando controlar e se distanciar do sentimento de ausência. Embora, na representação sobre São Paulo, sobressaíam-se aspectos negativos,

ele mantém sua casa em Santo André e três vezes ano vai passear e rever seus filhos e netos.

Meu filho é casado, a filha não! A filha esteve aqui a semana passada, todos os dois vivem lá, os dois vive tranquilo, tem o emprego dele, eu vou duas, três vezes por ano passear lá, eu agora tenho tempo de passear [...].

Agora tenho tempo de passear, eu não tinha, eu trabalhei 37 anos, 30 anos dentro de empresa e 7 anos com transporte escolar, eu perdi a hora uma vez pra chegar no emprego, perdi a hora cheguei atrasado uma vez.

Não explicita em sua narrativa o desejo de algum dia retornar à Santo André, mas ter uma casa é ter um lugar ao sol e viabilizar o retorno. Enquanto vai tecendo a narrativa de estar presente em São José de Piranhas, o lugar que representa o *ausente* torna-se presente em suas três viagens para *passear* na região do ABC Paulista. *Passear* é um verbo que expressa ir a um lugar por divertimento, por um tempo transitório e que se opõe a trabalho, que expressa disciplina, obrigação, fixação em um lugar e tempo determinado. Assim, na vivência de sua ambiguidade enquanto migrante, *passear* também se revela como uma expressão de não pertencimento àquele lugar.

3. Considerações finais

Sr. Lindomar e Sr. Adelino realizaram migração interestadual e retornaram aos seus locais de origem. Dessa forma, eles poderiam exemplificar o que os demógrafos têm identificado como “migrantes de retorno” em direção à região nordeste, partindo de estados da região sudeste do Brasil. No entanto, a estratégia metodológica fundamentada nas trajetórias migratórias e nas memórias nos ensina que o “retorno” significa não apenas um “deslocamento

geográfico-espacial”, mas envolve dimensões econômicas, sociais, familiares, além de ciclo de vida, representações do trabalho e sentimentos de pertencimento.

As duas trajetórias podem ser expressões da diversidade de trajetórias migratórias e de trabalho dos migrantes da região Nordeste que foram para São Paulo na década de 1970. São, de certo modo, variações de uma trajetória social e, enquanto tal, apresentam singularidades.

Pontuaremos aqui dois aspectos. Primeiro, o retorno acontece em momentos diferenciados do ciclo de vida. Sr. Lindomar migra com 22 anos, fica apenas 7 anos na região do ABC Paulista e retorna com 29 anos, casado e com um filho. Como funcionário da Volkswagen, a sua carreira laboral poderia ter sido promissora. Mas, resolve retornar e, nos primeiros anos, enfrentou dificuldades financeiras no local de origem, tendo que continuar viajando para São Paulo com atividade de venda de mercadorias. Apesar das dificuldades, não mais voltou a migrar com a família para São Paulo. Diferentemente, Sr. Adelino, migrou com 21 anos e só retornou após 37 anos, com 58 anos de idade, após ter concluído sua trajetória de trabalho na indústria e setor de serviços na região do ABC Paulista. Aposentado, tem uma renda garantida, filhos já adultos e independentes.

O segundo aspecto são os significados diferenciados de “o retorno” que emergem das narrativas dos dois entrevistados. Na narrativa de Sr. Lindomar, entrelaçam-se avaliações críticas sobre as relações de trabalho no chão de trabalho, o contraste com a autonomia do trabalho e a vida no sertão paraibano, além do desejo de criar o filho em local tranquilo. Na sua narrativa, não identificamos uma justificativa precisa e direta sobre o motivo do retorno, mas podemos compreendê-lo nos ditos e não-ditos sobre o trabalho, família e os lugares. As entrevistas em momentos diferenciados de sua vida, em

1983 e 2014, nos possibilitou observar tanto reafirmações quanto deslocamentos e modificações no relato das suas experiências e trabalho e sentimentos de pertencimento.

Na narrativa de Sr. Adelino, o desejo de retornar o acompanhou a trajetória desde o momento que partiu e se concretizou quando as condições objetivas de vida o permitiram, ou seja, após a aposentadoria e a independência dos filhos. Ele tem um filho com 27 anos já casado e uma filha com 29 anos solteira. O sentimento de pertencimento é duplo *“Eu amo a Paraíba e amo São Paulo e amo a Adrian e amo a Volkswagen que foi quando eu consegui fazer alguma coisa na minha vida!”*. Sr. Adelino vivenciou as ambiguidades da migração durante sua trajetória. Ou seja, nos termos de Sayad (2000), ele teve uma vida dupla, esteve presente em um lugar e ficticiamente em outro, ausente onde está presente e presente onde está ausente.

As duas trajetórias expressam experiências de migração de retorno encompassadas por singularidades do momento do ciclo de vida e narrativas diferenciadas e entrelaçadas sobre o trabalho no campo no sertão paraibano e nas indústrias da região do ABC Paulista, sobre a família e sobre sentimentos de pertencimento.

Referências

CEARTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 2ª edição, Perspectiva, São Paulo, 1978.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo**. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FONTES, P. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. *In*: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; E FORTES, A. **Culturas de Classe**. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 363-402.

LOPES, J. R. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1971.

LOPES, J. R. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida**: arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MATTA, R. da. Saudade (Nostalgia). -vídeo de Bela Feldman Bianco, 1991, 57 minutos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 35, p. 227-229, 1992.

MENEZES, M. A. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. **Anais do I Seminário Migrações e Cultura**, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, UNESP, p. 21-40, 2012.

MENEZES, M. A. *Migration Patterns of Paraíba Peasants*. **Latin American Perspectives**, v. 31, p. 112 – 134, 2004.

MENEZES, M. A. *A noção de “redes sociais” na análise de alojamentos de trabalhadores migrantes*. **PROGRAMAÇÃO ABA NA SBPC**, Recife, UFPE, jul. 2003. Trabalho apresentado no Teoria antropológica: novos olhares sobre a contemporaneidade urbana. Recife, UFPE, 2003.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: Um estudo de famílias de camponeses - migrantes. Rio de Janeiro e João Pessoa: Relume Dumará e Ed. UFPB, 2002.

MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21, n. 01, p. 32-44, 2002.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba** [migração, família e reprodução da força-de-trabalho]. M. Phil. Thesis. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

MONSMA, K.; James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma Avaliação Crítica. **BIB**, RJ, n. 49, p. 95-121, 2000.

NEGRO, A. L. Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. *In*: BATALHA, C.H.M.; SILVA, F.T.; E FORTES, A. **Culturas de Classe**. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 403-435.

PALMEIRA, M. Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *In*: WELCH, C. A. *et alii*. **Camponeses brasileiros**. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo, Ed. UNESP, 2009, p. 203-216.

SANTOS JR., J. **Na Trama das Identidades**: vida e trabalho no corte de cana em Sergipe. Tese de Doutorado. FFLCH/Universidade de São Paulo, 2014.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., p. 7-32, 2000.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCOTT, J. C.; JAMES, C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan.-jun., 2002. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=7>. Acesso em: 25 fev. 2010.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistência.** México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak:** the everyday practices of resistance. New Heaven: Yale University, 1985, p. 1-27.

SCOTT, J. C. **The Moral Economy of the Peasant:** Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. [S.l.]: Yale University, 1976.

SILVA, L. M. Sobre algumas influências teóricas na construção e um tema: trabalho e classe trabalhadora na literatura recente. **Revista Mundos do trabalho**, vol. 2, n. 3, p. 181-205, 2010.

TELLES, V. S. A Experiência da Insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. **Tempo Social; Rev. Sociol, Usp**, São Paulo v. 4, n. 1-2, p. 53-93, 1992.

THIBES, M.; MENEZES, M. A.; SANTOS JR., J. Apresentação. *In: Famílias, Trabalho e Migrações*, São Paulo, Ed. Annablume, 2017, p. 7-18.

THOMPSON, E. P. **The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century.** Past and Present 50, p. 76-136, 1971.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THOMPSON, E. P. *Prefácio.* *In: Formação da Classe Operária Inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, p. 9-14, 1987.

THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. *In: Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, p. 25-85, 1998.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 150-202, 1998.

THOMPSON, E. P. Economia Moral Revisitada. *In: Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 203 – 266, 1998.

TOMIZAKI, T. A herança operária entre a fábrica e a escola. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 153-171.



Livros e políticas do espírito entre Brasil e Portugal no século XX: o caso da Livros do Brasil¹

*Débora Dias
João Luís Lisboa*

1. A “batalha dos livros” no espaço luso-brasileiro

Quer como fronteira imaginada, quer como demarcação institucional, sabemos que a ideia de uma comunidade “luso-brasileira” perpassou todo o século XX e se adaptou às conjunturas, bem como a diferentes quadrantes ideológicos, sociais e políticos, formando um caldo cultural com repercussões no presente debate sobre a lusofonia. Embora remonte ao processo de descolonização da América, até às primeiras décadas dos 1900, a construção imaginária de uma comunidade luso-brasileira foi alimentada por uma correnteza de

¹ Este artigo integra um projeto mais amplo e em construção, que conta com pesquisadores brasileiros e portugueses (um núcleo inicial foi formado por Nuno Medeiros, Emanuel Cameira, Pedro Piedade Marques, João Ferreira, Elisabeth Olegário, Patrícia Palma, Daniel Melo, Adelaide Gonçalves, Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Rui Moreira Leite), seguindo pistas e perspectivas diversas. Gira em torno de uma documentação “resgatada”, constituída por papéis de um editor português no século XX – Antônio de Sousa Pinto – que, com lotes de livros, quadros, objetos antigos, foi desmembrada para venda, a partir do ano de 2018. Algumas pastas foram por nós identificadas e recuperadas, e outras, entretanto, continuam dispersas. A partir dessa operação de resgate de núcleos desse espólio, interrogamos o mundo dos livros, da edição, da leitura e das ideias numa dimensão que envolve o século XX português, brasileiro e o luso-brasileiro, nos seus múltiplos sentidos, incluindo o de busca por um espaço cultural comum aos dois países.

impressos com papel ativo nas transformações culturais, sociais e políticas (MOLLIER; DUTRA, 2006) que visavam influenciar as elites políticas e atingir um público-leitor alargado nos dois lados do Oceano (COOPER-RICHET; MOLLIER, 2012; DIAS, 2010). Institucionalmente, a ideia luso-brasileira passou por um caminho de reelaborações e refutações (CERVO E MAGALHÃES, 2000), percurso que, numa era de nascentes nacionalismos, coexistiu com um complexo esforço demarcatório – teórico, político e identitário – de cada uma dessas culturas (PAREDES, 2013).

Esse quadro alterou-se, na esfera político-ideológica, nos anos 1930, com a ascensão, em ambos os países, de regimes assentes no fortalecimento de ações repressivas (CARNEIRO e CROCI, 2010; TORRALBA, 2009), quer no plano social, quer no plano da liberdade de pensar e de publicar (DIAS, 2017). Por sua vez, o nacionalismo português, fortemente ancorado numa visão historicista da herança dos Descobrimentos (CATROGA, 2008), buscava encontrar na política externa da sua ex-colônia um aliado estratégico para a manutenção do Império, quer sob a feição do panlusitanismo (SERRANO, 2014), quer nos apoios à resistência à orientação da ONU que apontava para a necessidade de as potências imperiais reconhecerem o direito à autodeterminação e independência de suas colônias (ALEXANDRE, 2017). Essa aliança recorreu a justificações ideológicas, mesmo quando inspirados em argumentos das ciências humanas, caso do luso-tropicalismo (CASTELO, 1999), e encetou esforços diplomáticos para a criação e institucionalização (década de 1950) de uma comunidade luso-brasileira.

Nesse contexto, entendemos a batalha dos livros essencialmente em dois sentidos (relacionados): por um lado um plano institucional e político, decorrente de programas, de acordos e de vontades de protagonistas e organismos governamentais; por outro lado,

a concretização de dinâmicas editoriais e suas repercussões, que incluem perspectivas empresariais e econômicas, que dialogam não só com tais programas oficiais, mas também com outros projetos. Esses dois sentidos implicam igualmente uma dimensão genérica de prática cultural, e não apenas porque se trate de livros.

Aquilo de que aqui falamos é um pequeno intervalo de um longo processo, durante o qual, nos dois lados do Atlântico, se entendeu que o livro podia ser tanto objecto de fortuna como de iluminação, sendo fonte de progresso social e humano. E nesse entendimento se chocam as mais diversas posições, a doutrinação mais conservadora e as grandes esperanças de transformação social, grandes receios e grandes investimentos.

Como chegam essas expectativas aos anos 40 do século XX? De forma muito sintética, destacamos duas perspectivas:

1º) as expectativas do poder: aproximação dos Estados e convergência de projectos, num momento em que o livro vai ganhar protagonismo nas políticas oficiais luso-brasileiras. Isto é, trata-se de um período de regimes autoritários, em Portugal e no Brasil, interessados a impor e em hegemonizar “políticas do espírito” mais totalizadoras e antidemoliberais, políticas que, atuando no campo das ideias e sensibilidades, foram fundamentais para a consolidação e manutenção do regime autoritário, atuando junto com a repressão, mas por meio de outros dispositivos. Direccionamentos que se tornam bem expressos no teor do Acordo Cultural Luso-brasileiro de 1941, promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, na figura de António Ferro, e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas, sob orientação de Lourival Fontes. E não é menor que, entre outros desígnios, aquele documento defina como objetivos de ambos os governos a promoção do livro entre os dois países, mais explicitamente, “a promoção do

livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal” (Artigo 2º-g), entre outras ações que envolvem o impresso e que incluem a criação de uma revista chamada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos de propaganda.

2º) expectativas vistas a partir de um caso concreto: a ação, as expectativas e os projetos de um editor-livreiro, que começa no Brasil, explorando as potencialidades da procura do livro português, e que passa, então, para Portugal, acompanhando, nesse trânsito, a mudança de equilíbrios entre os dois mundos editoriais. A abertura ao livro brasileiro em Portugal será apenas um dos seus trunfos. Trata-se do editor, distribuidor e livreiro António Augusto de Sousa Pinto (Porto, 1901 - Lisboa, 1987), muito interessado em articular a sua acção, enquanto empresário, com as iniciativas governamentais.

2. Políticas do espírito no mundo do livro entre Portugal e Brasil

No final dos anos 1930, Sousa Pinto e outros dois sócios, os portugueses António Pedro Martins Rodrigues e Américo Fraga Lamares (Civilização), fundam a editora e distribuidora Livros de Portugal livraria também instalada, a partir de 1941, na travessa do Ouvidor, no Rio de Janeiro. E, como veremos, não será por acaso que, em 1944, Sousa Pinto fará o caminho inverso, regressando a Portugal para fundar com seu irmão, Joaquim de Sousa Pinto, a Livros do Brasil (MEDEIROS, 2018). Em 1945, a Livros do Brasil atua como editorial, exportadora do livro português, importadora e distribuidora do livro brasileiro, com exclusividade para Portugal e para as colônias portuguesas de outras editoras brasileiras (MELO, 2018). O projeto inicial centrava-se na ideia de atuação para o intercâmbio luso-brasileiro e “divulgação” de literatura brasileira.

A história desses trânsitos editoriais de Sousa Pinto está documentada nos fragmentos, por nós reunidos, de um arquivo que sabemos ser maior. Ao que se foi agrupando, com manuscritos, impressos e fotos, entre os anos 1940-1970, e com aquilo que sabemos que existe e que foi sendo adquirido por outros, juntam-se os próprios livros na materialidade das suas diferentes edições, incluindo os do acervo pessoal de Sousa Pinto, alguns autografados. E, assim, mesmo na sua incompletude, pensamos que o acervo que se pretende disponibilizar no CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores - reúne núcleos significativos do espólio das duas casas editoras, especialmente da Livros do Brasil, incluindo correspondência, provas tipográficas, livros autografados e traduções de cartas. As possibilidades são muitas e incluem questões em torno das traduções, capas, coleções e mesmo das relações entre as casas editoriais brasileiras e o mundo do livro em Portugal, como os contatos de Sousa Pinto e de seus sócios com a editora José Olympio e Editora Globo, ou as suas relações com os vários escritores.

Para o caso aqui tratado, a correspondência comercial recebida por Sousa Pinto, como também a cópia do que seria a correspondência expedida por ele, sistematicamente datada e arquivada, demonstram características de uma rede de interlocutores do mundo do livro nos dois países, que incluem, por exemplo, para o período que aqui tratamos, os dois principais responsáveis pela implementação das “políticas do espírito”, António Ferro e Lourival Fontes, e também o próprio Getúlio Vargas. Esses fragmentos, no cotejo com a materialidade das próprias publicações da Livros de Portugal e em diálogo com outros núcleos de documentos – nomeadamente os arquivos do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN-ANTT) e do Arquivo Oliveira Salazar (ANTT) –, fornecem abundante informação sobre as relações Brasil-Portugal e sobre o mundo dos livros

nos dois países, que incluem os contatos de bastidores, as disputas comerciais, assim como as ações efetivas na batalha das ideias.

Para nossos propósitos, é relevante perceber, no século XX, um período de formação de uma nova conjuntura anti e pró-Salazar no Brasil, em um momento singular da aproximação entre os dois países, com declaradas afinidades ideológicas autoritárias e de assumida inspiração fascista. O ambiente político na ex-colônia portuguesa, que desde 1930 tinha Getúlio Vargas na presidência, vivia um ciclo de autoritarismo (1937-1945), chamado de Estado Novo, como em Portugal. A ditadura getulista aumentou as restrições à entrada de estrangeiros no país, embora, gradativamente, tenha diminuído as limitações à vinda e permanência de portugueses, tendência explicada pelas afinidades entre os dois regimes (LOBO, 2001). Os grupos de oposição a Salazar no Brasil, seguidos de perto pelas autoridades portuguesas e cerceados pela legislação brasileira, engrossaram, na década de 1940, com a chegada de outros “indesejáveis” do regime, como o poeta e filósofo Agostinho da Silva (exilado desde 1943, mas que se instala no Brasil em 1947) e o escritor e editor anarquista Roberto das Neves (1942). Alguns já haviam passado pelo exílio na Europa, mas, sob o impacto da II Guerra e do que se lhe seguiu, atravessaram o Atlântico, como foi o caso de Jaime de Morais e de Jaime Cortesão (1940).

É sabido que as afinidades ideológicas entre os Estados Novos português e brasileiro contribuíram para uma maior aproximação que, muito esquematicamente, podemos assinalar com alguns marcos: em 1935, a fundação do Instituto Luso-Brasileiro para a Alta Cultura; e, já no contexto da II Guerra, vinculada à precária posição diplomática portuguesa em relação ao conflito, o convite de Portugal à sua ex-colônia como coanfitriã das comemorações dos dois centenários (Fundação da Nacionalidade em 1140 e Restauração da

Independência em 1640). Com a edificação do Pavilhão do Brasil e a parte brasileira no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, além do envio de comitiva oficial composta por militares, membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) e intelectuais ligados ao regime, o Brasil aparece de modo explícito como exemplo de sucesso do colonialismo português, durante a Exposição do Mundo Português (junho a dezembro de 1940), cujo “Pavilhão Brasil” albergou um espólio de cerca de cinco mil impressos levados a Portugal pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Essa biblioteca, selecionada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), contava com publicações que versavam sobre as realizações e a ideologia do regime e sobre a cultura brasileira em geral e foi depois doada à Universidade de Coimbra (servindo como núcleo central da ainda hoje existente Sala Brasil).

Percebe-se a conjuntura para a assinatura do já referido Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Em linhas gerais, este se pautava na colaboração cultural mais efetiva com vistas à difusão de suas culturas, o que destacava as iniciativas de difusão e promoção do livro entre os dois países. Isto é, os organismos oficiais de propaganda, do Brasil e de Portugal, ficaram encarregados de “assegurar e promover” a difusão da cultura ao propiciarem “o intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países” (ACORDO, 1942, p. 180). Para a realização desse objetivo, o documento também previa o lançamento de um periódico luso-brasileiro, como efetivamente veio a ocorrer com a saída da revista *Atlântico* (1942-1950), pensado para “orientar” a moral das elites intelectuais de ambos os países.

Sob o imperativo do Acordo Cultural, foram planejadas e publicadas coleções. Como exemplo, há a edição portuguesa de vinte e cinco autores brasileiros, entre os quais Gilberto Freyre, Cecília

Meireles, Graciliano Ramos, ainda que, posteriormente, algumas das ofertas viessem a incomodar politicamente “a cautelosa censura portuguesa” (HALLEWELL, 2005, p. 356), como aconteceu com José Lins do Rego.

Quanto às linhas gerais do acordo, na prática, estudos apontam que “estas seções atuaram muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias ao Estado Novo português e brasileiro, além de difundirem o ideal estadonovista luso-brasileiro” (SCHIAVON, 2008, p. 8). Do lado português, ainda seguindo Carmem Schiavon, os interesses comerciais no acordo eram visíveis, exemplo da correspondência de António Ferro com as autoridades consulares, como também, em sentido inverso, no diálogo travado entre Ferro, editores e livreiros portugueses. Esse aspecto é por nós confirmado na documentação de Sousa Pinto, em cotejo com o arquivo do SPN, outro núcleo a ser explorado.

Tal interesse comercial não pode, nessa conjuntura, ser dissociado de outra preocupação que será crescente: a perda de influência cultural da ex-metrópole para os Estados Unidos (SCHIAVON, 2008; MEDEIROS, 2011). Complementar a esse sentido, o Acordo de 1941 é também visto por Gisella Serrano como um desdobramento da “Política do Atlântico”, organizada no interior da estratégia de propaganda e afirmação nacional do governo de Salazar, a partir de uma concepção política “panlusitanista” (SERRANO, 2014).

Interessa destacar que, integrante dessa estratégia de aproximação dos dois regimes, a revista *Atlântico* contou com uma colaboração ampla de portugueses e brasileiros (ALCÂNTARA, 2017), o que incluiu mesmo nomes antigetulistas, como Graciliano Ramos, o comunista Caio Prado Júnior, ou portugueses não alinhados com o salazarismo, caso de Maria Archer, Jorge de Sena, José Régio, e diferentes matizes políticos e escolas intelectuais, como Antonio

Quadros e Sofia de Mello Breyner Andersen. Uns mais, outros menos assíduos, fato é que a publicação conta com a colaboração de Manuel Bandeira, Cícero Dias, Vinicius de Moraes, Jorge de Lima, Raquel de Queiroz e Érico Veríssimo. Na orientação de António Ferro, era explícito o convite ao que considerava os “melhores” para a revista, coincidente com uma ideia subjacente ao projeto de controle que acaba por abrir para oportunidades de “descontrole”.

Em algumas cartas de Ferro, percebe-se um alerta de cunho mais moral que político, o que aparece de forma explícita na orientação de Ferro ao escritor português António de Sousa Pedroso, o Visconde de Carnaxide, em relação à participação brasileira nos primeiros números da revista *Atlântico*, por exemplo:

A colaboração quer para a imprensa, quer para a revista deve, como combinámos, – e permite que insista nesta parte – ser obtida entre os melhores nomes e os de mais projecção. Mas há um ponto em que precisamos ter sempre o máximo de cuidado. Quando se tratar de novelas ou de romances, espero que V. Exa. evite com o tacto e diplomacia que lhe são peculiares, que sejam escolhidos trechos demasiado livres que poderiam sair dos moldes construtivos da nossa política de espírito e dar mesmo errada compreensão em Portugal da literatura brasileira (Carta de António Ferro ao Visconde de Carnaxide, 23/2/1942).

Essa orientação irá contrastar com a política oficial portuguesa de intercâmbio cultural com o Brasil nos anos 1950, na qual haverá um objetivo declarado de promover uma “inteligência portuguesa” expurgada de nomes que se coloquem publicamente como opositores ao regime (DIAS, 2019).

3. Sousa Pinto e a Livros de Portugal no Brasil

Essa chave é útil para se compreender as bases a partir das quais, nessa conjuntura, Sousa Pinto se esforça por estar à frente de uma Quinzena do Livro Português no Brasil, em fins de 1941. Com efeito, sua casa comercial, a Livros de Portugal, conquistou a liderança das atividades no Rio de Janeiro, numa programação que incluiu ainda atividades em Recife, Espírito Santo e São Paulo. A correspondência indicia os ganhos não apenas comerciais, mas de ampliação de influência do próprio Sousa Pinto, a começar pelas tarefas em que esteve diretamente envolvido: a Exposição do Livro Português na Biblioteca Nacional, a organização por Sousa Pinto de um Catálogo, a venda dos livros portugueses especialmente importados para essa programação e a promoção da sua casa livreira em uma negociação que envolvia o SPN e DIP.

Outro exemplo de ampliação da sua rede de interlocutores nesse contexto está na “Relação de individualidades” que Sousa Pinto convidou pessoalmente para integrar a programação de “conferências, palestras e recitais a efetuar durante a Exposição do Livro Português” (RELAÇÃO, s/c). A lista é demonstrativa ainda da diversidade e da representatividade dos nomes escolhidos para estabelecer relações quanto ao livro português no Brasil, com atuações intelectuais diferentes e matizes políticos diversos: do exilado Jaime Cortesão ao estadonovista Visconde de Carnaxide (António de Sousa Pedroso), entre os portugueses; e de brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda, Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso e Gilberto Freyre, Olegário Mariano². A fonte não permite afirmar o efetivo convite

2 Segue a relação completa: Afrânio Peixoto, Jaime Cortesão, Visconde de Carnaxide, Alceu Amoroso Lima, Artur Ramos, Leonídio Ribeiro, Marcelo Matias, Fidelino Figueiredo, Serafim Leite, Afonso Melo Franco, Sérgio Buarque de Holanda, Americo Facó, Augusto Maia, Gilberto Freyre, Alvaro Lins, João Luso, Elmano Cadim, Paulo Filho, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Levy Carneiro, Sousa Batista, Armando Boaventura, Margarida Lopes de Almeida, Afonso Lopes de Almeida, Arnon de Melo, Frederico Schmidt, Pedro Calmon, Renato de Almeida, Conde Pinheiro Domingues, Oswaldo Orico, Edmundo Luz Pinto, Tasso da

de todos, nem todos os que aceitaram (apesar do apontamento manuscrito “aceitou”, diante de nomes como Alceu Amoroso Lima, Jaime Cortesão, Afrânio Peixoto, Fidelino Figueiredo, Armando Boaventura). No entanto, indicia relações que podem ser exploradas por uma análise mais verticalizada da sua correspondência.

Publicamente, e como era esperado, o editor afirmava todos os esforços para contribuir com o sucesso dos objetivos do Acordo, bem como com seus principais protagonistas. Além de António Ferro e Lourival Fontes, a quem Sousa Pinto caracteriza como os “verdadeiros atletas da política do espírito”, o editor também realça o papel do chanceler Osvaldo Aranha e do embaixador português Martinho Nobre de Melo.³

O *Catálogo da Exposição* mereceria um tópico à parte pelo ambicioso objetivo de trazer, nas palavras do organizador, “a quase totalidade das obras editadas e em venda em Portugal” no período. No entanto, é possível destacar uma orientação pluralista que, se obviamente não inclui obras contra o regime, está longe de vetar autores não alinhados com os programas estadonovistas, mesmo que de modo disciplinado.

Importa ainda relevar que esse diálogo intenso do editor com as políticas de Estado ocorre com a contratação de um exilado português que, como já referido, acabava de chegar ao Brasil, o historiador Jaime Cortesão. Efetivamente, Cortesão dirige a coleção *Clássicos e Contemporâneos*, com antologias literárias, documentos históricos, textos de referência, sempre acompanhada de prefácios de estudiosos portugueses e brasileiros. A coleção dá início ao contato de Sousa Pinto com alguns que vão ser seus assíduos colaboradores, a exemplo de Ribeiro Couto e Cecília Meireles. Ressalte-se ainda a colaboração

Silveira. Cf. RELAÇÃO das individualidades a convidar para as conferências, palestras e recitais a efetuar durante a exposição do livro português. *Acervo Sousa Pinto*, CHAM, s/catalogação.

3 Correspondência de Sousa Pinto, sem catalogação.

da pintora Vieira da Silva, então radicada no Brasil depois de Portugal de Salazar recusar o visto de residência a seu marido húngaro, o pintor Arpád Szenes, que fugia do nazismo.

Também é por esta via que se compreende que a Livros de Portugal se associe à distribuição e divulgação na imprensa brasileira do livro *Assim dizem os profetas*, em 1943, na “versão” do anarquista português que acabara de chegar ao Brasil, Roberto das Neves. A prosa antinazista de um suposto médium e ocultista alemão, que anunciava a interpretação astrológica de que seria inevitável a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão, não aparece como “editada” pela Livros de Portugal, mas sim distribuída, embora a divulgação no jornal *Diário da Noite* destaque a editora como a responsável por “tornar conhecido no Brasil” este livro (LIVROS NOVOS, 21/1/43, p. 6).

4. As mudanças do pós-guerra e o intercâmbio oficial luso-brasileiro

Esse movimento de aproximação das “políticas do espírito” de ambos os países esfria com o fim do Estado Novo de Vargas em 1945. Com a queda de Getúlio, caía também um simpatizante declarado das ideias políticas de Salazar e, com ele, a continuidade, pelo menos imediata, de um incremento no relacionamento Brasil/Portugal.

No entanto, sabemos que a perda da antiga influência já sentida nos inícios dos anos 1940 pelos agentes do livro portugueses insere-se numa conjuntura mais ampla, na qual não teve um papel menor a censura, a repressão intelectual e social, assim como a ausência de políticas públicas para o livro durante o Portugal salazarista. Por sua vez, do outro lado, em 1948, uma legislação brasileira protecionista e proibicionista de traduções portuguesas e originais brasileiros publicados em Portugal foi decretada.

Na conjuntura do arrefecimento do acordo, o escritor António Ramos de Almeida afirma: “O «intercâmbio luso-brasileiro» é um mote sem fundo, que tem sido fértil e febrilmente explorado em livros, em conferências, em artigos. À volta do mote giram os interesses de uns, a «cabonitagem» de muitos, o academismo acaciano de outros. Criou-se até uma retórica própria, prenhe de topos pomposos” (ALMEIDA, 1946, p. 8).

Os topos pomposos de que falava Ramos de Almeida são, de qualquer modo, também interessantes, pois representam a visão institucional das relações culturais e porque foram, em todo o caso, suporte para muitas acções fora do âmbito estritamente político.

Do outro lado do oceano, é visto um crescimento, embora lento, da presença do livro brasileiro em Portugal desde os finais dos anos 1920, movido pelos ecos da originalidade da mais recente literatura e pintura (com o destaque de Portinari) naquele país e pelas repercussões de algumas obras de cunho mais sociológico e historiográfico (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., entre outros). Nos anos 1940, essa concorrência se dava principalmente com os romances originais, mas também já ocorria nas traduções, em obras técnicas ou de estudo. Procurando obras de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Érico Veríssimo, Cecília Meireles, e não só, em Portugal, um público cada vez mais largo descobria, na leitura de livros, de natureza variada, incluindo os de conteúdo ficcionista, a existência de diversos “brasis”, o que levou as edições brasileiras a conquistar mais espaço nas livrarias portuguesas. Essa expansão de influência chegará até o fim dos anos 1960 (MEDEIROS, 2011). Novamente, citando António Ramos de Almeida:

A projecção e influência da Nova Literatura Brasileira deram-se entre nós porque a poesia brasileira moderna revelou-se em vozes fortes como as de Manuel Bandeira,

Jorge de Lima, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Moreira, Ronald de Carvalho, Cecília Meireles, etc., e, sobretudo, porque o romance brasileiro dos nossos dias se impôs com Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Amando Fontes, Erico Veríssimo e tantos outros, que bem depressa se consagraram em Portugal (ALMEIDA, 1946, p. 8).

O que significa essa “consagração quando tudo o que se lê chega em edições do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre”? A circulação da literatura e da edição brasileira em Portugal é testemunhada por artigos em jornais e revistas, por notas biográficas (Ribeiro Couto, Carlos Drummond de Andrade), por citações frequentes (Jorge de Sena e António Ramos de Almeida, por exemplo), por livros, como o de João de Barros (*Presença do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1946), ou mesmo por secções dedicadas à divulgação de edições brasileiras (*Mundo Literário*, 1946). Entretanto, a edição sistemática em Portugal começa apenas nos anos 40, já depois do fim da Guerra, sobretudo com a editora Livros do Brasil.

Machado de Assis, José Lins do Rego, Erico Veríssimo, Jorge Amado e Joracy Camargo estão entre os primeiros autores brasileiros que a Livros do Brasil publica a partir de 1947. São publicados, também, muitos outros, cujas traduções são usadas por esta editora nesses primeiros anos, como Monteiro Lobato, James Amado, Mário Quintana, Herbert Caro, Millôr Fernandes, Darcy Azambuja, para citar alguns, onde se conta o próprio Erico Veríssimo, por exemplo.

Esse é certamente o início de uma outra história, porque aquilo a que se assiste, nesses anos 1940, a despeito de todos os propósitos governamentais, é uma inversão de sentido nas relações de troca de livros entre os dois países. Soma-se a essas razões a conjuntura política e comercial que então se vivia.

Fontes

ACÔRDO Cultural Luso-Brasileiro. “Documentos”. *In: Revista Atlântico*, nº 1. Lisboa: SPN/DIP, 1942, p. 180-181. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Atlantico_RevistaLusoBrasileira/Atlantico.htm

ALMEIDA, António Ramos de Almeida. *In: Mundo Literário*, nº 4, 1/6/1946.

CARTA de António Ferro ao Visconde de Carnaxide, 23/2/1942. PT/TT/SNI/SILB/1/11. Secretariado Nacional de Informação, cx. 1587. Acervo Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

CORRESPONDÊNCIA de António Sousa Pinto, **Acervo “Livros do Brasil”**, CHAM (ainda sem catalogação).

LIVROS NOVOS. *In: Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 21/1/43, p. 6.

EXPOSIÇÃO do Livro Português. **Catálogo**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, s/a. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

IZGUR, Ernst. **Assim falaram os profetas**. Versão portuguesa de Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Livros de Portugal (distribuidora para o Brasil), 1943. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

RELAÇÃO das individualidades a convidar para as conferências, palestras e recitais a efetuar durante a exposição do livro português. **Acervo Sousa Pinto**, CHAM, s/catalogação.

Referências

ALCÂNTARA, Lúcio. **Atlântico, uma revista e dois regimes**. Conferência apresentada na Embaixada do Brasil em Lisboa em 19/1/2017 [manuscrito].

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico (Orgs.). **Tempos de fascismos**: Ideologia – Intolerância – Imaginário. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CASTELO, Claudia. **O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa** (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CATROGA, Fernando. “Pátria, nação, nacionalismo”. In: TORGAL, Luís Reis [et. alli]. **Comunidades imaginadas. Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 9-39.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das Caravelas**. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: Edições UNB, 2000.

DIAS, Débora. “Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil”. In: PAULO, Heloísa [et al.]. **Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2019 [no prelo].

DIAS [MACAMBIRA], Débora. **A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho**: uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958). Tese de Doutorado em Altos Estudos em História, ramo História - Época Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição**. São Paulo: Annablume, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: sua História. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005, p. 356-361.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MEDEIROS, Nuno. **O livro no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Le Monde Diplomatique / Outro Modo, 2018.

MEDEIROS, Nuno. “Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses”. **História** (São Paulo), vol. 30, n.º 2, ago./dez. São Paulo: USP, 2011, p. 179-195.

MELO, Daniel. “Semblanza de António de Sousa Pinto (1901-1987)”. *In: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes* - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI), 2018.

PAREDES, Marçal de Menezes. **Configurações luso-brasileiras**. Fronteiras Culturais, demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910). S/l: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. “O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período”. **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul (Anpuh-RS), 2008. [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf].

SERRANO, Gisella de Amorim. **Caravelas de Papel**. A Política Editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-lusitanismo (1941-1949). Lisboa: Instituto Camões, 2014.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo**, vol. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.



Intelectuais e antifascismo no Chile (1937-1942)

Ana Amélia M. C. de Melo

1. Introdução

O objetivo deste estudo é examinar a *Alianza de Intelectuales en Defensa de la Cultura* (AICH), criada no Chile, em 1937, por intelectuais, em solidariedade aos republicanos espanhóis como forma de combater o avanço do fascismo no país. A criação de agrupações intelectuais está inserida no marco de uma mobilização que se inicia na Europa, em 1932, com a criação em Paris da *Associación des Écrivains et Artistes Révolutionnaires* (AEAR). Alguns historiadores assinalam que a formação dessas associações e a organização dos Congressos de Escritores foram orquestradas por intelectuais comunistas que seguiam estritamente as diretrizes da União Soviética.

O papel da Internacional Comunista nos anos 1930-40 e sua influência entre intelectuais e escritores, seja na organização das associações, seja na consecução dos Congressos, gerou muitas simpatias, mas também tensões que não passaram despercebidas nos círculos intelectuais e que foram vastamente registrados pela imprensa. Como aponta David-Fox, os intelectuais foram muito

cortejados pela *Comintern*, como estratégia de uma diplomacia cultural que trazia bons resultados (2017, p. 526).

Se a influência da *Comintern* foi inegável, isso não significou um controle absoluto sobre as diversas atividades que eles desenvolviam. As associações e congressos eram integradas por um conjunto heterogêneo de intelectuais que iam além da militância político-partidária. Tratou-se, sobretudo, de construir uma linha de aliança antifascista, possível, também, graças ao fato de os escritores, jornalistas, professores e artistas disporem de um circuito de atuação amplo como escolas, academias e instituições culturais variadas e de desfrutarem do reconhecimento do público em geral.

A AICH foi fundada num ano de intensas perseguições, censura e repressão que marcam o governo de Arturo Alessandri (1933-1938). Dela participam consagrados intelectuais e escritores chilenos do período. Compartimos da hipótese defendida por alguns historiadores (ORY, 1986; OLIVEIRA, 2013) de que essas organizações eram parte da estratégia da Internacional Comunista (IC), porém acreditamos que elas apresentam uma riqueza e matizes em sua forma de organização e de atuação que vale a pena identificar e examinar.

Não nos deteremos neste artigo numa discussão sobre o significado de fascismo e antifascismo, haja vista a extensão do debate e os limites deste trabalho. Entretanto, vale destacar que compreendemos, como nos fala o historiador francês Bruno Groppo, que o antifascismo, mais do que um movimento político estruturado dos anos 1930-40, fez parte de uma sensibilidade política compartilhada entre intelectuais, militantes, homens e mulheres preocupados com o ascenso do nazismo e do fascismo nesses anos. O movimento não é visto, neste estudo, exclusivamente como um fenômeno italiano de reação ao fascismo das décadas de 1920-30, mas como um fenômeno internacional amplo e diverso, conforme apontam vários autores

(BOBBIO, 2010; GROPPPO, 2004, HOBSBAWN, 1985). Nesse contexto, destacamos o fato, seguindo as pistas apresentadas por Groppo, de que a *Comintern* possuía uma estratégia oficial com relação ao antifascismo. A doutrina variou ao longo do tempo, podendo ser identificadas duas interpretações bastante marcantes do antifascismo: uma relativa aos anos 1920 e que não estabelecia diferenças fundamentais entre o fascismo e as democracias liberais ou chamadas burguesas; outra que adquiriu relevo a partir de 1934 e 1935 e tomou como exemplo a vitória nazista na Alemanha. Esse antifascismo estabelecia uma diferença entre democracia liberal e fascismo e apelava para a defesa da primeira, ou seja, para a defesa da democracia e das liberdades civis.

Os estudiosos da história dos intelectuais, segundo nos fala Sirrinelli, correm o risco de se verem sufocados por seu imenso tesouro. Ao trabalhar com um grupo social identificado por sua produção intelectual, o historiador pode sofrer do que ele chama de “síndrome do mineiro”. A metáfora foi extraída das correspondências de Alex de Toqueville, quando este se queixa ao amigo Gustave Beaumont de que estava esmagado sob o peso de suas notas, como um mineiro de ouro que via toda sua riqueza desabar por sobre sua cabeça (SIRINELLI, 2003, 244). Podemos tomar emprestado esse exemplo para o grupo de intelectuais aqui pesquisados. As associações de intelectuais, de modo geral, se caracterizam por reunir um conjunto bastante atuante de escritores que fazem da pena sua mais importante arma de luta política e ideológica, sendo escritores geralmente prolíficos. No caso aqui estudado, os escritores optam também por criar um órgão de imprensa como forma eficaz de expor suas ideias para um público mais amplo que nem sempre participa da associação. Com esse propósito a AICH funda a revista *Aurora de Chile*, tomando como inspiração o título do jornal fundado por

Camilo Henríquez (1769-1825), um dos intelectuais independentistas que cria o primeiro periódico do Chile independente com título homônimo. Daí vem a inspiração dos intelectuais da AICH, em 1937, explicitada no primeiro número da revista¹.

2. Os comunistas: entre a censura e a repressão

A AICH foi criada em Santiago no ano de 1937, período final do segundo governo de Arturo Alessandri, que havia sido eleito em 1933 e que teria o mandato finalizado em 1938. Desde que assumiu o governo, primou por uma postura autoritária, perseguindo lideranças sindicais, fechando jornais e impondo, com a ajuda de um congresso conservador, leis de exceção. Durante esse segundo mandato, foram frequentes os usos de prerrogativas especiais e cessação de direitos constitucionais. Em fevereiro de 1937, Alessandri promulgou a Lei nº 6.026, que restringiu direitos constitucionais, conhecida como Lei de Seguridad Interior do Estado. Tal lei institucionaliza as práticas de vigilância, prisão e proibição de reuniões, assim como de circulação de impressos (LIRA; LOVEMAN, 2014, p. 291). Com essa lei e, ainda, com o rechaço de sua inscrição no Registro Eleitoral, o Partido Comunista foi mantido na semilegalidade até 1938, por conta da vitória do novo presidente Aguirre Cerda.

Durante o período de 1931-35, o Partido Comunista do Chile seguia uma posição de luta de classe contra classe, conhecida como “terceiro período”. Nesse momento, tanto a repressão de Ibañez del Campo (1927-1931), como as lutas internas enfraquecem o Partido em termos numéricos e em força política nacional. A etapa é considerada pela historiografia como um dos momentos mais difíceis do partido (GREZ, 2015). Além das perseguições de que foi alvo com

1 Para esta investigação, foram levantadas especialmente fontes impressas como jornais, anais, memórias, além das correspondências de diferentes escritores no Chile, disponíveis na Biblioteca Nacional do Chile.

a ditadura de Ibañez del Campo, as divisões internas enfraqueciam o partido. Os informes são bastante pessimistas, afirmando ter o partido em torno de 100 militantes (ALVAREZ, 2017).

Por outro lado, a influência das transformações internas da *Comintern* e das pugnas adquirem, no Chile, um verniz especial, em função das próprias particularidades do partido e de sua história. Não se tratou de uma transposição *ipsis litteris* das diretrizes de Moscou ao cenário nacional, muito pelo contrário. A conjuntura da ditadura de Ibañez colocou o partido frente a uma realidade que dividiu posições. Segundo Rolando Alvarez, nesse momento, o PCCH teve, pelo menos, três posições claras em relação ao governo de Ibañez. Uma que - podemos dizer - foi a vitoriosa, pois deu continuidade, no Partido Comunista do Chile, à estratégia da *Comintern* de uma “frente única pela base”, ou seja, de alianças compostas pelos comitês de base das fábricas, por jovens e por organizações sociais vinculados aos anarquistas ou independentes, mas não com os partidos que faziam parte do sistema de partidos e que, portanto, distanciavam-se das cúpulas partidárias. Um segundo grupo no interior do PCCH foi identificado com Manuel Hidalgo, que defendia uma oposição à Ibañez, mas que, a partir de uma composição com os partidos tradicionais, especialmente, pretendiam uma aproximação com setores vinculados à Arturo Alessandri. E, finalmente, o grupo minoritário, que defendia Ibañez. Esse grupo era formado por quatro deputados e um senador e foi marginalizado do partido (ALVAREZ, 2017, p. 8). A saída desse pequeno grupo não minorou as tensões no interior do partido.

Em 1929, chega ao Chile Victorio Codovilla, argentino enviado do Secretariado Sul Americano (SSA) da *Comintern* com o propósito de reorganizar o partido e dirigir os militantes chilenos rumo às diretrizes que vinham da URSS. Com fundos financeiros, o

encarregado da SSA cooptou militantes que asseguravam manter a linha da *Comintern*, afastando membros opositores. Entretanto, a perspectiva de uma subordinação rigorosa às diretivas da *Comintern* não foi totalmente aceita pelos militantes chilenos. Manuel Hidalgo, como já mencionado, liderava a resistência ao centralismo proposto. Opondo-se à política do Terceiro Período, defendia a necessidade de compor alianças com demais partidos e com setores da burguesia para combater a ditadura de Ibañez del Campo. Nesse momento, os comunistas chilenos estavam, em grande número, presos, exilados ou relegados em regiões isoladas do extremo sul do país. Essas prisões e o medo debilitaram o PCCH de modo que, para os hidalguistas, era necessário aproximar-se de outros setores da sociedade que combatiam Ibañez.

A eleição de Alessandri para o período 1933-38 tampouco representou uma transformação profunda em termos políticos nacionais. Durante esse segundo mandato, foram frequentes os usos de prerrogativas especiais e cessação de direitos constitucionais. Os partidos de esquerda foram os alvos preferidos das perseguições e prisões. Entretanto, o PCCH sofrerá mudanças de direção, fruto das transformações no cenário político internacional, com o avanço do fascismo e das mudanças de orientações da *Comintern*. A partir de 1935, o *Comintern* envia diretrizes de formação de alianças gerais para a América Latina. Desde a ascensão de Hitler como chanceler na Alemanha, começaram a emergir, nos partidos comunistas europeus, as tentativas de unidade antifascista. Quando, em julho/agosto de 1935, se realiza em Moscou o VII Congresso da Internacional Comunista, Dimitrov apresenta a nova estratégia de constituição de coalisões de partidos de centro-esquerda.

Nesse contexto pós 1935, o Partido Comunista amplia sua influência para diversas entidades e organizações não apenas operárias,

mas também de bairro, juvenis e cidadãs (Álvarez, 2017, p. 28). Foi nesse cenário que os intelectuais alcançaram relevância política no Partido Comunista e, de um modo geral, na sociedade chilena.

Vale lembrar, como nos chama a atenção o estudo de Rolando Álvarez (2016) que, de todas as formas, e, apesar das diretrizes da Internacional Comunista, existia uma brecha entre os dirigentes e a base da militância, que, na sua prática cotidiana, fazia uso de sua experiência política e de uma cultura organizacional mais autônoma. Essa perpetuação do que Alvarez chama de “tradição nacional” do Partido Comunista chileno tornou possível um avanço mais consistente da orientação da Frente Popular. Nesse período inicial de formação da Frente, o Partido conseguiu um crescimento desconhecido até então. As cifras de 1937 apontam para um número de 8 mil afiliados divididos em 351 células, 50 comitês regionais e 14 comitês locais (ÁLVAREZ, 2017, p. 28).

No Chile a orientação de formação de uma Frente Popular significou compor um bloco político de centro-esquerda, que em 1938 conseguiu eleger seu candidato Aguirre Cerda (1938-1941). A constituição da Frente Popular no Chile tem merecido alguns importantes estudos que chamam a atenção para as peculiaridades nacionais (AGGIO, 1999; MILOS, 2008).

3. Intelectuais militantes

Foi no VII Congresso da *Comintern*, realizado em Moscou, em julho e agosto de 1935, que oficialmente a Internacional Comunista (IC) assumiu a posição de formação das frentes unidas antifascistas. Entretanto, esse movimento já vinha sendo gestado com alguma anterioridade e teve na atuação dos intelectuais uma das chaves de seu crescimento. A *Comintern*, já em 1932, tomava a decisão de

mobilizar os intelectuais, escapando não apenas das fronteiras do partido como também da perspectiva que privilegiava unicamente a cultura operária (ORY e SIRINELLI, 1986, p. 96).

Nesse ano, Romain Rolland e Henri Barbusse convocam em agosto o Congresso de Amsterdã-Pleyed contra a Guerra e constituem o Comitê com adesão de André Gide, André Malreaux, Paul Signac etc. Nesse mesmo ano de 1932, cria-se a Associação de Escritores e Artistas Revolucionários (AEAR) na França. O movimento é retomado em Paris no ano seguinte sob a forma de Congresso europeu antifascista, realizado entre 4 a 8 de junho de 1933. Congresso semelhante aconteceu em Moscou em 1934. Daí, partiram alguns escritores comunistas para Paris, em 1935, onde realizaram o I Congresso Internacional de escritores pela defesa da cultura (ORY, 1986, p. 93-112). Em 1937, em plena Guerra Civil Espanhola (1936-1939), realizaram, na cidade de Valência e depois em Madrid e Barcelona, o II Encuentro de Escritores en Defensa de la Cultura, conhecido posteriormente como Congresso Internacional de Intelectuales Antifascistas. O Congresso dividiu-se em várias sessões e foi realizado entre os dias 4 e 17 de julho: iniciou-se em Valência, passou para Madrid (5 a 8 de julho), retornou à Valência (10 julho), foi para Barcelona (11 de julho) e finalizou em Paris (16 e 17 de julho). A escolha da Espanha foi anunciada por Romain Rolland, Heinrich Mann e André Malraux e teve o propósito de sublinhar a posição de resistência ao fascismo de escritores de distintos lugares do mundo (OLIVEIRA, 2013, p. 192). Estiveram presentes nele nomes como Bertolt Brecht, Hemingway, John Dos Passos, Octavio Paz, Pablo Neruda, Hermann Hesse, entre uma dezena de nomes com destacada atuação e trajetória intelectual (CORDERO, 2009, p. 739).

A organização da AICH foi decidida no Congresso de Valência, do qual Pablo Neruda participou e assumiu o compromisso de criar a Aliança no Chile, como forma de se engajar na luta antifascista no contexto da Guerra Civil Espanhola. A Aliança de Intelectuais do Chile em Defesa da Cultura também surgiu em circunstâncias de repressão e censura do governo Arturo Alessandri em 1937. Nesse ano, no Salão de Honra da Universidade do Chile, em um ato público celebrado em 7 de novembro, foi fundada por um grupo de escritores, jornalistas, professores e artistas a seção chilena da Aliança dos Intelectuais em Defesa da Cultura. Na ocasião lançam o primeiro manifesto assinado por 150 escritores chilenos e estrangeiros que viviam no país. Entre os oradores desse evento, estão Pablo Neruda, Julio Barrenechea, Raúl Gonzales Tuñón (Argentina), Luis Alberto Sánchez (Peru), Acario Cotapos, Gerardo Seguel, entre outros.

A participação dos intelectuais, portanto, foi fruto das transformações da linha política da Internacional Comunista. Segundo informe de Galo González, existiam “fracções” comunistas dispersas em diversas organizações, entre elas: Frente Popular, Central de Trabalhadores do Chile (CTCH), Alianza Libertadora da Juventude, Comité Pro Ajuda a España, Movimiento por la Emancipación de las Mujeres de Chile, Estudiantes Universitários, Liga dos Direitos do Homem, além das federações de trabalhadores como panificadores, profissionais da construção, metalúrgicos, marítimos, portuários, ferroviários, têxteis, trabalhadores municipais e professores (ÁLVAREZ, 2017, p. 28). A AICH estava entre essas organizações. Segundo o historiador britânico Barnard (1977, p. 203), ela logrou conectar uma “impressionante variedade de intelectuais” na causa da Frente Popular.

A AICH foi fundada efetivamente em 7 de novembro de 1937, porém, o decreto de criação e estatuto são de 11 de outubro de

1943, conforme pôde-se observar no livreto contendo o regimento da entidade². Esse documento contém vinte e nove artigos divididos em seis títulos, nos quais estabelece com detalhes as funções, composição e o funcionamento da entidade, que passou a existir como pessoa jurídica a partir dessa data. Desse modo, o estatuto trazia bem claro o que os cinco anos de atuação na vida política e cultural puderam mostrar em termos de experiência e identidade do grupo intelectual. A definição a posteriori permitiu amadurecer o significado e seu papel. A definição das finalidades da organização dividiu-se em seis pontos centrados numa noção de “defesa da cultura”. A proposta não é original, já que existia entidade semelhante da Europa; e, de fato, a AICH estava inserida nessa mobilização internacional³.

A AICH cria, nove meses depois de sua fundação, a revista *Aurora de Chile*. Na sua primeira página, informava tratar-se de órgão de imprensa da AICH e que, portanto, publicaria notícias e atividades do interesse da agrupação. No primeiro número, divulga as resoluções sobre o Congresso de intelectuais realizado em Paris em 25 de julho de 1938. Desse encontro, participam alguns escritores chilenos que são citados pela imprensa como representantes da AICH. São eles: Juan Negro⁴, José Echeverría Yañez⁵, Lorenzo

2 Sobre a data de fundação, a documentação apresenta alguma variação: o ato de fundação se faz dia 7/11/1937. Essa data aparece em variadas fontes. O decreto de criação e o estatuto estão com data de 11/10/1943. Nesse mesmo decreto, está anexada a ata de fundação da AICH, onde se afirma ter sido esta criada em 24/9/1941. Podemos, então, concluir que ela é fundada primeiramente em ato público no Salão Nobre da Universidade de Chile, e que, posteriormente, em 1941 se realiza a reunião de criação oficial com elaboração de ata. Finalmente o decreto que lhe dá forma jurídica somente sai em 1943. Enquanto isso, a Aliança realiza suas atividades divulgadas em jornais e revistas. Esse demorado processo nos faz crer que, de fato, a AICH começa a se preocupar com sua oficialização como entidade jurídica somente após a vitória da Frente Popular e após a importância que ela vai adquirir.

3 *Estatuto de la Alianza de Intelectuales de Chile para la Defensa de la Cultura*. Imprenta Cenit, Santiago de Chile, 1944.

4 Juan Aguirre Hinojosa (1906-1979). Poeta Chileno. Ativo participante dos movimentos literários no Chile. Em 1949 trabalhou na Direção de Bibliotecas, Arquivos y Museos de Chile. Desde 1934 publica diversos livros de poesia e crônicas. Foi tesoureiro da AICH. Biblioteca Nacional de Chile. Consultado em: 9 set. 2018.

5 José Echeverría Yañez (1913-1996). Um dos filósofos mais importantes do Chile. Estudou na Universidad de Chile. Depois vai estudar na França onde publicam sua tese de filosofia no ano de 1957. Ver: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94696.html>.

Dominguez⁶, Luis Vargas Rosas⁷ e Enriqueta de Vargas⁸. Além dos nomes, são publicadas as resoluções do encontro. Propõem-se a intensificação dos intercâmbios culturais, a divulgação da cultura dos povos vítimas da perseguição. Defendem a ajuda material à escritores, artistas e cientistas perseguidos e propõem a divulgação dos valores humanos expressos nas artes, literatura e ciência (*AURORA DE CHILE*, 1938, p. 1). Ou seja, nesse momento, a percepção de cultura é bem precisa e relativa à produção realizada por um grupo consagrado de intelectuais. Quem participa desses encontros e tem seus nomes estampados nos jornais e revista são personalidades reconhecidas publicamente e que justamente emprestam seu nome para dar destaque ao movimento.

Por sua vez, a revista, no primeiro número, indica claramente sua posição de luta contra o fascismo:

la presencia del fascismo en el campo internacional, su ataque directo a las bases de la cultura – la libertad, la dignidad humana, la independencia de las naciones y la persona mismo de los intelectuales – ha hecho surgir un mandato de unidad para todos los trabajadores del espíritu, en el mundo entero (*AURORA DE CHILE*, 1938, p. 1).

A revista enfatiza o vínculo internacional de sua luta. Não se tratava apenas de uma luta doméstica ou menor, mas, essencial e inserida no movimento mundial em defesa dos princípios democrático. Não era apenas uma luta de comunistas, mas uma luta de democratas em defesa dos princípios gerais de liberdade, respeito e

6 Lorenzo Dominguez (1901-1963). Escultor chileno, professor na Escola de Belas Artes de Santiago. Vai para Barcelona, durante a Guerra Civil, para apoiar a luta dos Republicanos.

7 Luis Vargas Rosas (1897-1977). Pintor. Foi um dos fundadores em 1923 do grupo de arte moderna chamado Grupo Monparnasse. Vivem na Europa e participam ativamente das mobilizações com Neruda, na Guerra Civil Espanhola. Em 1946 foi nomeado diretor do Museo de Bellas Artes, em Santiago. <http://www.artistasvisualeschilenos.cl/658/w3-article-39945.html>.

8 Henriqueta de Vargas (1894-1983). Pintora conhecida como Henriette Petit. Junto com seu marido Luis Vargas, participa da fundação do Grupo Monparnasse em 1923. <http://www.artistasvisualeschilenos.cl/658/w3-article-39944.html>.

dignidade da humanidade. Esses foram de fato os princípios torneadores da luta antifascista, em seu sentido amplo e que incorporaram variados grupos políticos.

O estatuto da AICH era bastante explícito quanto às finalidades da aliança. O documento, em seu primeiro capítulo, esclarece quais as finalidades da organização:

1. Defender a cultura em todas suas formas contra as limitações que se opõem a sua expansão; 2. Combater toda tendência atentatória à cultura, à dignidade do homem e à evolução da sociedade; 3. Destruir os preconceitos raciais que se pretendem inculcar na consciência dos povos; 4. Estimular todas as campanhas em prol da paz, único estado em que a humanidade pode aspirar para seu desenvolvimento pleno; 5. Defender as formas democráticas de governo, por considerar que somente elas permitem o livre desenvolvimento da cultura e da pessoa humana; 6. Realizar obras de divulgação cultural entre as massas e intelectuais e propor por todos os meios a seu alcance o progresso cultural, social e econômico da coletividade (*Estatuto de la Alianza de Intelectuales de Chile para la Defensa de la Cultura* (Imprenta Cenit, Santiago de Chile, 1944).

Note-se que o propósito da AICH foi essencialmente militante. Não foi uma entidade profissional, mas formada por intelectuais, e tratou de combater toda censura da expressão cultural. Em cada um dos tópicos, a perspectiva é a da defesa da liberdade civil e política, da dignidade humana e da paz. A estratégia partia da própria cultura, através da divulgação de obras literárias e artísticas, de palestras com escritores, do debate, da discussão. De fato, a criação da revista *Aurora de Chile* e as diversas atividades que desenvolveram procuraram dar conta dessa perspectiva. O antifascismo foi expresso em palavras de ordem como defesa da democracia, da paz e dignidade humana,

defesa dos princípios da liberdade. Em torno dessa bandeira, agruparam-se diversas tendências.

Os fundadores da AICH, denominados Primeiro Diretório, era formado por Pablo Neruda, seu primeiro presidente, membro também do Comitê Central da Associação Internacional de Escritores, por Alberto Romero (1896-1981), por Gerardo Seguel (1902-1950), por Luis E. Délano (1907-1985), por H. Diaz Casanueva (1906-1992) e por Juan Negro (1906-1979). Segundo decreto que concede personalidade jurídica, a ata de fundação da AICH era datada de vinte e quatro (24) de setembro de mil novecentos e quarenta e um (1941). Esse grupo de seis escritores eram quase todos simpatizantes comunistas, com exceção de Juan Negro, sobre o qual não foram encontradas referências explícitas sobre suas vinculações políticas nesse período. Os demais membros da direção eram o que os próprios comunistas chamavam de “companheiros de viagem”. Gerardo Seguel é mencionado em documentação sobre órgãos de imprensa do Partido. Nela faz-se referência ao jornal Frente Popular e aponta-se o escritor como “camarada militante” que faz parte da Redação desse diário, também registrado como órgão de imprensa do Partido Comunista de Chile (ULIANOVA, 2017, p. 409).

A AICH realizava diversas atividades em conjunto com o Partido Comunista ou como parte das atividades do PCCh. *El Siglo*, jornal do partido, quase sempre informava e convocava os militantes para essas atividades. Em 27 de fevereiro de 1943, por exemplo, em plena guerra, o jornal convidava seus leitores para uma homenagem ao Exército Vermelho, patrocinada pela AICH (*El Siglo*, Santiago, 27 de febrero de 1943. Biblioteca Nacional de Chile). O mesmo jornal publica, ainda em maio desse ano, uma carta assinada por Héctor P. Agosti, membro do Partido Comunista Argentino e secretário da *Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores* (AIAPE)

de Buenos Aires. A carta era dirigida a AICH, cumprimentando a entidade por seu exemplo de luta antifascista (*El Siglo*, Santiago, 23 de mayo de 1943, p. 11. Biblioteca Nacional de Chile).

A AICH aparece nos arquivos da Internacional Comunista, numa lista de convidados sugeridos pela delegação chilena, para participar da Conferência Democrática internacional (ULIANOVA, 2017, p. 429). Entretanto, isso não significou que todos os membros da associação devessem ser militantes comunista. De fato, como afirmamos, era comum uso da expressão de “companheiros de viagem” para fazer referência aos diversos intelectuais que estavam engajados na defesa das bandeiras levantadas pelos comunistas, coma a luta contra fascismo, a solidariedade à Espanha, a defesa da democracia e as liberdades civis e política. A AICH representava os intelectuais dentro do movimento de Frente Popular.

Para esse grupo de escritores, foi central a experiencia da Guerra Civil Espanhola. Alguns deles haviam estado na Espanha e sentiam profunda tristeza e solidariedade com os Republicanos espanhóis. Para Neruda, a Guerra de Espanha mudou sua poesia, sobretudo desde a morte de seu amigo, o poeta Federico Garcia Lorca (Neruda, 1980, p. 55).

Alberto Romero, um dos mais atuantes intelectuais do grupo, era também membro da Sociedade de Escritores de Chile (SECH), entidade mais intensamente voltada para as questões relativas à profissão do escritor e aos aspectos legais e econômicos, como direitos autorais (AGUILERA, 2002, p. 33). Romero incorporou-se ao grupo de escritores que foram à Espanha durante a Guerra Civil, para dar apoio aos republicanos. No seu regresso, publicou o livro *España está um poco mal* (1938). Segundo Orlando Millas, Alberto Romero nesse período esteve filiado ao Partido Radical (MILLAS, 1996, p. 160).

Por sua vez, Gerardo Seguel, professor e escritor, militou intensamente como dirigente no sul do Chile, na Associação de Professores nos anos 1930, durante a ditadura de Ibañez del Campo (1927-1931), o que lhe custou exoneração e exílio. Durante a Guerra Civil, encarregou-se de organizar coleções sobre a poesia de Espanha. Escrevia constantemente no jornal Frente Popular (MUÑOZ, 1992, p. 2). Igualmente, Henrique Délano foi um destacado escritor e jornalista de esquerda que se vinculou ao Partido Comunista. Em 1937 publicou suas memórias sobre a Guerra Civil Espanhola. Finalmente, H. Diaz Casanueva não era distinto do grupo. Poeta, educador e, posteriormente, diplomata, escrevia em diversos jornais, militando como intelectual.

A AICH tinha uma intensa atuação cultural através de palestras que aconteciam em espaços como a Universidade do Chile, Teatro Municipal, Teatro Caupolicán, Parques etc. Suas atividades consistiam em palestras, em leituras públicas de obras literária e poéticas, realização de concertos musicais e inauguração de exposições. Das mobilizações mais importantes que ocupava a AICH, destacam-se os atos de solidariedade aos republicanos espanhóis. Eram realizadas diversas campanhas para arrecadação de fundos que eram enviados para a Espanha, assim como buscavam despertar o espírito combativo contra o avanço do fascismo. Divulgavam suas atividades, sobretudo através da imprensa alternativa de esquerda, como nos jornais *Frente Popular* e *El Siglo* e nas revistas *Ercilla* e *Claridad*, além de apresentarem um programa de rádio (inaugurado em 22 de fevereiro de 1939. *Aurora de Chile*, 04/02/1939, p. 2). Ocupar esse espaço no âmbito da cultura não era tampouco um consenso. Além das críticas de setores da direita, havia também uma disputa entre grupos intelectuais antifascistas que, muitas vezes, ultrapassava o círculo de intelectuais, alimentando o noticiário. Um caso emblemático foi a

disputa entre o grupo de Huidobro e o grupo de Neruda. A disputa foi intensamente explorada pela imprensa, que divulgou entrevistas com os escritores envolvidos. A pugna entre stalinistas e troskystas também atravessava o grupo, demarcando espaços bastante claros.

4. Considerações finais

Sem desconsiderar o potencial crítico dos intelectuais envolvidos na luta antifascista, nem as diversas apropriações que desse ideário foram feitas, julgamos que, apesar dos matizes e tensões, a *Comintern* conseguiu imprimir na organização intelectual, aqui estudada, uma diretriz clara. Foi precisamente graças à orientação de seguir uma proposta de união com os diversos setores da sociedade que possibilitou aos partidos ampliar sua influência e obter adesões tão significativas do campo cultural.

A AICH foi fundada, como visto anteriormente, com um propósito abertamente político, trazido especialmente por Neruda, quando regressa da Espanha depois de participar do Congresso de Intelectuais em Defesa da Cultura. Existia nesse momento, no Chile, uma Sociedade de Escritores de Chile criada em 1931 a qual funcionava como uma entidade profissional⁹. Nesse sentido, a AICH, ao organizar-se “em defesa da cultura”, articula-se em torno das bandeiras da Frente Popular, da campanha de Aguirre Cerda, da defesa dos republicanos de Espanha. Essas grandes questões eram lidas e interpretadas como lutas contra o fascismo. Eram partes da agenda dos partidos comunistas que, no caso do Chile, tem uma grande influência e liderança nesse movimento. A linha política adotada a partir de 1935 foi determinante na construção e nas características da Frente Popular no Chile (MILLOS, 2008, p. 8) e na formação da AICH.

9 Ver: <https://www.sech.cl/nuestra-historia/>.

Por sua vez, enfatizava-se o vínculo internacional de sua luta. Não se tratava apenas de uma luta doméstica, mas essencial e intensamente inserida no movimento mundial de luta antifascista. Com isto tampouco queremos dizer tratar-se apenas de uma luta de comunistas. A própria formação da Frente Popular aponta em sentido contrário, ou seja, tratava-se de uma luta de diversas organizações de esquerda e de partidos em defesa dos princípios fundamentais de liberdade, respeito e dignidade humana. Esses são de fato os princípios torneadores da luta antifascista, em seu sentido amplo e presente em variados grupos políticos. Foi precisamente o antifascismo a pedra de toque que possibilitou a reunião e formação da Aliança no Chile, sob a liderança do Partido Comunista.

Referências

AGGIO, Alberto. **Frente Popular, radicalismo e Revolução Passiva no Chile**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1999.

AGUILERA, Oscar; ANTIVILO, Julia (2002). **Historia de la Sociedad de Escritores de Chile**: los diez primeros años y visión general, 1931-2001. Galas Ediciones, Gobierno de Chile.

ÁLVAREZ, Rolando. “*El Partido Comunista de Chile en la década de 1930*: entre ‘clase contra clase’ y el Frente Popular”. **Pacaraina del Sur**, n. 31, Santiago, 2017. Disponível em: <http://www.pacarainadelsur.com/home/oleajes/1474-el-partido-comunista-de-chile-en-la-decada-de-1930-entre-clase-contra-clase-y-el-frente-popular>. Acesso em: 5 jan. 2018.

AMADO, Jorge. **Navegação de Cabotagem**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ANDRADE, Carlos Drummond. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BENEVIDES, Maria Vitória M. **A UDN e o Udenismo**. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N; Pasquino, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2010.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976.

COSENZA, Apoena Canuto. **Um Partido duas táticas**: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1922 a 1935. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Departamento de História UNESP, 2002.

DAVID-FOX, Michael. Communism and Intellectuals. *In*: PONS, Silvio. **World Revolution and Socialism in One Country, 1917-1941**. Cambridge University Press, 2017.

GREZ, T. Sergio. Un episodio de la política del “Tercer Período” de la Internacional Comunista: elecciones presidenciales en Chile, 1931. **Historia**, n. 48, vol. II, jul./dic., p. 465-503, Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2015.

GROPPO, Bruno. El antifascismo en la cultura política comunista. **Anuario IEHS**, n. 19, Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro, 2004.

GUIMARÃES, Valéria Lima. **O PCB cai no Samba. Os comunistas e a cultura popular (1945-1950)**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HOBBSBAWM, Erick J. Os intelectuais e o antifascismo. **História do marxismo**, vol. 9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). **Revista da USP**, São Paulo: jun./ago., p. 165-18, 1995.

LIRA, E.; LOVEMAN, B. **Poder Judicial y conflictos políticos** (Chile: 1925-1958), Santiago: Universidad Alberto Hurtado/LOM, 2014.

MILAS, Orlando. **Memorias**. Santiago: Ed. Chile-America CESOC, 1996.

MILOS, Pedro (2008). **La formación del Frente Popular, 1936-1938**. Santiago: LOM ediciones, 2008.

MUÑOZ LAGOS, M. El poeta Gerardo Seguel. **La prensa Austral**, 1997. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.cl/bnd/628/w3-article-289297.html>.

NERUDA, Pablo. **Confieso que he vivido: Memórias**. Madrid, Seix Barral, 1980, p. 55.

OLIVEIRA, Angela Meirelles de. **Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2013.

ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. **Les Intellectuels en France, de l’Affaire Dreyfus à nos jours**. Paris: Armand Colin, 1986.

Pandolfi, Dulce. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Rodrigues, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Volume X, São Paulo: Difel, 1981.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. *In*: MORAES, João Quartim. **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: Remond, R. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ULIANOVA, Olga; RIQUELME, Alfredo. “Listado de publicaciones periódicas del PCCH elaborado por Raúl Barra Silva” 16/01/1938. *In*: **Chile en los archivos soviéticos** (1922-1991). Tomo 3: Komintern y Chile 1935-1941. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2017.

ULIANOVA, Olga. “Persona sugeridas por la delegación chilena para ser invitada a la Conferencia Democrática Continental” 03/02/1938. *In*: **Chile en los archivos soviéticos** (1922-1991). Tomo 3: Komintern y Chile 1935-1941. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana.

ULIANOVA, Olga. “Informe sobre la política de cuadros en el PC Chileno, elaborado em Moscú por Paulino González Alberdi” 07/08/1937. *In*: **Chile en los archivos soviéticos 1922-1991**. Tomo 3: Komintern y Chile 1935-1941. p. 369. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana.

VIANNA, Marly de A. G. “Pela democracia, pela soberania nacional”. *In*: Vianna e Jansen, H. **A insurreição da ANL em 1935: o relatório Bellens** Porto. Rio de Janeiro: REVAN, 2015.



Fronteiras culturais e criação literária: a invenção do *Portunhol Selvagem*

José Lindomar C. Albuquerque

1. Introdução

O capítulo visa refletir sobre a relevância da literatura transfronteiriça denominada de *portunhol selvagem*¹, enfatizando o diálogo possível entre os escritores Wilson Bueno e Douglas Diegues. Wilson Bueno (1949-2010) foi um escritor paranaense que escreveu e trabalhou em jornais locais e nacionais. Foi editor do *Nicolau*, jornal literário publicado pelo governo do estado do Paraná. O autor produziu vários livros em prosa e poesia, alguns destinados ao público infantil. Publicou ainda duas novelas em portunhol, *Mar Paraguayo* (1992) e *Tio Rosendo, a cavalo* (2000). Wilson Bueno não nomeou estas novelas de *portunhol selvagem*. Douglas Diegues é quem vê nestes escritos, sobretudo na novela *Mar Paraguayo*, os antecedentes de sua própria literatura de fronteira.

¹ Tomei conhecimento do *portunhol selvagem* graças ao convite da professora Eliana Sturza, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), para participar da qualificação de doutorado de sua orientanda Sara dos Santos Mota (MOTA, 2014). O trabalho discutia justamente a escrita poética do portunhol nas fronteiras entre o Brasil, Uruguai e Paraguai. Debrucei-me, então, sobre a leitura na íntegra do livro *Mar Paraguayo*, de Wilson Bueno. Dessa leitura, resolvi escrever um pequeno artigo – *As travessias do portunhol selvagem* –, pensando a mistura de línguas e os sentidos metafóricos do texto de Wilson Bueno (ALBUQUERQUE, 2014).

Douglas Diegues (1965-) é um poeta que nasceu no Rio de Janeiro, passou a infância na fronteira entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), e depois foi viver em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Publicou seu primeiro livro de poesia em *portunhol selvagem, Dá gusto andar desnudo por estas selvas*, em 2002. Organizou e traduziu, em parceria com Guillermo Sequera, a antologia de poesia *Kosmofonia Mbya Guarani* em 2006. Entre 2007 e 2011 viveu em *Asunción*, Paraguai, e criou a editora cartoneira *Yiyi Jambo*, se dedicando a escrever outros livros, além de publicar e traduzir obras de outros autores nessa língua transfronteiriça. Atualmente reside em Campo Grande e circula em diversas cidades do país, da América Latina e da Europa divulgando sua literatura.

Como aproximar então esses dois autores nessa viagem literária? O caminho inicial encontrado foi a partir da referência a uma viagem dos dois escritores à região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, escrita por Wilson Bueno: *Diário da Fronteira* (BUENO, 2007). Trata-se da região de fronteira onde Douglas Diegues viveu por muitos anos e do lugar de inspiração para sua produção literária. Nesse breve relato, Wilson Bueno se refere a Douglas Diegues como “compadre brasiguai”². Já Douglas Diegues costuma se referir a Wilson Bueno, em outros textos, como “compadre”, “compa” e “imperador do portunhol selvagem”. A ideia então é estabelecer um diálogo entre estes dois “compadres” inventores de línguas e literaturas.

O texto *Diário da Fronteira*, predominantemente em português, narra fragmentos da viagem com “os olhos cheios de paisagem” e

2 “Compadre”, ou “comadre”, é a maneira como o padrinho ou madrinha de uma criança designam os pais dessa criança e como estes se referem aos padrinhos. Mas também o uso da palavra pode ser para se referir a uma forte relação de amizade. Já o termo brasiguai é usado principalmente para os imigrantes brasileiros e descendentes no Paraguai e, no caso específico de Douglas Diegues, para se referir a um filho de um casamento misto de pai brasileiro e mãe paraguaia.

com a imaginação na descrição poética sobre os animais da região e sobre o seu vínculo com a mitologia guarani. O texto apresenta ainda narrativas sobre os encontros com as pessoas do lugar, assim como sobre as aventuras da viagem entre os dois escritores. A zona de contato linguístico e cultural está descrito no encontro com “o cultor de orquídeas e borboletas da fronteira”: senhor Liu, o comerciante chinês em Pedro Juan Caballero. Nesse cenário, são tecidas as fronteiras da língua, do silêncio, da incompreensão de sentidos e da busca de aproximação entre os escritores e o senhor Liu em torno do ritual do chá:

—Ensaiei um brinde para, no mínimo, quebrar o gelo. E aí, pela primeira vez, ouvi a fala chino-paraguaya do sr. Liu:

—No se ússa, esto, brinde... Tchá es só toma, nô? – e pôs de novo, entre os lábios, o fixo sorriso [...].

—Sr. Liu – ousei – nunca vi chá com tamanho sabor... Ainda que sem açúcar é o chá mais delicioso que jamais provei...

—Tchá no ê deliciôso, no! Tchá es cerimônia – de novo nos impôs suas verdades, o sr. Liu, o inenarrável sotaque chino-paraguayo. E continuou – Este es do montaña mais alto, nô? Tchá do Himalaia. Tira *ipotchy* do corazón. Tchá no puede ser deliciôso. Pecado este, achar tchá deliciôso... (BUENO, 2007, p. 1).

Em outro momento do relato, os dois escritores se encontram em um carro em uma encruzilhada entre Ponta Porã e Sidrolândia com muitos caminhos possíveis, vivenciando, em um lapso de tempo, uma brusca mudança entre um sol escaldante do meio-dia e um forte nevoeiro que anuncia um temporal. Talvez a descrição do autor neste “trevo de mil folhas” sirva de metáfora da fronteira enquanto labirinto e encruzilhada de experiências, deslocamentos, mesclas e significações (ANZALDÚA, 2005). Nesse sentido, as perguntas

do escritor Wilson Bueno nos incitam a pensar alguma trilha neste caminhar da exposição do texto:

Que caminho tomar? Em que folha do trevo-de-mil-folhas pôr o carro [ou o texto] em marcha? Tantas as rotas, fronteira, capaz nenhuma delas satisfaça o nosso dúbio desejo de reandar as gozosas esferas do paraíso; tudo o que na precária linha-de-equilíbrio, margem e limite, sejam os dois lados do coração [...] [ou da imaginação] (Bueno, 2007, p. 2).

Um dos caminhos possíveis é pensar em que contexto político, social e econômico surge esse tipo de literatura transfronteiriça, quais seus idealizadores e como se entrelaça com outros acontecimentos do período. Um segundo caminho é fazer uma breve interpretação dos livros *Mar Paraguayo* e *El astronauta Paraguayo* em diálogo com a teoria de fronteira de Gloria Anzaldúa. A própria data de publicação desse *Diário da Fronteira* (2007) lança uma pista inicial sobre a significância desse marco temporal da segunda metade da década de 2000 para a invenção do portunhol selvagem enquanto movimento literário coletivo com direito a uma Karta-manifiesto.

2. A invenção do portunhol selvagem como movimento literário

O movimento literário designado como portunhol salvage/selvagem/salvaje, entre outras grafias possíveis, organiza-se coletivamente no Paraguai a partir de dois encontros literários em 2007 e 2008. É parte de um movimento mais amplo de escritura do portunhol, com base na oralidade vivenciada em outras zonas fronteiriças, como aquela da fronteira Brasil-Uruguai, e que têm alguns antecedentes em décadas anteriores (MOTA, 2014).

A Karta-Manifiesto foi escrita em 2008 e publicada em jornais e revistas de grande circulação no Brasil e até fora do país. Essa carta

é uma crítica irreverente ao Tratado de Itaipu³, quando Fernando Lugo, o candidato progressista à presidência do Paraguai, prometia rever esse tratado entre os dois países e quando Lula da Silva estava em seu segundo mandato no Brasil (2007-2010). O manifesto é direcionado justamente a Lugo e Lula e propõe a queima do tratado atual com fuego guaraníko, a construção de um novo tratado, se possível escrito em portunhol selvagem, e o desejo de que a usina se transforme em um espaço de trocas de ideias e de invenções artísticas:

Nosotros poetas y demás artistas reunidos en la kapital mundial de la ficción 2008 escribimos esta carta-manifesto a Lula y a Lugo para pedirles que non deixem de hacer algo que solamente Lugo y Lula lo pueden hacer: QUEMAR EL CONTRATO VIGENTE DE LA ITAIPÚ BINACIONAL, contrato redigido por ditadores em época de ditaduras y que hasta el PRESENTE PRESENTE apenas ha servido para dificultar las buenas relaciones, la integración cultural, política y econômica entre ambos países fronteras desde 1870 hasta el 2008 que nos toca vivir. Después de QUEMAR com fuego guaranítko, fuego incorruptible, fuego del amor amor, fuego divino, fuego humano, fuego inhumano, el mencionado contrato mau de Itaipu Binacional, pedimos a Lugo y a Lula y a Itamaraty que inventem um nuebo contrato que de hecho seja justo y beneficie de fato a ambos países em la mesma medida y si possível escrito em portunhol selvagem, la lengua mais hermoza de la triple frontera, pues que nel portunhol selvagem cabem todas las lenguas del Brasil y del Paraguay (incluso las ameríndias) y todas las lenguas del mundo (Karta-manifesto, 15/8/2008).

3 O Tratado de Itaipu foi assinado em 1973, visando ao aproveitamento conjunto entre o Brasil e o Paraguai da energia produzida pela futura Usina Binacional de Itaipu sobre o rio Paraná. Por esse tratado, ficava estabelecido que a energia não consumida pelo Paraguai seria repassada para o Brasil por preço de custo por um período de 50 anos a partir da assinatura daquele tratado, ou seja, até 2023. O documento estava sendo bastando questionado nos anos de 2007 e 2008, contexto de visita do presidente do Brasil, Lula da Silva, ao Paraguai e período que antecede a campanha do candidato progressista Fernando Lugo à Presidência do país vizinho.

Além da *Karta-Manifiesto*, assinada por mais de 30 escritores e estudiosos de literatura, especialmente do Paraguai, Brasil e Argentina, esse acontecimento literário também se vincula com a mudança de Douglas Diegues para *Asunción* e com a criação da editora cartonera *YiYi Jambo* em 2007. Dessa maneira, uma das formas predominantes de circulação dessa literatura transfronteiriça passa a ser no formato de pequenos livros com o texto impresso (prosas, novelas, poemas, traduções) e as capas em papelão, confeccionadas manualmente. Este movimento editorial e popular começou na Argentina em 2003, em pleno período da crise econômica daquele país, quando Washington Cucurto e Javier Barilaro criaram a *Eloisa Cartonera*. Entre 2006 e 2008, cerca de 15 editoras-irmãs foram criadas na ampla tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, situadas sobretudo nas capitais, bem como em outros lugares na América Latina e na Europa.

Em 2007 Douglas Diegues cria também o blog *Portunhol Selvagem*, com inúmeras pequenas publicações nos anos de 2007-2008. O blog publica breves textos de escritores sobre a recepção crítica do *portunhol selvagem*, notícias dos eventos literários, entrevistas de Douglas Diegues vinculadas a outros meios de comunicação e vários textos curtos de crônicas, poemas e tentativas de redefinição e singularização desta literatura transfronteiriça.

Douglas Diegues é o principal divulgador dessa forma de escrita literária transfronteiriça e costuma dizer que o seu *portunhol selvagem* é filho da fronteira, mas que não tem limites. Ele é visto como um “non” idioma desde o ponto de vista das línguas nacionais e oficiais. Trata de um modo de escrever ancorado na realidade histórica e social da fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, especialmente quando o autor enfatiza sua biografia e vivência na fronteira desde a infância:

U portunhol salbaje es la lingua falada em la frontera du Brasil com u Paraguai, por la gente simples que increíblemente sobrevive de teimosia, brisa, amor al imposible, mandioca, vento y carne de vaca. Es la lengua de las putas que de noche vendem seus sexos en la linha de la fronteira. Brota como flor de la bosta de las vakas. Es una lengua bizarra, transfronteriza, rupestre, feia, bella, diferente. Pero tiene uma graça salvaje que impacta. Es la lengua de mia mãe y de la mãe de mis amigos de infancia. Es la lengua de mis abuelos. Porque ellos sempre falaram portunhol selbaje comigo (DIEGUES, 2007, p. 3).

Outras vezes, essa literatura é situada em uma tríplice fronteira imaginada entre o Brasil, Paraguai e Argentina, incluindo as cidades de Campo Grande, Asunción, Curitiba, Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse amplo lugar imaginado, circulam os poetas, as editoras, os festivais, as feiras literárias e os livros. O *portunhol selvagem* tem uma ancoragem geográfica e biográfica na narrativa de Douglas Diegues, mas, como língua literária, pode viajar livremente para outros territórios, *é freestyle*. Esse tipo de portunhol é visto como um fenômeno heterogêneo, diverso. Cada autor cria de maneira singular essa mescla de línguas, a aproximação entre a escrita e a oralidade, suas narrativas originais e sua própria maneira de produzir poemas, prosas e traduções.

O *portunhol selvagem* pode ser compreendido como literatura-movimento, como alguns críticos e especialistas em literatura já nomearam (ÁVILA, 2012). Nesse sentido, o poeta Douglas Diegues frequentemente define e redefine esse processo em entrevistas, no blog, em sua página no *facebook* e nas declamações públicas. Sua ênfase é na liberdade de criação individual, na crítica às normas oficiais das línguas de Estado e na possibilidade de sempre acrescentar termos em outros idiomas. Trata-se, nas palavras do autor, de uma

perspectiva *sudaka-transfronteiriça* crítica à imitação de modelos yanquis e europeus:

Y com mio portunhol selbagem non busco mais que fazer la coisa com mis próprias bolas y mio próprio sangue em vez de imitar modelos yankis ou europeus ou kurepis bem sucedidos. Non se trata de continuar usando uma fórmula. Muita coisa pode ser feita em portunhol. Mas fazer las coisas em portunhol non é garantia de literatura viva. La vida es la energia que cada um põe antes das palabras. Non hay como disfarçar morte com vida. Outra coisa que quero anotar és que mio portunhol non es rebuscado, neobarroco, chururú. Es um portunhol bruto, escrito com sinceridade. Um portunhol verdadeiro sem papas en la lengua porongue-ante (DIEGUES, 2007b).

O *portunhol selvagem* pode ser visto como um pensamento transfronteiriço capaz de retirar o foco da nação e do Estado como produtores de línguas nacionais, estatais e oficiais e direcionar a imaginação para a vida na fronteira como lugar central de enunciação da mistura e criação cultural e linguística. A fronteira pode ser imaginada como espaço de abertura, travessia, transição entre estados nacionais, entre línguas, entre gêneros literários e entre mundos sociais e simbólicos possíveis (PRATT, 1999; ANZALDÚA, 1987). Mas, também, esse tipo de literatura, que se concebe como uma perspectiva *sudaka-transfronteiriça*, possibilita problematizar a visão hegemônica euro-estadunidense de produção do conhecimento e construir rotas alternativas para pensar, desde o denominado sul global, a diferença colonial, as situações sociais marginais e o hibridismo cultural e linguístico nesse campo da literatura transfronteiriça (MIGNOLO, 2003).

Há uma permanente tentativa de pluralizar, inovar e singularizar a produção do *portunhol selvaje*. Nesse caminho, Douglas Diegues costuma inventar genealogias e situar sua literatura em um quadro de referências sobretudo brasileiras e latino-americanas. Conforme o autor, sua literatura é herdeira de Juana de Ibarbourou, de Oswald de Andrade, de Sousândrade, de Haroldo de Campos, de Manoel de Barros, e do próprio Wilson Bueno. Nesta narrativa genealógica há uma inversão dos termos, em que o autor se situa primeiro na fronteira do híbrido e dos tempos embaralhados:

Del portunhol nasceu el portugués. Y después, ou antes, poco importa nació el español. Después, como lenguaje literário se puede verificar algunos momentos em que o portuñol aparece, como en Juana de Ibarbourou (1892-1979) [...] Después aparecen algunos vestígios [...] em fragmentos de O Inferno de Walt Street, del poeta maranhense Sousândrade y em fragmentos de *Galáxias*, de Haroldo de Campos. Después aparecen Wilson Bueno y suo papyro rarófilo, *Mar Paraguayo*, la primeira nouvelle del mundo escrita en portunhol selvagem, um mix de español y guaranises paraguayensis y portugués brasileiro. Después yo publico el primeiro libro de poesía em portunhol selvagem del mundo... (DIEGUES, 2011, p. 42 *apud* PORTILLO, 2018, p. 45).

Nesse caminho de filiação e diferenciação, Douglas Diegues usa metáforas sexuais para diferenciar o simples *portunhol* do *portunhol selvagem*. O primeiro é tipo “papai e mamãe” e o segundo é tipo “Kamasutra”. Mas também busca se diferenciar da própria literatura do Wilson Bueno, seja criticando diretamente a narrativa de *Mar Paraguayo*:

o portunhol dum Wilson Bueno (...) non tem nada a ver com o meu portunhol selvagem. [...] O que me interessou

em Mar Paraguayo foi muito mais o procedimento do que o resultado. O enredo me parece frustrado e zombetêro (DIEGUES, 2007a).

seja destacando a qualidade da obra e afirmando que é herdeiro direto do autor, apesar das diferenças de estilo:

o Portunhol-Avá-Ñee de Wilson Bueno mesmo sendo uma escrita barroca, com frases com unhas pintadas de bermelho, es una escrita sofisticada, una escrita Além du Bem y du Mal, de un escriba original (...) Sin el maestro Bueno y su Mambo Guaranhol yo jamais talvez escrevesse sonetos selbajens nim El Astronauta Paraguayo (inérito) (DIEGUES, 2007b).

Essa adjetivação do portunhol com o termo “selvagem” e a classificação do movimento como uma vanguarda “primitiva” merecem uma breve elucidação. Os termos “selvagem” e “primitivo” remetem às leituras eurocêntricas sobre o outro de nossa modernidade colonial. Como afirma Mignolo (1995), os indígenas foram nomeados como “selvagens” e “canibais”, no século XVI, e representavam as fronteiras do humano. Nos séculos XVIII e XIX, foram convertidos em “primitivos” por meio da instituição da fronteira cronológica da imaginação europeia. Os sentidos desses dois termos, produtos dessa história colonial, são invertidos e reposicionados: “selvagem” indica a força criativa, transgressora e não enquadrada nas normas gramaticais e poéticas, enquanto o “primitivo” remete à ideia de primeiro, de original, destacando o papel das línguas, literaturas e cosmologias dos povos originários como relevantes para a construção dessa literatura transfronteiriça. Sobre a “vanguarda primitiva”, Diegues afirma que:

Non significa nada. Y pode significar algo. Algo no plural. Algo que non se puede explicar sem reduzir a algo. La energia original de los Orígenes. El poder de la inbención

de las palabras sinceramente sinceras. Algo que non pode ser reduzido a um pensamento único. O antigo y el agora a la vez. El futuro mezclado al pasado em um libro. La inbención em vez de la cópia. La liberdade sem nome. La liberdade ensaboadá. La liberdade xamanística celebratória de la tatoo ro'o de la vida (DIEGUES, 2008, p. 1).

Em suma, os *portunhóis selvagens* se tecem com biografias, geografias e genealogias/linhagens reais e imaginadas. São pontos de ancoragem e de legitimação literária que se desdobram em fios que apontam para outras direções. Essa prática literária não tem limites, pode ser compreendida como um limiar cultural e simbólico que expande seus significados circunscritos. Entretanto, como todas as novidades, teve mais força de publicação no seu momento inicial, e atualmente autores que se engajaram entre 2007 e 2008 não estão mais envolvidos como antes. Mas o “embaixador” do *portunhol selvaje*, Douglas Diegues, continua bastante ativo, produzindo novos livros, publicações de poemas e trechos de livros em construção na página do *facebook*, além do engajamento com os festivais sobre as línguas e literaturas dos povos originários na América Latina.

Diante dessa nova encruzilhada da variedade de escritos e traduções em *portunhol selvagem*, tenho que novamente fazer escolhas e seguir caminho. Nesse sentido, detenho-me em uma breve interpretação comparativa dos textos *Mar Paraguai*, de Wilson Bueno, e *El astronauta paraguay*, de Douglas Diegues. Busco construir pontes entre os autores e ver presenças por meio das ausências, afinal, na realidade fática, o Paraguai não tem nem mar e nem astronauta. Mas existem o *Mar Paraguai* e *El astronauta Paraguai* como realidades literárias, frutos dos voos da imaginação errante.

3. Fronteiras híbridas e a imaginação errante em *Mar Paraguayo* e *El Astronauta Paraguayo*

A consciência mestiça, de Glória Alzandúa, sugere pistas para interpretarmos os textos literários de Wilson Bueno e Douglas Diegues. A mestiçagem é uma força contrária aos binarismos raciais e culturais que estruturam o racismo e um tipo de nacionalismo reforçador de barreiras. A defesa do mestiço contra as teses raciais de pureza e a defesa do hibridismo cultural em oposição às culturas nacionais homogêneas foram formas contra-hegemônicas de luta e resistência. Mas a defesa do híbrido, deslocado de uma crítica às estruturas de poder, pode transformá-lo em um culto mitológico da mistura, da integração e da harmonia entre os povos. A consciência mestiça é uma energia criativa que quebra paradigmas, uma forma situada de perceber desigualdades, ambivalências e de se posicionar simultaneamente entre culturas, línguas, mentalidades e cosmologias, o que significa estar nas duas ou mais margens do rio ao mesmo tempo, vendo tudo com “olhos de águia e de serpente” (ANZALDÚA, 2005; 1987), uma ponte que desloca e traduz sentidos e perplexidades entre mundos sociais, criando novos significados para além das divisões, separações e binarismos culturais e linguísticos:

Porque eu, uma mestiza, continuamente saio de uma cultura para outra, porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo, alma entre dos mundos, tres, cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteada por todas las voces que me hablan simultaneamente (ANZALDÚA, 2005, p. 704).

A consciência mestiça é um pensamento de fronteira. Um conhecimento situado e posicionado desde uma perspectiva de uma chicana, lésbica e mestiça que constrói sua obra *The Borderland/*

La frontera na mescla de idiomas (inglês, espanhol e termos das línguas astecas e maias) e de gêneros e estilos de escrita acadêmica, militante, poética. Desse ponto de vista, ela incorpora a ambivalência e questiona o pensamento unitário e dualista sobre a nação, a sexualidade, a raça e a língua:

soy un amasamiento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (ANZALDÚA, 2005, p. 708).

A epígrafe que Gloria Anzaldúa usa –“Tu no sirves pa’ nada – não serves pra nada. Eres pura vieja” (ANZALDÚA, 2005, p. 710) pode servir para introduzir o enredo de *Mar Paraguayo*. Essa novela, escrita em uma mescla de idiomas, narra a história de uma Marafona (boneca de trapos ou prostituta) de origem paraguaia que vive com um velho na praia de Guaratuba, Paraná. Esta praia foi frequentada pelo ditador Stroessner depois que acabou sua longa ditadura no país vizinho (1954-1989), e é atualmente um balneário bastante frequentado pelos turistas paraguaios. Todo o enredo gira em torno das subjetivações dessa personagem feminina e marginal, que narra a ambivalência sobre a autoria ou não da morte do velho. O triângulo entre a Marafona, El viejo e o jovem amante se estrutura na forma de sentimentos de culpa, de remorso pela morte do velho e de um desejo desmedido pelo jovem de 17 anos (Albuquerque, 2014).

A vida precária e desiludida da Marafona constrói a riqueza da mistura idiomática, uma forma de se viver para além de mundos binários, problematizando os estigmas sofridos e narrando suas memórias inventadas para leitores inventivos. Seu idioma de fronteira termina construindo pontes entre Paraguai, Argentina e Brasil e entre o guarani, o espanhol e o português brasileiro. Trata-se de uma

ausência que se faz presença e constrói novos mundos linguísticos repletos de reflexões existenciais e pensamentos cosmológicos de matriz guarani:

un aviso: el guarani es tan esencial en nesto relato quanto el vuelo del párraro, lo cisco en la ventana, los arrulhos del português ô los derramados nerudas en cascata num solo só suicídio de palabras anchas (BUENO, 1992, p. 13).

Aliás o próprio título do livro, *Mar Paraguayo*, remete a uma não existência que se faz presença pela memória mitológica guarani, pela história colonial do Paraguai como parte do vice-reinado do Rio da Prata e pelo contexto atual dessa praia brasileira frequentada por paraguaios. Da mesma forma, o livro *El astronauta paraguayo*, de Douglas Diegues, trata-se de algo que o Paraguai também não tem e que é obra da imaginação do escritor. A narrativa é de um astronauta solitário, que tudo indica que toma uma poção mágica e resolve ir para o espaço sideral. Nessa viagem alucinante, o *astronautita* parte da capital do Paraguai, sobrevoa a tríplice fronteira e voa por cima de várias cidades, embaralhando as geografias sul-americanas e europeias, próximas e distantes: “El astronauta passa batido por los cielos de Paris, Sam Paulo, Lagoa Santa, Curitiba, Ponta Porá, Berlin, Kaakupê, Madrid, Ñu Guazu, Roma, San Ber, Kuripelância, y Pedro Juan Almodóvar Caballero” (DIEGUES, 2012, p. 7). Termina retornando para Asunción, cai nas águas sujas do Lago Yparacay e reencontra a *yiyi xocalate*, la *Tatú Ro’o* de la vida, em plena tríplice fronteira. Toda a narrativa é centrada na figura masculina do astronauta e em suas aventuras siderais/sexuais pelos espaços entre estrelas *kalientes* y buracos negros.

Os enredos dos dois livros podem ser vistos como espelhos das próprias línguas em contato e de seus espaços simbólicos de enunciação. São enredos que transfiguram os deslocamentos geográficos

da região de fronteira. A fronteira em *Mar Paraguayo* é a subjetividade da Marafona de Guaratuba dilacerada em dilemas, angústias, memórias e desejos expressos nesse idioma transfronteiriço e situado em uma praia para além dos limites geográficos entre os dois países. A fronteira em *El Astronauta Paraguayo* é um espaço imenso, acima dos limites das nacionalidades e das geografias continentais, ainda que tenha uma ancoragem na triple fronteira. Isso lembra as próprias definições de Douglas Diegues sobre a importância geográfica da região de fronteira de seu *portunhol selvagem*, mesmo que possa ir para tantos outros lugares tal qual o astronauta paraguaio.

Os dois textos buscam ultrapassar os limites dos gêneros literários - uma novela marafa e uma *novelle en berso* - e narram as desventuras e solidão de suas personagens principais. Os livros se aproximam ainda na maneira como os autores narram suas histórias, mesclando diferentes formas de conhecimento de maneira profundamente entrelaçadas. Nos textos podemos observar a presença de ditos e sabedorias populares, mitologias e cosmovisões indígenas, mesclados com uma linguagem cotidiana nas fronteiras entre o real, o sonho, a imaginação e a memória das personagens principais.

A mistura linguística lembra ainda o efeito de ritmos musicais latino-americanos. As línguas em contato são como músicas que se mesclam e produzem novos sons, ritmos e sentidos. “El non-movimiento ya baila cumbias em várias partes a um solo tiempo: Paraguay, Brasil, Argentina y Alemania [...] pero puede ser que esteja em mais países que yo non saiba” (DIEGUES, 2008 *apud* PORTILLO, 2018, p. 45). Esses ritmos entrelaçados se associam em *El Astronauta Paraguayo* “a uma consciência hispano-tupi-luso-afro-guarango-americana nas altas selvas do céu” (MEDEIROS, 2007, p. 1).

Ambos os textos estabelecem relações entre a sexualidade transbordante e a própria criação literária errante dessa

“linguagem-em-cópula-de-idiomas” (MEMÓRIA, 2010, p. 21). Essa vertigem da linguagem acompanha os corpos em sofreguidão, desejo, sonho e realização e permite pensar o contato de línguas como uma forma de ato sexual, como nestes devaneios de desejos da Marafona de Guaratuba:

Es como el orgasmo, su cuerpo tocado y troado por la brisa caliente em estas águas de augúrios y oceanos [...] Sêmen y água, bodas y crepúsculo, lo abraçaria hecho así una madre grande y imensa madona Macunaíma, índia, pajé, tupã, yo e mis tan locos esplendecientes puesto que con el, lo êxtase era en ênfase represado por el gozo del mar (BUENO, 1992, p. 66).

A metáfora do orgasmo masculino acompanha muitos textos de Douglas Diegues, desde o seu primeiro livro de poesia *Dá gusto andar desnudo por estas selvas*. Já no primeiro poema, encontramos “vas a aprender ahora con cuanto esperma se hace un buen poema” (DIEGUES, 2002, p. 8). Já em *El astronauta paraguayo*, todo o texto é construído da perspectiva masculina em torno da busca do astronauta pelo *Tatú ro’o* de la vida, termo em guarani para “vulva carnuda”, e na narrativa geralmente associada à paixão do astronauta pela *yiyi (moça) xocolate*. O elogio às mulheres mulatas/morenas está presente nos dois enredos, seja a referência recorrente, nas lembranças da Marafona de Guaratuba, à atriz Sônia Braga, seja as inúmeras vezes que a *yiyi chocolate* é lembrada na narrativa do *Astronauta Paraguayo*, o que permite estabelecer relações entre a mestiçagem e a sexualidade. O próprio poema em prosa de Douglas Diegues termina narrando o reencontro e o ato sexual do astronauta com sua *yiyi xocolate*:

Amanece en la triplefrontera. La yiyi mea la miel rosa shock de las primitivas contracciones multiorgásmikas que solo las yiyis pueden

saber exactamente lo que significa.

Te gusta amorcito?

“Me encanta”

Assim amorcito?

Me encanta

Es fuerte?

Es fuerte caliente duro macio

Te gusta ?

Me encanta.

El astronauta paraguayo en suo ladrón de bessos preferido.

La yiyi se derrite como crema de papaya.

Non se necessita entender nada amorcito.

Y eré, y eré'a, y eré'la'eréa (DIEGUES, 2012, p. 30-31).

Mar Paraguayo principia com o aviso sobre a importância do guarani na narrativa, e *El Astronauta Paraguayo* termina com essa expressão em guarani. Ambos os textos se valem de elucidários/glossários para explicar alguns termos em guarani escritos ao longo do relato, assim como para contrabandear outros significados. No glossário desse último livro, a expressão em guarani *Ere'erea* é uma “palabra surgida allá por los 90 en el ámbito del Takumbú Hilton y significa más o menos: aunque lo digas lo que digas y lo que no digas es eso y punto” (ÁVILA, 2012, p. 46-47).

4. Considerações finais

O movimento literário do *portunhol selvagem* se faz na encruzilhada de caminhos, de autores e de contextos, tendo como alguns dos marcos iniciais a Karta-manifiesto (2008), a intensificação do movimento cartoneiro (2003-2008) e a realidade online (*blog portunhol selvagem* especialmente em 2007-2008), além da circulação dos livros e dos autores em festivais e feiras literárias. Trata-se de uma literatura contemporânea em processo e que pode ser classificada

como popular, marginal e liminar, tendo como ponto de partida a própria experiência e imaginação das regiões de fronteira. O foco é na crítica permanente das fronteiras rígidas dos idiomas oficiais, dos estilos literários separados e da rigidez da fórmula das métricas poéticas e em uma aposta criadora em fronteiras porosas, entendidas como umbrais e limiaries, que possibilitam mundos criados em suas zonas de contato (ANZALDÚA, 2005; 1987; PRATT, 1999).

A circulação destes textos entre os países da América Latina que falam majoritariamente as línguas espanhola e portuguesa ocorre sem nenhuma tradução. O duplo movimento de tradução ocorre quando estes textos escritos em portunhol são traduzidos para outros idiomas de fronteira, como no caso do *Mar Paraguayo* para o espanhol com termos em outros idiomas indígenas, assim como as traduções de autores consagrados e jovens para esta língua transfronteiriça, tais como a poesia de Sousa e Cruz. Esses trabalhos de tradução são vistos como invenções e transdelirações que possibilitam a criação de novos significados.

Como metáfora conclusiva, o *portunhol selvagem* é uma forma de contrabando de idiomas, de significados que transgridem as regras oficiais e escritas dos idiomas nacionais. Como afirma o escritor Cristino Bogado, o portunhol selvagem é “versión literaria del portunhol falado y usado cotidianamente por todos los paseros y brasiguayos dedicados al contrabando hormiga” (BOGADO, 2015 *apud* PORTILLO, 2018, p. 49). O *portunhol selvagem* é um idioma bêbado (*borracho*) associado ao “contrabando” e ao “lirikotráfico” de palavras e significados na invenção singular do poeta Joca Terrón:

Lo mío es lo contrabando, lo lirikotráfico; como saber adonde si ubica la frontera si non sei onde empieza el día y si acaba el sueño?; como conocer onde empieza el portugués y termina el castellano, si lo único que sei és que el portuñol és infinito,

assim como la borrachera? Lo mío es la poesía y el infinito, esa broma que llamamos vida (TERRÓN, 2007, p. 1).

A vida na/da fronteira brota dos “olhos cheios de paisagens” dos diários de fronteira, dos poemas, das novelas, dos personagens. E nesse equilíbrio precário das narrativas em idiomas de contato e mescla, vejo que essa criação literária está para além da experiência vivida. É um convite para sobrevoar outros territórios, outras paisagens e passagens.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. As travessias do portunhol selvagem. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 196, p. 89-108, jan./mar. 2014.

ANZALDÚA, Gloria. La consciencia mestiza/Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13 (3): 704-719, set./dez. 2005.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderland/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco, EUA: Aunt Lute Books, 1987.

ÁVILA, Myriam. **Ciranda da poesia: Douglas Diegues**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

BUENO, Wilson. **Mar paraguayo**. São Paulo: Iluminuras, 1992.

BUENO, Wilson. *Diário da Fronteira*. **Revista Trópico**, 2007. Disponível em: <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2884,1.shl>. Acesso em: 15 mar. 2019.

DEGLI ATTI, Francesca. Considerações acerca do movimento do portunhol selvagem: o paradigma da osmose e a resistência cultural. **Babilônia: Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução**, n. 13, 2015, p. 47-72. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/babilonia/article/view/5160>. Acesso em: 19 oct. 2019.

DIEGUES, Douglas. **El Astronauta Paraguayo**. Buenos Aires: Eloisa Cartonera, 2012.

DIEGUES, Douglas. **Uma flor na solapa da miséria**. Asunción: Yiyi Jambo, 2007a.

DIEGUES, Douglas. El portunhol y el portunhol selvagem (1), **blog Portunhol Selvagem**, 17 jan. 2007b. Disponível em: http://portunhol-selvagem.blogspot.com/2007_01_01_archive.html?view=classic. Acesso em: 10 mar. 2019.

DIEGUES, Douglas. El portunhol y el portunhol selvagem (2). **Blog Portunhol Selvagem**. Disponível em: <http://portunholselvagem.blogspot.com/2007/01/el-portunhol-y-el-portunhol-selvagem-2.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DIEGUES, Douglas. Breve história do portunhol. *In*: ALZUGARAY, Paula. Portunhol sem fronteiras. **Revista Select**: São Paulo, v. 1, n. 02, p. 38-43, 2011.

DIEGUES, Douglas. **O portunhol selvagem**. Entrevista a Evandro Rodrigues. Disponível em: <http://katarinakartonera.wikidot.com/entrevista01>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KARTA-MANIFIESTO- del-amor-amor- en-portuñol-salvaje. Publicada no **Blog Portuñol Selvagem** em 15/08/2008. Disponível em: <http://portunholselvagem.blogspot.com/2008/08/karta-manifesto-del-amor-amor-en.html?view=classic>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MEDEIROS, Sérgio. Cosmonauta de coração partido, 2007. Prólogo ao *El astronauta paraguayo*. **Blog Portuñol Selvagem**. Disponível em: <http://yiyijambo.blogspot.com/2008/03/el-astronauta-paraguayo.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MEMÓRIA, Flávia Bezerra. **O sentido de dizer (Wilson Bueno) deriva da conjunção**. Dissertação de mestrado. Santa Catarina: UFSC, 2010.

MIGNOLO, Walter. Globalização, processos de civilização, línguas e culturas. **Cadernos do CRH**, Salvador, n. 22, p. 9-30, jan./jun. 1995.

MIGNOLO, Walter. Pensamiento fronterizo y diferencia colonial. *In*: **Historias locales/diseños globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2003, p. 111-156.

MOTA, Sara dos Santos. **Portunhol e sua reterritorialização da/pela escritura literária**: os sentidos de um gesto político. Tese de Doutorado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

PORTILLO, Diego Emanuel Dasmaceno. **Uma poética desterritorializada em Mar Paraguayo**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018.

PRATT, Mary. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. **Travessia**, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 38, 1999.

TERRÓN, Joca Reiners. **Transportunhol borracho**, 2007. Disponível em: <http://yiyijambo.blogspot.com/2008/06/transportuol-borracho-de-joca-reiners.html>. Acesso em: 19 out. 2019.



A formação da cabroeira em *Memorial de Maria Moura*, romance de Rachel de Queiroz¹

Tyrone Apollo Pontes Cândido

*M*emorial de Maria Moura foi o último romance escrito por Rachel de Queiroz (1910-2003), publicado em 1992 pela Editora Siciliano. Trata-se de uma das obras de maturidade dessa escritora cearense que, desde a década de 1930, quando lançou *O Quinze*, seu romance de estreia, traçou uma carreira literária caracterizada por um estilo direto, com poucos adjetivos, e pela escrita simples alcançada através de um disciplinado tratamento textual, expressa em inúmeros contos, romances, peças teatrais, livros infantis e crônicas (gênero que cultivou ao longo de uma permanente atividade jornalística). Em 1977, foi admitida como a primeira mulher a integrar a tradicionalista Academia Brasileira de Letras. Quando publicou *Memorial de Maria Moura*, Rachel de Queiroz já gozava de grande prestígio e de presença consolidada no cenário cultural brasileiro, o que concorreu para que seu romance fosse imediatamente adaptado para a TV numa minissérie da Rede Globo, que conquistou grande sucesso.

¹ Este texto, apresentado na III Conferência Internacional História, Antropologia e Literatura, foi originalmente publicado em Lima *et ali.* (2018, p. 203-225).

Nessa fase de seu percurso literário, Rachel de Queiroz encontrou nas reminiscências um assunto apropriado para uma artista octogenária que há décadas vivia no distante Rio de Janeiro, mas que sempre se revelava saudosa em relação aos tempos de infância vividos nas terras do Juá, propriedade da família situada no sertão anexo à cidade de Quixadá. Essa “volta ao passado” aparece claramente em diversas de suas crônicas datadas da década de 1990, no livro de memórias *Tantos Anos* (escrito em parceria com sua irmã, Maria Luíza de Queiroz) e ainda em *Memórias de Menina*, livro infantil publicado meses antes de sua morte.

Memorial de Maria Moura – o título já anuncia – é um romance vincado a uma memória familiar à qual a escritora presta homenagem. Nele, conta-se a história de Maria Moura, mulher que desde cedo teve de aprender a se defender de sucessivos assédios que lhe trouxeram uma vida atribulada. Primeiro, quando ainda criança, veio a perda do pai querido, morto numa emboscada em circunstâncias nunca esclarecidas. Em seguida, sua mãe é encontrada morta, com uma corda atravessada no pescoço e pendurada no centro de um quarto no que parecia ser um caso de suicídio. Maria Moura vê-se então tendo de enfrentar os assédios sexuais de Liberato, companheiro de sua mãe após a morte do marido, que aos poucos revela sua ganância ao querer se apropriar das terras do Limoeiro, agora sob a responsabilidade da jovem órfã. Para se defender das ameaças, Maria Moura arma um plano para matar Liberato, seduzindo um caboclo morador da fazenda, convencendo-o da necessidade de dar cabo do padraсто para que possam vir a se casar. Conseguindo, assim, se livrar de Liberato, Maria Moura arma um novo plano para, dessa vez, livrar-se do morador que passa a exigir o matrimônio prometido. Afinal, quando a personagem se encontra, enfim, sozinha e à frente da propriedade da família, aparecem dois primos que, sabendo estar

Maria Moura sem proteção masculina, decidem protestar a posse sobre as terras do Limoeiro.

Como se vê, o romance apresenta uma trajetória de aprendizagem de uma mulher que, para se estabelecer numa sociedade sertaneja violenta e patriarcal, arma-se de coragem e poder de mando (atributos tradicionalmente masculinos) para conquistar sua independência e dignidade. Os ataques dos primos Tonho e Irineu marcam um momento decisivo do romance. Dessa vez, Maria Moura não consegue resistir às ofensivas de um bando de cabras armados contratados pelos primos usurpadores que invadem o Limoeiro no meio da noite. Apesar da bravura demonstrada na defesa da propriedade, Maria Moura, que anteriormente reunira alguns homens preparados para resistir às ofensivas, ordena inesperadamente a retirada pelos fundos, não antes de incendiar a casa que acaba totalmente consumida pelo fogo. É o início de uma guinada decisiva que mudaria definitivamente a vida da personagem.

Maria Moura, a partir de então, se torna líder de um bando de cabras armados e passa a vagar pelos sertões. Está agora à procura de uma terra distante, antiga herança de família de que seu pai sempre lhe falava quando criança: a Serra dos Padres, parcela de uma sesmaria “doada pelo rei a uma tal de Fidalga Brites”, que chegou a ser palco de um aldeamento indígena formado por padres jesuítas, posteriormente expulsos pelos próprios índios. Enfim, o avô de Maria Moura teria comprado parte da antiga sesmaria, mas nunca ali se estabelecera. O romance se desdobra em uma rica trama, narrando as dificuldades da sobrevivência em meio à inóspita caatinga, a agregação de novos membros no bando, que aos poucos se fortalece com mais armamentos e experiências, e até o estabelecimento na Serra dos Padres, onde se erige uma unidade rural de tipo nada convencional: no lugar de currais e roçados, vaqueiros, agricultores e feitores,

constrói-se uma espécie de fortaleza para o abrigo de homens treinados no manejo de armas de fogo, assassinos e ladrões acostumados à violência, com depósitos para armas e munições, esconderijo e fábrica de pólvora, tudo protegido pela distância das estradas e por uma “cerca de faxina, alta de oito palmos, toda feita de mourões grossos, como paliçada em aldeia de índio bravo” (QUEIROZ, 1992, p. 9).

Em seu romance, Rachel de Queiroz segue ao menos dois motivos consolidados na tradição literária nordestina: o da mulher forte, valente, muitas vezes dotada de atributos masculinos que lhe possibilitam sobreviver num meio violento; e o da vida dos cangaceiros em suas aventuras contra as tropas oficiais pelo interior distante, invadindo pequenos povoados, pilhando as fortunas dos fazendeiros do sertão. No primeiro tema, estão os romances *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva, e *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio. Quanto ao segundo, figuram *O Cabeleira*, de Franklin Távora, *Os Brilhantes*, de Rodolfo Teófilo e *Cangaceiros*, de José Lins do Rego. Não se deve esquecer que esses são temas também usuais na literatura de cordel, sobretudo as “histórias de cangaço”, que conformam um verdadeiro ciclo do gênero.

Reconhecer que Rachel de Queiroz escreve seu *Memorial de Maria Moura* inserido numa certa tradição não significa, no entanto, situar essa obra dentro de uma estrutura literária inerte ou fixa. Com Raymond Williams, sabemos que toda tradição é sempre uma *tradição seletiva*, no sentido de uma “versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural” (WILLIAMS, 1979, p. 118). Escrevendo na última década do século XX, Rachel de Queiroz não se limitou a representar “um passado significativo”; tratou de o fazer de modo diferenciado, combinando elementos convencionais da tradição literária – famílias,

lugares, instituições, a língua – com variações incorporadas em face a interesses particulares e a relações sociais não existentes entre seus pares de cem anos antes.

Frisar esse aspecto variável da convenção literária é importante ao objetivo perseguido no presente texto. Sabe-se que o imaginário referente ao fenômeno do banditismo tradicional foi fruto de uma construção cultural que remonta, inicialmente, aos versos declamados pelos antigos cantadores do século XIX, logo transpostos para a literatura de cordel nas primeiras décadas do século XX. As figuras de Antônio Silvino, Lampião e Corisco ganharam projeção nacional na esteira dos deslocamentos migratórios regionais e foram plasmados como símbolos da cultura popular pelos folcloristas. Escritores aclamados do ficcionismo nacional deram suas próprias contribuições quando enquadraram o banditismo como expressão do “regionalismo” da sociedade brasileira, primeiramente identificando o fenômeno à luz de teorias deterministas, associando o crime às características da raça ou do meio, e posteriormente compondo a denúncia das injustiças e do atraso de nossa sociedade nas páginas do romance social. Mais recentemente, o cinema tornou-se um poderoso instrumento para a consolidação da representação típica do bandido sertanejo, a essa altura já uma personagem com traços muito mais míticos que históricos.

Com *Memorial de Maria Moura*, Rachel de Queiroz retoma um motivo consagrado da tradição sertaneja, mas o faz de um modo todo particular. Sua história não transcorre, por exemplo, na passagem do século XIX para o XX, considerada a época áurea do cangaceirismo. Diversamente, o romance remete-nos a um período recuado no século XIX, num tempo anterior ao das ferrovias, navios a vapor e telefones. Outra variante significativa é sua personagem principal não ser um líder bandoleiro ideal, homem destemido, violento, com

rígidos princípios morais, mas uma mulher portadora de sentimentos às vezes ambivalentes, demonstrando uma inquestionável bravura, apropriada à sua função de liderança, mas existencialmente dividida entre a convicção da honra e as afeições femininas. A opção pelo gênero romanesco possibilitou a Rachel de Queiroz compor uma trama social complexa, característica nem sempre presente nas narrativas tradicionais sobre a vida dos bandoleiros dos sertões.

Através das trajetórias dos diversos personagens que povoam *Memorial de Maria Moura*, é possível estudarmos o fenômeno da formação social do banditismo oitocentista. Rachel de Queiroz compôs sua obra com falas e gestos de personagens populares situados nesse universo ainda pouco conhecido dos antigos sertões, quando ordem e desordem se entrelaçavam e se confundiam na vida cotidiana do povo. Analisando os discursos que aparecem no romance, considerando sua pluralidade linguística, buscaremos neste texto entender como a literatura de Rachel de Queiroz pode contribuir na compreensão da história social desses sujeitos.

1. Maria Moura: entre a memória, a história e a literatura

Rachel de Queiroz não vivenciou o tempo em que transcorre a narrativa de *Memorial de Maria Moura*. Seu largo conhecimento acerca dos costumes e das relações sociais característicos da sociedade sertaneja do século XIX parece provir principalmente de uma memória familiar construída ao longo de gerações de antepassados. Essa é uma importante característica quando tomamos seu romance como referência para o estudo da história.

José Bonifácio de Sousa, antigo historiador membro do Instituto do Ceará, afirmou que os “Queirozes” foram uma das duas principais

famílias “que predominaram na formação da *gens* quixadaense”. De “índole irrequieta e dominadora”, uma gente incapaz de “viver segregada nos seus feudos rurais”, a família Queiroz tivera participação ativa nos movimentos liberais que agitaram a província cearense nos primórdios da Independência (SOUSA, 1997, p. 36-40). Antônio Francisco de Queiroz Barreira, Miguel de Queiroz Lima e outras figuras proeminentes da família participaram da expedição organizada contra Fidiê, que teve por intuito garantir a emancipação política brasileira na extensão que vai do Ceará ao Maranhão. Durante a Confederação do Equador, em 1824, a família Queiroz tornou-se um dos grupos de maior confiança do líder Tristão Gonçalves. Em todos esses episódios, chefes da família reuniram tropas de homens armados, recrutados na mesma composição social e durante o mesmo período aos quais Rachel de Queiroz se referiria em seu romance.

Entretanto, a memória nunca é simplesmente a reprodução fiel de marcas deixadas pelo passado. Dinâmica, ela é antes um constructo, fruto de um complexo processo de seleção de elementos, em que se fazem presentes tanto as referências do tempo transcorrido, quanto as pressões que o ato reminescente sofre no tempo de seu acontecimento, ou seja, no presente (GAGNEBIN, 2014). Para compreender como a memória familiar comparece na composição narrativa de *Memorial de Maria Moura*, é preciso, portanto, investigar certas maneiras com as quais Rachel de Queiroz articula os elementos dessa memória na escrita de sua obra.

Rachel de Queiroz manteve fortes laços sentimentais com os sertões de Quixadá, apesar das inúmeras mudanças e viagens ao longo da vida. Em seus registros, nunca escondeu sua predileção pela fazenda do Junco, terra pertencente a seus pais, onde viveu momentos felizes de sua infância e para onde retornaria recorrentes vezes quando ali, desmembrado da propriedade, ergueu o sítio Não

Me Deixes. Em *Tantos Anos*, Rachel de Queiroz declararia sua relação afetiva com o Junco:

Neste mundo tão grande, nunca houve pedaço de terra que tenha sido mais preso ao meu coração do que aquele trecho bravio do município de Quixadá, a cento e oitenta quilômetros do oceano Atlântico. E engraçado é que não nasci lá. Contudo, decerto andava por lá antes de nascer (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p. 175).

Uma correspondente afeição à propriedade, à terra – enquanto símbolo de um vínculo existencial às origens familiares – marca a composição da personagem Maria Moura. É porque perde a posse sobre a terra que Maria Moura adota a nova vida à frente do bando. E é na busca da terra herdada de seus antepassados que se empenha na organização da cabroeira capaz de conquistar a Serra dos Padres à força, se preciso fosse. Em dado momento do enredo, Maria Moura sente a chegada do momento decisivo: “Enfim, achei que tinha chegado a hora de fazer a minha grande viagem – quer dizer, a romaria em procura da Serra dos Padres. Lá ficava o meu destino: disso eu tinha a maior certeza” (QUEIROZ, 1992, p. 225).

O apego sentimental pelo domínio sobre a terra, característico de uma visão senhorial a respeito da ordem sertaneja, orienta praticamente todas as atitudes da personagem ao longo do romance. A autora parece querer mostrar que esse sentimento de pertença constitui um princípio ético capaz de qualificar o papel de liderança de Maria Moura sobre seus homens e, ao mesmo tempo, exercer uma força moral capaz de despertar um grande fascínio entre os seguidores da heroína, gerando uma espécie de magnetismo sobre os cabras, em que o poder de atração se faz tão forte a ponto de superar os preconceitos machistas que se opunham à ideia de estarem sendo obedientes a uma mulher.

Em certo trecho do romance, logo após a retirada em fuga do Limoeiro, quando se encontravam escondidos na caatinga sertaneja, Maria Moura revela aos homens sua intenção de conquistar a Serra dos Padres. Argumenta, apontando para a fertilidade da terra, a abundância de água para o potencial de riqueza enfim. Após consultar a cada um sobre se estavam dispostos a lhe seguir naquela aventura, estabelecendo com isso uma espécie de pacto originário do bando, interrompe o diálogo com um gesto. Maria Moura levanta a mão e avisa:

– Vou prevenir a vocês: comigo é capaz de ser pior do que com cabo e sargento. Têm que me obedecer de olhos fechados. Têm que se esquecer de que sou mulher – para isso mesmo estou usando estas calças de homem.

Bati no peito:

– Aqui não tem mulher nenhuma, tem só o chefe de vocês. Se eu disser que atire, vocês atiram; se eu disser que morra é pra morrer. Quem desobedecer paga caro. Tão caro e tão depressa que não vai ter tempo nem para se arrepender (QUEIROZ, 1992, p. 83-84).

Essa passagem apresenta uma espécie de rito de iniciação do bando e à frente do ritual está uma mulher. Decerto, uma mulher que, no intento de reproduzir um modelo masculino de mandonismo, chega mesmo a negar sua identidade feminina: “Aqui não tem mulher nenhuma”. Mas que não deixa de permanecer sendo, ainda assim, uma mulher.

Em *Memorial de Maria Moura*, são diversas as personagens femininas que assumem papéis de destaque. Ali encontramos a ríspida Firma, esposa mandona do primo Tonho, incansável antagonista de Maria Moura, sempre impulsionando os homens das Marias

Pretas na luta em defesa dos interesses da família. Sob o seu domínio, surge Marialva, cuja doçura de trato e intensa timidez não a impede de rebelar-se e fugir com Valentim, artista saltimbanco com quem se casa às escondidas. Insubmissa também é Rubina, mulher negra, antiga escrava das Marias Pretas, alforriada quando engravidou do finado senhor, pai de Tonho, Irineu e Marialva, gerando o irmão Duarte, um mestiço bastardo. Há ainda Dona Bela, personagem infeliz no casamento que, durante a ausência do violento marido, torna-se amante do vigário local e acaba morrendo em circunstâncias trágicas, consequência da ardente paixão que desenvolveu pelo padre José Maria. São todas mulheres que, de diferentes maneiras, desafiam o rígido patriarcado reinante no sertão.

A escrita feminina (e feminista) de Rachel de Queiroz distingue *Memorial de Maria Moura* na extensa tradição literária que tratou da vida bandoleira pelos sertões nordestinos. O romance é, nesse sentido, uma referência a um tratamento literário emergente na trajetória cultural brasileira. Ali se encontra a expressão de outras vozes, alternativas ao convencional prevacente, com as quais as mulheres são deslocadas para o centro da trama narrativa, e suas causas e interesses de gênero são considerados, tendo sua atuação social valorizada.

A composição da condição feminina em *Memorial de Maria Moura* expressa diretamente o que Alfredo Bosi chamou de “curva ideológica da escritora” Rachel de Queiroz: “do socialismo libertário de *Caminho de Pedras* às crônicas recentes de espírito conservador” (BOSI, 2004, p. 396). Esgrimindo um vocabulário revolucionário na década de 1930, a escritora alinhou-se inicialmente ao stalinismo, passando logo em seguida ao trotskismo, quando fez campanha contra o integralismo nos anos do governo de Getúlio Vargas. O sentimento liberal e esquerdizante em face da ditadura do Estado

Novo deu lugar, após a guerra, a uma “defesa passiona! das raízes do *status quo*”, que culminaria com a colaboração com o regime militar de 1964 e mesmo com a assumida conspiração na preparação do golpe, quando recebia em sua própria casa as visitas do general Castelo Branco a quem se ligava por vínculos familiares (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998, p. 201-207).

Percorrendo essa abrangente parábola ideológica, Rachel de Queiroz recolheu elementos intelectuais que lhe permitiram criar uma trama romanesca bastante complexa, em que o elogio ao feminismo libertário de suas personagens mistura-se ao apego a valores conservadores da sociedade sertaneja tradicional. A resultante é uma interessante narrativa capaz de sensibilizar a um espectro amplo de leitores, mas o que predomina no romance é mesmo certa componente ética paternalista. Afinal, a personagem Maria Moura, a despeito de todas as dificuldades encontradas em seu adverso projeto de vida, nunca veria o seu papel de liderança ser totalmente desafiado pelos elementos subalternos de seu bando e, mais que isso, essa fidelidade é apresentada como uma conquista pessoal sua, de sua própria capacidade mandatária.

2. A formação da cabroeira nas vozes do romance

Se o discurso predominante em *Memorial de Maria Moura* é de viés patrimonialista e conservador, isso não impede, entretanto, a emergência de outras vozes na formação daquilo que Mikhail Bakhtin denominou de “plurilinguismo social” do romance (BAKHTIN, 1990, p. 120). Disseminado no discurso da narradora, nas falas dos personagens, formando “zonas particulares”, por meio de semi-discursos, por palavras e termos espalhados na narrativa, podemos encontrar a polifonia de uma ordem social complexa. Levando em

consideração essa possibilidade de interpretação, podemos considerar que o romance de Rachel de Queiroz constitui-se também numa fonte de entendimento acerca da história social da formação dos bandos de criminosos do século XIX desde um ponto de vista contra-hegemônico.

De modo similar ao que ocorre com relação à perspectiva feminina, o ponto de vista subalterno faz-se presente em inúmeras passagens de *Memorial de Maria Moura*. De forma mais evidente, se apresenta naqueles trechos que relatam a inserção de novos membros ao grupo liderado pela personagem principal.

Ao formar a primeira resistência contra os ataques perpetrados pelos primos Tonho e Irineu, ainda quando Maria Moura vivia nas terras do Limoeiro, uma composição de homens armados é agrupada, aproveitando a própria rede clientelar de moradores. “Além de João Rufo, eram meus moradores dois velhos dos tempos de Pai”. Maria Moura refere-se a Eliseu, “tirador de leite”, e Chico Anum, “que tomava conta da planta – feijão, milho e mandioca” (QUEIROZ, 1992, p. 38). Trata-se de uma situação que parece ter sido muito difundida nas relações de trabalho pelos sertões dos Oitocentos: empregados de fazenda, dedicados primordialmente às tarefas de plantação e criação, mas que se constituíam como braços armados na defesa da posse do patrão sobre as terras quando ameaçadas.

Mas, além desses homens, o bando originário integraria também outros elementos pertencentes à rede familiar e comunitária que se ligava ao grupo de trabalhadores do Limoeiro. Emergem aqui personagens representantes de uma juventude popular, cujo lugar social no mundo do trabalho sertanejo ainda é indefinido. Rapazes solteiros como Zé Soldado e Maninho, filhos de Chico Anum, que vivem da prestação de serviços ocasionais para os proprietários da região. Por não terem ainda um núcleo familiar próprio constituído nem

um meio de vida estável, fazem parte daquela camada da sociedade preferencialmente visada pelo recrutamento militar que, durante o século XIX, exercia um papel punitivo sobre os que eram considerados “vadios” ou “indolentes”. O recrutamento era rejeitado pela maioria da população, mas havia, como no caso apresentado no romance, outras expectativas relacionadas ao engajamento no Exército. Zé Soldado, por exemplo, enxerga no recrutamento um meio de expandir seus horizontes pessoais e dar vazão ao desejo de lutar: “Eu sempre tive vontade de ganhar o mundo, guerreando. Pra isso sentei praça, mas não deu em nada. Agora assim é melhor, que não tem cabo e sargento tirando o couro da gente” (QUEIROZ, 1992, p. 83).

Como se vê, a experiência pessoal de Zé Soldado é aquela do indivíduo que procura, no grupo bandoleiro, uma vida aventureira que não pode encontrar nas linhas oficiais. É notável a ausência de uma distinção moral entre o que, para o personagem, representava vida de soldado e vida de bandido. Aliás, o que Zé Soldado encara como distinto é que, entre os bandidos, apesar das evidentes dificuldades de sobrevivência e da constante violência, era menos provável ter de se submeter ao autoritarismo de um superior, ou, ao menos, essa condição reduzia-se substancialmente, porque os chefes dos bandos geralmente provinham dos mesmos estratos sociais e comunitários.

Vê-se na apresentação desses personagens como, imiscuído ao discurso preponderante da personagem-narradora Maria Moura, encontra-se uma zona de significados alternativa, narrando a história de formação da cabroeira segundo o ponto de vista de seus comandados. O romance ganha, com isso, maior riqueza e complexidade, mas há também uma fatura historiográfica a se considerar. Para uma história social do banditismo, tal como se apresenta nos sertões do

século XIX, é de grande importância essa “visão desde baixo”, da perspectiva dos sujeitos históricos subalternos, geralmente negligenciada pela versão histórica de caráter oficial e hegemônico.

Somente a partir dessa visão alternativa é possível se compreender a racionalidade presente nas ações dos sujeitos subalternos da sociedade, interpretados pelas elites a partir de um viés preconceituoso e classista. É bastante difundida a explicação sobre a violência sertaneja atrelada à “ignorância do povo pobre”, considerando os criminosos como “desclassificados sociais”. Por outro lado, um entendimento mais projetado sobre o cotidiano dessas camadas sociais permite o desvelamento de motivações muito mais complexas de suas atitudes.

Se, em relação ao engajamento de Zé Soldado e Maninho no bando de Maria Moura, temos a possibilidade de visualizar, através das circunstâncias do recrutamento, alguns aspectos do entrelaçamento entre a ordem oficial no Exército e a vida dos bandidos dos sertões, a inserção de outros membros no grupo desloca nossa atenção para os vínculos que esses bandos criminosos estabeleciam com o mundo dos escravos. Procurando, numa difícil jornada marcada pela fome e pela constante fuga, na busca por um lugar onde se estabelecer com mais conforto, Maria Moura depara-se num dia com uma localidade propícia para fazer ali seu ponto de parada. Havia ali uma lagoa de bom tamanho, com água clara, cercada de chão de areia, algumas bananeiras. Mais além, via-se “dois ranchos de barro, meio tombados, cobertos de palha, e um deles era fechado com porta de vara” (QUEIROZ, 1992, p. 114). Era um antigo quilombo, onde habitavam um casal de velhos e três crianças. Uma tropa de volantes havia anteriormente atacado o pequeno povoado, capturando os homens e mulheres em condições de trabalho para vendê-los.

Após estabelecerem um primeiro contato cordial, o grupo de Maria Moura e os quilombolas decidem se unir, estabelecendo com

isso uma situação favorável para ambas as partes. O grupo de Maria Moura, além de ter acesso a um precioso refúgio, passava agora a contar com a não menos preciosa sabedoria do casal de negros, acostumados a interagir com o ambiente da caatinga e conhecedores das características daquela região. De sua parte, os velhos quilombolas, já fracos pelo peso da idade, passavam a contar para sua alimentação com o fornecimento de produtos importantes adquiridos nas pilhagens, como o sal e a carne, por exemplo.

Certo dia aparece no refúgio um homem ferido, armado, bacamarte a tiracolo, faca lambedeira no cinto. Era Roque, antigo conhecido dos velhos quilombolas. Com trinta anos de idade, de altura mediana e muito forte, Roque levava a vida como “cabra de aluguel”. Em entrevista com Maria Moura, Roque resume a sua história:

– Mas nunca fui cativo. Tenho mais raça de índio do que de preto, sem desfazer de ninguém. Me criei moleque de bagaceira, porque a fazenda não era de gado, era engenho. Carregava cana em cambito, para a moenda, junto com o Terto, filho deles [os velhos do quilombo]. Quando me botei a homem, não aguentei mais aquela vida velha. O Sinhô queria trata nós forro como se a gente fosse tudo negro dele. Um dia o Sinhô mandou me meter o relho e eu então ganhei o mundo. Foi pouco tempo depois do Tio Amaro, junto com o Terto e os outros, terem desabado, numa fugida grande. Se escaparam uns onze escravos, entre homens e mulheres. Mas aos poucos foram pegados todos. Aquele capitão do mato deve ter pauta com o cão; a gente só chama ele ‘o Herodes’. Como eu gostava de atirar, achei serviço de guarda-costas de um padre; quando ele viajava nas desobrigas, tinha de carregar o cálice de ouro de dizer missa e o dinheiro que o povo dava, principalmente os senhores nas fazendas. E o padre velho não podia contar com o sacristão, nunca vi cabra mais

esmorecido. Andei com o padre velho uns dois anos, depois ele largou de ser vigário, estava muito idoso para aquelas viajadas. Era um santo. Deu até uma carta me recomendando a um compadre dele que andava metido numa briga danada; questão de extrema de terra. Mas ô homem cru! Quando eu levei este tiro no braço e desmaiei, ele me deu por morto e me deixou no mato, como se fosse um cachorro. Foi longe daqui, umas cinco léguas. Vim pedindo esmola de casa em casa; o povo, me vendo armado, tinha medo e me dava o que tivesse (QUEIROZ, 1992, p. 172).

A fala de Roque, rica em detalhes, remete-nos às fronteiras das condições de liberdade e escravidão na sociedade sertaneja do século XIX. Apesar do orgulho de se dizer homem livre, Roque reconhece em seu discurso que sua cor de pele dificultava sua emancipação na sociedade escravista. Mostra, com isso, que a vida bandoleira nos sertões do século XIX era também fruto da insubmissão de tantos negros e mestiços que, assim como os escravos em rebeldia, fugiam das fazendas para encontrar, no crime, um meio de se fazerem e se sentirem livres. Na sua narrativa, a condição de ser um “capanga”, um “jagunço” (como se denomina aqueles que pegam em armas a mando de algum proprietário ou autoridade), é antes uma alternativa à condição opressiva vivida anteriormente quando era empregado de engenho do que uma mera adesão inconsciente ao mandonismo dos poderosos do sertão.

Para o personagem Roque, Rachel de Queiroz parece ter reservado as características mais importantes na definição do típico cabra: exímio atirador e mestiço com predominância étnica indígena. Apresentou-se a Maria Moura vestido com ceroula, alpercatas, chapéu largo e sua “camisa era solta chegando quase ao joelho”, boa para esconder armas e munições. Roque conhecia os segredos de quem ganhava a vida através da violência. Compartilhava

com os pares a forma adequada de levar o armamento pesado por longas caminhadas, minorando o cansaço. Desaconselhava o uso de cavalos para os assaltos por serem agitados, difíceis de serem ocultados na mata rasteira, por deixarem rastros muito evidentes quando os homens a pé podiam perfeitamente escolher caminhar sobre as pedras para não deixarem marcas. E, como se revela em sua fala, Roque aprendeu que andar pelos sertões exibindo armas e valentia era sinônimo de respeito adquirido, podendo contar ao menos com um prato de comida e algum dinheiro oferecido pela população atemorizada.

Há ainda, em *Memorial de Maria Moura*, uma passagem que se refere a um recrutamento coletivo de cabras. Liderados por Antônio Muxió, chegam cinco homens à Casa Forte (já na Serra dos Padres) após ouvirem muito falar da fama adquirida por Maria Moura. Antônio Muxió conta, então, que era anteriormente vaqueiro, acostumado a andar com gado por longas extensões: “Trouxe gado até de Goiás” (QUEIROZ, 1992, p. 325). Cansado de viver pelas estradas “tangendo boi, comendo poeira, passando fome e sede”, uniu-se a outros vaqueiros e apartou um magote de vinte cabeças de uma numerosa boiada. Conseguiu depois vender os animais numa feira, mas foi traído pela inexperiência e o descuido. O comprador desconfiou do preço baixo pedido pelos vaqueiros e avisou as autoridades. Depois de andar pelo mato umas três léguas, os ladrões encontraram um lugarejo, onde, entusiasmados com o dinheiro adquirido, tomaram “a maior bebedeira de toda nossa vida”. Foi fácil a captura do pequeno bando, que terminou preso numa delegacia local. Sem juiz para tomar a decisão sobre os presos, passaram mais de dois anos na cadeia.

O tempo todo não se fazia nada, era só dormindo de dia e jogando truco de noite. O pior era que, na delegacia, não

havia dinheiro para dar comida aos presos e a gente vivia só das esmolos de quem tinha pena e nos mandava um cozinhado de feijão. [...] E com aquela vida de penar tudo junto, fomos criando amizade uns com os outros, fizemos quase uma irmandade (QUEIROZ, 1992, p. 326).

A solidariedade forjada no compartilhamento do miserável cárcere tem, para a pequena “irmandade” de Antônio Muxió, um caráter formativo. À confiança estreitada pelo longo tempo de convivência na cela somavam os conhecimentos trazidos de outros criminosos mais experientes que chegavam à mesma cadeia. Tudo isso foi decisivo para o sucesso da fuga que veio em seguida. É o que explica Antônio Muxió para Maria Moura:

– E daí, Dona, que, como era natural, a gente estava sempre combinado de fugir. Tudo bem planejado, o dia, a hora e o lugar para onde ir. A essas alturas o pessoal nosso estava bem escolado, já não era mais aquele bando de bestalhão metido a ladrão de gado, de dois anos atrás (QUEIROZ, 1992, p. 326).

3. Algumas considerações finais

Submetida ao tratamento literário da escritora Rachel de Queiroz, a formação histórica da cabroeira, durante o século XIX, ganhou significados nada convencionais em relação aos padrões com os quais as vidas dos bandidos sertanejos foram tradicionalmente delineadas. Além de se deslocar do foco exclusivamente masculino, possibilitando a leitura de certa perspectiva feminina sobre o cotidiano do banditismo, todo um abrangente complexo de experiências da gente comum sertaneja se revela através das figurações e falas das personagens subalternas do romance. Em *Memorial de Maria Moura* encontram-se passagens em que a vida dos bandidos

sertanejos vai para além das tipificações de seus líderes e de gestos caricatos, tais como facilmente encontra-se na literatura folclorista, nos acervos de museus ou em suvenires produzidos para o consumo de turistas desinformados.

Para a escrita da história social do banditismo sertanejo, o romance de Rachel de Queiroz pode ser uma preciosa contribuição, apontando para perspectivas narrativas não usuais, caso seja submetido a determinadas leituras “a contrapelo”. A sugestão pretendida por este texto aponta para uma possibilidade de narrativa histórica contra-hegemônica. Nessa perspectiva, a formação da cabroeira não se apresenta apenas como fruto da vontade exclusiva dos poderosos dos sertões, mas também das motivações resultantes do enquadramento cultural dos sujeitos comuns que compunham as maiorias populares. O conhecimento sobre aspirações sociais alternativas dos que buscavam o banditismo como um meio de levar a cabo seus projetos de insubmissão pode ser computado entre as contribuições mais importantes dessa perspectiva historiográfica.

Obviamente não era essa a visão histórica adotada por Rachel de Queiroz, cujo conservadorismo já pôde ser discutido no presente texto (mas que bem mereceria um estudo específico mais cuidadoso). Se a autora projetou a sua escrita através do universo social desses proletarizados sertanejos, decerto o fez pensando que assim daria ao seu texto uma tensão e uma dramaticidade mais interessante. Afinal de contas, Rachel de Queiroz fez parte daquela geração a quem Ángel Rama associou a criação de um “processo de transculturação”, definido como a solução literária do “autor que se reintegra na própria comunidade linguística, falando a partir dela, com uso desembaraçado de seus recursos idiomáticos”, procurando com isso, não “imitar de fora uma fala regional, mas sim elaborá-la de dentro com finalidades literárias” (AGUIAR; VASCONCELOS, 2001, p. 220).

O historiador social não conseguirá, dessa forma, explorar as melhores potencialidades interpretativas de *Memorial de Maria Moura* se não enfrentar a tarefa de captar a polifonia social do romance, limitando-se, então, à avaliação pouco fecunda de querer saber em que medida certa obra “corresponde à realidade” ou a restringir-se à verdade epidérmica - pouco satisfatória como interpretação - de explicar a literatura apenas naquilo que ela revela os modos de vida ou os interesses de tal classe ou grupo social. Considerando a assertiva de Antônio Cândido, compreender “a função histórica ou social de uma obra depende de sua estrutura literária” (CÂNDIDO, 2006, p. 177).

Referências

AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). **Ángel Rama**: literatura e cultura na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP / HUCITEC, 1990.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9ª edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2014.

LIMA, Ana Maria Pereira; SOARES, José Wellington Dias; PINHEIRO, Cláudia Regina; CASTELO, Sander Cruz (Orgs.). **História e letras**: cultura, memória, ensino e linguagem. Fortaleza: Ed. UECE, 2018.

QUEIROZ, Rachel de. **Memorial de Maria Moura**. São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos Anos**. São Paulo: Editora Siciliano, 1998.

SOUSA, José Bonifácio de. **Quixadá & Serra do Estevão**. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. São Paulo: Zahar Editor, 1979.



À margem da História do Brasil. O caso do “Novo Caldeirão” e divulgação de segredos na escrita de Gustavo Barroso

Francisco Régis Lopes Ramos

Não sou prisioneiro da História. Não devo procurar aí o sentido do meu destino. Devo lembrar-me a todo o instante que o verdadeiro *salto* consiste em introduzir a invenção na existência. No mundo para o qual me encaminho, crio-me interminavelmente. Sou solidário do Ser na medida em que o ultrapasso (FRANZ FANON, 2017, p. 227).

1. A existência de algo atrás da notícia

Em 1926, com a liderança do beato José Lourenço, devotos e devotas de Juazeiro criaram, no sul do Ceará, a comunidade Caldeirão, uma espécie de cooperativa em que a produção agrícola era dividida de acordo com a necessidade de cada família. Em 1936, mais precisamente no dia 11 de setembro, tudo foi arrasado. Diante de ordens e de baionetas da polícia, cada um se viu obrigado a voltar para “a sua terra”. Mas muitos não voltaram, e o motivo era simples: não possuíam “a sua terra”; tinham ido para o Caldeirão porque, exatamente, eram sem-terra. Então, sem ter para onde ir,

e na esperança de voltar para o Caldeirão, essas pessoas escaparam pela vizinhança, sobretudo em cima da Chapada do Araripe, à procura de lugares mais escondidos. Formaram pequenos núcleos de sobrevivência. Na urgência e no imprevisto, surgiram forquilhas em filas paralelas que sustentavam o teto de palha e algumas redes de dormir. Em maio de 1937, um desses núcleos entrou em conflito com o destacamento do capitão José Bezerra. Daí saíram oito mortos, quatro de cada lado, inclusive o próprio capitão. Os jornais do Ceará noticiaram o caso e, logo a seguir, as autoridades reagiram, lastreadas nos despachos e nas bençãos do Governo do Estado. Eufóricos, os jornais do Ceará não economizaram na redação de notícias em torno das providências oficiais. Como era de se esperar, o que os jornais não publicaram foi a quantidade de mortos a partir dessas providências, que, a rigor, não foram apenas oficiais. Houve um massacre de camponeses, e, até hoje, não se sabe, ao certo, a quantidade de corpos enterrados sem atestado de óbito. A tradição oral refere-se a dezenas e dezenas de sepulturas coletivas, estrategicamente “perdidas no meio do mato” (RAMOS, 2016).

De acordo com as declarações das autoridades, o Caldeirão foi desfeito porque lembrava Canudos. A certeza: o Caldeirão seria, ou já estava sendo, um “Novo Canudos”. Prova disso é que, mesmo depois de destruído em 1936, o Caldeirão (ou o que dele restou) causaria problemas em maio de 1937, gerando a violência já esperada em núcleos de “fanatismo”.

Mas o encadeamento de causas e consequências não para por aqui. Além de Canudos ter se prolongado no Caldeirão, e além de o Caldeirão ter se prolongado na Chapada do Araripe, houve a especulação sobre um “Novo Caldeirão”, um pouco distante do Cariri, mas não importava a distância. Como uma doença se manifestando em transmissões por contato, é certo. Mas era, ao mesmo tempo, um

mal congênito, certamente nascido da mistura de raças e alimentado pelo analfabetismo. Ainda no mês de maio de 1937, os jornais de Fortaleza perguntaram-se se haveria um “Novo Caldeirão”.

A notícia transcrita a seguir é um dos vários exemplos dessa suspeita, e que gerava, no meio letrado, curiosidade e repugnância, ora despertando desejos de eliminação do “outro”, ora convocando o espírito da caridade educativa. Em outros termos, o texto a seguir é criador e criatura de uma constância que preocupava a boa vontade das letras: os surtos de misticismo no Nordeste:

Fortaleza, 20. — A polícia capturou, no município de Maria Pereira, um indivíduo que, dizendo-se “enviado da monarquia”, aplicava remédios e drogas de sua invenção e fazia curas deslocando os maxilares dos doentes. Escortado por policiais o “mestre Silvino” chegou hoje, trajando um uniforme branco, com dragonas e botões dourados, e encontra-se no xadrez da delegacia auxiliar. Ouvido pela imprensa “mestre Silvino” declarou ser natural de Alagoas e que estivera vários anos em São Paulo. Ultimamente vivia em Maria Pereira, não sabendo o motivo da sua prisão, “pois não faz mal a ninguém”. “Mestre Silvino” trazia sob suas ordens grande número de pessoas fanatizadas e possuía várias mulheres que considerava “virgens purificadas” (BARROSO, 1937, p. 343).

Não se trata, aqui, de compreender essa notícia na série das outras que identificavam o “problema do misticismo”. O que vai me interessar, a seguir, é o modo pelo qual um leitor desse jornal reagiu. Vai me interessar a reação de Gustavo Barroso. Inspirando-me na perspectiva de Franz Fanon, citada na epígrafe, tenho o intuito de verificar como Gustavo Barroso se torna “prisioneiro da História”.

Gustavo Barroso, sem negar a série “problema do misticismo”, introduz o telegrama publicado em uma nova série, aquela que está

no decorrer do livro *História secreta do Brasil*. Considerando que *História secreta do Brasil* também saiu em 1937, fica claro que o autor está longe de se ater ao subtítulo, “Da abdicação de D. Pedro I à maioridade de D. Pedro II”. Numa observação mais geral sobre o traço que une os capítulos, percebo que, antes de captar o passado por meio da escrita da história a partir do presente, trata-se de capturar o segredo do passado que não passa — é aí que o presente entra para além da cronologia e do recorte temático. Pelo fato de ser secreta, a história poderia e deveria abrigar elementos fora do espaço (Brasil) e do tempo (século XIX) sugeridos pelo arco título/subtítulo. É como se o nó entre o passado e o presente tivesse a sua força na sustentação de costuras invisíveis a olho nu.

Identificar as particularidades de cada época que ficam em segredo — essa é a questão que o mobiliza. A própria permanência, nesse sentido, é um segredo. Ou seja: determinada história permanece invisível porque se mantém secreta. O círculo vicioso é quebrado na ocasião em que ele, Gustavo Barroso, acende a luz e aponta o dedo.

O encadeamento dos elos forma a corrente. Suposição 1: tudo está à vista, mas de modo escondido. Suposição 2: a erudição desmancha os encobrimentos programados. Suposição 3: sem a coragem da revelação, a erudição se perde nos detalhes. Suposição 4: ele, Gustavo Barroso, se diz erudito e corajoso. Portanto...

2. Aquilo que o seu professor de história não contou

O “Novo Caldeirão” está à vista do leitor comum nos jornais. Sobre isso não há dúvida. Aquilo a que o leitor comum não tem nenhum acesso é, exatamente, o que Gustavo Barroso conta no livro. O apelo, portanto, não é pequeno. Mais do que a releitura da História

do Brasil, ele ambiciona divulgar o segredo ainda não revelado. A exibição das coisas escondidas o seduzia. Depois de *História secreta do Brasil*, ele publicaria *Segredos e revelações da História do Brasil*, só para citar um exemplo entre outros.

A “orelha” da segunda edição de *Segredos e revelações da História do Brasil* se inicia ressaltando o “estilo atraente, em que a verdade histórica é apresentada de uma maneira sedutora”. Como era de se esperar, o elogio à obra desliza para o elogio ao autor: “Historiador dos mais eminentes do País, pioneiro da sistematização do nosso folclore, contista e poeta, foi o autor deste livro, ao mesmo tempo, um erudito e um escritor de imaginação”. Depois dos elogios, ou para estendê-los em outra chave, houve a promessa de emoção, porque o livro contém fatos que são, ao mesmo tempo, ou, separadamente, “desconhecidos”, “misteriosos”, “controversos”.

“A veracidade histórica”, garante a “orelha”, está em todas as páginas, mas... É bastante significativo o uso do “mas”, na medida em que vai pôr, na “veracidade”, algo que, nela, é difícil de encontrar. Aí, exatamente no uso do “mas”, está a qualidade do autor: “Mas, com a sedução de sua prosa cheia de vivacidade e o profundo conhecimento de nosso passado histórico e social, Gustavo Barroso nos fornece, aqui, uma visão nova da História”. Arremate:

O pormenor que não se encontra nos compêndios, o episódio dramático ou maravilhoso de que outros não se ocuparam, o mistério desvendado pela pesquisa e análise — eis a área de *Segredos e Revelações da História do Brasil*.

Impressa em 1961, dois anos depois da morte do autor, a justificativa para essa segunda edição não revela nenhum segredo, ou, pelo menos, não deveria revelar. Afinal, o gosto por segredos revelados não fazia parte apenas do gosto particular de um escritor que hoje parece excêntrico demais. Não era segredo que havia uma “demanda”

por esse tipo de divulgação, inclusive com propagandas sobre o fato de estar aí a “nova história”.

Com as devidas adaptações, essa “orelha” também poderia servir para uma segunda edição do livro de 1937, *História secreta do Brasil*. Com as devidas adaptações, serviria para outros livros dele e contemporâneos a ele.

3. O mercado do segredo e as suas revelações

Um autor como Viriato Correa, por exemplo, também apelou para a revelação de segredos que não constam na História do tipo “oficial”. Quando, na citada “orelha”, Gustavo Barroso é visto como um autor que dá conta do “pormenor que não se encontra nos compêndios”, não há como negar que ele pensava exatamente assim e que Viriato Correa pensava de modo não muito diferente, como é possível perceber na explicação mais ou menos longa que ele faz na abertura do livro *Gaveta de Sapateiro*. Vale a pena citá-la na íntegra:

Será um livro de história a *Gaveta de Sapateiro*? Não. Nem nos passou remotamente pela cabeça a ideia de dar-lhe feição erudita.

Quando, num cantinho de coluna do *Jornal do Brasil*, com o pseudônimo de *Frei Caneco*, iniciamos a *Gaveta de Sapateiro*, uma única preocupação nos fazia escrever diariamente — divertir o grande público de um grande jornal.

Numa gaveta de sapateiro ninguém, de certo, encontrará coisas de vulto ou de valia. O que existem são retalhinhos, miudezas, insignificâncias.

E eram, de fato, insignificâncias, miudezas e retalhinhos da história nacional, que íamos dando, dia a dia, aos leitores do jornal que nos acolhera.

Há criaturas minadas pelo vírus da minúcia. O conjunto não lhes interessa. Num palácio não as preocupam a arquitetura, a generalidade harmoniosa das linhas, a riqueza, o esplendor.

O que lhes fere a retina é o desenho de um jarro a um canto de salão, o esmalte de uma medalha esquecida sobre um móvel qualquer, os detalhes de um púcaro de bronze, de um prato de porcelana, de um cofre de joias, de um crucifixo de ouro, enfim as miudezas das miudezas curiosas que formam o tesouro de bom gosto dos palácios que se prezam.

Num fato histórico *Frei Ceneco* não vê o fato. Vê as minúcias que o cercam, ou melhor, vê as curiosidades que o tornam interessante.

É que a Gaveta de Sapateiro não foi criada com a intenção de fazer história e sim de fazer jornalismo.

Não nos propusemos ensinar ninguém; propusemo-nos divertir leitores.

— Um trabalho dessa ordem não se apresenta ao público, dirão os rigoristas.

Mas é, precisamente, em atenção ao público que este livro é publicado.

Em nossa terra, as coisas brasileiras já vão, felizmente, preocupando os homens.

Ao aparecer, no *Jornal do Brasil*, a *Gaveta de Sapateiro*, em derredor dela atçou-se um interesse surpreendente. De todo o país choveram sugestões e consultas. A correspondência tomou tal vulto, que não nos foi mais possível servir-nos dos assuntos de nossa simpatia e sim cuidar daqueles que a curiosidade pública exigia que cuidássemos.

Este livro é, portanto, um livro cujas páginas foram lembradas, sugeridas, exigidas pelo povo.

O povo é, portanto, o dono dele (Correa, 1932, p. 7-9).

Gustavo Barroso e Viriato Correa publicam livros de História para divulgá-la. Usam textos curtos e copiam estratégias da literatura de ficção para divulgar a História, ou melhor, para divulgar algo que, diante dos “compêndios”, ora complementa, ora se contrapõe. Além do apelo a segredos revelados e miudezas valorizadas, o chamariz para se pôr às margens da “História Oficial” pode recorrer a outros lugares, como os que metaforizam ares de mistérios guardados há muito tempo, tal como se percebe no título que Viriato Correa escolheu para um dos seus livros: *Baú velho* (CORREA, 1941). A vontade de tornar a leitura ainda mais excitante acabou levando-o a uma topografia aparentemente mais ousada. Na expectativa de ir além de gavetas e de baús, ou de dizer a mesma coisa com outras palavras, Viriato Correa trouxe ao mercado o título *Alcovas da história*. A ousadia do título, se é que ela existe, logo se dissolve no subtítulo. Qualquer expectativa afeita aos desprendimentos da imaginação se desfaz, sem dó nem piedade, ante “cantinhos, escaninhos e recessos da vida histórica do Brasil” (CORREA, 1934, s/p).

4. O ponto e a linha

Enquanto existe, o segredo assemelha-se a um ponto, uma “miudeza”, como diria Viriato Correa. E, no caso de Viriato Correa, a “miudeza”, embora colecionada com fins de amor à pátria, não chega a formar uma linha, como ocorre em Gustavo Barroso. Em Gustavo Barroso, cada ponto, apesar da “miudeza”, é posto um ao lado do outro, tão rigidamente que parece formar uma linha. Às vezes, determinada linha evolutiva. Às vezes, a linha do círculo. O ponto “Novo Caldeirão” forma uma linha, ora retilínea, ora circular.

Enquanto a *História secreta do Brasil* tem sua unidade preservada por certas ideias legitimadas pelo desfile quase constante de fatos, *Segredos e revelações da História do Brasil* chega a parecer com a gaveta

de Viriato. É que cerca de 20 anos separam um livro do outro. Depois da década de 1930, a escrita de Gustavo Barroso se livra da linha adquirida e levada à exaustão nesse período. Depois, ele volta a deixar os pontos mais soltos ou menos amarrados, ou melhor, em prisões mais arejadas e com direito a banho de sol. Tanto é que a “orelha” de *Segredos e revelações* não deixa a questão passar em branco. O tom explicativo não é à toa; prepara a leitura de textos que, apesar de parecerem dispersos, não são apenas fragmentos: “Retratando tantas províncias esquecidas ou enigmáticas do nosso passado histórico, este livro possui, todavia, admirável espírito de unidade, e estava mesmo a exigir uma reedição”. A seguir, a explicação desce aos detalhes, inclusive dando uma prévia de assuntos que, garante a “orelha”, são disparatados apenas na aparência.

É, portanto, uma obra que instrui e recreia ao mesmo tempo. Escrevendo sobre uma guerra maometana no Brasil, a instalação do primeiro cabo submarino, a visita de Pedro II ao Egito, ou o escândalo do “Grand Hotel du Louvre”, penetrando em tantos bastidores da História, Gustavo Barroso enriqueceu sua monumental e prestigiosa bagagem literária com um volume que se inclui, desde o seu lançamento, entre os mais populares e preferidos do grande público.

O que uma “galinha histórica” tem a ver com “Pedro II — o infeliz”? E “os judeus de Pernambuco”? Eles teriam alguma relação com “os ferros de Tiradentes”? De que modo seria possível relacionar “os animais domésticos que existiam no Brasil” com “as mais antigas Santas Casas”? Nenhuma relação é possível entre esses assuntos, a não ser a existência de cada um como capítulos de um só livro que, não sem razão, se quer em formato de gaveta. Seguindo a metáfora proposta, não há nenhuma linha definida, e sim a definição de pontos através dos quais a leitura é induzida a ter curiosidade, como quem

abre algo misterioso para ver o que há dentro. Se há uma linha, ela é tênue e pode ser definida como o amor à pátria, ou o amor ao pormenor que a História despreza. O título que Viriato Correa escolheu para seu livro, *Gaveta de sapateiro*, está em sintonia profunda com o subtítulo “miudezas desarrumadas da História Nacional”.

Uma linha mais nítida vai aparecer, por exemplo, no *História do Brasil para crianças*. Diferente de outros livros de Viriato Correa, aí a “miudeza” é posta em ordem através de recurso “retórico” que a venda para as escolas não dispensava: a cronologia. Nele, conta-se um fato atrás do outro, dando conta da evolução do Brasil. Na segunda “orelha” do livro *O País do Pau de Tinta* (Crônicas Históricas da Terra do Pau-Brasil), que Viriato Correa publicou em 1938, pela editora Civilização Brasileira, a *História do Brasil para crianças* é vendida desse modo:

Se há um livro que está contribuindo poderosamente para vulgarizar e tornar atraente a História do Brasil, é esse que escreveu Viriato Corrêa. Ele pôs a história pátria ao nível das crianças, mas com tanta fidelidade e tamanha arte de fixar o essencial, que acaba interessando também os adultos. Livro delicioso, admiravelmente ilustrado por Belmonte, de um extraordinário alcance educativo e destinado a realizar por si só, nas escolas, uma grande obra de brasilidade e de espírito nacional. Grosso volume com 59 ilustrações.

5. A linha de força

O ponto que se ressalta na matéria que Gustavo Barroso cita na íntegra, referida no início deste artigo, é a existência de “mais um núcleo de fanatismo”, como então era comum se dizer, ou melhor, se escrever, tanto nos jornais, quanto nos livros de folclore sobre o Nordeste. A linha que Gustavo Barroso forma não abandona a lógica

do “mais um”, não se afasta do raciocínio que encaixa religiosidades como exemplo da série do “Fanatismo no Nordeste”. Mas não é essa a linha central que amarra os volumes da *História secreta do Brasil*, cujo segundo volume é aqui analisado por meio de um ponto específico. Nesses volumes, todos os pontos que Gustavo Barroso destaca estão absolutamente atrelados a uma tese: tudo, absolutamente tudo que ele relata esconde a grande conspiração que precisa ser divulgada com provas - e com urgência.

O “Novo Caldeirão” relaciona-se com outros casos de “Macumba”. Isso ele admite, em acordo com o senso comum da elite letrada. Mas, contrariando o imaginário das letras acima de tudo e de todos, ele não admite que a “Macumba” seja, simplesmente, “africana”. Na sua linha, é algo pior. Muito pior, porque se trata de mais uma manifestação do judaísmo. O judaísmo que se esconde, aliando-se, de várias maneiras, ao comunismo, ao capitalismo e à maçonaria. A estratégia, ao ser escondida, não é despercebida. Por isso, precisa ser revelada. Todos os segredos, ele os revela para mostrar essa conspiração, antiga e mundial, que envolve, separadamente ou em conluio, judeus, maçons, satanistas, capitalistas e comunistas.

[...] a macumba não passa dum satanismo de fundo cabalista, isto é, tem oculta a inspiração judaica, embora sua forma aparentemente africana. Por essa razão, Israel, usando da imbecilidade dos cristãos, a põe em moda, levando os desprevenidos, os ávidos de sensações estranhas e os esnobes a frequentá-la como coisa muito importante dos nossos costumes. Todo esse africanismo que anda por aí, apregoado como fonte imprescindível de nossa cultura (?), é simples sugestão judaica para levar os tolos ao convívio dos animismos fetichistas, agastando-os desta ou daquela forma do verdadeiro espírito cristão da nossa civilização (BARROSO, 1937, p. 341).

Em quase tudo reside alguma coisa ocultada. Por isso, a quantidade de exemplos parece não ter fim. Documentados ou não, os casos transbordam. E não há muito problema parecerem absurdos. A lógica sem pé sem cabeça até ajuda, porque é assim que o segredo funciona.

As grandes revelações de grandes segredos parecem inicialmente sem sentido. Sendo assim, a descoberta costuma desconsertar. A própria descoberta é um desconcerto, o desmonte da montagem enganosa. Se há alguma dúvida sobre um fato, deve-se perguntar o que se põe atrás dele. O que existe atrás, pelo simples fato de não estar na frente, gera dúvidas. A dúvida prova que existe alguma coisa atrás dela, uma conspiração. Dessa suspeição geral não escapam nem as “escolas de samba”, por exemplo. Elas, na verdade, “não passam de disfarces”. São “escolas do diabo”, Gustavo Barroso garante.

A metralhadora se tornava giratória. Na busca pelos alvos que não paravam de saltitar, os olhos também giravam. A mão fechada e o dedo indicador em riste projetavam, na História, a sombra constante da arma carregada. Um dos alvos, aliás, era o grupo dos folcloristas, na época, um grupo pequeno, mas em crescimento, diante do qual ele mesmo se considerava, em certa medida, pioneiro, e, com certeza, inovador.

Com essa insidiosa propaganda, mascarada sob o manto de estudos folclóricos ou etnológicos e culturais, o judaísmo perverte o sã juízo da mocidade das altas classes e mergulha as baixas no culto macumbeiro e nos sortilégios do baixo espiritismo.

Cumprimos um dever, abrindo os olhos aos nossos leitores e pouco nos importando com os que os toleirões, metidos a cultores dum africanismo verdadeiramente da *esquerda*, possam pensar, dizer ou escrever contra nós. O futuro nos dará razão (BARROSO, 1937, p. 342).

Nem os folcloristas, portanto, escapavam da propaganda oculta. Afinal, a propaganda não tinha preferências nem limites para se ocultar. Ocultava-se em qualquer lugar e a qualquer hora, dia ou noite. Era preciso revelar esse segredo. Se, por exemplo, a “raça negra” precisava saber desse “segredo”, os intelectuais que o estudavam também precisavam ter ciência das revelações sobre o que eles faziam sem saber, ou faziam exatamente por não ignorar o que estavam fazendo.

O Brasil deve muito à raça negra. Os negros humildes e sofredores regaram com seu suor as terras de plantio, com suas lágrimas o chão batido das senzalas, com seu sangue os campos de batalha nas guerras civis e estrangeiras, com o leite de suas Mães Pretas, as bocas das crianças brancas! Merecem, portanto, nossa gratidão e nosso afeto. Por isso, devemos elevá-los pela educação, pela instrução, pelo apoio moral, pelo espírito, pela justiça social, dando-lhes uma situação digna na vida brasileira, e não abastardá-los e envilecê-los, chafurdando-os cada vez mais nas inferiorização dos sambas e das macumbas. Devemos cristianizá-los, arrancando-os dos seus pendores atávicos, e não africaniza-los continuamente, sob o pretexto de amor ao seu folclore. Devemos fundi-los na comunhão nacional e não torna-los um quisto perigoso, isolando-os nos seus ritos fetichistas. Os esquerdistas, fingindo amor pelos pretos, querem tornar certas populações do Brasil presas da vadiagem e da feitiçaria, como na Libéria ou no Haiti, *la Isla Magica*. Nós queremos incorporar o preto, fraternalmente, à civilização brasileira, para sua grandeza dentro da grandeza do Brasil. Porque nosso afeto não é fingido (BARROSO, 1937, p. 342).

“Os estudos a que procedemos neste capítulo”, conclui Gustavo Barroso, “levaram-nos ao encontro do fio secreto que liga o Judaísmo, a Maçonaria, a Feitiçaria, a Macumba. Chama-se KABALAH.” O

capítulo ao qual ele se refere é intitulado *O Reino Encantado do Diabo*. Trata do grupo de devotos que começou a existir no interior de Pernambuco por volta de 1835 e teve seu fim com uma intervenção policial em 1838. Esperavam, os devotos, a volta de Dom Sebastião e seu “Reino Encantado”. E, na espera, faziam rituais para o desencanto do reino. Pelas notícias que se espalharam na época, havia sacrifício de animais e pessoas, porque as pedras precisavam de sangue. O lugar era conhecido como “Pedra Bonita”.

Com a existência dos movimentos religiosos de Juazeiro e Canudos no final do século XIX, “Pedra Bonita” passaria a ser elencada, juntamente com Juazeiro e Canudos, para caracterizar um espaço específico: a Região Nordeste. Em 1936, o Caldeirão será incluído na listagem de casos que evidenciam uma espécie de endemia: o “Fanático do Nordeste”, que fazia par com o outro lado da moeda, o “Cangaceiro do Nordeste”. Gustavo Barroso é criador e criatura desse imaginário. No primeiro livro, *Terra de sol*, seu pseudônimo era “João do Norte” — o termo Nordeste ainda estava sendo urdido. Na onda aberta por Euclides da Cunha, a palavra-chave era “sertão”. Enquanto Euclides da Cunha, em 1902, divide o livro *Os sertões* em três partes, ou seja, a terra, o homem e a luta, Gustavo Barroso, em 1912, divide *Terra de sol* em cinco: o meio, os animais, o homem, a arte e a lenda. Oscilando entre um sertão que ora é do Norte ora pertence ao Ceará, o homem do sertão que Gustavo Barroso configura é dividido em três tipos: os desaparecidos (passadores de gado); os anormais (cangaceiros e curandeiros) e os normais (sertanejos, fazendeiros e vaqueiros). Ignorância e cruzamentos raciais são as causas das anormalidades, mas, em artigos e livros seguintes, começam a ser sistematizadas com mais vigor crítico em torno dos poderes públicos que não promovem educação e que não sabem conduzir um processo minimamente civilizador (BARROSO, 1962).

6. Outras linhas, também de força

Esses temas, como o fanático e o cangaceiro do Nordeste, a credence e a violência que se enraizavam no “Norte”, faziam parte da escrita de Gustavo Barroso, em pesquisas que ele chamaria de “sociologia” e “folclore”. Além disso, ou exatamente por isso, faziam parte da sua escrita de ficção.

Quando se tratava de vender a obra no âmbito do estudo folclórico, a unidade do livro poderia ser a tese da universalidade. No livro *Através dos folk-lores*, por exemplo, há uma enorme variedade de temas. Os títulos dos capítulos são elucidativos nesse sentido. Por exemplo: “Histórias de papagaios”, “Cabeças Chatas”, “A gratidão das feras”, “Sapos assados”, “A velhice das doenças”, “Alexandre e o Oriente”, “Calendas Gregas”, “São Francisco e os animais”. Como se não bastasse a variedade dos capítulos, há, também, um capítulo que se chama “Variedades”. O que uma coisa tem a ver com a outra é difícil imaginar, porque não seria razoável a reunião de tais miudezas apenas com o argumento da vastidão sem fim de temas possíveis ao pesquisador do folclore (BARROSO, 1927).

No *Através dos folk-lores*, a ansiedade da linguagem lembra, e muito, aquela que se manifestaria em livros como *História secreta do Brasil*. Mas, não é a mesma ansiedade. Para usar uma expressão do personagem Brás Cubas em suas memórias (ASSIS, 2012), a “ideia fixa” é diferente. No *Através dos folk-lores*, a obsessão se realiza no encontro da universalidade. Em certa medida, tudo que ele escutou no Ceará tem alguma origem que está fora do Ceará. Mas qual “fora”? O mundo inteiro, e em todos os tempos. Para ele, nesse caso, nada é tão transparente como essa conclusão, que, segundo seu pioneirismo autoproclamado e autocentrado, muitos folcloristas ainda não viram, por um motivo muito simples: a erudição

que eles não têm, e que ele, Gustavo Barroso, tem e faz questão de mostrar; sem rodeios e, o mais importante, sem destemor.

Nessa lógica, a erudição descobre os segredos mais recônditos. E o grande segredo, nesse caso, é o substrato comum. Especula-se, então, sobre o elo misterioso, porém verificável, que une todos os povos. O que há de sertanejo, nordestino ou brasileiro no meio do senso comum universal é o detalhe, que aparece muito raramente. Interessa-lhe mostrar que o regional não rima com original. O regional é, na melhor das hipóteses, um detalhe mais ou menos diferenciado no grande conjunto da cultura humana. Entre essa respiração controlada da década de 1920 e a asfixia desvairada da década seguinte, quando o integralismo toma conta da vida dele, não há um vínculo mais direto, a não ser o gosto indisfarçável pela revelação que ele enxerga, que, ao enxergar, sente a obrigação de dizer.

Quando se tratou de revelar, na década de 1930, as intenções judaicas, comunistas, capitalistas e maçônicas, tudo o que poderia ser apenas folclore passa a ser a prova da abrangência e da profundidade dessas intenções que não paravam de se mascarar. Enquanto a imprensa de Fortaleza estava preocupada com a possibilidade de um “Novo Caldeirão” no grupo do “Mestre Silvino”, ele vê aí algo que ninguém estava conseguindo perceber. A conexão não era folclórica, nem na sua universalidade e muito menos em seus detalhes brasileiros ou nordestinos. Os folcloristas, mais uma vez, estavam errados. Se, antes, eles erravam pela falta de perspectiva erudita para o uso das devidas comparações, agora estavam errando ainda mais. Estavam todos iludidos pelas conspirações que não paravam de se reproduzir.

Entre as suas obsessões, uma das mais permanentes será o desejo de ser o centro das atenções dizendo que está, apenas, tão

somente, nas margens. Isso ocorreu desde sempre, principalmente quando se se trata de examinar a série de livros que ele publicou de 1912 até sua morte, em 1959, numa média dois livros por ano.

Ao dizer-se “João do Norte”, já em 1912, com a publicação de *Terra de sol*, há um detalhe que não pode ser menosprezado. Não se trata de pseudônimo, mas de um nome a mais, a duplicação fantasmática e carnal do seu próprio nome. O autor continua sendo GUSTAVO BARROSO. O *João do Norte* aparece entre parênteses, emerge como nome que nomeia o nome próprio, à margem. À margem da corte que, para o bem e o mal, continuava sendo o Rio de Janeiro. À margem do presente que negava as tradições. Difícil imaginar alguém que tenha levado tão a sério a auto legitimidade de se pôr no centro através da propaganda em torno das bordas. Bordas ora esquecidas, ora silenciadas, ora transformadas em segredo.

Pouco antes de morrer, ele entregou a Martins Filho, seu amigo e reitor da recém-criada Universidade do Ceará, os manuscritos de um volume que seria seu último livro. Quando observado como indício da sua vida no meio das letras, o título se torna emblemático: *À margem da História do Ceará* (BARROSO, 1962).

Sem assumir as divisões por décadas, mas apenas tomando-as como referências didáticas e simplificadoras, não consigo deixar de cair na tentação de dizer que, a partir da década de 1940, a sua escrita já terá outras obsessões, entre elas a retomada da ideia de revelar os *segredos da História do Brasil*, sem grandes preocupações com a linha que vai amarrar essas revelações, excluindo-se a preocupação de divulgação patriótica, claro. Ficará, então, mais fácil aproximar o seu método do método de Viriato Correa. Mas essa já seria outra “gaveta”, que também valeria a pena examinar. Assim, certamente, seria possível continuar o exercício historiográfico aqui iniciado, no sentido de estudar os modos pelos quais acontecem os usos da

história em linhas e pontos, obviamente, não para compor inventários de autores e obras, mas para compreender a historicidade do funcionamento de cercas identitárias, questionando-as, e indagando em que sentido elas chegam ao tempo presente, ora intactas, ora rearticuladas em projetos declaradamente oficiais ou supostamente alternativos.

Sendo assim, o exercício historiográfico poderia ajudar no sentido de refletir a respeito das aberturas indicadas na ética de Franz Fanon sobre as relações entre passado, presente e futuro, tal como vislumbra a epígrafe escolhida para abrir o texto que agora se encerra: “Não sou prisioneiro da História...” (FANON, 2017, p. 227).

Referências

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

BARROSO, Gustavo. **História secreta do Brasil**. Segunda parte: da abdicação de D. Pedro I à maioria de D. Pedro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

BARROSO, Gustavo. **Através dos folk-lores**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1927.

BARROSO, Gustavo. **Segredos e revelações da História do Brasil**. Segunda edição. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1961.

BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. Natureza e costumes do Norte. Sexta edição. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

CORREA, Viriato. **Alcovas da história:** cantinhos, escaninhos e recessos da vida história no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

CORREA, Viriato. **Gaveta de sapateiro.** Miudezas desarrumadas da História Nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

CORREA, Viriato. **O país do pau de tinta** (Crônicas Históricas da Terra do Pau-Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

CORREA, Viriato. **Baú velho.** Roupas antigas da história brasileira. Terceira edição. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, 1941.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** Lisboa: Letra Livre, 2017.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O massacre do Caldeirão:** história oral do 11 de setembro de 1936. Fortaleza: Escola Livre de História, 2016.



Comemorações municipais: relações entre história, literatura e memória

Eduardo Roberto Jordão Knack

1. Considerações iniciais

Conforme Kraay (2007) indica, os rituais cívicos, entre eles as comemorações, podem contribuir significativamente para compreensão da construção do Estado e da nação e para entender a construção de identidades e de memórias coletivas. São “ritos de poder” utilizados pelas autoridades para legitimar seu domínio. A publicação de obras literárias e históricas por intelectuais em períodos comemorativos é um instrumento mobilizado nessas ritualizações. Essas obras cumprem várias funções, entre elas, aproximar categorias temporais, tornar o passado palpável, estando quase ao alcance das mãos dos sujeitos contemporâneos o que se está celebrando, e/ou vislumbrar o futuro, tornando os ideais, os projetos, utópicos ou técnicos, mais próximos do presente.

Ozouf (1995) reconhece a dupla abertura que uma festividade apresenta, em um movimento que mobiliza tanto a busca pelo passado como a busca pela legitimação de projetos para o futuro. “Não existe festa sem reminiscência; repetição do passado, freqüentemente anual,

a festa traz consigo uma memória que é tentador considerar como tal” (OZOUF, 1995, p. 217). As reminiscências constituem a base sob as quais as comemorações são realizadas, executadas. Sem a reminiscência, sem os rastros (RICOEUR, 2007) do passado, não existe o que comemorar. “Prenúncio do futuro, a festa fornece, por outro lado, como que uma aproximação deste” (OZOUF, 1995, p. 217). Esse jogo, detentor das categorias temporais que uma comemoração implica, também possibilita a observação da manifestação de regimes de historicidade (HARTOG, 2003; 2013), que atribuem significado maior ou menor ao passado, ao futuro ou ao presente, dependendo das elaborações eruditas que estejam organizando os ritos e discursos comemorativos.

Cabe ressaltar que comemorações que encerram um ciclo, como cinquentenários, centenários, bicentenários, não se enquadram na noção de “festa repetitiva” (OZOUF, 1995). Essas festas repetitivas, como aniversários anuais, de indivíduos, municípios ou países, adquirem um sentido pedagógico, que possibilita os sujeitos inserirem suas experiências, sua memória, em um quadro temporal mais amplo por intermédio do calendário. Ricoeur (1997) observa como o tempo do calendário pode assumir o papel de uma espécie de mediador entre o tempo vivido pelos indivíduos e o tempo histórico (da história nacional, por exemplo). A repetição de aniversários municipais e festividades nacionais contribui para os sujeitos se localizarem, se situarem temporalmente em um espectro temporal amplo, a história.

No entanto, as comemorações que encerram ciclos constituem momentos singulares dentro dessa lógica da repetição. A referência a um período de cem anos como algo marcante, para Leduc (1991), data da época de Napoleão na França, que passa a caracterizar a noção temporal “século” como um conjunto de acontecimentos importantes, ou mesmo de um sujeito histórico marcante, que define

o período em questão. Já a ideia de celebrar centenários de grandes acontecimentos data da época de 1878, na França, onde ocorreram as comemorações republicanas do aniversário de cem anos de Voltaire e Rousseau. Essa ideia de comemoração de centenários se solidifica com a celebração da Revolução Francesa em 1889, e, em 1900, a passagem de um século ao outro passa a envolver, de forma mais clara, as noções de “retrospectiva” e “prospectiva” no ambiente do “fin de siècle” (LEDUC, 1991).

O presente trabalho está organizando em quatro itens – as “considerações iniciais”, com esta breve introdução sobre comemoração/centenários; o item “as comemorações do centenário de Passo Fundo”, com a observação do contexto histórico da cidade e do universo comemorativo com todas suas atividades festivas; “o pai da história de Passo Fundo e o centenário: história, memória e literatura”, com uma análise voltada para elucidar as relações entre história, memória e literatura a partir da homenagem prestada ao historiador da cidade, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, observando com atenção uma de suas obras publicadas em 1957 (ano do centenário de emancipação política de Passo Fundo); e as “considerações finais”, com o momento de amarrar algumas questões apontadas nos outros itens.

2. As comemorações do centenário de Passo Fundo

É importante apresentar algumas considerações sobre a história do município, mesmo que breves, para entender como ocorreram as operações de seleção que envolvem a construção da memória da cidade, especialmente durante as comemorações municipais que, como já debatido no item anterior, podem ser entendidas como “formas ritualistas de evocar o passado, tendo em vista criar

representações simbólicas que pudessem funcionar como lições vivas de memorização” (CATROGA, 1998, p. 221). Nas comemorações do centenário municipal, algumas dessas representações foram legitimadas, evocadas como história municipal e regional, o que revela o jogo entre a lembrança e o esquecimento que sempre aparece nesses momentos.

A região onde Passo Fundo está inserida, o planalto médio rio-grandense, já foi chamada de “terra de ninguém” no século XIX (SILVA, BARCELOS, 2009, p. 63), embora tenha sido habitada por populações nativas e por caboclos antes de sua fundação entre 1827-1828, que marca o estabelecimento de uma fazenda pastoril pelo miliciano conhecido como Cabo Neves (MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 22). Os caingangues que demonstraram resistência à ocupação europeia e luso-brasileira foram duramente perseguidos, tanto que termos como “amansamento” e “faxinação” eram usados por lideranças políticas e militares (GOLIN, 2007). Xavier e Oliveira (1990, p. 77), o historiador homenageado como “pai da história” da cidade durante o centenário, descreve os “índios coroados” (caingangues) como uma “calamidade”, “malfeitores sinistros” e “horda de celerados” que acabaram “trucidados sem piedade” por grupos armados em represália à sua resistência frente à ocupação de seu território.

Alguns grupos foram valorizados, transformados em sujeitos da história por uma historiografia regional que se originou na primeira metade do século XX. Grupos como os imigrantes luso-brasileiros, imigrantes alemães e italianos (DIEHL *et. al.*, 2001, p. 84) foram valorizados em detrimento de outros, como indígenas, caboclos e escravos. Passo Fundo contava com 1699 escravos em 1859 (RÜCKERT, 1997, p. 88) em uma população de pouco mais de oito mil pessoas, o que atesta a força e importância desse grupo na

sociedade. Os imigrantes recebem destaque pelas atividades comerciais que desempenhavam na região, e a estrada de ferro, instalada em 1898, é definida como acontecimento central para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade. A passagem do trem proporciona o desenvolvimento da atividade industrial, como as madeireiras, e de atividades agrícolas. A partir de 1950, a agroindústria passa por um processo de capitalização com “a figura do empregador rural, do meeiro/parceiro e do arrendatário” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 107), o que exemplifica um processo de modernização da produção tritícola, que estimula a economia local e o crescimento populacional. Moretto (2007, p. 264) indica que Passo Fundo contava com 288 estabelecimentos industriais na década de 1950; Gosch (2005, p. 81) indica que, entre 1940 e 1950, a população passou de oitenta para mais de cem mil habitantes.

Portanto, quando Passo Fundo adentra a década das comemorações de seu centenário, celebrado em 1957 (data de sua emancipação, em sete de agosto), mas amplamente discutido e debatido pela imprensa e pela sociedade política desde o início de 1950, a agroindústria, especialmente o trigo, constituíam a principal aposta o desenvolvimento econômico local e regional. As comemorações traziam a possibilidade de apresentar e inserir a cidade no panorama nacional como apta para receber investimentos na agroindústria e em outras áreas da economia. As festividades foram, portanto, cruciais para o planejamento econômico e urbano do município. A organização da celebração começou, efetivamente, a partir da criação do Centro de Estudos Pró-Centenário (que viria a se tornar o Instituto Histórico de Passo Fundo).

Os integrantes do Centro transitavam entre o poder político e econômico, além de uma elite letrada local. O papel da imprensa foi crucial para a criação desse grupo, bem como para advogar em defesa

de uma comemoração, cobrando medidas concretas para o planejamento das festividades. Em grande medida, a imprensa contribuiu para criar expectativas em torno dessa celebração, advogando e difundindo um imaginário de “Passo Fundo Capital do Planalto”, alçando o município ao papel de centro da região do planalto médio do Rio Grande do Sul (região geográfica onde está inserida). Além dessa propaganda e da cobrança do poder público, a imprensa também participou da criação do Centro de Estudos, e ajudou a divulgar suas atividades e encontros.

O jornal “O Nacional” (que adotava uma inclinação política pró PTB), que tinha como editor chefe Jorge Cafruni (que, além de jornalista, se dedicou a pesquisar a história da cidade, publicando livros como “Passo Fundo das Missões”, entre outros), era uma das lideranças em prol da organização das comemorações, se tornando também uma das lideranças do Instituto Histórico (KNACK, 2016). O outro periódico do município, o “Diário da Manhã”, embora tivesse uma atuação marcada pela oposição ao PTB, também divulgava o centenário da cidade. A divulgação pela imprensa abordava assuntos como a construção de um parque de exposição, o andamento dos preparativos, investimentos, concursos, entre outras atividades voltadas para o planejamento da festa. Além disso, os dois periódicos também abriam seu espaço para publicação de cartas e poemas sobre os cem anos da cidade:

Passo Fundo centenário,
és grandioso no cenário
desta Terra varonil...
E nas páginas da história
a Fagundes darás glória,
pobre Filho do Brasil;
Capital do Planalto erigida,
és princesa a rainha fadada,

Passo Fundo, Cidade encantada
com o crisma dum século unvida.
E os cem anos, diadema precioso,
te fizeram mais moça, mais bela,
és de vívida luz uma estrêla,
hás de ter um porvir venturoso! (DIÁRIO DA MANHÃ,
03/02/1957, p. 2).

Esse poema é de autoria de Gomercindo dos Reis¹, integrante do Centro de Estudos Pró-Centenário e descendente de um dos personagens que, durante o centenário, adentrou o panteão dos heróis locais, Joaquim Fagundes dos Reis. Catroga (1998, p. 222) observa que as comemorações têm o potencial de ressuscitar o passado “silenciando o facto de sua evocação assentar numa seleção através da qual o presente paga aos defuntos ilustres a sua dívida de reconhecimento.” O Instituto Histórico se encarregou dessas seleções. Joaquim Fagundes dos Reis foi considerado o responsável pela emancipação política do município, e, portanto, foram realizados estudos sobre o local de seu sepultamento e sobre a construção de um busto em sua homenagem a partir de uma fotografia.

O Centro de Estudos Pró-Centenário, que originou o Instituto Histórico, contou com a participação dos integrantes do poder político local (na época, a prefeitura era do PTB), com prefeito e vice participando; também integraram o Centro vereadores, advogados, médicos, juízes, fotógrafos, professores, entre outros grupos. Em 1954, já era divulgada a formação do Instituto Histórico, assim como seus objetivos e metas. Nesse sentido, cabe destacar a proximidade

1 Escritor que publicou duas obras em homenagem ao centenário de Passo Fundo, nascido em 1898, no mesmo município. Trabalhou no comércio nos municípios Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Santa Maria e Porto Alegre. Na capital do estado, estudou dois anos em um curso comercial que funcionava no Clube Caixeral. Em Porto Alegre, começou a estudar e dedicar-se a poesia, publicando versos em diferentes jornais. Em 1922 participou ativamente da campanha de Francisco de Assis Brasil em comícios e reuniões e políticas. Terminada a revolução de 1923, não permaneceu em Porto Alegre e retornou à Passo Fundo, fundando o Birô Reis em 1931, escritório de corretagem que dirigiu por mais de trinta anos. Foi membro do Grêmio de Letras, do Instituto Histórico de Passo Fundo e assíduo colaborador do C.T.G Lálau Miranda. Faleceu em 1965 com 67 anos. Informações retiradas de: NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995.

entre a organização da história, as seleções operadas na memória e os interesses políticos e econômicos da cidade.

As finalidades do Instituto Histórico de Passo Fundo são claras e elevadas: coletar, metodizar, publicar ou arquivar os documentos históricos, geográficos e etnográficos do município e da região; incentivar os estudos históricos, estudar as relações da história com as ciências: psicológica, sociológica, moral, política, etc., e cultuar os grandes vultos nacionais. E, ainda, publicar obras históricas sobre o município de Passo Fundo, para serem lançadas por ocasião das comemorações do 1º centenário desta comuna. A fundação do Instituto Histórico de Passo Fundo teve início com a campanha levada a efeito por este vespertino que, assim, se orgulha de haver contribuindo, grandemente, para o maior progresso intelectual do nosso povo (O NACIONAL, 22/04/1954, p. 3).

O Instituto Histórico assumiu, portanto, o papel de organização das comemorações do centenário, o que implicava essa volta ao passado para consolidar as bases do que e de quem deveriam ser celebrados. Além de estabelecer essas relações entre história, literatura e memória, o instituto também participou da organização de diversas atividades que orbitaram as comemorações, pois, como pontuado anteriormente, seus membros transitavam por diferentes circuitos do município. Tais atividades consistiam em bailes, comícios, cultos, concursos, festividades e desfiles, que mobilizaram os munícipes em 1957. Uma das atividades que envolveu grande parte da sociedade foi a escolha da Rainha do Centenário. Cada uma das candidatas representava um clube social de Passo Fundo ou algum tipo de associação. As candidatas participaram de bailes, desfiles, proferiram discursos na imprensa e em eventos e foram entrevistadas e avaliadas por uma comissão que envolvia vários tipos de profissionais, jornalistas, políticos, professores (muitos dos quais participavam de alguma forma das organizações das atividades do centenário).

Um dos destaques foi a realização da Exposição Agro-Industrial e VII Festa Nacional do Trigo. O trigo era a principal aposta para o desenvolvimento econômico regional. Para a organização da festa e das exposições, foram construídos pavilhões (indústria, agricultura, cultura) para os expositores industriais, para o comércio e para mostras da cultura local. Essa era uma oportunidade em que a cidade deveria mostrar seu potencial progressista, pois, entre os visitantes, estavam figuras como o então vice-presidente João Goulart e o governador do Estado na época, Mario Menegethi, além de deputados estaduais e nacionais, jornalistas e agricultores. A elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, um ponto debatido desde 1953, foi entendida como crucial para apresentar um projeto de cidade apto a receber investimentos. A definição desse plano, discutido durante quatro anos, ocorreu em função das proximidades do ano do centenário.

3. O “pai da história” de Passo Fundo e o centenário: história, memória e literatura

Francisco Antonino Xavier e Oliveira, historiador passo-fundense homenageado durante as comemorações do centenário, nasceu em 1876 em Passo Fundo, trabalhou no comércio e exerceu diversas atividades na vida política local, como escrevente do Conselho Municipal em 1896, promotor interino da Comarca em 1899, escrivão do recenseamento federal em 1900, secretário municipal em 1901, juiz distrital em 1909, vice-intendente municipal, entre 1911-1912 na gestão de Gervásio Lucas Annes (liderança do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade) - quando fundou o Hospital da Caridade -, secretário da intendência novamente na gestão de Nicolau Araújo Vergueiro, entre 1923 e 1924, juiz municipal novamente em 1925, prefeito nomeado pelo governador do

estado em 1945, permanecendo no cargo até 1946, e como advogado até 1950, quando se aposentou. Sua atuação se estendeu a outros municípios, como membro de uma sindicância no município de Cruzeiro e responsável pela organização da contabilidade do município de Chapecó em 1932. Entre as atividades culturais, elaborou o primeiro mapa geográfico do município, foi professor municipal, redator e colaborador de diversos jornais, como *O Gaúcho*, *A Voz da Serra*, *O Nacional* e *O Exelcior*, além de ter sido diretor do primeiro órgão espírita de Passo Fundo, fundado em 1948. Também foi membro do Clube Político Pinheiro Machado (de orientação republicana), do Grêmio de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo. Dedicou-se à pesquisa e à escrita da história municipal, publicando várias obras ao longo dos anos, sendo seu primeiro livro de 1908, *Annaes do Município de Passo Fundo*. Faleceu em 1959 com 83 anos de idade (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995). O Jornal *O Nacional* elogiava o historiador em 1954:

A todos, apresenta como exemplo a figura venerada do grande passofundense sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, pelos seus trabalhos exaustivos e dignificantes, voltados para a sua terra natal, cujo passado traçou em obras imortais que constituirão a base e fundamento dos demais trabalhos que serão levados a efeito (O NACIONAL, 14/04/1954, p. 1).

A escolha de Xavier e Oliveira como cidadão homenageado no centenário não foi abrupta; foi uma escolha consensual, gerada desde a fundação do Instituto Histórico de Passo Fundo. Sua homenagem também não se deve apenas ao fato de ter sido pioneiro na história local, mas também ao seu trabalho e atuação política no município, conforme exposto na breve biografia descrita acima. A seleção dos “grandes homens” durante as comemorações, no entanto, não é voltada apenas ao passado. O olhar dos contemporâneos não se volta apenas para trás, mas também para frente, para o futuro:

Na obra do ‘grande homem’, é a história que se revela, pelo que a aferição da sua magnitude pertencerá a posteridade, quer dizer, ao momento do futuro de que ele mesmo terá sido o primeiro dos precursores (CATROGA, 1998, p. 221).

De acordo com o Livro de Atas do Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, o trabalho de organizar o passado municipal deveria render uma homenagem ao historiador para iluminar as gerações futuras.

Passo Fundo, no limiar de seu primeiro centenário, não possui ainda um centro de estudos históricos, com a finalidade de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes ao seu passado, que tanto proveito traria ao conhecimento das nossas coisas, para utilização não apenas dos contemporâneos, como igualmente das gerações futuras (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p. 1).

O Centro de Estudos Pró-Centenário (futuro Instituto Histórico) atribui a organização do passado ao historiador: “[...] esse trabalho árduo de pesquisas, anos após anos; esse trabalho de ordenação, selecção e laboração e divulgação esteve, até aqui, a cargo de um único homem” (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p. 2), Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Esse “venerado” cidadão, de acordo com o Livro de Atas, se dedicou a pesquisar o passado e a publicar obras de história sobre o município, entendidas como pilares por sistematizar informações sobre a ocupação do território até aquele momento. Essa seria a razão “pela qual podemos, com justiça, considerá-lo Pai da História Passofundense” (LIVRO DE ATAS, ATA, nº1, 1954, p. 1). O grande homem, desde o século XIX, era identificado com a própria história nacional, no caso em questão com a história municipal (cabe ressaltar que o patriotismo inspira essas duas escalas da história). “Acreditava-se que suas vidas

tenham algo a ensinar à humanidade” (GONTIJO, 2011, p. 98). Os livros que o pai da história da cidade publicou em 1957, entendidos pelos seus contemporâneos como um legado para o futuro, foram divulgados pela imprensa:

LIVROS SOBRE A HISTÓRIA DE PASSO FUNDO de autoria de Francisco Antonino Xavier e Oliveira: O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO, estudando o território, a população e a organização política da terra passofundense. Cr\$ 15,00 o volume. O ELEMENTO ESTRANGEIRO NO POVOAMENTO DE PASSO FUNDO, apontando e descrevendo, um a um, os estrangeiros que, até a chegada da Estrada de Ferro, vieram trazer o seu concurso à edificação do progresso do Município. Cr\$ 15,00 o volume. PASSO FUNDO NA VIAÇÃO NACIONAL, em que é descrito o desdobramento das vias de comunicação do Município, encarado nos seguintes capítulos: Estradas Históricas uma velha aspiração de Passo Fundo, Ainda a Estrada de Porto Alegre, A exploração do Sertão do Uruguai, Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Passo Fundo no Plano rodoviário do Estado, Do Goioen, Aviação, correio, Telefone e A Carreta. Cr\$ 30,00 o volume. REMEMORAÇÕES DO NOSSO PASSADO, em que aparecem o papel de Passo Fundo e se descreve a campanha abolicionista, o desdobramento da política republicana, o estado em que se achava Passo Fundo em 1888, o serviço judiciário, a colonização do Município e finalmente a história do trigo em Passo Fundo. Cr\$ 20,00 o volume (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/05/1957, p. 2).

Essas obras foram financiadas pela Prefeitura Municipal e pelo Instituto Histórico de Passo Fundo. Para abordar os intercâmbios entre história, memória e literatura, a obra *Rememorações do Nosso Passado* será objeto de análise no presente trabalho. Esse pequeno

livro é uma publicação de 56 páginas, com capítulos sobre variados temas, como: Passo Fundo na Abolição; A República em Passo Fundo; Passo Fundo de 1888; Serviço Judiciário; A Colonização do Município; O Trigo em Passo Fundo. De forma geral, os capítulos abordam uma história da cidade em que uma elite política e econômica figura como sujeito central, excluindo outros grupos (escravos, caboclos, indígenas) de suas páginas.

Essa seleção operada por Xavier e Oliveira não era uma particularidade do autor. Como um historiador que começou a escrever no início do século XX, sua formação esteve limitada ao circuito historiográfico existente no Rio Grande do Sul naquele contexto. Partindo da definição de Certeau (2011) sobre a operação historiográfica, entendida como uma relação entre um lugar de produção (a posição social, econômica, política que ocupa o autor e as instituições das quais faz parte), uma instituição que legitima a produção histórica (no caso, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, criado em 1920, que publicava uma revista, na qual o pai da história passo-fundense tinha um artigo publicado) e uma escrita, podemos entender que essa seleção era uma característica da historiografia regional durante a primeira metade do século XX. No caso da abolição da escravidão, por exemplo, o olhar do historiador incide sobre os homens brancos que atuaram para libertação dos escravos, ignorando completamente as lutas e resistências dos próprios sujeitos escravizados.

“Melhor que palavras, porém, falam os dentro da necrópole que é o passado, incitando o dia de hoje a análogos gestos e atitudes, os factos que entram a ser lembrados” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957, p. 9). Assumindo sua visão nostálgica da história, compreendendo o passado como uma “necrópole” que guarda os fatos a serem lembrados no presente, o historiador inicia sua narrativa

sobre o movimento abolicionista passo-fundense. Dessa forma, são listados os sujeitos e os acontecimentos que livraram a cidade da escravidão, na visão do autor. O historiador, nesse caso, opera uma seleção de sujeitos, acontecimentos e lugares que devem constituir essa necrópole que é a história municipal.

O capítulo *A República em Passo Fundo* também contribui para a construção de um passado comum ao município, com seus próprios personagens e acontecimentos, vinculado à história do estado e do país, mas com suas particularidades que o tornam singular e que lhe conferem uma identidade própria na região. Sua publicação em 1957 também contribui para apresentar ao público o civismo de Passo Fundo, expresso na sua participação nesse evento político. Além disso, nesse capítulo, Xavier e Oliveira deixa claro que sua narração é baseada nas suas pesquisas, mas também na sua experiência como morador do município:

Por duas razões estaria eu a isso obrigado moralmente, sendo a primeira a de que, pesquisador antigo da história da circunscrição e não podendo, como tal, ter sido indiferente a assunto de tanta importância, como esse, a mim, mais que qualquer outro conterrâneo, caberia desenvolvê-lo em tão oportuna ocasião; mesmo porque – segunda razão – aqui morando desde 13 de Outubro de 1888, de certo que, embora menino ao tempo, deveria ter acompanhado a vida local e, neste caso, ser testemunha de algo do grande tema no período entre tal data e o momento em que vitoriosa, a República entregaria os destinos de Passo Fundo ao Partido propugnado a Monarquia (XAVIER E OLIVEIRA, 1957, p. 17).

Não é apenas um historiador que apresenta suas considerações a partir da leitura de documentos e de fontes que servem como conectores (RICOEUR, 1997) com o passado. Xavier e Oliveira não está apenas inserindo o município e seus habitantes, a partir de

determinados sujeitos e acontecimentos, em um calendário cívico amplo que abrange o país inteiro, mas está se colocando como testemunha desse passado. Isso possibilita legitimar, na sua escrita, uma representância histórica não apenas pela pesquisa, mas pela ocularidade – ele pode dizer “eu estava lá”, “eu vi”, mesmo que fosse apenas um menino durante a proclamação da república, como o autor mesmo adverte. Isso ao mesmo tempo o coloca no panteão das grandes personalidades do município, pois suas observações o entrelaçam com os personagens da história, como o “patriarca” Joaquim Fagundes dos Reis (considerado o responsável pela emancipação de Passo Fundo).

O capítulo *Passo Fundo de 1888* é caracterizado por uma nostalgia direcionada a um tempo em que ele viveu, quando suas lembranças se corporificam e autorizam suas reflexões sobre a modernidade que invadiu e transformou sua casa – a própria cidade é confundida como a casa do historiador, pois a intimidade da narrativa demonstra uma expansão, ou uma fusão, de sua vida com o lugar. A partir de uma descrição dos limites urbanos, das ruas e edificações que existiam em 1888, sua memória se engaja em uma *anamnese* (RICOEUR, 2007), uma busca que traz à tona lembranças, rememorações que passam a circular nas comemorações do centenário em 1957. O capítulo é finalizado com as seguintes palavras:

Era, pois, bem diferente de hoje, Passo Fundo de 1888. Descrevendo-o, talvez minha memória claudicasse nalgum ponto. Si isso aconteceu, resta que os contemporâneos o corrijam. Será serviço prestado à história da terra, que deve ter o nosso culto porque nela é que estão as nossas origens, talhadas pelas gerações que no seu espaço mergulharam no sono misterioso da morte (XAVIER E OLIVEIRA, 1957, p. 36).

Esse conjunto de imagens - a terra, a morte, o sono - estão impregnadas por diferentes temporalidades que emergem em 1957. No momento em que aparecem, a experiência temporal que marcava o regime de historicidade (HARTOG, 2013) tinha um caráter progressista e de aceleração do tempo que se desencontram dessas imagens literárias, as quais reforçam um caráter nostálgico da narrativa do historiador. Ao longo do capítulo, Xavier e Oliveira fala nos costumes perdidos pelo avanço da modernização, como a oferta de hospedagem aos visitantes que passavam, comenta sobre antigas edificações, como a primeira capela erguida na cidade. Seu olhar é praticamente absorvido pelo passado. O presente e o futuro aparecem apenas para necessária correção de possíveis erros cometidos pelo autor, ou então pelo reconhecimento da necessidade de deixar um legado, como um ato de amor e civismo pela terra.

No entanto, não existe uma crítica ao presente, ao progresso (como ator político, muitas das transformações narradas pelo historiador foram resultado de suas próprias ações), apenas a saudade das gerações passadas, de uma “luta” (romantizada) para tornar sua “terra” um lugar melhor e de antigas sociabilidades, carregadas de solidariedade, que não mais existiam. Seguindo os passos de Bachelard, é possível entender essa observação de Xavier e Oliveira como uma espécie de “maravilhamento” com uma imagem literária, poética:

Esse adorno, em seu elemento decisivo, não deve ser uma sobrecarga de belezas múltiplas: um maravilhamento pode, ao depois, tornar-se prolixo. No momento, porém, em que vive o seu espanto, o ser maravilhado faz abstração de todo um universo em proveito de um traço de fogo, de um movimento que canta (BACHELARD, 2001, p. 66).

Qual seria o elemento decisivo, a “beleza primeira” desse espanto, desse “maravilhamento” contido na observação do passado? O

próprio passado, o “antigo”, maravilha Xavier e Oliveira. As gerações que penetraram no “sono misterioso” da morte, que passaram para o passado, e que, portanto, entraram para a história, passam a conectar os vivos com esse mistério. Mas o espanto, o maravilhamento, reside no passado em si, esse é o elemento primeiro. A morte transmuta os homens do presente em sujeitos do passado; de certa forma, os homens não morrem, passam para as páginas da história suas experiências narradas pelos guardiões da memória e da história do município e tornam-se exemplo para o presente. A imaginação é essencial nesse momento da escrita, tanto para o autor, como para o leitor. É por meio dessa faculdade que Xavier e Oliveira, articulando suas memórias com a história, expressa, no momento da escrita, sua percepção nostálgica do passado, figurada na analogia entre o sono e a morte. “A frase é uma ação, ou melhor, um modo de agir. A imaginação dinâmica é precisamente o museu dos comportamentos” (BACHELARD, 2001, p. 61-62). A nostalgia pode ser entendida como uma espécie de comportamento em relação ao passado. A imaginação coloca esse comportamento em ação por meio das palavras empregadas pelo autor.

4. Considerações finais

A homenagem prestada ao pai da história passo-fundense em sua vida e obra, marcada pela publicação de quatro livros sobre a história do município e região, é um indicativo da flexibilização das fronteiras entre história e memória. Halbwachs (2006) estabelece uma distinção entre história e memória, entre história vivida e história escrita, colocando essas duas formas de se relacionar com o passado em lados opostos. A memória seria orgânica, viva, dinâmica, tal como as relações entre os grupos sociais, enquanto a história seria objetiva, crítica. “A história parece um cemitério em que o espaço é

medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas” (HALBWACHS, 2006, p. 74).

Essa distinção, retomada por Nora (1993), que ergue um muro intransponível entre história e memória deve ser flexibilizada. Catroga (2001, p. 40) observa que algumas características típicas da memória, como “seleção, finalismo, presentismo, verosimilhança, representação também se encontram no trabalho historiográfico”, ou seja, a pretensa objetividade do olhar do historiador é, no mínimo, utópica, bem como é ilusória a concepção da história como um cemitério, ao pretender que os acontecimentos permaneçam estáticos em suas sepulturas. Com frequência, eles ressuscitam de suas tumbas para perturbar os vivos, e as datas comemorativas são oportunidades para isso, aflorando (re)interpretações do passado, debates e disputas. Assumir que existem semelhanças entre a história e a memória não significa reduzir uma à outra, ou mesmo afirmar que as formas de filiação e narração são as mesmas nessas duas dimensões (CATROGA, 2009, p. 35). Ao invés disso, investigar comemorações permite observar uma promiscuidade existente entre ambas.

Tanto a homenagem prestada ao pai da história, quanto as suas obras publicadas em 1957, exemplificam a diluição das fronteiras entre memória e história, bem como uma diluição das fronteiras entre literatura e história a partir das “ficcionalizações da história” (RICOEUR, 1997) empreendidas pelo historiador. O próprio autor reconhece que sua memória é material que fornece uma base empírica para sua narrativa histórica, ou seja, sua memória é transformada em história, sem que isso afete sua posição como historiador naquele contexto. Seus pares, os intelectuais, os jornalistas e os professores que participavam do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e do Rio Grande do Sul (IHGRS), reconheciam sua obra. Portanto, o conhecimento da história tem, na memória do autor, de seu grupo e

de sua família, uma das bases para conhecer o passado da cidade. O uso de imagens poéticas, conforme definidas por Bachelard (2001), adentram o uso da imaginação, da ficção, para alcançar o leitor pela emoção (são obras que estão embebidas em um espírito comemorativo, cívico), transpondo também qualquer fronteira rígida entre história e literatura.

Referências

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação do movimento. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. *In*: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. **História da história em Portugal sécs. XIX-XX**: volume II da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DIÁRIO DA MANHÃ, 03/02/1957 (Arquivo do jornal Diário da Manhã).

DIÁRIO DA MANHÃ, 19/05/1957 (Arquivo do jornal Diário da Manhã).

DIEHL, Astor Antônio; DALBOSCO, Vera Lúcia; KUJAWA, Henrique. **Visões de história do planalto rio-grandense (1980-1995)**. Passo Fundo: UPE, 2001.

GOLIN, Tau. Passo Fundo do território caingangue. *In*: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GONTIJO, Rebeca. Comemorando Capistrano de Abreu (1953-2003): nacionalismo, memória e legado intelectual. *In*: RAMOS, Francisco Régis Lopes; FILHO, Antonio Luiz Macêdo e Silva (Orgs.). **Cultura e memória: os Usos do Passado**. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural-UFC/ Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. *Evolução urbana de Passo Fundo*. *In*: WICKERT, Ana Paula (Org.). **Arquitetura e urbanismo em debate**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *In*: **Revista de História**. São Paulo, n. 148, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas** (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2016.

KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. **Topoi**, v. 8, n. 14, 2007.

LEDUC, Jean. **Les historiens et le temps Conceptions, problématiques, écritures**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

LIVRO DE ATAS, ATA nº1. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954 (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita P. **Passo Fundo**: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MORETTO, Cleide Fátima. **A história econômica do município de Passo Fundo**: evidências à luz do seu desenvolvimento socioeconômico. *In*: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. **Vultos da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

O NACIONAL, 14/04/1954 (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

O NACIONAL, 22/04/1954 (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo 3). Campinas: Papyrus, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SILVA, Adriana Fraga; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A “Terra de Ninguém” índios e bugres nos campos de cima da serra. *In*: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (dir.). **Povos Indígenas**. v. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socio-econômico de Passo Fundo (1900-1960). 2.ed. Passo Fundo: UPE, 2005.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. **Rememorações do nosso passado**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. **Annaes do município de Passo Fundo Aspecto Histórico**. v. II. Passo Fundo: UPE, 1990.



A Reforma Psiquiátrica e a Atuação dos Parlamentares Cearenses: uma introdução ao tema

Cláudia Freitas de Oliveira

1. Aspectos introdutórios sobre a desinstitucionalização da loucura

Data do período imperial o surgimento de discursos e de práticas acerca da loucura como objeto institucionalizado no Brasil, através da forte atuação de segmentos sociais e políticos, como médicos e funcionários estatais, enquanto autoridades competentes sobre a nomeação e o tratamento dos indivíduos considerados loucos. Nesse sentido, em 1850, foi erguida a primeira estrutura institucionalizada para a loucura, com a fundação do Hospício D. Pedro II. Com o advento da República, o poder do médico e o seu alinhamento com o estado não sofreram rupturas na maneira de conceber e tratar a loucura; ao contrário, os psiquiatras ampliaram seu prestígio político e sua atuação intervencionista na sociedade, resguardada pelo aparato legal. Somente a partir da segunda metade do século XX, novas reflexões e abordagens quanto às noções acerca da loucura e da saúde mental foram postas, de maneira veemente

e organizada, como questão social, não apenas por parte de profissionais diretamente vinculados à área da saúde, mas por outros segmentos sociais, como sociólogos e filósofos.

Nesse novo momento histórico, observa-se um processo de desinstitucionalização da loucura, quando grandes paradigmas construídos pela sociedade ocidental moderna passaram a ser contundentemente criticados. Uma ampla bibliografia – composta por autores estrangeiros de diversas áreas do conhecimento, como sociologia, filosofia, psicologia e psiquiatria – debruçou-se, sobretudo a partir dos anos de 1960, sobre a construção de saberes e experiências em torno da relação entre médicos, Estado e os ditos loucos e formulou propostas alternativas ou substitutivas ao modelo psiquiátrico hospitalocêntrico (CASTEL, 1978; GOFFMAN, 1988; FOUCAULT, 1972; BASAGLIA, 1979; LAING, 1974; SZASZ, 1974).

Muitas das análises construídas por pesquisadores europeus e estadunidenses adentraram-se em solo brasileiro, foram ressignificadas à luz das especificidades locais e desdobraram-se em debates acadêmicos e em movimentos sociopolíticos, conhecidos como Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial. O processo de desinstitucionalização da loucura no Brasil é temática largamente discutida por bibliografia tanto contemporânea como posterior aos eventos iniciados nos anos de 1970 (AMARANTE, 1995; BIRMAN, 1978; DALGALARRONDO, 1996; TUNDIS, 1997; YASUI, 2006).

As atuações de diversos segmentos sociais em defesa da reforma psiquiátrica se deram sob diferentes estratégias, seja através da publicização das denúncias sobre os maus tratos sofridos pelos pacientes institucionalizados em matérias de jornais, seja através da realização de documentários, ou ainda através da organização de eventos científicos, acadêmicos e políticos com a participação de personalidades

estrangeiras que, já em sua época, tornavam-se referências na construção de novos paradigmas acerca da assistência psiquiátrica.

De início, pontual e localizado, o movimento da reforma psiquiátrica, gradativamente, foi firmando-se no Brasil a partir da década de 1970. Sua gênese ocorre através da articulação com outro movimento social, o da Reforma Sanitária, protagonizado por importantes entidades e coletivos, como o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) e os movimentos estudantil e de médicos residentes, cuja pauta principal foi a categórica defesa da saúde como direito universal, inalienável e de qualidade. Em uma conjuntura de abertura política democrática, a sociedade civil mobilizava-se em amplas frentes de atuação, denunciando o expressivo aumento dos bolsões de miséria e os graves problemas enfrentados pela população pobre no que tange ao acesso a serviços básicos, entre os quais, a saúde e a saúde mental.

O movimento da reforma sanitária, pautado na concepção de uma saúde coletiva e solidária, possuía dimensão democrática, participativa e epistemológica, alinhada ao pensamento pós-abissal da ecologia dos saberes, o qual reconhecia a pluralidade de conhecimentos, entre eles, os populares e tradicionais, e defendia a construção de novo projeto político de saúde contra hegemônico à lógica neoliberal de sua mercantilização (SOUTO, 2016).

O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), responsável pelas políticas públicas nas áreas da saúde e previdência, era, segundo a médica e socióloga Sarah Escorel, institucionalmente, dominado pelos interesses empresariais que lucravam com o aumento das internações hospitalares em geral; muitas das quais questionadas pelo próprio órgão federal: “Em 1978, o presidente do INPS reconheceu a existência de seiscentas mil internações desnecessárias” (ESCOREL, 199, p. 56). No que tange à assistência psiquiátrica,

estimava-se a existência de mais de sete mil internados sem cama, isto é, os chamados *leito-chão* (PAULIN e TURATO, 2004, p. 250).

Nos anos de 1970, a situação da assistência psiquiátrica no Brasil apresentava-se com intensa gravidade social. A socióloga Diva Moreira expôs nove funções do hospital psiquiátrico¹, das quais uma delas “beneficiária”, paradoxalmente, a população em situação de profunda miséria na medida em que as internações voluntárias eram vistas como forma de obtenção de abrigo, alimentação e benefícios da previdência social, como auxílio-doença e aposentadoria. Ou seja, as internações psiquiátricas também poderiam ser vistas como uma estratégia de sobrevivência e de aumento na renda da população de extrema pobreza. Assim, em dadas situações, a vida em sociedade era lida como pior da existente nos manicômios.

Falar que o hospital pode ser alvo das preferências de pacientes de classe baixa pode ser chocante para as classes mais elevadas [...] Ora por piores que sejam as condições internas de um hospital psiquiátrico, sempre há faixas de população que se encontram em situações de vida mais degradantes e para as quais as condições oferecidas pelo Hospital-Colônia de Barbacena, por exemplo, são superiores, conforme admitiu um administrador desse hospital (MOREIRA, 1983, p. 53).

Outra função do hospital, apresentada pela autora, era sua atuação como *máquina de ganhar dinheiro*, apesar dos donos das empresas particulares afirmarem o contrário, alegando que tinham muitos gastos e recebiam poucos recursos públicos, inclusive quanto ao valor das diárias das internações (MOREIRA, 1983, p. 101). Contudo, a maneira encontrada pelos hospitais psiquiátricos particulares para resolverem o problema alegado sobre os altos custos e baixos lucros era aumentar o tempo da permanência dos internos nos

1 A autora analisa os hospitais brasileiros, como um todo, mas, em alguns trechos, dá ênfase aos de Minas Gerais.

estabelecimentos. Com bases nos números oficiais do Ministério da Saúde, o tempo de internação dos hospitais particulares conveniados era superior ao dos públicos.

Quando as denúncias de internações desnecessárias e abusivas se intensificaram, com o objetivo de evitarem punições em decorrência da fiscalização realizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), criado em 1977, os hospitais privados criaram novas estratégias para a manutenção do paciente em suas dependências, ao estimularem o círculo vicioso de internação e reinternação. Desta maneira, o paciente recebia alta, mas o médico orientava a família sobre a necessidade de reinterná-lo, como forma de dar continuidade ao tratamento. Outra estratégia utilizada pelos estabelecimentos era promover a rotatividade das internações “por toda a rede hospitalar”, ou seja, o paciente recebia alta, mas o hospital providenciava guia para interná-lo em outra instituição psiquiátrica (MOREIRA, 1983, p. 107). Essas são apenas algumas das inúmeras formas de burlas e irregularidades cometidas pelos hospitais psiquiátricos em suas “redes de relações”, denunciadas pelos profissionais da saúde mental.

Segundo o pesquisador Heitor Resende, o governo civil-militar representou um *marco divisor* na política de assistência ao doente mental, anteriormente voltada, sobretudo, para o indigente. Após 1964, instituiu-se uma extensão de cobertura psiquiátrica para a classe trabalhadora e seus dependentes. Assim, enquanto os hospitais estatais tinham como público-alvo os indivíduos sem vínculo algum com a previdência social, o governo investiu na contratação de leitos aos trabalhadores formais, em hospitais privados, seguindo sua *notória ideologia privativista*. Para Resende, os anos de 1965 a 1970 foram marcados pelo:

fenômeno do afluxo maciço de doentes para os hospitais da rede privada; neste período, enquanto a população internada no hospital público permaneceu estável, a clientela das instituições conveniadas saltou de 14.000 em 1965 para 30.000 ao final do período. O movimento de internações seguiu a mesma tendência, pendendo a balança francamente para o lado da empresa hospitalar, que em 65 internou 35.000 pessoas e em 70, 90.000 (RESENDE, 1997, p. 61).

No ano de 1978, surgiu o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, ligado ao Movimento da Reforma Sanitária. O MTSM foi composto por diferentes atores sociais, como: profissionais da área da saúde, professores e estudantes universitários e organizações comunitárias que atuaram em diferentes frentes, dentre as quais a organização do I Congresso em Saúde Mental, em São Paulo (AMARANTE, 2018, p. 2068).

Em fins dos anos de 1980, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental teve expressiva atuação política através da mobilização na elaboração de novas leis contra a lógica hospitalocêntrica. Durante a década de 1990, o Movimento da Luta Antimanicomial organizou-se de forma mais sistemática com a realização de encontros nacionais com regularidade bianual, a começar em 1993, quando se evidenciou a crescente participação de familiares e usuários de serviços da saúde mental, alguns pacientes egressos de manicômios.

Um dos momentos mais importantes na luta pela reforma psiquiátrica ocorreu em fins dos anos de 1980, quando, após significativa mobilização do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental, o debate contra os manicômios entrou na esfera parlamentar através da apresentação do projeto de lei n. 3.657, elaborado pelo deputado Paulo Delgado, na câmara dos deputados, *“cuja ementa estabelecia a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória”*.

Se a proposição do projeto de lei representou uma conquista dos movimentos sociais, por sua vez, a oposição à luta antimanicomial também entrou em cena contra a desospitalização psiquiátrica.

Um primeiro ator contrário ao projeto de lei Paulo Delgado a ser destacado foi a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), criada durante nos anos de 1970 e que, nos anos de 1980, estabeleceu *um clima de confronto político* em relação às propostas do MTSM, atuando, sobretudo, para os temas da *psiquiatria biológica e psicofarmacológica* (AMARANTE, 1995, p. 109). Outra entidade opositora ao projeto de lei n. 3.657 foi a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), criada em 1966, que representava do setor privado de prestação de serviços em psiquiatria.

Após o golpe de 1964, a Federação Brasileira de Hospitais “se consolida no processo de maciça privatização da assistência previdenciária, quando o Estado deixa de investir na construção-quantificação de uma rede própria, para comprar serviços privados para a prestação de assistência aos previdenciários”. Segundo o pesquisador Paulo Amarante, a psiquiatria tornou-se uma área muito atrativa para o setor privado, pois os empresários consideravam que seus serviços eram de *fácil montagem, sem necessidade de tecnologia sofisticada ou de pessoal qualificado* (AMARANTE, 1995, p. 111).

A Federação Brasileira de Hospitais participou ativamente dos debates realizados no congresso nacional durante a tramitação do projeto de lei Paulo Delgado, ao fazer constantes pressões e ao defender seus interesses, como a manutenção de seus contratos e o aumento das tabelas de pagamentos (AMARANTE, 1995, p. 114).

Na câmara dos deputados, o projeto de lei foi ao plenário a primeira vez em 12 de setembro de 1989, em caráter de urgência, em *razão de matéria relevante e inadiável interesse nacional*, após forte mobilização do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental

(MARTINS, 2017, p. 152). A despeito disso, o projeto ficou um ano em discussão na câmara e sua ementa original, que *dispunha sobre a extinção progressiva dos manicômios, sua substituição por outros recursos assistenciais e a regulamentação da internação psiquiátrica compulsória*, foi modificada.

Um ano após 1990, quando o projeto, com emendas, foi aprovado na câmara e seguiu para o Senado, a Federação Brasileira de Hospitais elaborou um abaixo-assinado contra as medidas antimanicomiais, obtendo vários adiamentos de votação (MAIA e FERNANDES, 2002). No Senado, o lobby contra as medidas antimanicomiais foi mais intenso, com várias discussões e alterações do texto original. Em 1995, na comissão de assuntos sociais do Senado, o **projeto de lei de Paulo Delgado foi rejeitado e um substitutivo apresentado pelo senador Lucídio Portela foi** aprovado.

Entre rejeições, emendas e mais rejeições, após mais de uma década tramitando no congresso nacional, a lei Paulo Delgado finalmente foi aprovada, em abril de 2001, bastante diferenciada de suas propostas originais. Contudo, até lá, outros projetos de lei estaduais e municipais, portarias e medidas parlamentares foram aprovados com o objetivo de destinação de recursos e financiamento, através do SUS, aos procedimentos assistenciais e ambulatoriais (SANTO, 2016, p. 455).

2. O parlamento e a Reforma psiquiátrica: a atuação dos parlamentares cearenses

No Ceará, no que tange à construção da reforma psiquiátrica, em fins dos anos de 1980 e 1990, vários foram os atores que protagonizaram ações coletivas e denunciaram as violações de direitos humanos sofridas por homens e mulheres internos nos hospitais

psiquiátricos, como: profissionais da área da saúde mental, familiares, usuários, pesquisadores, professores universitários e segmentos diversos da sociedade civil (FRISSE, 2007; MONTEIRO, 2015; PONTES, 1995). Contudo, para efeito desse artigo, objetiva-se analisar como se posicionaram os parlamentares cearenses no que tange à elaboração de projetos de lei sobre a reforma psiquiátrica nos debates travados tanto em nível federal como estadual.

Os parlamentares federais representantes do Ceará que discutiram o projeto de lei Paulo Delgado foram Lúcio Alcântara e Beni Veras (PEREIRA, 2004, p. 245).

Uma das primeiras participações de Lúcio Alcântara, à época como deputado federal, ocorreu em 1990, quando, o projeto seguiu para a comissão de seguridade social e família (CSSF). Lá, ele apresentou *emenda de plenário* com o acréscimo de parágrafo único ao artigo 1º, com o seguinte texto: “Qualquer exceção, determinada por necessidade regional, deverá ser objeto de lei estadual”. Para o pesquisador Laércio Martins, a emenda de Lúcio Alcântara possuía um viés perceptivelmente conservador, pois ela colocava dificuldades para o fortalecimento de uma política pública ampla com diretrizes nacionais:

Tal iniciativa parlamentar representou uma nítida objeção à reorganização da assistência psiquiátrica pública no Brasil, sob a justificativa de — necessidade regional, ao possibilitar, por intermédio de lei estadual, exceção às medidas de transformação no cuidado psiquiátrico a partir das diretrizes federais. [...] Eis a primeira proposta conservadora, em relação às mudanças nos hospitais psiquiátricos públicos e na rede privada conveniada (MARTINS, 2017, p. 165).

Para Laércio Martins, a emenda poderia obstaculizar uma *lei federal reguladora da política nacional de saúde mental* que, segundo

ele, *já nascida frágil* quanto à *finalidade de extinção dos manicômios, ao permitir as exceções por — necessidades regionais* (MARTINS, 2017, p. 271). Entretanto, não houve contestações na câmara dos deputados; ao contrário, tanto que, após a aprovação, com oito emendas no total, o projeto de lei seguiu, em 18 de fevereiro de 1991, para o Senado, onde se estabeleceram as discussões mais intensas sobre diferentes matérias, propostas por distintos senadores e ocasionando alterações no projeto original.

Algumas delas diziam respeito à questão do controle e da fiscalização dos órgãos públicos sobre as internações involuntárias. No projeto original, essa atribuição estaria ao encargo, preferencialmente, da defensoria pública. Contudo, os senadores questionaram as competências do órgão por não o considerar uma *autoridade judiciária*, argumentando que caberia ao ministério público a curatela geral dos doentes mentais. Os senadores evidenciaram ainda a importância do médico psiquiátrico no controle das internações, alegando ser “um absurdo fazer a internação esperar por outra decisão que não a do psiquiatra e do próprio internando quando possível” (SENADO, 1991d *apud* PEREIRA, 2004, p. 122).

Um dos senadores que se destacou nas discussões foi o cearense Beni Veras, crítico da *Reforma Psiquiátrica Italiana* e dos *preceitos de Basaglia* (MARTINS, 2017, p. 273). Sua primeira participação ocorreu na matéria referente ao critério quantitativo para a substituição gradual dos leitos psiquiátricos. Inicialmente, ele posicionou-se de forma crítica à desospitalização brusca — embora o projeto inicial propusesse a *extinção progressiva dos manicômios* — e defendeu garantias para a rede conveniada de assistência. Em seguida, propôs a ampliação de 24 horas — previstas no texto original — para 48 horas do prazo de comunicação da internação involuntária, não apenas para a autoridade judiciária, mas para a comissão de ética médica

do estabelecimento onde foi realizada a internação. Defendeu ainda a inclusão dos prestadores de serviços privados no Conselho de Reforma Psiquiátrica. Nesse sentido, todas as medidas apresentadas pelo senador visavam atender às demandas do setor privado hospitalar, segundo a pesquisadora Rosimeire Pereira relata:

Estas posições já demonstram o crescimento de forças de oposição ao projeto original, através da busca de ampliação do poder médico no processo de internação, e da participação da iniciativa privada nos fóruns deliberativos e avaliativos do processo de Reforma Psiquiátrica, e de estratégias de manutenção do quantitativo de recursos públicos na contratação de serviços privados em psiquiatria (PEREIRA, 2004, p. 124).

O senador Beni Veras foi um crítico da submissão dos controles sobre a internação compulsória concentrados nas mãos do aparato jurídico. Ele defendia a garantia de manutenção dos poderes médicos psiquiátricos nessa matéria. Seu argumento era que o objetivo da reforma psiquiátrica deveria ser o de “criar condições concretas para uma reforma no campo da saúde pública e não das práticas judiciais” (MARTINS, 2017, p. 214). Isto é, na correlação de forças anunciada entre a medicina e a justiça, o senador colocava-se, em evidência, em prol da primeira. Essa não é uma questão nova nos campos de disputas institucionais em torno das competências de saberes sobre a doença mental. Os embates de poderes travados entre a medicina e a justiça, historicamente, estiveram presentes na literatura sobre a loucura do século XIX, e, mais uma vez, foram reatualizados, em fins do século XX, no parlamento brasileiro com seu processo de desinstitucionalização.

Beni Veras, durante o trâmite do projeto de lei no Senado, destacou-se como um defensor do segmento de prestadores de serviços

privados da saúde, ao afirmar que eles possuíam *justa preocupação* com o processo da reforma psiquiátrica. Nesse sentido, defendeu a presença do setor privado na comissão da reforma psiquiátrica com poderes deliberativos. A participação era entendida como *justa e indispensável*. Em discurso, em 1991, afirmou:

Assim, é necessário reconhecer que os proprietários de clínicas – hoje, em sua maioria, opositores do Projeto de Lei n. 8/91 – não podem recusar a evidência de que a reforma já está em curso, nem se lhes pode negar o direito de dela participarem como atores políticos legítimos (SENADO FEDERAL, 1991 *apud* MARTINS, 2017, p. 216).

O senador atendeu, mais adiante, ao pedido das *entidades científicas* de que o prazo de comunicação à autoridade jurídica sobre as internações compulsórias se estendesse de 24 para 72 horas, em *razão das dificuldades do funcionamento da justiça no Brasil* (SENADO FEDERAL, 1991 *apud* MARTINS, 2017, p. 216).

Como indício da sua não prioridade no parlamento brasileiro, o projeto de lei foi silenciado por um período de quatro anos. Somente em 1995, as discussões foram reiniciadas.

Em 1995, Lúcio Alcântara ocupava novamente o parlamento, não mais como deputado federal, mas sob o cargo de senador. Em relatório publicado em 13 de dezembro, ele expôs as alterações no projeto original e elogiou o *aprimoramento da Comissão de Reforma Psiquiátrica* ao serem inclusos os *prestadores de serviços privados, já que eles detinham cerca de 75% dos leitos psiquiátricos do país* e defendeu a legitimidade desse seguimento no processo (MARTINS, 2017, p. 223).

No ano seguinte, sete emendas foram levadas ao plenário, quatro de autoria de Lúcio Alcântara, as quais tratavam, entre outras matérias, da comunicação à autoridade judiciária sobre a

internação psiquiátrica compulsória e da concessão de prioridade na contratação e financiamento aos prestadores de serviços privados (MARTINS, 2017, p. 243). Propôs ainda a substituição progressiva dos manicômios, e não sua extinção, e assegurou a participação dos estabelecimentos conveniados na substituição da rede assistencial.

Em pronunciamento registrado em relatório do Senado, de 1995, Lúcio Alcântara expressou seu entendimento sobre a questão das internações compulsórias, compreendendo-as como responsabilidade do Ministério Público e não da defensoria, ao considerar um

defeito incontornável” de atribuir à Defensoria Pública autoridade judiciária, bem como o erro de colocar a possibilidade de ser designada “outra autoridade judiciária”, tornando difusa a definição do destinatário do dever jurídico. No caso, propõe o relator atribuir ao Ministério Público o controle sobre internações compulsórias, com o qual concorda o relator (SENADO FEDERAL, 1995, p. 35).

Sobre a participação do setor privado nos debates da reforma psiquiátrica, Lúcio Alcântara corroborou com as discussões feitas quatro anos antes, ao defender um substitutivo ao projeto original. Ele afirmou:

O substitutivo aprimora ainda o projeto original, quando inclui, entre os membros das comissões e Reforma Psiquiátrica, representantes dos prestadores de serviços privado – que detém 75 por cento dos leitos psiquiátricos do país - reconhecendo-lhes direito de participarem como atores políticos legítimos (SENADO FEDERAL, 1995, p. 35).

Reconheceu que a reforma psiquiátrica suscitava embates intensos que envolviam distintos atores sociais e interesses e, para isso, destacou a realização de um evento promovido pela comissão de assuntos sociais do Senado, em 5 de maio daquele ano, quando: “Por

mais de doze horas, cientistas, técnicos, parlamentares e prestadores de serviços, membros de ONGs e familiares de pacientes psiquiátricos debateram exaustivamente o assunto” (SENADO FEDERAL, 1995, p. 36).

A despeito das manifestações contrárias ou favoráveis por parte de distintos segmentos ao projeto, o senador, de forma conciliadora, afirmou serem todos os envolvidos unânimes acerca da ineficácia do modelo assistencial de tratamento, das *péssimas condições* dos estabelecimentos psiquiátricos e do isolamento e estigmas sofridos pelos pacientes nas instituições. Destacou a relevância do projeto do deputado Paulo Delgado, entre outros motivos, por seu *papel disciplinador* sobre as leis estaduais, criticou o *modelo concentrador de recursos em uma única forma de atenção* e defendeu outras *mais eficazes e humanas, respeitadoras dos direitos civis do paciente, e mais baratas* (SENADO FEDERAL, 1995, p. 36). Contudo, o senador demonstrou preocupação com a *fuga de capitais privados* em decorrência das mudanças na lei e, para evitá-la, ofereceu para “esses investidores, a vantagem da prioridade na contratação ou nos financiamentos para a transformação dos serviços atuais em serviços alternativos”.

Por fim, o senador propôs, em seu relatório, o prazo de cinco anos para que o projeto de lei fosse objeto de avaliação e aperfeiçoamento (SENADO FEDERAL, 1995, p. 39).

Somente em janeiro de 1999, o projeto voltou à câmara dos deputados com substitutivos para votação e, em abril de 2001, finalmente foi aprovado através da Lei nº 10.216. Desta forma, após 12 anos de tramitação no congresso nacional, concluíram-se as discussões sobre a lei da reforma psiquiátrica, aberta em 1989 e compreendida, àquela época, como *matéria relevante e inadiável de interesse nacional*.

* * *

Assim como ocorreu em nível federal, em termos de parlamento estadual, a reforma psiquiátrica foi objeto de discussão como desdobramento das pressões produzidas pelo movimento da luta antimanicomial no Ceará, composto por vários atores e coletivos sociais e políticos.

À semelhança de outras experiências brasileiras, houve no Ceará resistências por parte de segmentos políticos e médicos no processo de desospitalização da loucura, sobretudo em Fortaleza, onde se concentrava maior número de hospitais psiquiátricos privados. As enfermeiras Polyana Pontes *et al.*, em artigo escrito nos anos de 1990, afirmaram que “[a] resistência dos empresários do setor privado tem contribuído para que a maioria dos novos serviços venham sendo criados no interior do estado” (PONTES, 1995, p. 297).

No ano de 1991, havia no estado doze hospitais psiquiátricos: dois públicos, três filantrópicos e sete privados. A grande maioria dos leitos também se concentrava nas instituições privadas, 1.233, enquanto nas instituições filantrópicas somavam-se 559 e, nas instituições públicas, 321. Fortaleza possuía o maior número de leitos, com 1.607, enquanto o interior do estado registrava apenas 506 (FRAGA, 1995, p. 21).

Em termos de proposta de mudanças do modelo hegemônico hospitalar pela via parlamentar, foi aprovada a primeira medida de implementação da reforma psiquiátrica no estado em 29 de julho de 1993, após a discussão do projeto de lei nº 12.151, apresentado pelo médico e deputado Mário Mamede.

O Ceará, a partir da sanção da lei nº 12.151, é considerado, nacionalmente, como um dos estados pioneiros na defesa da reforma psiquiátrica, estando atrás apenas do Rio Grande do Sul, que aprovou

uma lei em 1992. Em 1994, Pernambuco sancionou sua lei, seguido, de forma semelhante, em anos posteriores, por Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal e Espírito Santo, esse último em 1996 (AMARANTE, 2007, p. 71).

Nos registros oficiais da Assembleia Legislativa do Ceará, não foi possível localizar as discussões nas sessões das comissões e no plenário sobre o trâmite do projeto de lei da reforma psiquiátrica, o que dificulta a análise sobre os possíveis e prováveis embates políticos travados por diversos atores e segmentos sociais. O deputado Mário Mamede é destacado, institucionalmente, por sua atuação em movimentos não apenas em prol da saúde coletiva e dos princípios da reforma psiquiátrica, como também referentes aos direitos humanos, através da realização de diversas ações, entre as quais, a 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos em torno de temáticas como o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (CEARÁ, 2006, p. 142).

A despeito da falta de documentação sobre o cotidiano parlamentar nas discussões da reforma psiquiátrica, conjectura-se que o setor privado possa ter exercido pressões, também em nível estadual, sobre os deputados, haja vista sua forte presença no cenário psiquiátrico cearense, sobretudo em Fortaleza, onde se concentravam as instituições. Nessa perspectiva, não foi coincidência o fato do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ter sido criado não na capital, onde se aglomerava a massa populacional do estado, mas no interior, em Iguatu, em novembro de 1993, quando o município passou a oferecer os primeiros serviços substitutivos ao modelo hospitalar, após três meses da aprovação da lei Mário Mamede.

Com a oferta de novos serviços de assistência, outros discursos e práticas foram potencializados não apenas no que lida sobre a doença mental, mas sobretudo no enfoque à saúde mental.

3. Considerações Finais

A reforma psiquiátrica no Brasil não se efetivou como tarefa fácil, rápida e conclusa. Os enfrentamentos foram sentidos no cotidiano sobretudo daqueles que mais precisavam ou usavam os serviços de assistência à saúde mental. A aprovação de leis também não se configurou como garantias reais de sua aplicabilidade. Ao contrário, os desafios de implementação de serviços substitutivos à lógica manicomial mostraram-se presentes ao longo do século XX e se estendem no XXI, marcados pelas fragilidades e precarização nas redes de atenção psicossocial através da falta de recursos humanos, materiais e financeiros para o cumprimento efetivo da lei.

O setor privado da saúde mental atuou, ao longo de todo o processo, enfaticamente crítico ao fechamento de leitos psiquiátricos, e muitos lobbys mantiveram-se, mesmo após a aprovação da lei 10.216/2001. Quanto aos movimentos da luta antimanicomial, tanto em nível estadual como nacional, continuaram atuantes, seja na forma de denúncias de abusos e omissões estatais, seja na contribuição para o fortalecimento de uma rede de saúde mental inclusiva, solidária e democrática em que se respeitasse os direitos da pessoa com sofrimentos psíquicos.

Desde 2017, as tímidas conquistas da reforma psiquiátricas sofreram forte golpe com a publicação resoluções, notas técnicas e portarias do governo federal, visando instituir nova política pública de saúde mental, a qual evidencia a retomada do antigo modelo hospitalocêntrico da revalorização e do refinanciamento público aos leitos psiquiátricos. A resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, (re)abriu nova página da história da (re)institucionalização da loucura.

Em pleno século XXI, segmentos adeptos ao modelo excludente de tratamento ao sofrimento psíquico trabalham na reconstituição de sua força abalada nos últimos anos. Entidades e setores que, historicamente, opuseram-se à lei da reforma psiquiátrica voltam à esfera pública nacional e recolocam sua agenda para o parlamento brasileiro, reintroduzindo debates considerados, até então, obsoletos. Por outro lado, o novo cenário aponta também para a reatualização da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial como enfrentamentos aos novos desafios políticos. O artigo propôs ser uma introdução e um convite para a análise histórica e historiográfica sobre a loucura e sobre a saúde mental no âmbito político parlamentar cearense.

Referências

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciências Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2067-2074, 2018.

AMARANTE, Paulo. Uma Aventura no Manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. **Hist. Cienc. saúde-Manguinhos**, v. 1, n. 1, jul.-out., 1994.

AMARANTE, Paulo (Org.) **Loucos pela Vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro. Fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BASAGLIA, Franco. **A Psiquiatria Alternativa**: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1979.

BASAGLIA, Franco. **A Instituição Negada**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes. Breve História da Loucura, Movimentos de Contestação e Reforma Psiquiátrica na Itália, na França e no Brasil. Revista de Ciências Sociais. **Política & Trabalho**, n. 40, p. 391-40, 2014.

BIRMAN, Joel. **A Psiquiatria do Discurso da Moralidade.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

CASTEL, Robert. **A Ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado. Memorial. Deputado Pontes Neto. **Deputados Estaduais: 23ª Legislatura 1991-1994/ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.** Fortaleza: INESP, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **A Ordem Médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007.

DALGALARRONDO, Paulo. **Civilização e Loucura: - uma introdução à história da Etnopsiquiatria.** Rio de Janeiro: Ed. Lemos, 1996.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FRAGA, Maria Nazaré de Oliveira. A Prática de Enfermagem Psiquiátrica no Ceará e sua Relação com o Contexto Sócio-Histórico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 17-25, jan./mar., 1995.

FRISSE, Giovana; PAIXÃO, Cristiano; SILVA, Janaína. **Caso Ximenes Lopes versus Brasil - Corte Interamericana de Direitos Humanos: relato e Reconstrução Jurisprudencial.** Casoteca Latino-Americana de Direito e Política Pública. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva 1972.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora ltc, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LAING, Ronald. **A Política da Experiência e a Ave do Paraíso**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

LAING, Ronald. **O Eu Dividido: Estudo existencial de sanidade e da loucura**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1975.

LOUGON, Maurício. **Psiquiatria Institucional**: do Hospício à Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MAIA, Rousiley; FERNANDES, Adélia. O Movimento Antimanicomial como Agente Discursivo na Esfera Pública Política. **Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 48, fevereiro, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A Produção Social da Loucura**. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

MARTINS, Laércio. **A Construção Das Perspectivas do Direito à Saúde Mental**: análise Hermenêutica dos Debates Legislativos da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense. Niterói–RJ, 2017.

MONTEIRO, Rita Maria Paiva. **“Dizem que sou louco”**: o caso Damião Ximenes e a reforma psiquiátrica em Sobral/CE. Tese Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MOREIRA, Diva. **Psiquiatria**: controle e repressão social. Belo Horizonte: Vozes, 1983.

NASCIMENTO, D. (Org.). **Uma História das Doenças**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2006.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. 12, n. 3, set.-dez., 2005.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará (1871-1920)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

PAULIN, Luiz Fernando; TURATO, Egberto Ribeiro. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 11, n. 2, p. 241-58, maio-ago., 2004.

PEREIRA, Rosemary Corrêa. **Políticas de saúde mental no Brasil**: o processo de formulação da lei de reforma psiquiátrica. Tese de Doutorado Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

PESSOTTI, Isaías. **O Século dos manicômios**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

PONTES, Polyana; SOUZA, Angela; FRAGA, Maria. Reforma Psiquiátrica no Ceará: Tópicos de Caracterização dos Novos Serviços. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 297-303, jul./ago./set., 1995.

RESENDE, Heitor. Políticas de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica. *In*: TUNDIS, Silvério e COSTA, Nilson (Org.). **Cidadania e Loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marsal. **Saúde Mental no Brasil**. SP: Ed. Arte e Ciência, 1999.

SANTO, Wanda Espirito; ARAUJO, Inesita Soares de; AMARANTE, Paulo. Comunicação e saúde mental: análise discursiva de cartazes do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, , p. 453-471, abr.-jun. 2016.

SANTOS, Nádia Maria Weber. **Histórias de Vidas Ausentes a tênue fronteira entre a saúde e doença mental**. Passo Fundo. Ed. UPE, 2005.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SENADO FEDERAL. **Temas Sociais - Lúcio Alcântara**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1995.

SOUTO, Lúcia Regina Florentino, OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 204-218, jan.-mar. 2016.

SZASZ, Thomas S. **O Mito da Doença Mental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SZASZ, Thomas S. **Ideologia e doença mental ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem**. RJ Zahar, 1977.

VIEIRA, Gustavo. Acesso à Justiça no Sistema Interamericano. **Revista Direito & Sensibilidade**, 1ª Edição, 2011.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Tese de Doutorado na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006.



SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

ADELAIDE MARIA GONÇALVES PEREIRA - Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), com Pós-Doutorado no Instituto de História e Teoria das Ideias, da Universidade de Coimbra. Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da UFC. Professora da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST-Brasil.

ANA AMÉLIA DE MOURA CAVALCANTE DE MELO - Professora do Departamento de História. Pesquisadora e Professora de História da América. Pós-Doutora em Estudos Latinoamericanos (Universidad de Santiago/Chile). Trabalha com os temas de História Intelectual na América Latina.

CLÁUDIA FREITAS DE OLIVEIRA – Profa. do Programa de Pós-graduação em História Social e do Mestrado ProfHistória (UFC). Coordenadora do curso de História UFC.

DÉBORA DIAS - Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Investigadora do grupo “Leitura e Formas de Escrita” do CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH – UAc) e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS XX – UC). Atualmente investiga os intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal no século XX.

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK - Graduado e Mestre em história pela UPF; Doutor em História pela PUCRS. Atuou como professor

no ensino básico e superior, foi estagiário e Coordenador Pedagógico do Museu Histórico Regional. Atualmente é Pós-Doutor (PNPD/CAPES) no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural na UFPEL. Seus temas de interesse são: comemorações, memória, patrimônio e imaginário.

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS - Professor titular do Departamento de história da Universidade Federal do Ceará-UFC. Pesquisador do CNPq (com bolsa produtividade, nível 2). Possui graduação em História e Mestrado em Sociologia (Universidade Federal do Ceará-UFC) e Doutorado em História (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, escrita da história, tempo, literatura e museu.

GILBERTO GILVAN SOUZA OLIVEIRA - Doutorando em História Social (Universidade Federal do Ceará-UFC). Atualmente é Professor Substituto na Universidade Estadual Vale do Acaraú e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

JOÃO LUÍS LISBOA - Ensina e investiga na área da História Cultural e da História das Ideias. É docente da FCSH-UNL, no Departamento de Filosofia onde ensina Filosofia da História e Filosofia e Cultura em Portugal. É investigador do CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH – UAc), onde coordena o grupo “Leitura e formas da escrita” e a linha “Teoria e metodologia”.

JOSÉ LINDOMAR COELHO ALBUQUERQUE - É Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professor de Sociologia do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Coordenador do Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Região de Fronteira (LIMINAR) na UNIFESP e Pesquisador em regiões de fronteiras internacionais e autor do livro *A dinâmica das fronteiras: os*

brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai (Annablume/Fapesp, 2010).

KÊNIA SOUSA RIOS - Doutora em História (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e PDSE em Estudos da oralidade (École des Hautes Études en Sciences Sociales/França). É professora do Departamento de História (UFC), sendo orientadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da instituição. Participou de projetos de extensão na área de museu, ensino de história e história da África. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em história e oralidade, atuando principalmente nos seguintes temas: água, memória oral, história do Ceará, cidade e seca.

MARILDA A. MENEZES - Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC e do curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

PAULA GODINHO - (PhD Antropologia, FCSH-NOVA), investigadora IHC-NOVA e professora associada com agregação no Departamento de Antropologia da FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Fundadora da Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória e membro do grupo de trabalho CLACSO “Izquierdas: praxis y transformación social” (2019-2022). Prémio Xesús Taboada Chivite, 2008 (Galiza, Espanha), Xuíza honorária pela Asociación de Amigos do Couto Mixto, Galiza, 2011, Arraiana Maior pela Asociación Arraianos (Galiza, 2017). Vários anos de trabalho de campo em Portugal, na fronteira, na Galiza, no Brasil, sobre reprodução social, festas e rituais, resistência e movimentos sociais, usos políticos da memória e práticas do património, processos de emblemização, turistificação e mercantilização da cultura, topografias do poder, culturas de fronteira e nacionalismos de diáspora. Entre outras obras publicou: Memórias da Resistência Rural no Sul (Couço, 1958-1962), Celta, 2001; O leito e as margens - Estratégias familiares de renovação e situações liminares no Alto Trás-os-Montes raiano, Colibri, 2006; Festas de Inverno

no Nordeste de Portugal – património, mercantilização e aporias da «cultura popular», 100Luz, 2010; «Oír o galo cantar dúas veces» -Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia, Imprenta Deputación Ourense, 2011; O futuro é para sempre - Experiencia, expectativa e prácticas possíveis, Letra Livre e Através Editora, 2017; Entre o impossível e o necessário - Esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres Sem Terra do Ceará, S. Paulo, Editora Expressão Popular, 2020. Organizou várias obras, entre as quais, Antropologia e Performance - Agir, Atuar, Exibir, Castro Verde, 100Luz, 2014; Usos da Memória e Práticas do Património, Colibri, 2012; Máscaras, mistérios e segredos, Colibri, 2012. Co-organizou, com Pablo Pozzi, Insistir con la esperanza - El compromiso social y político del intelectual, Buenos Aires, CLACSO, 2019; com Charles Monteiro e Klaus Hilbert dir., Memória e Patrimônio – Diálogos entre Brasil e Portugal, Porto Alegre, 2017; com Alice Samara e Joana Dias Pereira, Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo, IHC, 2016; com Inês Fonseca e João Baía, Resistência e/y Memória – Perspectivas Iberoamericanas, IHC, 2015; com Heriberto Cairo e Xerardo Pereiro, Portugal e Espanha – Entre discursos de centro e práticas da fronteira, Colibri, 2009; com Dulce Freire e Inês Fonseca, Mundo Rural - Transformação e Resistência na Península Ibérica (séc. XX), Colibri, 2004. Comissariou a exposição “Entre Margens – O Tratado de Limites de 1864 entre Portugal e Espanha” no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2014-2015). Participou em 16 projetos científicos financiados, 8 dos quais internacionais (União Europeia, Espanha, México). Docente convidada/conferencista em várias universidades estrangeiras (Espanha, França, México, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile).

TYRONE APOLLO CÂNDIDO - É professor do Curso de História e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da FECLESC, Campus da UECE em Quixadá, e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC.



Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, impresso no formato 15 x 22 cm em pólen 80 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento: ?

Dezembro de 2020.



Lançamentos do Auxílio N° 2762/2015,
Processo N° 88887.115332/2015-01,
Programa FUNCAP,
Vigência de 01/05/2015 à 31/12/2018)



F U N C A P



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Programa de
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ISBN 978-658742974-8



9

786587

429748